UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Tese

Ruralidades contemporâneas nos interstícios de uma cidade: o rururbano sob o exame de uma crítica da vida cotidiana

Alexandre Silveira Vergara

Pelotas, 2024

Alexandre Silveira Vergara

Ruralidades contemporâneas nos interstícios de uma cidade: o rururbano sob o exame de uma crítica da vida cotidiana

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

V494r Vergara, Alexandre Silveira

Ruralidades contemporâneas nos interstícios de uma cidade [recurso eletrônico] : o rururbano sob o exame de uma crítica da vida cotidiana / Alexandre Silveira Vergara ; William Héctor Gómez Soto, orientador. — Pelotas, 2024.
314 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Ocupações. 2. Sanga Funda. 3. Rururbano. 4. Ruralidades. 5. Sociologia da vida cotidiana. I. Soto, William Héctor Gómez, orient. II. Título.

CDD 307

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

Alexandre Silveira Vergara

Ruralidades contemporâneas nos interstícios de uma cidade: o rururbano sob o exame de uma crítica da vida cotidiana

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 24 de junho de 2024.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (Orientador). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Rafael Braz da Silva. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.

.....
Prof. Dr. Maurício Couto Polidori. Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Aos que suplantaram caminhos de incerteza ao eleger o conhecimento como um farol diante das inverdades. Assombros cotidianos. Esperançoso nos ventos da civilidade à superação de tal sórdida etapa de nossa época.

Agradecimentos

Àqueles que alcançam a pertinência da pesquisa se dedicando aos desafios que a compreendem. Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e a Universidade Federal de Pelotas que me acolheu de maneira zelosa, instituição repleta de servidores pelos quais nutro profundo, orgulho, respeito e admiração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto, que me influenciou desde minha graduação como licenciado em Ciências Sociais, em especial, ao me apresentar a Sociologia da vida cotidiana e aos membros da banca de defesa da tese, os professores Dr. Rafael Braz da Silva, Dr. Maurício Couto Polidori e Dr. Sidney Gonçalves Vieira. Sem suas fundamentais contribuições este trabalho não teria vindo a lume

Aos moradores da Sanga Funda por compartilharem seus testemunhos, muitas vezes sobejantes de privações, mas, contraditoriamente, exuberantes em alegrias. Manifesto pela simplicidade astuta, frutificada da sabedoria popular, o bom senso ao qual se referiu Antonio Gramsci. Adquirido no vivido, do suor do trabalho diuturno, no confronto pelo direito à apropriação que lhes foi negado, desde quando se cindiu os sujeitos de seus meios de existência. Constituem-se como portadores da História, da maior parcela da sociedade, a dos desenraizados, os habitantes das margens sociais e espaciais da cidade informal - o local da menos valia. Renitentes em persistir e, porque não dizer, em transgredir? E isto, precisamente, é o que este trabalho se propõe capturar e denunciar, os conflitos que agem no âmbito da reprodução da vida, aspirando um movimento no qual se concilie teoria e prática.

À minha família, meu guia, aos meus queridos padrinhos Marilene Senna Duarte e Adahil Motta Duarte *(in memoriam)*, ao meu pai Dinarte *(in memoriam)*, à minha mãe Maria, uma migrante rural do município de São Francisco de Assis/RS, aos meus irmãos, aos meus sogros e à minha noiva Adriane, àqueles a quem tanto amo. Por fim, não poderia deixar de mencionar meu sogro, Wilson Delmaro Jeziorski (*in memoriam*), que nos deixou recentemente, a quem tive o privilégio de ouvir relatos ricos em detalhes sobre esta cidade em épocas passadas, colaborando, sobremaneira, com esta pesquisa. Um segundo pai que a vida me agraciou. Concluo agradecendo a todos que me ajudaram ao longo desta jornada, contribuindo com o desfecho deste ciclo crucial. Muito obrigado!

“O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Faz 43 anos que eu moro aqui, antes morava na colônia, aqui eu me plantei acostumei com o lugar fui criando raiz e fui ficando. Lá fora não tava dando mais, aí vim por causa do meu sogro que já morava na Sanga Funda. Aqui eu comprei a minha casa com a posse junta, mas pra Prefeitura isso não vale nada (agricultor familiar da Sanga Funda).

Resumo

VERGARA, Alexandre Silveira. **Ruralidades contemporâneas nos interstícios de uma cidade**: o rururbano sob o exame de uma crítica da vida cotidiana. Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto. 2024. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

A tese examinou as relações entre campo e cidade na localidade da Sanga Funda no município de Pelotas/RS. Região de atividades agropecuárias, desde o século XIX, situada na antiga Tablada e legalmente incorporada ao perímetro urbano pelo II Plano diretor municipal de 1980. O objetivo desta pesquisa foi compreender como se expressam as ruralidades num lugar sob efeitos de uma urbanização difusa. Através da análise dialética do método regressivo-progressivo lefebvriano, buscou-se vestígios sócio históricos que demonstram aspectos determinantes da formação econômico-social municipal e desvelam as particularidades socioespaciais encontradas. Os resultados indicaram que a histórica concentração da propriedade fundiária determinou a formação e a manutenção de costumes que evidenciam um rural que persiste e se reconfigura. Através do itinerário da sociologia da vida cotidiana, realizou-se o escrutínio da realidade social e a interpretação das fontes primárias e secundárias, empregando técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas com moradores. Identificou-se uma diversidade de atividades econômicas, entre elas, as agropecuárias das granjas e de pequenos produtores, as hortas e a criação de animais para o autoconsumo, um grande frigorífico, comércios e serviços, hospedarias para animais, rodeios e o extrativismo mineral das mais de vinte olarias, estabelecidas em um quadro crescente de precariedade urbanística. Verificou-se, que trata-se de um assentamento informal em um lugar cercado por vazios urbanos e ocupado por migrantes de baixa renda da zona rural local ou de municípios próximos, pelo menos desde meados da década de 1970. Constatou-se uma série de importantes modificações como a gradativa desagrarização, em consequência do crescente adensamento populacional, da falta de políticas públicas aos pequenos produtores de hortifrutis, da concorrência com supermercados e da descontinuidade laboral intergeracional. Compete para esta transfiguração a atuação do mercado imobiliário e da construção civil que se desloca sobre regiões periféricas em vista da captura da renda da terra com o aval do III Plano diretor municipal. Por sua vez, os moradores salientaram a valorização de uma vida pacata e segura na “vila”, além de um senso de comunidade, combinado das conveniências da modernidade. Contraditoriamente, alguns elementos percebidos pelos entrevistados como parte do “progresso” desejado, implicam em uma série de conflitos de ordem socioambiental acometidos, particularmente, à qualidade do ar, das águas, do solo e às atividades tradicionais dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Ocupações. Sanga Funda. Rururbano. Ruralidades. Sociologia da vida cotidiana.

Abstract

VERGARA, Alexandre Silveira. **Contemporary ruralities in the interstices of a city**: the rururban under the examination of a critique of everyday life. Advisor: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto. 2024. 314 f. Thesis (PhD in Sociology). – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This thesis examined the relationship between the countryside and the city in the Sanga Funda area in the municipality of Pelotas, RS. This region has been home to agricultural activities since the 19th century, located in the old Tablada and legally incorporated into the urban perimeter by the Second Municipal Master Plan of 1980. The objective of this research was to understand how ruralities are expressed in a place under the effects of diffuse urbanization. Through the dialectical analysis of the Lefebvrian regressive-progressive method, socio-historical traces were sought that demonstrate determining aspects of the municipal economic-social formation and reveal the socio-spatial particularities found. The results indicated that the historical concentration of land ownership determined the formation and maintenance of customs that demonstrate a rural environment that persists and reconfigures itself. Through the itinerary of the sociology of everyday life, the social reality was scrutinized and the primary and secondary sources were interpreted, using direct observation techniques and semi-structured interviews with residents. A variety of economic activities were identified, including agricultural activities on farms and by small producers, vegetable gardens and livestock for self-consumption, a large meat packing plant, shops and services, boarding facilities for animals, rodeos and mineral extraction from over twenty brickworks, established in a context of increasing urban precariousness. It was found that this is an informal settlement in a place surrounded by urban voids and occupied by low-income migrants from the local rural area or from nearby municipalities, at least since the mid-1970s. A series of important changes were noted, such as gradual de-agrarianization, as a result of increasing population density, the lack of public policies for small fruit and vegetable producers, competition with supermarkets and intergenerational labor discontinuity. This transformation is due to the real estate and construction markets, which are moving into peripheral regions with a view to capturing land rent with the approval of the III Municipal Master Plan. In turn, residents emphasized the value placed on a peaceful and safe life in the “village”, as well as a sense of community, combined with the conveniences of modernity. Contradictorily, some elements perceived by the interviewees as part of the desired “progress” imply a series of socio-environmental conflicts affecting, in particular, the quality of the air, water, soil and the traditional activities of family farmers.

Keywords: Occupations. Sanga Funda. Rururban. Ruralities. Everyday life sociology.

Lista de Figuras

Figura 1 Imagem de satélite com a localização do município de Pelotas em vermelho.....78

Figura 2 Gráfico percentual de famílias brasileiras com dívidas em atraso…83

Figura 3 Gráfico das fontes das dívidas das famílias brasileiras em setembro de 2022 83

Figura 4 Cartograma das principais áreas para HIS no perímetro urbano.....87

Figura 5 Cartograma da precariedade habitacional no perímetro urbano.....93

Figura 6 Mapa das sete macrorregiões municipais do distrito sede com a Sanga Funda identificada pela poligonal em preto 116

Figura 7 Imagem com a demarcação do perímetro da Sanga Funda, de acordo com o III Plano diretor municipal.....117

Figura 8 Mapa dos seis setores censitários da Sanga Funda, de acordo com o IBGE.....118

Figura 9 Mapa temático Sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas – Zona urbana com a demarcação das divisões administrativas, meso e micro-regiões com suas respectivas denominações, prancha U-02.....121

Figura 10 Mapa temático Sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas – Zona urbana com a demarcação das divisões administrativas, meso e micro-regiões com suas respectivas denominações – no detalhe do retângulo azul a demarcação da micro-região TV. 3.1 Sanga Funda, prancha U-02.....122

Figura 11 Logradouros municipais da Sanga Funda - Mapa temático Sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas – Zona urbana com a demarcação das divisões administrativas, meso e micro-regiões com suas respectivas denominações – no detalhe do retângulo azul a demarcação da micro-região TV. 3.1 Sanga Funda, prancha U-02.....122

Figura 12 Mapa temático do distrito sede – Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas – Zona rururbana ao norte da cidade em cor laranja e localização da Sanga Funda representada pelo polígono azul escuro a nordeste.....123

Figura 13 Mapa temático do distrito sede – Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas - prancha U-12, Vazios urbanos.....123

Figura 14 Mapa temático do distrito sede – Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas – prancha U-14, Altura limite das edificações.....124

Figura 15 Mapa temático do distrito sede – Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas – prancha U-07, AEIS edificações.....124

Figura 16 Área de regularização fundiária da Sanga Funda.....126

Figura 17 Farmácia e ferragem na Sanga Funda no cruzamento das avenidas Eng. Ildefonso Simões Lopes e Alfredo Theodoro Born 129

Figura 18 A direita um mercado na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 130

Figura 19 Na direita um bar na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) ...130

Figura 20 Lavra do solo em granja na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 131

Figura 21 Frigorífico Famile na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) ...131

Figura 22 Extração de madeira em propriedade na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 131

Figura 23 Habitação com lavoura na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 132

Figura 24 Avenida Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 132

Figura 25 Olaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 133

Figura 26 Jazida para extração de argila destinada às olarias (Sanga Funda) 133

Figura 27 Avenida Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 134

Figura 28 Valeta na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 134

Figura 29 Residência em estilo vernacular (Sanga Funda) 135

Figura 30 Residência na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 135

Figura 31 Residência contemporânea (Sanga Funda) 136

Figura 32 Habitação com uma lavoura av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 136

Figura 33 Praça com brinquedos danificados na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda) 136

Figura 34 Hospedaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 137

Figura 35 Placa anunciando rodeio no domingo na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga funda) 137

Figura 36 Igreja evangélica de confissão luterana - IECLB (Sanga Funda). 137

Figura 37 Igreja católica Santa Cruz na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda) 138

Figura 38 Residência em meio a uma paisagem rural (Sanga Funda) 139

Figura 39 Paisagem rural (Sanga Funda) 139

Figura 40 O pavimento asfáltico na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda) 143

Figura 41 Ambiente pacato (Sanga Funda) 143

Figura 42 Propriedade do núcleo mais antigo com atividade agrícola (Sanga Funda) 161

Figura 43 CTG Unidos da querência (Sanga Funda) 163

Figura 44 Sede do Sanga Funda Futebol Clube.....163

Figura 45 Igreja Adventista do Sétimo Dia (Sanga Funda) 164

Figura 46 Horta de um hectare de agricultor familiar (Sanga Funda) 171

Figura 47 Pequena horta para o próprio consumo nos fundos de uma residência (Sanga Funda) 171

Figura 48 Criação de porcos em uma residência (Sanga Funda) 172

Figura 49 Cavalo no fundo de uma residência (Sanga Funda) 172

Figura 50 Galinheiro nos fundos de um lote (Sanga Funda) 173

Figura 51 Horta de um agricultor familiar (Sanga Funda) 177

Figura 52 Barracão onde se armazenam mudas e agrotóxicos (Sanga Funda) 177

Figura 53 Plantação de soja em uma granja (Sanga Funda) 177

Figura 54 Olaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda) 180

Figura 55 Blocos cerâmicos prontos para transporte em uma das olarias (Sanga Funda) 180

Figura 56 Blocos cerâmicos de uma grande olaria (Sanga Funda) 181

Figura 57 Material proveniente da escavação da jazida (Sanga Funda) 182

Figura 58 Jazida de argila (Sanga Funda) 182

Figura 59 Córrego (Sanga Funda) 183

Figura 60 Despejo do esgoto residencial e industrial em córrego (Sanga Funda) 183

Figura 61 Esgoto em valeta (Sanga Funda) 184

Figura 62 Partículas de poeira no ar pelo constante trafego de caminhões em rua sem calçamento (Sanga Funda) 185

Figura 63 Plantação em estufa de um agricultor familiar (Sanga Funda).....186

Figura 64 Plantação de alface em estufa de agricultor familiar (Sanga Funda) 186

Figura 65 Mapa com a localização ao sul da vacaria do mar e o núcleo da charqueada de Pelotas em 1780.....200

Figura 66 Mapa do trajeto de Domingos Filgueira em 1703, entre Colônia do Sacramento e Laguna, conhecido como o caminho do mar, um caminho por terra com o Brasil.....201

Figura 67 Mapas das terras do rincão de Pelotas doadas a Tomás Luís Osório no ano de 1758.....203

Figura 68 Mapa das terras que formaram os atuais municípios de Pelotas, Capão do Leão e Morro Redondo 205

Figura 69 Planta de 1815 do primeiro loteamento de Pelotas.....214

Figura 70 Planta de 1835 da cidade de Pelotas.....217

Figura 71 Mapa esquemático de ocupação da zona da colônia de Pelotas.....225

Figura 72 Planta de 1922 da cidade de Pelotas 233

Figura 73 Planta do anteprojeto de extensão da cidade de Pelotas (1927) 234

Figura 74 Mapa com o Logradouro Público da Tablada, o núcleo urbano e o cerne da produção charqueadora na sesmaria do Monte Bonito.....248

Figura 75 Planta da Tablada e do logradouro público em parte do que é atualmente a Sanga Funda.....261

Lista de Tabelas

Tabela 1 Área em quilômetros quadrados, participação porcentual na área total de Pelotas, número de habitantes, densidade demográfica e participação porcentual da zona urbana, rururbana e rural na população total de Pelotas.....117

Tabela 2 Área em quilômetros quadrados da Sanga Funda, participação porcentual na área total de Pelotas, número de habitantes, densidade demográfica e participação porcentual da Sanga Funda na população de Pelotas.....118

Tabela 3 Número de moradores em DPP pelos setores censitários da Sanga Funda, participação por hectare, número de pessoas residentes de cor ou raça, número de pessoas de cor ou raça preta ou parda e percentual 119

Tabela 4 Número de moradores em DPP pelos setores censitários da Sanga Funda, participação por hectare, número de domicílios com homens e mulheres responsáveis, porcentual de mulheres responsáveis por domicílio particular permanente.....120

Tabela 5 Número total de domicílios particulares e coletivos pelos setores censitários da Sanga Funda, participação por hectare, participação média de moradores por domicílio e renda média mensal por domicílio particular permanente.....120

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACERPEL	Associação dos Ceramistas de Pelotas
AEAP	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas
AEIAN	Área de Especial Interesse do Ambiente Natural
AEIS	Área de Especial Interesse Social
APP	Área de Preservação Permanente
APPO	Área de Preservação Permanente Ocupada
AR	Areal
AUSUL	Aglomeração Urbana do Sul
BA	Barragem
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CE	Centro
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
CEPA	Centro de Estudos e Projetação do Ambiente
CF	Constituição Federal
CNC	Confederação Nacional do Comércio
COMPAM	Conselho Municipal de Proteção Ambiental
CONPLAD	Conselho do Plano Diretor
EC	Estatuto da Cidade
EMEF	Escola Municipal de Educação Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EIV	Estudo de impacto de vizinhança
FR	Fragata

FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSul	Instituto Federal Sul-riograndense
IISA	Índice de Injustiça Socioambiental
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LA	Laranjal
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
Naurb	Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo
NEPHU	Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
PAC	Política Agrícola da União Europeia
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PD	Plano Diretor
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local para Habitação de Interesse Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PRAVO	Programa de Regularização de Áreas Verdes Ocupadas
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do transporte
SEHAB/RJ	Secretaria Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
SEST	Serviço Social do Transporte
SG	São Gonçalo

SHRF	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TV	Três Vendas
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

Sumário

Sumário.....19

Introdução.....22

1 Ruralidades nas margens entre o campo e a cidade.....28

1.1 As bases teórico-epistemológicas da pesquisa.....34

1.1.1 Um exame sobre as teorias campo-cidade.....34

1.2 O rural se transmuta para persistir.....40

1.2.1 Henri Lefebvre e o estudo das comunidades rurais.....40

1.2.2 Martins e uma sociologia das margens.....46

1.3 Por uma crítica da vida cotidiana.....50

2 O método regressivo-progressivo.....59

2.1 A complexidade horizontal.....62

2.2 A complexidade vertical.....69

2.3 Reconstruindo o real: o momento histórico progressivo.....71

3 Esmiuçando as ruralidades.....74

3.1 A complexidade horizontal.....74

3.1.1 A recente produção socioespacial municipal.....76

3.1.1.2 A produção socioespacial formal e informal.....80

3.1.1.2.1 Neoliberalismo, financeirização e a cidade mercadoria.....80

3.1.1.2.2 O conflito na produção socioespacial municipal.....85

3.1.1.2.3 A precariedade da regularização fundiária.....90

3.1.2 Averiguando o regramento legal territorial.....96

3.1.2.1 A disputa pela hegemonia da cidade formal.....96

3.1.2.2 A importância das funções sociais ao rururbano.....100

3.1.2.3 A previsão das funções sociais no III Plano diretor.....104

3.1.2.4 “Passando a boiada” da construção civil.....111

3.1.3 Precariedade e regularização fundiária da Sanga Funda.....115

3.1.3.1 A Sanga Funda, essencialmente, dos pobres.....115

3.1.3.2 A regularização fundiária da Sanga Funda.....121

3.2. Ruralidades entranhadas na urbe.....128

3.2.1 Heterogeneidades na Sanga Funda.....129

3.2.2 Ruralidade, mobilidade e identidades.....140

3.2.3 Múltiplas identidades na localidade.....144

3.2.4 A comunidade persiste.....159

3.2.5 A “vila” como representação social de seus moradores.....166

3.2.6 A crescente desagrarização do núcleo.....170
3.2.7 Os conflitos socioambientais na interface campo-cidade.....178
4 Pelotas: do rural ao urbano.....192
4.1 A complexidade vertical.....192
4.1.1 A formação econômico-social.....193
4.1.1.1 O ciclo socioeconômico do charque (1780-1920).....199
4.1.1.2 A freguesia de São Francisco de Paula (1812).....211
4.1.1.3 A elevação à condição de vila (1832).....215
4.1.1.4 A cidade de Pelotas (1835).....218
4.2 A modernidade desejada: da colônia à industrialização.....221
4.2.1 Do centro histórico a um espaço mais amplo (1888-1966).....229
4.2.1.1 O princípio de uma suburbanização (1888-1929).....229
4.2.1.2 Da transição para uma sociedade industrial (1930-1966).....235
4.2.1.3 Um modelo de modernização totalitário (1967-1980).....240
4.2.1.4 O crescimento extensivo dos subúrbios.....243
4.3 A datação do rururbano municipal.....247
4.3.1 Tablada e a expansão do eixo norte (1825-1920).....247
4.3.2 Loteamento Vila Princesa (1953).....253
4.3.3 Loteamento Vila Sítio Floresta (1960).....253
4.3.4 Loteamento Corredor do Pestano e Vila Getúlio Vargas.....254
4.3.5 Os antecedentes.....256
4.3.5.1 A Sanga Funda (1940).....260
5 A condição do homem simples na Sanga Funda.....268
5.1 O momento histórico progressivo.....268
5.1.1 As ruralidades desveladas.....269
5.1.1.1 A cidade agrária.....271
5.1.1.1.1 A opulência da cidade charqueadora.....271
5.1.1.2 A cidade industrial.....275
5.1.1.2.1 A industrialização e a nascente suburbanização.....275
5.1.1.2.2 A formação de uma sociedade urbano industrial.....277
5.1.1.2.3 O pós-fordismo e a crescente periferização muncipal.....280
5.1.1.3 A cidade comercial e de serviços.....282
5.1.1.3.1 A vigente produção neoliberal.....282
5.1.2 A permanência do rural nas cidades industrial e de serviços.....285
5.1.3 Expropriação, apropriação e as ruralidades na Sanga Funda.....289

Considerações finais.....296
Referências.....301

Introdução

O objetivo desta pesquisa foi compreender como se expressam as ruralidades num lugar sob efeitos de uma urbanização difusa[1]. Assim o estudo propôs conhecer as dinâmicas socioespaciais que operam no âmbito do rururbano nos entremeios de um urbano que se expande, mas que ainda abriga sujeitos com vínculos, até certo ponto, com a produção agropecuária e/ou com atividades e costumes que, convencionalmente, se reconheciam como essencialmente rurais.

Admite-se a cidade não necessariamente como sinônimo de urbanização. Considera-se que ao se deslocar de sua centralidade às margens, observam-se profundas descontinuidades nas condições do ambiente natural e do construído, na destinação do uso do solo, na ocupação principal dos que ali se encontram, nas formas de sociabilidade e no ritmo cotidiano. Essas diferenças escapam, de algum modo, do projeto de modernidade, ao menos em contextos que abarcam as particularidades e nuances das cidades da periferia ou semiperiferia do capitalismo. É isso o que se pretende assinalar.

Afim de contextualizar e de conferir maior nitidez ao argumento, serve-se do empírico. Uma situação presenciada em pesquisa de campo realizada num assentamento informal, em condição irregular para o Poder Público. Com o objetivo de contribuir à percepção de um fenômeno complexo e de suas relações socioespaciais, que encerram outras lógicas incomuns. O fato que será relatado transcorreu no ano de 2019 na ocupação Vega, vizinha à antiga fábrica de compotas de frutas e legumes de mesmo nome, há anos desativada, no distrito industrial do município de Pelotas/RS.

Adentrando por uma de suas travessas sem saída, que se encontra com a rua principal, a Lauro Ribeiro, depara-se com o que aparentemente não devia estar ali, imanente de um outro universo. Comportando concomitantemente privações e o onírico como registro de um tempo distinto. Compunha a paisagem casas esparsas, chalés e outras habitações em alvenaria de tijolos sem nenhum reboco. Situadas em lotes maiores do que os convencionalmente encontrados no meio urbano e ainda com cercamentos tipicamente rurais. Mourões e arames separavam as residências e presa

[1] Diferentemente da antiga cidade compacta encontra-se um “novo” modelo de espaço urbano, cada vez mais disperso, como decorrência de um espraiamento da malha urbana.

a esta cerca encontrava-se uma cabra branca.

Uma grande parte da travessa era destinada ao cultivo de hortas com dimensões consideráveis e dela restava um pequeno caminho, uma trilha ou picada sem pavimentação, como uma servidão necessária ao acesso dos terrenos. Nos cuidados desta plantação uma mulher, ainda jovem, e seu filho adolescente a acompanhava diariamente na tarefa. Seu sotaque característico denunciava sua origem germânica. Relatara que migrara recentemente da zona rural do município de Arroio Padre para viver com seu companheiro, um morador local, e que retirava uma parte da renda familiar do comércio das hortaliças em mercados da vizinhança. Assim, o que se quer demonstrar é que na polis convivem simultaneamente outros modos de vida. De práticas rurais, dos relatos fronteiriços dos esquecidos, dos privados ao direito à cidade, dos incluídos pela exclusão. Vivências menos óbvias, das expressões das ruralidades, testemunhos contraditórios ao hodierno anunciado e preconizado à cidade. De fato, ao contrário, pondera-se que campo e cidade não se excluem convivem, sincronicamente, nos subúrbios das cidades brasileiras.

Diante o exposto, a pesquisa investigou as dinâmicas socioespaciais que operam muito além da díade campo-cidade ou rural-urbano. Tratou-se de examinar as ruralidades que se expressam cotidianamente em modos de vida singulares, na localidade denominada de Sanga Funda. Nos interstícios do tecido urbano do município de Pelotas/RS. Desse modo, se defende que rural e urbano, campo e cidade coexistem entrelaçados nos espaços em que a bibliografia especializada, como a atual Lei municipal nº 5.502/2008, que instituiu o III Plano diretor de Pelotas, convencionou tratar de rururbano.

O recorte socioespacial coincide com os principais apontamentos sobre espaços rururbanos, periurbanos ou rurbanos. Evidencia-se, o rico potencial do objeto sociológico na contribuição dos estudos dedicados ao tema da análise da produção socioespacial do urbano. A partir de uma investigação sobre um microcosmo social, tendo como centro a análise das relações campo-cidade. A delimitação do recorte se fez a partir de pesquisa exploratória (observações feitas em incursões prévias a campo) e do levantamento de fontes primárias e secundárias. Portanto, se intentou com esta pesquisa conhecer em profundidade aspectos relativos à cotidianidade de seus moradores. Suas relações com o espaço e suas estratégias de reprodução mediadas pelo uso dos recursos disponíveis no espaço em questão e que se expressam em formas de ruralidades que persistem de maneira difusa e

multifacetada. Administrativamente a Sanga Funda enquadra-se como pertencente ao perímetro urbano municipal. O presente trabalho problematizou a questão, compreendendo os impactos da urbanização difusa neste espaço, pela constatação de formas de ruralidades vigentes sob a égide do avanço do processo de urbanização. Assim como Bourdieu (1989), se entende que o fazer sociológico necessita, primordialmente, romper com o senso comum das representações partilhadas por todos, quer seja, no âmbito dos locais onde se desenrola o ordinário até o mundo das representações oficiais das instituições. Desta feita, com o objetivo de aplicar esse procedimento na análise do objeto desta pesquisa, procurou-se examinar as múltiplas determinações que agem para a rearranjo do rural.

Pelas práticas dos atores sociais, examinou-se as expressões culturais que perpassam por formas de sociabilidade, de interações e de signos que anunciam visões de mundo e modos de vida rurais que contradizem as planificações espaciais dos órgãos urbanísticos. Nas quais tendem a estabelecer concepções cerradas entre rural e urbano, orientadas à produção da cidade formal que privilegia a lógica do mercado imobiliário. E, que inadequadamente simplificam questões territoriais, bem como insistem em desconsiderar a dimensão do vivido, enquanto, simultaneamente, reforçam a falsa dicotomia que separa a cidade por uma linha - como se possível - entre as dinâmicas envolvidas e os modos de vida característicos destas regiões municipais.

Procurou-se lançar luz sobre a questão das “ruralidades” como um fenômeno que não pode ser confinado do ponto de vista estritamente espacial, pondo em jogo a dúvida radical sobre o que está socialmente pré-construído e se aceitando o rururbano como uma região à margem da cidade legal, no limite entre lógicas difusas e /ou divergentes que operam dentro de um mesmo universo social. Entende-se que sua compreensão sociológica perpassa a necessidade de outras leituras que reconheçam a significação dos agentes ali estabelecidos. Nesse estudo perseguiu-se uma melhor compreensão do fenômeno, pela constatação de situações que configuram modos de vidas rurais nos meandros do que é considerado como parte integrante do tecido urbano, sob o ponto de vista do homem simples e que faz dele o seu espaço de reprodução da vida. Ressalta-se que não se trata de reduzir o rural e as ruralidades a elementos tradicionais ou a classificações de tipo dualista-dicotômico, ao contrário, o que está em questão nessa pesquisa é expandir o entendimento para além das restrições impostas pelos planos urbanísticos.

Pretende-se destacar que a fluidez socioespacial da cidade não pode ser abarcada em delimitações que induzam a percepções dicotômicas, ou que redundem em simplificações da realidade. Sendo assim observa-se, conforme Medeiros (2017), que interpretar estas ruralidades propicia conhecer as interfaces com o urbano, compreendendo seus contornos, particularidades e suas representações específicas. Investigar tais dinâmicas pressupõe trazer à tona mudanças e permanências no modo como os agentes asseguram sua reprodução social no dia a dia. Logo, esta pesquisa persegue esmiuçar aqueles que operam nas fímbrias de um rural que se transforma e que a própria cidade desconhece, por questões operacionais e visando conhecer em profundidade esta realidade, decidiu-se estabelecer como recorte esta região para análise.

Consequentemente, como problemas de pesquisa, coube indagar-se como atualmente se expressam tais ruralidades? De que forma se desenvolvem as dinâmicas à luz dos atores sociais a elas ligados? Quais estratégias lançam mão para assegurar a sua reprodução social, diante das incertezas do dia a dia? Suas práticas tendem ao desaparecimento ou à conversão em um constante devir?

O presente estudo visa contribuir com as discussões pertinentes ao âmbito das relações campo-cidade, explorando as nuances de um debate que segue relevante nas ciências humanas, em que pese a natureza das dinâmicas expostas anteriormente. Perseguiu-se uma melhor compreensão teórica e empírica do objeto sociológico, desenvolvendo uma sociologia da vida cotidiana, de caráter interdisciplinar e dialética. Ao elaborar nexos entre as ciências parcelares com o objetivo de descortinar o objeto pela perspectiva da margem e de ressignificar as relações centro-periferia/campo-cidade. As constatações obtidas poderão se constituir como ferramentas úteis para a elaboração de políticas públicas e sociais e/ou de instrumentos de planejamento territorial mais adaptados à realidade.

Trata-se, outrossim, de dar continuidade aos estudos desenvolvidos desde o mestrado sobre a cidade. Associando as funções de pesquisador e de arquiteto na Prefeitura municipal no sentido de melhor apreender a totalidade das relações socioespaciais pela observação da interação entre rural-urbano e que se iniciaram na pesquisa que envolveu minha dissertação.[2] O recorte proposto decorreu de

[2] *A (re)produção da vida ou da metrópole pela perspectiva da justiça socioambiental* (Vergara, 2020).

investigações durante pesquisa de campo em AEIS, inculcando uma vontade de ampliar o entendimento sobre estes territórios e de desvendar as dinâmicas e as lógicas envolvidas que se encontram em constante disputa pelos atores sociais. Então o objetivo geral foi compreender de que maneira se expressam as ruralidades na Sanga Funda, uma AEIS de tipo IV, parte do rururbano, de acordo com o III Plano diretor de Pelotas, coexistindo com outras lógicas generalizadas, estabelecidas e viabilizadas por processos econômicos, históricos e legais que priorizam as atividades econômicas, a valorização imobiliária e fundiária, com seus conhecidos impactos (especulação imobiliária, segregação socioespacial, degradação ambiental, etc.).

A abordagem sobre o objeto de pesquisa acolheu o método regressivo-progressivo lefebvriano que demanda a descrição do concreto, em seguida da datação histórica do fenômeno e, por fim, se explique a realidade investigada com seus potenciais desdobramentos. Dessa maneira, condizente com seus princípios, descreveu-se o contexto municipal escrutinando os motivadores vitais da produção socioespacial no rururbano (delimitado pela Lei Nº 5.502/2008 que instituiu o III Plano diretor municipal) e em particular da Sanga Funda. Posteriormente, verificou-se os elementos imprescindíveis à formação econômico-social que contribuíram centralmente ao desenvolvimento socioespacial deste município e suas implicações históricas para as ruralidades presentes no local em questão. No desfecho do método, confrontou-se os elementos em tela, fornecendo aportes explicativos que alcancem a realidade social investigada, através do exame dos conflitos e das contradições que integram as ruralidades.

Seguindo o pressuposto metodológico a tese foi dividida em cinco capítulos. No primeiro, intitulado ***As ruralidades nas margens entre o campo e a cidade***, fez-se uma revisão da literatura, tendo por objetivos expor, detalhadamente, os elementos primordiais desta investigação, examinando a temática campo-cidade sob diferentes perspectivas teóricas, envolvendo concepções sociológicas clássicas até a contribuições mais recentes, estabelecendo conexões com o objeto da pesquisa e conduzindo a um melhor embasamento da questão.

Nessa concepção, serviu-se do paradigma das ruralidades como uma forma de resgatar um rural sob a luz teórica da contemporaneidade, em conjunto com os imprescindíveis fundamentos da sociologia da vida cotidiana, buscando convergências, com o propósito de elaborar um constructo capaz de captar de forma abrangente as ruralidades persistentes nas margens da cidade. O segundo capítulo é

inteiramente dedicado a explanação da aplicação do método desta pesquisa ao seu objeto de análise, tendo por título a própria denominação do método, ou seja ***O método regressivo-progressivo***.

O terceiro capitulo, ***Esmiuçando as ruralidades***, prestou-se a detalhar as múltiplas determinações que agem na conformação de novas identidades rurais nas fronteiras entre o campo e a cidade. Nesta etapa, consultou-se uma série de fontes e dados, esquadrinhando a totalidade da produção socioespacial e suas consequências nas sociabilidades que se expressam em novas ruralidades, sendo pormenorizadas pelo exame da vida cotidiana na Sanga Funda. Essencialmente, procurou-se verificar quais as estratégias empregadas pelos diferentes agentes encarregados da produção socioespacial municipal (Poder Público, promotores imobiliários, urbanistas, ocupantes) e os conflitos entre as dimensões formal e informal na cidade do capital, no qual o valor de troca vigora sobre o de uso.

Identificou-se a hegemonia dos interesses dos produtores imobiliários nos marcos legais dos Planos diretores, colaborando à precarização observada nas margens socioespaciais, tornando evidente o embate entre dominação e apropriação na cidade mercadoria. Entre as fontes consultadas apresentam-se dados bibliográficos, demográficos e econômicos, da construção civil, de assentamentos irregulares, relativos ao déficit habitacional municipal, cartogramas, entrevistas, registros fotográficos, entre outros.

No quarto capítulo, ***Pelotas: do rural ao urbano***, procurou-se pelos elementos sócio históricos que conformam a gênese das práticas e modos de vidas ligados às novas ruralidades. Para tal, o estudo percorreu a trilha histórica da formação econômico-social municipal, escrutinando os encadeamentos entre o campo e a cidade. Tudo, desenvolvido pela análise de aspectos da morfologia espacial municipal e do desenvolvimento desigual, datando as diferentes temporalidades que a constituem e as formas de sociabilidade encontradas na Sanga Funda.

Após realizadas as etapas anteriores, no quinto e último capítulo, ***A condição do homem simples na Sanga Funda****,* desenvolveu-se o momento Histórico progressivo do método lefebvriano. No qual as ruralidades verificadas são explicadas pela observação da sua formação. Assim como suas tendências potenciais de permanência ou de desagregação.

1 Ruralidades nas margens entre o campo e a cidade

> *O século XXI trouxe consigo esta nova ruralidade, como um renascimento, valorização, ressignificação e autoestima do rural que começou a constituir-se ainda na década de 1980. Esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também com o urbano, compreender seus contornos, especificidades e representações.*
>
> Ruralidades: novos significados para o tradicional rural (MEDEIROS, 2017, p.184)

Esta seção se volta à contextualizar algumas prementes questões que incidem diretamente sobre o objeto desta pesquisa. Inicialmente pontua-se o efeito do modo de produção vigente para as migrações dos campesinos e a consequente expansão das cidades pela formação e pelo crescimento de suas periferias em decorrência do espraiamento de assentamentos espontâneos. Aponta-se que as diferentes normas legais muitas vezes colaboram ao crescimento desordenado destas áreas, em virtude de um emaranhado jurisdicional, particularmente, confuso quanto a responsabilidade e aos limites de atuação das diferentes esferas administrativas (municipal e federal) sobre tais regiões.

Ressalta-se que compete para este problema critérios adotados pelas Prefeituras municipais e órgãos estatísticos que tendem a qualificar campo e cidade como espaços claramente delimitados. Ao reduzir o rural aos locais não atingidos pela expansão urbana em razão da ampliação, pelos Planos diretores, dos distritos sedes municipais. Atenta-se que o fenômeno da expansão dispersa da mancha urbana sobre estas regiões, compreendidas na maioria dos casos como periurbanas ou rururbanas, não encaminha necessariamente para um processo de homogeneização. No qual o urbano prevalece sobre o rural, como pode transparecer, mas sim na conformação de novos arranjos socioespaciais que implicam principalmente em precarização urbanística e ambiental em um enquadramento predominantemente rural.

Desde logo, aborda-se que é necessário examinar este conflito sob um paradigma que qualifique o debate campo-cidade, respeitando as nuances que comportam a realidade social, ao invés de simplificá-las. Para isso, apropria-se da noção de ruralidades, empregada por diversos autores, que defendem a concepção de que o rural se reorganiza diante dos processos de modernização, resistindo e se

adaptando de múltiplas maneiras. Logo, indica-se que as mudanças socioespaciais, pelo ponto de vista histórico, apontam para as mútuas relações entre o rural e o urbano. Sendo possível verificá-las, mais claramente, durante a segunda fase do capitalismo. Na qual o campo exerceu papel central no impulsionamento e no crescimento das cidades. Em virtude das necessidades das transformações técnico-científicas promovidas pelo modo de produção vigente.

Assim, de acordo com Silva & Monte-Mór (2019), na Europa do capitalismo industrial, entre os séculos XIV e XIX, que mudanças estruturais oportunizaram o surgimento e a reprodução da economia de mercado, no qual migração e urbanização são partes de um mesmo processo de sujeição de vivência e de produção social do espaço. À vista disso, entende-se que a Inglaterra, do começo da Revolução Industrial, desenvolveu um padrão de mobilidade diverso dos trabalhadores em relação às sociedades pretéritas, consolidando as cidades fabris e as transformações profundas no campo. Fundamentalmente, pelo advento de relações entre capitalistas e trabalhadores rurais convertidos em proletariado[3] ou, ainda, em exército industrial de reserva[4].

Decorrido este período, nas cidades do século XXI outras importantes alterações de ordem econômica e social se impõem na díade campo-cidade. Neste sentido, Freitag (2012) enfatiza uma indissociável necessidade de estudos dos problemas urbanos a partir desta relação. Tendo em conta, quanto ao aspecto demográfico, que em termos relativos a população rural do mundo em 1950 era da ordem de 70%, devendo alcançar escassos 30% em 2050. De acordo com Pereima Neto (2014) nos chamados países emergentes, estima-se que 50% destas populações estarão vivendo em áreas urbanas.

No Brasil, a população urbana representava em 1950 o equivalente a 36,1%. Conforme última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), divulgada em 2022, já alcançava 73%[5]. Sugerindo, em termos gerais, o aprofundamento de um

---

[3] Massa de indivíduos destituídos dos meios de produção, unicamente possuidores da sua própria força de trabalho para vender no mercado (MARX, ENGELS, 1996).

[4] Se trata da força de trabalho excedente às necessidades da produção. A existência desse contingente de desempregados desestimula reivindicações das classes trabalhadoras por melhores salários (MARX, ENGELS, 1996).

[5] Veiga (2002) questiona tais estimativas quanto à real proporção da urbanização brasileira.

padrão demográfico de desruralização[6].Tendo como correlação o processo de envelhecimento geral da população do final da década de 1990. Graças a uma queda na fecundidade feminina e ao aumento da expectativa de vida. Para Sacco dos Anjos & Caldas (2008) esta condição se deve a dois fatores que se abateram de forma mais intensa nos espaços rurais e que foram motivados, demasiadamente, pelo êxodo rural das populações mais jovens. Principalmente das mulheres em direção as periferias na procura de melhores oportunidades e de ascensão social.

Diante tal cenário de mudanças estruturais aceleradas e intensas. Iniciadas na década de 1950, observamos seus efeitos nos espaços urbanos brasileiros. Como a crescente informalidade urbana ignorada pelos marcos legais destinados ao regramento do parcelamento do solo urbano. Segundo Pereima Neto (2014) este conjunto de fatores, dinamizados pela concentração populacional em condições desfavoráveis e este modelo de crescimento econômico, do tipo concentrador de renda, representam o grande desafio a ser enfrentado pelo país no século XXI.

Com o objetivo de confrontar a agudização alarmante desta situação. Destacam Albuquerque & Albuquerque (2017), que a lei federal 10.257/2001 do Estatuto da Cidade e a Constituição Federal de 1988 conferiram aos municípios a responsabilidade de legislar sobre assuntos concernentes a melhor gestão e ao planejamento de seus territórios como um todo. Em particular através de seus Planos diretores. Diante disso, cabe ao Poder Público local se orientar no sentido do cumprimento das funções sociais da cidade[7], da propriedade[8] (urbana e rural) e da

---

[6] No ano de 2017 o IBGE publicou a *Classificação e características dos espaços rurais no Brasil – uma primeira aproximação* no intuito de aprimorar estes dados. De acordo com essa nova metodologia, a ser implementada, o percentual da população considerada urbana reduz de 84,72 % para 76%. Em virtude dos novos critérios de classificação topológicos a serem adotados. O intuito é aprimorar a divulgação dos dados do Censo de 2020 e se adequar a metodologia aplicada por organizações internacionais como a União Europeia, países como os Estados Unidos e a Nova agenda Urbana das Nações Unidas permitindo a comparação dos resultados e o subsídio das políticas públicas e do planejamento do país. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano. Acesso em: 24 jul. 2023.

[7] A Constituição Federal de 1988 normatiza, no art. 182, em seu Capítulo II – Da política urbana –, que as condições para que a propriedade cumpra sua função social deverão estar previstas nos planos diretores municipais e serão de responsabilidade exclusiva da esfera do poder público municipal. Ainda neste mesmo artigo, são previstos mecanismos de penalização aos proprietários de imóveis que descumprirem a função social (BRASIL, 1988).

[8] A atual Constituição Federal se encarregou de regular a função social da propriedade nos artigos 5º, XXIII, da concepção de direitos fundamentais; art. 170, III, como princípio da ordem econômica; art.

implementação do direito à cidade sustentável[9], intentando contrapor as inequidades sociais históricas no campo e nas cidades. Entretanto, é necessário acrescentar a discussão ora apresentada, que diferentes concepções e definições entre território rural e urbano definem as competências legais e suas respectivas tributações dos entes federativos (Município, Estado e União).

Vale menção de Albuquerque & Albuquerque (2017) que é a partir de cada ordenamento que os qualificativos urbano e rural são identificados, por vezes com a destinação dada ao solo ou, ainda, pela localização do imóvel ao atender finalidades jurídicas. Pela perspectiva do direito agrário o que notabiliza um imóvel como rural é a atividade nele desenvolvida e não a sua localização, que pode inclusive ser urbana, diferentemente do direito civil. Ainda no âmbito legal, a competência sobre a política agrícola e agrária é da União em consideração ao art. 22, I, da Constituição Federal de 1988. Contudo, assim como os referidos autores, entende-se que se faz necessário uma integração entre a questão rural e urbana para que se promova o desenvolvimento das reformas necessárias, em razão do estreitamento destas dimensões aliadas ao emergente e urgente problema socioambiental.

Em que pese o fato das distintas normas legais e de suas concepções diversas, conduzirem para tais discordâncias, sobre a gestão dos territórios rural e urbano, a condição na qual as Prefeituras municipais classificam como urbanas, as áreas dotadas de infraestrutura, de serviços básicos e com certo adensamento populacional, induzem a concepção de meio rural como próprio de espaços ou zonas ainda não atingidas pela expansão da cidade.

Como bem referiu Abramovay (2000, p.2; destacado no original), a "emancipação social passa a ser vista — de maneira distorcida — como « urbanização do campo »". Segundo Veiga (2014) as origens desse tipo de distorção correspondem entre outros aspectos ao Decreto-Lei 311 de 1938 e que ainda se encontra em vigor, decorrente da Era Vargas no auge do Estado Novo.

182, § 2º, da política urbana; e art. 186, referente à política agrícola (ALBUQUERQUE & ALBUQUERQUE, 2017).

[9] O art. 2º, I, da garantia do direito à cidades sustentáveis da Lei 10.257/2001, do Estatuto da Cidade, assim o define: "[...] como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações [...]" (BRASIL, 2001, p.92).

Faz-se necessário ressaltar que concorre para este embotamento uma inconsistência dos critérios empregados no país no que tange à classificação ou delimitação socioespacial. Tal assunto recai sobre a natureza dos dados levantados em termos demográficos, econômicos e sociais. Deste modo, se converge com Abramovay (2000, p.2) quando assevera que a definição de rural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de natureza residual, dado que “as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais”.

Constata-se, precisamente, um posicionamento hesitante por parte do Poder Público de ambiguidade legal, que corrobora no crescimento desordenado e suas respectivas consequências. Conforme exibido na publicação *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para a sua promoção* (2007). O referido estudo retrata o dramático contexto urbano e periurbano[10]. Desnudando a carência de saneamento básico, a precária mobilidade, a ausência de serviços de saúde e de educação, a segregação social, a violência, a insegurança alimentar e a desnutrição, questões mais sensíveis nas fronteiras entre territórios urbanos e rurais.

Interpreta-se esse quadro extremo como resultado de um processo de ocupação difusa ou dispersa que acomete de forma distinta as cidades, estando relacionado a dimensão das áreas urbanas. Conforme Sposito & Chatel (2017) nas cidades de porte médio esta tendência é reforçada, devido ao maior estoque de terras disponíveis próximas às áreas centrais, sendo estimulada pela presença do transporte por modal coletivo ou individual. Acarretando em parcelamento da terra rural, a fim de convertê-la em urbana. Como no passado, a tendência do avanço do processo de urbanização dispersa continua sendo muitas vezes orientado por interesses fundiários e imobiliários.

Frente a tudo isso, o que se constata é que os limites entre estes territórios não estão claros, caracterizando-se como autênticas “zonas cinzentas”, posto que nessas regiões rururbanas as concepções de campo e cidade presentes nas normas de planejamento e de uso do solo, se mostram ainda mais diluídas e difusas, em meio ao esgarçamento do tecido social. Com objetivo de problematizar à questão, buscou-se orientação no argumento que sustenta que as fronteiras entre o mundo rural e o

[10] Entendido como sinônimo de rururbano.

urbano adquirem, na contemporaneidade, contornos mais sutis, tendo em vista que suas relações são marcadas por expressões territoriais peculiares que englobam distintos modos de vida, o que leva a debates de diferentes autores sobre quais formas se definem e se expressam as ruralidades na atualidade.

É fato que os espaços rurais já não se encaixam em esquemas que até bem pouco tempo eram dominantes. O que parece claro é que o debate sobre fronteiras espaciais e simbólicas entre o mundo rural e o mundo urbano é cercado de polêmica. Ainda assim, aceita-se como válida a premissa de Abramovay (2000) de que ruralidade é um conceito de natureza espacial e não de natureza setorial. Muito embora, a cidade contemporânea há que ser vista como um espaço multifacetado que encerra, dentro de si, processos demasiados complexos e dinâmicos. Ao não reconhecer tais atributos, corre-se o risco de reproduzir esquemas analíticos já superados e, ainda, ocultar as múltiplas identidades que permeiam o rural contemporâneo e as áreas não densamente urbanizadas. Assim como Wanderley & Favareto (2013), admite-se que diferentes autores ponderam que a ruralidade se define por meio de suas relações com a cidade, ainda que se admita que rural e urbano são conceitos interdependentes.

Portanto, reconhece-se que está ruralidade indica uma pluralidade de movimentos internos ou externos que pressupõe “[...] iniciativas de resistência ou adaptação, expressando as referências identitárias, em sua diversidade, de quem vive efetivamente no campo” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 440). Em que se configuram, segundo a mesma fonte, certas disputas entre concepções do rural como o local de investimentos ou como espaço onde opera a vida no sentido pleno da palavra. Convergindo com esta perspectiva Martins (2001) descreve o cenário urbano como um doloroso desenraizamento da população rural brasileira, alertando para o ativo papel da própria sociologia rural nesse processo:

> O deslocamento de grandes massas rurais para a cidade revelou-nos uma dimensão desdenhada do mundo rural: um modo de ser, uma visão de mundo e uma perspectiva crítica poderosa em relação ao desenvolvimento capitalista, à modernização anômala e à desumanização das pessoas apanhadas de modo anômico, incompleto e marginal pelas grandes transformações econômicas e políticas que, não raro, tiveram os sociólogos como acólitos (MARTINS, 2001, p.32).

Aceita-se a posição desse pensador brasileiro quando reitera que as “favelas e cortiços desta nossa América Latina, e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano” (MARTINS, 2001, p.33). Pulsam, nesses espaços, formas

precárias de vida, mediante as quais, pessoas desenraizadas lutam pela própria sobrevivência.

Estudos como o de Pereima Neto (2014), sobre o contexto periurbano, identificam uma lacuna de informações sobre o tema da dinâmica das pessoas e da atividade econômica que opera nesse âmbito, alertando para precariedade e desarticulação na elaboração de políticas públicas urbanas no país. Desse modo, evidencia-se a relevância e a atualidade do que alguns autores denominam fenômeno de transição urbana[11], que de acordo com Costa *et al* (2013) pressupõe a emergência das zonas periurbanas, rururbanas ou rurbanas.

Diante da exposição de alguns elementos essenciais do objeto desta pesquisa, através de autores da atualidade dedicados à produção de importantes reflexões sobre as relações campo-cidade, na seção seguinte prioriza-se o exame das diferentes percepções presentes em estudos sociológicos sobre o tema. Sobretudo, de acordo com o paradigma das novas ruralidades.

1.1 As bases teórico-epistemológicas da pesquisa

1.1.1 Um exame sobre as teorias campo-cidade

> *No decorrer do tempo a separação entre a cidade e o campo cresceu e, correspondentemente, as diferenças entre os universos sociais rural e urbano aumentaram. Estas diferenças aumentaram tanto quantitativamente quanto qualitativamente: muitos traços diferenciais dificilmente perceptíveis nos estágios iniciais da diferenciação tornaram-se mais claros e conspícuos e, ao mesmo tempo, muitas diferenças perceptíveis nos primeiros estágios desdobraram-se em várias subclasses.*
>
> Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano
> (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN 1986, p. 198)

O objetivo desta seção é situar o leitor e exibir algumas das grandes orientações de um tema demasiado amplo, as relações campo-cidade. Sobre o qual tem sido gerada, desde o século XIX, uma densa e profusa produção no âmbito da

[11] A ideia de transições demográficas é referida no estudo de Silva e Monte-Mór (2019).

História, da Sociologia, da Antropologia, etc. Segundo Anderson (1985), a Sociologia Rural reivindica o status de ramo mais antigo da sociologia estadunidense.

Não é propósito realizar aqui um tratado exaustivo sobre o assunto, mas expor alguns elementos que são cruciais para o desenvolvimento deste estudo ao delimitar nosso campo de observação. No intuito de entender tais relações, se desenvolve uma análise de cunho histórico e sociológico, no qual, ao retornar as origens do debate, se percebe a união estreita que conecta os diferentes campos do conhecimento. Campo e cidade, durante certo tempo, foram vistas como formas distintas de organização social, mas, segundo alguns dos autores contemporâneos revisitados, denotam mútuas imbricações de diversas ordens.

Diante disso, se circunscreve histórica e sociologicamente a afirmação da necessária oposição entre a nascente sociedade urbano-industrial com o universo agrícola-rural com seu indubitável processo de desagregação. Esse aspecto foi analisado na obra do sociólogo francês Émile Durkheim na oposição entre as solidariedades mecânica e orgânica. Nos Estados Unidos da América por Robert E. Park, ícone indiscutível da Escola de Chicago, ao resgatar a figura do judeu imigrante – o *flâuner* metropolitano de Simmel – o homem marginal dividido entre dois mundos emancipado de uma cultura sem estar totalmente integrado a outra. A fim, de demonstrar a distinção entre campo e cidade pelas diferentes disposições de mobilidade de seus habitantes; com efeito o campesino assume a figura do sujeito profundamente enraizado à terra que cultiva o solo, traço que o distingue substancialmente do comerciante semita.

A Escola de Chicago se orientava na compreensão de como se dão os processos entre a manutenção da tradição e as mudanças advindas da vida nos centros urbanos, no que ficou conhecido como “estudos de comunidade”, analisando fenômenos de transição entre estas diferentes estruturas sociais. Esta abordagem exerceu uma importante influência nas Ciências Sociais do país, especialmente entre as décadas de 1940 até 1960, em diversas pesquisas realizadas, desde *O homem no vale do São Francisco* (1972) de Donald Pierson, *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos* (1948) de Lucila Hermann e os estudos de Oracy Nogueira, Emílio Willems, Charles Wagley, entre os principais.

A partir da década de 1920, o clássico trabalho desenvolvido por Pitirim Sorokin, Carle Zimmermann e Charles Galpin, no terreno de uma sociologia rural, se tornou notório ao adotar uma perspectiva dualista entre campo e cidade. A obra se

assenta sobre a ideia de expor oposições entre o mundo rural e o urbano a partir de múltiplos critérios que refletem a chamada visão dicotômica entre ambas as noções[12]. Dentre eles constam diferenças: I) Ocupacionais, II) Ambientais, III) no tamanho das comunidades, IV) na Densidade populacional, V) na Homogeneidade e da heterogeneidade das populações, VI) Diferenciação, estratificação e complexidade social, VII) Mobilidade social, VIII) Direção da migração e IX) Sistema de integração social.

Percebe-se que um amplo conjunto de pensadores do século XIX até meados do século passado, compreendiam a natureza do campo e de seus habitantes como tudo aquilo que não se encaixava no marco da cidade e que brotava da expansão industrial. Se o modo de vida rural aparece associado à ideia de pacato, a vida urbana está vinculada à rapidez dos processos, à tensão no ritmo da vida, ao anonimato, à distância social e à arregimentação. Destarte, a hegemonia da tradição dicotômica entre campo e cidade à qual relaciona o lócus urbano à modernidade e o rural à tradição se esboroa na atualidade.

Uma virada se deu na década de 1960 com a teoria do *continuum* rural-urbano elaborada por Pahl, adquirindo relevância no contexto estadunidense que experimentava a diminuição na capacidade de ocupação produtiva pela atividade agrícola. Desse modo, o conceito de sociedade *folk*[13] de Robert Redfield representava um paralelo da vida rural tradicional caracterizada pelo isolamento, homogeneidade, emprego agrícola e economia de subsistência, recorrentes nas comunidades estadunidenses dos anos 1950, transitando, segundo o autor, para uma continuidade entre o *folk* e o urbano.

A revolução agrícola, em andamento naquele país, promoveu significativas alterações, figurando em maior destaque o avanço das comunicações, dos meios de transporte (acesso a automóveis e boas estradas), as transformações dos meios de comunicação (imprensa, rádio, cinema e televisão) e, por último, aquelas relacionadas

---

[12] SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C., C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. *In*: Martins, José Souza, (Org.), **Introdução crítica à sociologia rural**, São Paulo: Hucitec, p.198-224, 1986.

[13] "Nas pesquisas em Yucatan, Redfield tentou demonstrar um modelo transicional onde a passagem à sociedade de *folk* à sociedade urbana se realiza através da operação dos processos de individualização, secularização e desorganização, consequentes à intensificação de contatos e perda da homogeneidade. Redfield não assume ser está a única via de transformação, mas é este esquema que completa a sua concepção do *continuum* folk-urbano" (GOLDWASSER, 1974, p.73).

com a comercialização e a racionalização da agricultura, na qual o meio rural sofreu profundas modificações socioculturais.

Mudanças que, segundo autores como Horton & Hunt (1980), repercutiram, na década de 1970, em diminuição desta população e do número de fazendas e, por outro lado, no aumento do tamanho médio das propriedades e nos padrões de consumo similares aos urbanos, se comparados as duas décadas anteriores. Nessa interpretação, apesar de rural e urbano serem conceitos úteis, não existe uma linha divisória nítida entre eles. Pois, os dois estilos de vida convergiam na comunidade local (*town*) ou no povoado, mesmo antes dos subúrbios e do processo de urbanização da vida rural. Então, a ocupação se tornou mais determinante para a personalidade e para o modo de vida do que a própria localidade em que se encontra domiciliado, seja no meio rural ou urbano, de acordo com os autores.

A partir dessas observações a teoria do *continuum* propunha desvincular o espaço como o elemento determinante das práticas culturais e sociais que caracterizam os diferentes modos de vida. Para Wanderley (2001) concorrem duas principais vertentes - a urbano centrada - de autores como Rambaud, que em última instância, apontam o fim espacial e social da realidade rural e uma segunda vertente que aproxima e integra dois polos extremos que mantém suas particularidades, na qual o rural se integra espacialmente, mas diferenciado em suas representações sociais.

A relação campo-cidade conduziu a perspectiva dos subúrbios, sob este enfoque Horton & Hunt (1980) argumentam que a separação entre subúrbio e cidade só se fez sentir em sua plenitude no século XX, no subúrbio moderno, no ambiente uniforme nos Estados Unidos da América. Além disso, observam que entre as décadas de 1960 e 1970, os subúrbios cresceram 26%, a população rural permaneceu nos mesmos níveis, enquanto as cidades centrais estadunidenses experimentaram um crescimento de apenas 6,4%. Uma explosão demográfica sentida, primeiramente, nas cidades de Boston a Baltimore, Buffalo a Detroit, atravessando Michigan, Chicago, Milwaukee e tantas outras, sendo reconhecida como o fenômeno do “alastramento urbano” (*urban sprawl*). Entre os seus principais prejuízos frisa-se o desperdício na maneira como são utilizados os lotes e uma mobilidade muito dependente do automóvel, contexto que não é exclusivo dos Estados Unidos da América, sendo uma condição comum em diferentes partes do globo.

Mais recentemente, os subúrbios estimulam o aumento da vida enclausurada dos residenciais, um dos símbolos que resumem para Hidalgo, Borsdorf & Sanchez (2006), essa forma atual de habitar associada à globalização econômica[14] e às políticas de desenvolvimento neoliberal nas grandes aglomerações da América Latina, desde meados da década de 1980. Inauguradas com as *gated communities*[15] norte americanas e difundidas como um produto exitoso. No caso brasileiro, a urbanização influenciada pela experiência estadunidense é reflexo da incorporação do *american way of life,* igualmente baseado no carro particular, nos condomínios em bairros nobres ou em casas individuais de subúrbio e no comércio em supermercados e *shoppings,* contrastando com as imensas desigualdades sociais de outros cidadãos que vivem em favelas, cortiços ou ocupações ilegais.

Sobre o tema das implicações entre rural e urbano se evidencia, assim como Carneiro (2012), fundamentalmente três correntes do pensamento. Na primeira assume-se o camponês como o principal ator social do meio rural em que o seu fim determinaria o fim do mundo rural pela crescente modernização da sociedade, à exemplo dos estudos de Sorokim, Zimmermam e Galpin. Na segunda, cita-se autores como o geógrafo francês Bernard Kayser que sustentam uma reelaboração continua da dualidade campo-cidade, fenômeno denominado de “renascimento rural”, ainda centrado no agricultor como o elemento mantenedor de um campo tradicional. Por sua vez, a terceira reivindica o fim da dicotomia rural-urbano e a ideia de um *continuum* entre eles, demonstrando a heterogeneidade sociocultural na continuidade territorial. Há ainda a norte-americana, denominada de Sociologia da Agricultura, que sustenta o abandono da noção de rural, em razão do processo de modernização e um redirecionamento das leituras sociológicas, deixando o viés espacial e social rural para o setor econômico da agricultura como uma profissão.

Demarca-se que na contemporaneidade diversos pensadores entendem que o rural não sucumbiu diante à modernidade, menciona-se, especificamente, a noção de “ruralidades” entendida como expressão de uma certa resistência a uma cultura urbana pretensamente uniformizante. Sob a base dessa vertente convergem posições

---

[14] Processo decorrido, a partir da transição do fordismo para o pós-fordismo, na década de 1970, na qual existe uma passagem de uma produção espacialmente concentrada a uma flexível. Devido a nova divisão social do trabalho e a uma nova internacionalização do capital financeiro (Hidalgo *et al*, 2006).

[15] Condomínios fechados.

que compreendem as múltiplas marcas da coexistência de culturas e sociabilidades que caracterizam os diferentes modos de vida dentro da sociedade urbana.

As perspectivas desses debates convergem para os seguintes fatores:

> a) Aspectos demográficos e econômicos, sugerindo a análise separada da evolução social do espaço rural dos processos econômicos e da produtividade agrícola. A ruralidade, nesta perspectiva é muito mais ampla e complexa do que a prática econômica agrícola;
> b) Aspectos sociológicos e etnográficos voltados ao modo de construção e de redefinição identitária das sociedades, da cultura, da sociabilidade e das formas de vida;
> c) Discussões que envolvem o ambiente e a sustentabilidade no que tange ao uso dos recursos naturais e adaptabilidade do ambiente. Atualmente viver no campo, no espaço rural, não é sinônimo de viver como habitante produtor, camponês, inserido em uma sociedade rural, mas uma busca pela natureza, pela tranquilidade, não tendo necessariamente seu trabalho vinculado ao campo, reflexão que em parte está presente em Bontron (2001) (MEDEIROS, 2017, p.185).

Nesta vertente recente de estudos sobre o rural persevera a contraposição à ideia de propagação do global, o que tem provocado uma guinada teórica nos estudos sobre as relações campo-cidade, fazendo emergir uma concepção de ruralidade que nasce no âmbito da sociedade moderna. Na qual a proeminência da cultura urbana sobre o amplo espectro da sociedade não redunda em equalização cultural. Assim, o conceito de ruralidade também implica em perceber que os atores sociais possuem a capacidade de se adaptarem às novas condições resultantes das influências externas. Desta feita, permanece pela sua capacidade de transformação que ocorre no mundo rural, renovando suas particularidades e importância frente à modernidade.

Neste sentido, concorda-se com Carneiro (2012) quando argumenta que as “ruralidades contemporâneas” abrigam uma noção pensada não através de um traço distintivo ou característica diferencial, mas de uma percepção difusa de realidades multifacetadas e de fragmentos que guardam entre si conexões que merecem ser analisadas, a partir de uma imersão profunda junto à realidade concreta. Em vista disso, compreender as formas de ruralidades na contemporaneidade envolve captar os significados culturais em permanente reconstrução por aqueles que vivem no campo diante um estreitamento nas díades campo-cidade, urbano-rural e global-local.

Ao fim da seção merecem ser destacadas as diferenças fundamentais nas teorias sobre a díade campo-cidade e as profundas alterações em alguns dos principais paradigmas da sociologia rural. Menciona-se a) a teoria dicotômica que preconiza diferenças contrastantes entre o mundo rural e o mundo urbano, b) a teoria do *continuum* rural-urbano que desvincula o espaço das práticas culturais c) a

concepção de ruralidade (ou ruralidades) que alerta sobre a importância de questões de identidade rural, mesmo diante dos efeitos da modernidade e da urbanização.

O exame das principais teorias sociológicas ligadas ao âmbito das relações campo-cidade apresentadas, até a década de 1960, parece demonstrar, em maior ou menor medida, uma tendência de dois mundos como vetores antagônicos ou portadores de lógicas dicotômicas. Como contraponto a essas perspectivas teóricas o paradigma das novas ruralidades se apresenta como reflexo de processos que não se encaixam dentro de esquemas rígidos e/ou herméticos.

Identifica-se uma importante virada epistemológica na abordagem dos estudos das relações campo-cidade em sintonia com a concepção contemporânea das novas ruralidades multifacetadas. Referimo-nos aos estudos desenvolvidos pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre. Autor que verificou as formas de permanência das comunidades rurais e o encerramento da divisão entre campo-cidade, ao compreender que esses dois sistemas devem ser examinados em conjunto com o modo de produção capitalista. Assim, a seguir, se promove uma interpretação do paradigma das ruralidades sob o enfoque dos pressupostos desenvolvidos por Henri Lefebvre e pela sociologia de José de Souza Martins, com o objetivo de incorporar novas ferramentas de análise que ajudem a elucidar questões que dizem respeito aos elos entre campo e cidade e as ruralidades contemporâneas. Por seus pontos de contato, através do exame proposto pela sociologia da vida cotidiana, como se verá nas próximas seções.

1.2 O rural se transmuta para persistir

1.2.1 Henri Lefebvre e o estudo das comunidades rurais

> *Si es cierto que la comunidad campesina puede renacer en la actualidad, en función de exigencias modernas y sobre bases modernas, nada más interesante que este renacimiento; quizá de él pueda surgir un sentido nuevo de la Tierra*
>
> Do lo rural a lo urbano (LEFEBVRE, 1978, p.38).

Henri Lefebvre (1901-1991) foi um filósofo e sociólogo francês, autor de uma longa obra literária, iniciada no final da década de 1920. Dedicou-se ao pensamento marxiano, às práticas sociais na relação entre filosofia e vida cotidiana, ao estudo da vida no campo e na cidade e ao chamado fenômeno urbano, desenvolvendo uma

vasta e importante produção teórica com muitas nuances e diversidades em suas abordagens, combinando filosofia e sociologia como poucos.

Em vista de sua profícua produção, recorre-se brevemente à classificação desenvolvida por Machado (2008) no fito de deixar mais didática a apresentação. Logo, para este autor identifica-se primordialmente quatro momentos distintos sobre os respectivos temas; o marxismo, a vida cotidiana, a cidade e o estudo do Estado, da autogestão, das representações e dos ritmos sociais. A produção sobre Marx o acompanhou até o fim de sua vida, publicando neste primeiro momento de sua obra, os seguintes trabalhos: *Le Marxisme Dialectique* (1939), *Le Marxisme* (1948), *Pour connaitre la pensée de Karl Marx* (1948), *Pour connaitre la pensée de Lenine* (1957)*, Problèmes actueles du marxisme* (1958), *Marx – coletânea* (1964), *Sociologie de Marx* (1966) e *Une pénsee devenue monde* (1980) entre outros.

Nos anos de 1940, durante o nazismo em seu país, militou na clandestinidade, já no Centro Nacional para a Pesquisa Científica (CNRS), dedicou-se ao estudo das práticas sociais, desenvolvendo uma relação entre filosofia (abstração) e o pensamento sobre o cotidiano (concreto), integrando neste segundo momento, principalmente, suas obras: *Critique de la vie quotidienne, vol. I* (1947), republicado de forma ampliada em 1957 (*La somme et le reste*), *Critique de la vie quotidienne, vol. II – Fondament d'une sociologie de la quotidienneté* (1961), *Critique de la vie quotidienne, vol. III (1981), La vie quotidienne dans lê monde moderne* (1991).

O período compreendido entre 1960 e 1974, constituiu seu terceiro momento, publicando seis livros sobre a produção do espaço no campo e na cidade, são eles: *La droit à la ville* (1968), *Du rural à l' urbain* (1970), *La revolution urbaine* (1970), *La penseé marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique* (1973) e *La production de l'espace* (1974). O quarto momento transcorre de 1975 em diante no qual estuda cada vez mais a filosofia dando continuação aos projetos anteriores. Dessa fase, fazem parte as publicações: *Hegel, Marx et Nietszche ou le royaume des ombres* (1975), *Del'Etat* (1976), em 1978 os quatro volumes dedicados ao Estado 1. *L'Etat dans le monde moderne*, 2. *Théorie marxiste de l'Etat de Hegel à Mao*, 3. *Le mode de production étatique*, 4. *Les contradictions de l'Etat moderne* e, em 1980, *La présence et l`absence* sobre as representações, etc.

Importante esclarecer que sua obra vem atravessando um processo de redescoberta, principalmente nas Ciências Humanas. Entre suas principais contribuições, desenvolveu sua teoria sobre a produção socioespacial do campo e da

cidade, a qual se mostra fortemente embasada no materialismo histórico e dialético, em vista da práxis cotidiana em um projeto de transformação do mundo. Sobre o tema, logo na introdução *De lo rural a lo urbano* (1978), uma compilação de artigos dedicados, especificamente, às questões entre campo e cidade, escritos entre os anos de 1949 e 1969, o autor esclarece que o centro de seu debate se volta à passagem da outrora relação contraditória entre campo e cidade à combinação destas. Haja vista que está começa a se estender sobre o conjunto do território, fazendo emergir vitualmente o que o autor define como a "sociedade urbana". Já no âmbito de uma sociologia rural Lefebvre (1978) argumenta que cabe procurar nas leis econômicas, ante uma teoria de economia política, a teoria da renda da terra como explicação dos fatos históricos e sociais, baseado em Karl Marx que ao estudá-la percebeu como a renda é distribuída entre as classes sociais:

> […] el propietario agrícola (históricamente de origen feudal, aunque la burguesía en muchos lugares del globo expulsó y reemplazo a los feudales latifundistas) tiende a acapararse el máximo de renta, no dejando ao trabajador de la tierra más que un mínimo, el beneficio medio de su capital, su salario. Ésta fue la respuesta, nueva y científicamente profundizada, de Marx al gran problema planteado por Ricardo: cómo se distribuyen los "ingresos" según las clases de la población (LEFEBVRE, 1978, p. 79; itálico e parênteses no original).

Todavia, Lefebvre compreendeu que a teoria de Marx sobre a renda da terra não serviria mais a seu tempo. Devido a mudança da etapa do capitalismo do regime de competição para o monopolista. Mais precisamente, em razão do surgimento de uma nova classe dominante no meio rural, o capitalista agrário monopolista. Assim, recorre aos trabalhos sobre a questão agrária concebidos por Lênin. Fundamentalmente a ideia de desenvolvimento desigual e combinado desenvolvida pelo revolucionário.

É necessário frisar que no período em que escreve *De lo rural a lo urbano* (1978) o autor evidencia a perda da autonomia da comunidade rural. Face as transformações sociais que se sucedem na sociedade global, indicando que aqueles que vivem no campo estariam cada vez mais suscetíveis à lógica econômica geral, à vida nacional, à vida urbana e à tecnologia moderna. Sendo forças que incidem na metamorfose de um rural tradicional. Na mesma obra admite que a comunidade rural não é eterna e em certas condições desapareceu ou poderá vir a desaparecer, por exemplo, pela formação da agricultura capitalista. Assim, se propõe desvelar se ela não mais existe como fora no passado, transformou-se, dissolveu-se ou desenvolveu-se e em quais condições?

Em seu estudo observou que a comunidade rural permanece existindo enquanto tal, seja nos países centrais, seja na periferia do capitalismo. Especialmente, pela coexistência temporal de técnicas de agricultura relacionadas a diferentes modos de produção de um desenvolvimento desigual dos agentes em conflito no campo. Mesmo frente um grande e constante processo de exploração, no qual a agricultura carrega os resíduos de um passado distante. Portanto, percebe que no rural o histórico adquire maior importância, uma vez que nele essa dimensão persiste e age juntamente com o presente.

Portanto, através de sua análise sócio histórico o autor identificou a permanência da comunidade rural, mesmo frente às mudanças dos diferentes modos de produção. Ao sublinhar o conflito histórico entre o rural tradicional e as forças produtivas desde a antiguidade. Das grandes granjas capitalistas ao *chojov* socialista. Constatou que a comunidade rural existe desde os tempos mais longínquos. Apesar de contingências infligidas pelos diferentes modos de produção: o escravista, o feudal, o capitalista e o socialista.

É particularmente interessante, à presente pesquisa, o papel histórico identificado pelo autor dado a comunidade rural, principalmente entre os séculos XVIII e XIX. Nela se estabeleceu uma forma de resistência de um modo agrário tradicional, sob o impacto dos avanços técnicos do capitalismo no campo, fazendo dos camponeses uma forma de comunidade histórica que está sujeita, assim como outras, às forças produtivas. Foi necessária sua adaptação para não perecerem mediante o processo econômico e social. Ainda para o autor, para além da comunidade rural a sociedade organizou-se em outras duas maneiras distintas. A comunidade mais ampla e a familiar, sendo importante observar que esta comunidade rural apresenta laços orgânicos que não seguem a lógica da individualização da sociedade moderna. Nem de uma economia monetária e independentemente das diferentes relações de propriedade da terra, que poderiam ser adotadas pelas comunidades rurais, estas apresentam fortes laços de vizinhança por razões práticas. Seja pela troca de ajuda em atividades mais laboriosas ou simplesmente através das visitas mútuas entre seus integrantes.

Ainda argumenta que as comunidades rurais quase sempre se organizavam em funções de direção e por princípios técnicos que regulamentam o interesse coletivo. Primeiramente, pela assembleia geral ou dos chefes de família e posteriormente por anciãos ou por notáveis, destacando que mais tarde essas

organizações se readaptaram para atender as funções políticas de defesa da comunidade contra os diferentes perigos e pressões frente a um componente estranho que se abate sobre ela, tendo como exemplo os aparatos de Estado.

A partir de todos estes elementos o autor define a comunidade rural:

> La comunidad rural (campesina) es una forma de agrupación social que organiza según modalidades históricamente determinadas, un conjunto de familias fijadas al suelo. Estos grupos primarios poseen por una parte biens colectivos o indivisos, por otros bienes “privados”, según relaciones variables, pero siempre históricamente determinados. Están relacionados por disciplinas colectivas y designan – aun cuando la comunidad guarde vida propia – responsables mandatarios para dirigir la realización de estas tareas de interés general (LEFEBVRE, 1978, p. 31; itálico e parênteses no original).

Em *A revolução urbana* (2002) ao retomar a impossibilidade de se conceber campo e cidade como espaços apartados, aponta a necessidade de uma compreensão mais apurada, por se tratar de um processo amplo, rico e profundo; então defende que o urbano se encontra ademais no rural, através do modo de produção de um capitalismo global, que incide sobre os espaços diferenciais da dimensão do vivido (cotidiano). Desta feita, conclui que o capitalismo industrial se impôs na produção socioespacial fazendo com que campo e cidade se interpenetrem se transformando não somente através da dimensão espacial, mas em virtude das contradições e conflitos inerentes ao respectivo modo de produção a que correspondem.

O autor progride em sua discussão sobre a produção socioespacial capitalista dispondo como reflexão os virtuais desdobramentos da sociedade de sua época. Propondo centralmente a hipótese de que a cidade industrial sucumbia diante do fenômeno urbano, não sendo mais o objeto histórico central da produção do espaço da cidade. Concluiu que se desenvolveram através da história diferentes categorias de cidades, nessa ordem: a cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial e a zona crítica (passagem da cidade industrial, para uma urbanização completa).

Nessa mesma obra atenta que a industrialização se viabilizou ao quebrar as organizações de trabalho onde suas raízes eram sólidas e fechadas, rememorado o contexto do nascimento da industrialização fora das cidades, ou seja, no campo. A sociedade urbana originada do processo industrial absorveu o modo de produção agrícola, causando a explosão das antigas formas urbanas. Neste processo se tem a industrialização da agricultura e sua submissão às exigências de um modo de vida urbano. Estas demandas, em nível global, interferem nos agrupamentos tradicionais, pois as aldeias se transformam e algumas delas são absorvidas pelas cidades.

Entretanto, divergentemente do que pode aparentar ao ler este autor, entende-se que a urbanização completa não implica em aniquilação do campo pela expansão dos limites das cidades, combinada às facilidades de uma vida moderna. Assim, esses elementos não redundam, necessariamente, em eliminação de modos de vida rurais na sociedade atual. Para tal afirmação, alude-se ao próprio autor em seu estudo de caráter histórico-sociológico, denominado *O Vale de Campan* (2011), numa região nos Pirineus franceses. No qual abarca mil anos de sua história e observa uma resistência cultural e política do campesinato, diante dos diferentes sistemas de dominação. Assim, sobre a mudança para o modo de produção capitalista, na região de Campam, identificou que apesar de seu empobrecimento, a organização em forma de comunidade agropastoril voltada à fabricação artesanal e familiar não se extinguiu "em conclusão, senão que um processo econômico iniciado desde há muito tempo vem precipitar sua marcha, uma estrutura econômica nova reverteu e arrasou a antiga organização agropastoril, sem aliás, destruí-la, mas empobrecendo-a, arruinando-a?" (LEFEBVRE, 2011, p.33).

O francês ressalta que o processo de pressão sobre os costumes comunais, uma formação muito antiga dos camponeses de Campan (clã ou tribo pastoril ou nômade e seminômade), produziu uma capacidade de resistência constituída através da luta contra as classes dominantes dos modos de produção em que o costume destes camponeses é descrito como um processo dialético mais lento e que guarda um certo atraso. Ao final, indica que as forças contrárias que provocaram este embate com comunidade rural foram a economia mercantil e o Estado burguês. Desse modo, questiona Lefebvre (1978), quais as implicações das transformações históricas para o saber do campesino, suas tradições, costumes, hábitos, cultura, sua concepção de sagrado (religião), sua organização familiar, e ritualização do tempo e do espaço da comunidade? Esses são os problemas propostos por Lefebvre para o desenvolvimento de uma sociologia científica e histórica e, aqui, se dispõe perscrutar, referente ao objeto desta pesquisa.

1.2.2 Martins e uma sociologia das margens

> *[...] relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização.*
>
> A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala (MARTINS, 2017, p. 17).

Uma releitura do projeto lefebvriano, ao contexto particular das sociedades latino-americanas, transcorreu através do sociólogo brasileiro José de Souza Martins. É notável que as sobreposições entre as concepções teóricas destes dois autores incidem na forma em que Martins põe em perspectiva a teoria lefebvriana. Martins, em meados da década de 1970, ao iniciar um seminário orientado ao método de *O Capital*, identifica no francês uma perspectiva que influenciaria sua abordagem sobre o rural e, ainda mais tarde, em seus estudos sobre o cotidiano, embasados em fortes questões metodológicas e na valorização da dialética.

Entretanto, a sociologia deste autor sofreu outras importantes influencias e se reconhece, assim como Soto (2003), que seu desenvolvimento tem como fonte ainda a obra de outros autores[16]. Além do já mencionado Henri Lefebvre e sua abordagem sobre o cotidiano, através dos textos de Karl Marx. Em particular, da leitura dos *Grundisse,*[17] em que o tempo histórico sugere tensões entre realidades coexistentes, oportunizadas pelos desencontros, no qual o passado persiste enquanto a sociedade se transforma e a reprodução ampliada do capital cria ou recria relações não capitalistas de produção.

Diante disso, Martins engendra sua teoria sobre o mundo rural pela verificação dos diferentes elementos que compõem as estruturas, sempre de maneira dialética,

---

[16] “Florestan Fernandes, Antonio Candido, Marx, Henri Lefebvre são sem nenhuma dúvida os autores que exerceram uma decisiva influência na construção da sociologia de José de Souza Martins” (SOTO, 2003, p.177).

[17]“Em *O capital*, o desenvolvimento capitalista aparece como modo de produção dominante, destruidor dos demais modos de produção, ao passo que nos Grundrisse as relações sociais capitalistas convivem com outras relações sociais” (SOTO, 2003, p. 184).

como a permanência dos costumes das comunidades campesinas apesar das modificações das forças produtivas. Nessa concepção, trata-se de um pesquisador indispensável para aqueles que desejam entender as questões relacionadas ao mundo rural brasileiro contemporaneamente. Sob essa perspectiva constata que a propriedade latifundista contribui a produção capitalista de relações não capitalistas de produção, impedindo o pleno desenvolvimento democrático da sociedade brasileira, conforme desenvolvido em o *Poder do atraso* (1994):

> A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postiço ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer (MARTINS, 1994, p.12-13).

A consequência de suas conclusões sobre a persistência de estruturas fundamentais passadas o encaminhou ao desenvolvimento de uma sociologia da história lenta, sensível aos fatores dos tempos sociais em desencontro. No qual os acontecimentos do cotidiano se constituem a partir das resistências causadas pelas contingências históricas que restringem as possibilidades das mudanças no presente. Para isso, este sociólogo parte da realidade dos seres humanos, isto é, do vivido, na tarefa de desenvolver uma análise da sociedade capitalista de forma profunda, voltando sua mirada para os atores da vida comum. Logo seu objeto, ao invés do centro, são os campesinos, o homem comum, o subúrbio e o cotidiano das margens simbólicas e territoriais, justamente porque na margem os conflitos e as contradições estão mais aflorados, reconhecendo, assim como Frehse (2018), que sua sociologia apresenta um forte atributo espacial, no qual a vítima e espaço se conectam.

Pontua-se que a trajetória intelectual de José de Souza Martins, conforme Navarro (2018), pode ser demarcada por de três grandes momentos. No primeiro deles, que perdura de meados dos anos de 1960 até 1979, concluiu sua dissertação sobre a história empresarial do Conde Matarazzo[18] e sua tese sobre imigração e a questão agrária no pais[19], encerrada com o estudo *O cativeiro da terra.* Em que expressa a inadequação de esquemas dualistas como rural-urbano, tradicional-

[18] José de Souza Martins, Conde Matarazzo, o empresário e a empresa, 1976.
[19] José de Souza Martins, A imigração e a crise do Brasil agrário, 1973.

moderno, ao investigar o processo de industrialização de São Paulo combinadamente ao regime de colonato nas fazendas de café, perseguindo os fundamentos últimos e históricos que o originaram, revelando e explicando as bases rurais em que se assentam a produção do ser social e de sua consciência.

Desta feita, a transição do modo de produção escravista brasileiro para o trabalho livre capitalista guarda suas peculiaridades muito bem desenvolvidas e apresentadas em sua tese, do hoje clássico estudo, *O cativeiro da terra* (2018). No qual o regime de colonato expressa as origens do atraso do desenvolvimento capitalista, devido a concentração da propriedade da terra ao atribuir que [...] “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (MARTINS, 2018, p.9-10).

Isso quer dizer que durante o processo de imigração brasileiro quando optou-se por europeus pobres e desprovidos dos meios de produzir; conscientemente os obrigou a entregar a própria força de trabalho aos latifundiários com a promessa que no futuro teriam a sua própria terra. Assim a tese do autor, sobre o processo de acumulação do capital, implica em uma certa conservação de estruturas do passado que garantem ao sistema sua expansão, reengendrando antigas relações contraditórias indispensáveis à reprodução.

As implicações desta maneira de inserção no capitalismo à sociedade brasileira perpassam por práticas atrasadas de dominação tradicional como as do clientelismo, do patrimonialismo, do oligarquismo, na qual o poder se assenta nessas bases históricas. O autor demonstra esta hipótese, com o clássico exemplo da renda capitalista da terra, em que um elemento natural e sem valor, já que não resulta do trabalho humano, não haveria de ter preço. No entanto, anteriormente ao advento do capitalismo na Europa, devido ao monopólio da terra, eram cobrados tributos em espécie, trabalho ou dinheiro pelo direito ao uso da terra daqueles que não a detinham. Assim ressalta que o capitalismo incorporou a propriedade fundiária:

> O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do cervo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ela assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses, nem os proletários deduzem e transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários (MARTINS, 2018, p.36).

Destarte, apresenta a tese de que o capitalismo brasileiro se desenvolveu por relações não capitalistas de produção, como as verificadas no regime de trabalho por colonato, não inteiramente capitalista na forma de remuneração da força de trabalho. Diferentemente do trabalho assalariado recebido em dinheiro no modo capitalista de produção:

> [...] “um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral (MARTINS, 2018, p.35-36).

Ainda observa que a forma de organização do trabalho familiar não condiz com relações propriamente capitalistas de produção:

> “Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. E, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção” (MARTINS, 2018, p.36).

A reprodução do capitalismo por meio de estruturas anteriores não ocorreu apenas no regime de colonato paulista, existindo em outras partes do Brasil:

> Por esse caminho, ele produziu toda uma teorização sobre o campesinato brasileiro, procurando compreender as peculiaridades do sistema de colonato nos cafezais paulistas, onde identificou a presença de um não-assalariado que combinava o trabalho na lavoura de exportação com a produção de seus meios de vida, reproduzindo-se como camponês a partir do trabalho assalariado. Segundo o autor, relações semelhantes, com variações locais, se reproduziam nos seringais amazônicos (neste caso, com base na migração interna, de trabalhadores do Nordeste, em especial do Ceará) e também no Nordeste canavieiro, com a crescente incorporação dos caboclos, visto que, quando começa a escassez de mão de obra no Sul, parte dos escravos são vendidos e substituídos por trabalhadores locais (MEDEIROS, 2018, p.37).

Já o segundo momento de sua obra abrange os anos de 1980 até 1994, período de forte produção acadêmica e de pesquisa empírica nas fronteiras agrícolas em expansão nas áreas mais ao norte do Centro-Oeste, Amazônia e estados como Maranhão e Tocantins. Com sua participação política nos setores progressistas da Igreja católica, em especial, no caso da Comissão Pastoral da Terra, cujas atividades foram iniciadas no ano de 1975.

Por seu turno, o terceiro momento compreende a segunda metade da década de 1990 até a atualidade. Em virtude das mudanças no cenário político desenvolve uma atividade intelectual de maior abrangência na escolha de seus temas, destacando-se dentre os principais: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (1996), *A*

sociabilidade do homem simples (2000), *A aparição do demônio na fábrica* (2008), *A política do Brasil lúmpen e místico* (2011), entre outros.

Por fim, é verificável as múltiplas afinidades teóricas entre estes dois autores, assim como aspectos que evidenciam as principais concepções entre rural e urbano, segundo Martins. Na próxima seção, aprofunda-se o diálogo com elementos capitais do pensamento destes dois pensadores que perseguem a totalidade social ao unir fatos aparentemente dispersos na dimensão do cotidiano. Ao conferir sentido por meio de uma leitura que permite a crítica das estruturas que mantem esta sociedade em pé, enquanto, concomitantemente, produz a miséria do homem fragmentado no campo e na cidade, e isso é o que se verá a seguir.

1.3 Por uma crítica da vida cotidiana

> *O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com transições de escassez para a abundancia e do precioso para a depreciação.*
>
> A vida cotidiana no mundo moderno (LEFEBVRE, 1991, p.30).

Henri Lefebvre concebeu de maneira crucial uma crítica radical das estruturas sociais que produzem a fragmentação do homem pela produção de um conhecimento parcelário que atua em todas as esferas da vida, produzindo a alienação. Ao apresentar uma rica e complexa teoria que faz da crítica da vida cotidiana seu principal instrumento dialético de apreensão da totalidade social pelo movimento da História do tempo e do espaço nas infindáveis facetas que operam na dimensão do vivido, uma vez que o vivido é o concreto.

Para Lefebvre (2019) o pensamento marxiano parte do afastamento dos fatos e das ideias de seu aparente isolamento, demonstrando que tudo se encontra em correlação, se Marx, “substituiu o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas” (LEFEVBRE, 2016; p.35), elevando o conhecimento a um nível

superior, Henri Lefebvre aparentemente ambiciona um projeto similar relativo à produção do espaço a partir do mesmo método.

Sobre o tema da produção capitalista do espaço sua teoria socioespacial concebe a cidade como a projeção no terreno de uma totalidade social - cultura, instituições, ética, estética, valores, base econômica e relações sociais - de uma sociedade global que deve ser lida sob o binômio espaço-tempo da vida moderna. Com efeito, pode-se dizer que o francês orienta sua investigação da produção socioespacial através da percepção de uma totalidade baseada no método marxiano.

Dessa maneira, verifica-se que Lefebvre amplia as fronteiras investigativas das relações sociais capitalistas para o âmbito da cidade e do campo e alerta que a reprodução ampliada do capital não perpassa apenas a dimensão fabril. Encontrando-se em outros âmbitos da vida, devendo ser investigados, essencialmente, àqueles relativos as práticas cotidianas do vivido (material, concreto), as funções do habitar e do habitat, os lazeres e, enfim, nas formas de utilização do espaço.

Portanto, a cidade é feita de uma realidade econômica, social e cultural, sendo ademais o centro dos capitais e dos conhecimentos, possuindo vida social e produzindo obras, muitas vezes advinda da concentração da riqueza, como aquela realizada no campo. Consequentemente, ela mobilizou os circuitos de transferência de riqueza e se constituiu como centralidade do espetáculo na luta entre as classes e que se expressa em festas e monumentos promovidos pelas classes dominantes, onde a urbanização continua se estendendo até as regiões rurais. Porém, observa Lefebvre (1978) a persistência de antigos núcleos como o caso do *Quartier Latin* que transformando-se se mantêm.

Assim, expõe a relevância cultural das cidades pretéritas, uma vez que nelas se encontram as obras mais “belas” da vida urbana, (diferenciando obra de produto)[20] ao se referir as ruas, as praças, aos edifícios e monumentos como espaços repletos de simbolismos, de espontaneidade, do imaginário em que a finalidade última é a Festa, culminando no consumo da riqueza pela centralidade e a diferenciando do progressivo propósito do consumo das mercadorias e do espaço, entendidos como os produtos da sociedade moderna.

---

[20] Para Marx o modo de produção capitalista assume a forma de uma “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1996, p.165). Desse modo se destaca a importância do produto enquanto mercadoria para a compreensão da manutenção dessa forma de organização social.

Para Lefebvre (2006) a vida cotidiana moderna foi esvaziada por uma disciplina da ausência. Abriu-se o campo para que as instituições políticas preencham a vida com suas representações que aparentam ser presença, mas que, no entanto, são ausências, simulações, simulacros que moram no percebido e os preenchem de representações. Se a rua até então fora o espaço do jogo social das conversações, na sociedade burocrática de consumo dirigido[21] ela assume o lugar do trânsito e da circulação automobilística, privatizando o antigo espaço do encontro. Sendo assim, apresenta, através da dialética, as transformações espaciais da cidade. Na medida em que se desenvolveu a passagem dos modos de produção pré-capitalistas ao momento histórico em que esta organização econômico, político e social se faz hegemônica, anunciando os infortúnios da vida cotidiana na modernidade e a necessidade de um projeto político de reconquista do direito à cidade[22], capaz de subverter os efeitos deletérios do arranjo social vigente.

Destarte, indicou alguns caminhos, ao especificar um projeto que condiciona desejos programadores do cotidiano, manejando a subjetividade através de signos redundantes de uma modernidade fugaz. De um transitório permanente, que cultiva o efêmero e a obsolescência como estratégias de classe, denunciando a crescente naturalização da opressão e a desumanização da sociedade moderna, na cidade do valor de troca[23]. Na qual a cotidianidade[24] adquire a condição de uma ilusão, de representações de presença e ausência, do lugar de uma sociedade repressiva que instaura um terror difuso.

Portanto o que fora repleto de símbolos se encontra empobrecido e tedioso, esmaecendo-se a espontaneidade da vida de sua sociabilidade na cidade histórica.

---

[21] A sociedade burocrática de consumo dirigido, segundo o autor, é marcada pelo "caráter racional dessa sociedade como também pelos limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano" (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

[22] Segundo Lefebvre "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito *à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade" (2001, p. 134, itálico no original).

[23] O capitalismo em seu movimento de reprodução domina as relações sociais através da generalização da troca (valor de troca) [...] "assim a generalização da troca se impõe na vida cotidiana através das formas de acesso do cidadão à cidade como condição de realização da vida urbana" (Carlos, Ana Fani Alessandri, 2017, pg. 34-35).

[24] De acordo com Henri Lefebvre [...] "a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a Modernidade" (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

Relações de vizinhança e de parentesco, tão importantes ao longo da antiguidade, poderosas fontes de existência social, desmoronam na nova cidade, produzindo a privatização absoluta da existência e a privação pelo embotamento do ser social. Uma vez que as necessidades sociais da existência individuais e dos grupos foram reduzidas ao cálculo frio daqueles que se dedicam ao lucro, no âmbito da construção, fazendo da cidade o local do valor de troca, onde a vida é constrangida pela lógica da produção, da reprodução do menor custo da vida urbana onde as diversas necessidades sociais se encontram submetidas a esta racionalidade. Entre elas, as relativas à segurança, ao imprevisto, à informação, à surpresa, ao lúdico, à privacidade e ao contato.

Nesse sentido em *A revolução urbana* (2002) o autor evoca, através de sua crítica da vida cotidiana, a necessidade de uma poética no habitar - relação do ser humano com a natureza e com seu próprio ser - de qualidade antropológica em toda as suas dimensões numa relação entre o possível e o imaginário que reside na morada e no habitar em que a casa e a linguagem são aspectos complementares aos seres humanos como espécie. Por isto, se aparta do reducionismo funcionalista do habitat, do modelo estandardizado da cidade funcionalista que condena o habitar, reprimido pelo habitat e desenvolvido pelo pensamento analítico extremado das ciências parcelares. Este, que estancou o imaginário separando sobre o terreno, projetando sobre ele a hierarquia social entre trabalhadores, cargos superiores, profissionais liberais, segregando os jovens do convívio dos velhos e estabelecendo uma divisão de ordem entre os sexos.

Nessa mesma obra constata que a urbanização é um fenômeno anterior a cidade industrial. Deste modo a sociedade de sua época deveria ser qualificada como sociedade urbana, não deixando de reconhecer na industrialização a grande força transformadora de sua sociedade. Assim sendo, suas implicações devem ser estudadas em conjunto com os problemas da vida social, uma vez que a natureza humana é dialética e contraditória entre Eros e Logos. Desta feita, progride em sua análise sobre a produção socioespacial como estratégia de classe a esmiuçando nos três níveis dos agentes do espaço, o global (G), o misto (M) e o privado (P), próprio do habitar, distinguindo que o nível global pertence ao domínio do poder do Estado, lançando mão de estratégias sobre o espaço, (relações mais gerais e abstratas) a exemplo da política dos capitais e da política do espaço:

> Esse nível global, ao mesmo tempo social (política) e mental (lógica e estratégia) projeta-se numa parte do domínio edificado: edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura, ciudades novas. Projeta-se também no domínio não-edificado: estradas e autoestradas, organização geral do trânsito e dos transportes, do tecido urbano e dos espaços neutros, preservação da «natureza», sítios etc. Esse é, portanto, o nível do que chamaremos o *espaço institucional* (com seu corolário: o urbanismo institucional) (LEFEBVRE, 2002, p.78-79, conforme o original).

Portanto, a prática social se apresenta sujeita à esfera da política, os políticos, através dos aparelhos institucionais que obstaculizaram o caminho da democracia urbana se utilizam de marcos institucionais e ideológicos, tendo o urbanismo como instrumento das classes dominantes.

Por sua vez, o nível misto (M) corresponde ao da cidade, dele fazem parte as ruas, praças, avenidas, prefeituras, igrejas paroquiais, entre outros; estando diretamente relacionado ao local (imediato), mas igualmente com o meio distante, assim:

> O que persiste sob o olhar da reflexão conserva uma forma relacionada com o sitio (o meio ambiente) e com a situação (o meio distante, condições globais). Esse conjunto especificamente urbano apresenta a unidade característica do “real” social, o agrupamento: formas-funções-estruturas. A esse respeito, pode-se falar de duplas funções (na cidade e da cidade: funções urbanas relacionadas ao território circundante e funções internas), assim como de estruturas duplas (por exemplo, as dos «serviços», do comercio, dos transportes; uns a «serviço» da vizinhança: aldeias, burgos, cidades menores e outros a serviço da vida urbana propriamente dita) (LEFEBVRE, 2002, p.80, conforme o original).

O nível privado (P) indica o conflito entre o habitar e o habitat pela análise das edificações; entre elas, os grandes prédios de apartamentos, as casas, os acampamentos e as favelas:

> O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos *«patterns»*, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o «vivido» a encerrar-se em caixas, gaiolas ou máquinas de habitar (LEFEBVRE, 2002, p.80, conforme o original).

Ainda observa que o urbanismo, como instrumento ideológico, aparenta ser arte, ciência, técnica e conhecimento, mas é justamente o que encerra uma ilusão, por não ser neutro e nem apolítico, qualificando-o como uma estrutura que serve predominantemente a estratégia do lucro, a lógica do espaço industrial, ou a das trocas e do mundo da mercadoria. Assim, define o urbanismo:

> Uma superestrutura da sociedade neocapitalista, noutras palavras, do «capitalismo de organização» o que não significa «capitalismo organizado». Noutros termos ainda: da *sociedade burocrática de consumo dirigido*. O

> urbanismo um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e o habitat. Enquanto superestrutura, ele se distingue, e é preciso distingui-lo fortemente, da prática, das relações sociais, da própria sociedade. (LEFEBVRE, 2002, p.143).

Prosseguindo, identifica ao menos três tipos de urbanismo: o dos humanistas, dos produtores imobiliários e, por fim, do Estado e de seus tecnocratas. Ainda, destaca que o espaço se configura como um produto resultante das relações de produção, submetido a um grupo dominante, no qual o urbanismo encobre a estratégia capitalista do domínio do espaço e a luta contra a queda tendencial do lucro médio. Ressalta que os urbanistas cumprem ordens e executam enquanto creem ter o domínio do espaço, de um espaço comprado e vendido, produto supremo tornado último objeto de troca e não reduzido apenas a terra ou ao solo, mas *espaço social*, produto do trabalho social e da formação da mais-valia, no qual o capitalismo visa à colonização total e a produção de uma mais-valia global:

> O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] Ela não faz só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão (LEFEBVRE, 2002, p.143).

Sobre o urbanismo voltado ao setor imobiliário o autor entende se tratar de um elemento que se constitui como um segundo circuito. Paralelo ao da produção industrial, cabendo a ele absorver os choques na economia de bens não duráveis. Nos casos de depressão econômica é para ele que os capitais se dirigem, constatando a ação perniciosa envolvida nessa relação do capital. Quando o segundo circuito suplanta o principal, e aponta a contradição envolvida nesta realidade em diferentes países europeus, sobretudo na Grécia e Espanha. Consequentemente, o Estado domina o fenômeno urbano para, a partir de suas instituições, propiciar a reprodução do capital. Através da troca e do mercado, ordenando o concebido e organizando globalmente o espaço, visando sua restrição e homogeneização, e finalmente subordinando o urbano e o habitar:

> Eis porque foi preciso denunciar o urbanismo ao mesmo tempo como máscara e como instrumento: máscara do Estado e da ação política, instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia e numa sócio-lógica. O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político (LEFEBVRE, 2002, p.164).

Frente ao exposto tornam-se nítidas as mútuas imbricações entre os diferentes aspectos que agem sobre a produção socioespacial e suas implicações na vida

cotidiana, de acordo com leitura social desenvolvida pelo autor. Assim como Lefebvre, José de Souza Martins também defende que a luta de classes se dá materialmente na dimensão do rotineiro, ou seja, no tempo cotidiano. Nele se encontra a disputa pelos direitos do homem, das condições adequadas à vida, do tempo para si e para os seus, das conquistas das sociedades na busca pelo prazer no trabalho, pela criatividade e pela Festa.

Entretanto, segundo este autor, a particularidade do estudo da vida cotidiana na modernidade dos países latino-americanos e no caso brasileiro, em especial, transita pelo reconhecimento de sua anomalia e de sua condição inacabada. Assim, verifica que a sociologia da vida cotidiana é um campo do conhecimento que explora os meandros da vida social, na qual centram-se as práticas rotineiras do homem comum ou do homem simples com a sociedade complexa e anômala. Práticas estas típicas de uma modernidade inconclusa.

Destaca-se que Henri Lefebvre ao desenvolver seus estudos sobre a produção do espaço capitalista notou que a importância da industrialização se enfraquecia no âmbito da vida cotidiana para a reprodução da sociedade contemporânea à qual dirigia sua mirada. Sendo assim, identificou no preâmbulo do que se entende por neoliberalismo[25] a passagem da organização produtiva na qual a indústria deixou de ser o principal indutor do capitalismo.

As transformações no modo de produção e na forma de extração do mais-valor encontravam-se cada vez menos postas sobre o capital produtivo. Derivavam, na anunciação do neoliberalismo, para a modalidade de acumulação promovida pelo capital fictício de uma economia mundializada. Em que os fluxos migram rapidamente através do mercado financeiro. Financeirização que, de acordo com Rolnick (2015), mais recentemente, produz impactos nas políticas urbanas municipais, refletindo na emergência do “empreendedorismo municipal”. Em resposta ao processo de reestruturação produtiva e fiscal, fazendo com que as cidades e suas populações sejam atingidas por movimentos especulativos, pelas estratégias globais das corporações multinacionais e pelo aumento da competição entre cidades. Somente para citar alguns dos seus principais efeitos.

Dessa maneira, se reafirma Martins e se entende que é necessário desvelar o monótono da trama que enreda o repetitivo e das possibilidades do que não se repete.

---

[25] Lefebvre emprega o termo neocapitalismo para referir-se ao capitalismo de sua época.

Através de uma história da vida cotidiana é que se define uma práxis que é também transformadora. É na verificação desta tessitura, dos fatos aparentemente corriqueiros, que se quer encontrar as imbricações entre rural e urbano, nos seus pontos comuns, não a partir de uma concepção de mundo rural inevitavelmente submetido ao urbano. Mas sim, de um universo com capacidade adaptativa e em constante modificação como verificado por Lefebvre em seu clássico estudo sobre a comunidade campesina do Vale de Campan. Abrangendo um período de mil anos de sua história, em que o rural renasce sob novas bases.

Portanto, é cabível que a cidade seja dissecada como um objeto que expressa as materialidades de um tipo específico de organização social. Em um determinado período histórico em vista do que suas forças produtivas, em seu atual estágio de processo de trabalho, são capazes de realizar. Sendo assim, a partir da tradição do pensamento crítico procedente do que se convencionou de Materialismo Histórico e Dialético[26], enunciado pela primeira vez por Karl Marx e Friedrich Engels em *A ideologia alemã* (1845-1846) e continuado por Lefebvre e Martins. Nessa concepção, o espaço adquire um novo sentido, já que tudo aquilo que nele se manifesta ao espírito, tanto de forma objetiva quanto subjetiva, é resultado da sociedade, que a produz e a reproduz, através das relações de sociabilidade.

Portanto, percebe-se o quão insuficiente é pensar puramente sob a ótica do espaço construído apartando-o dos atores, das classes, de suas representações sobre o mundo, das sociabilidades e das estruturas que as animam. Sob essa matriz metodológica, não se trata de investigar, exclusivamente, a produção do espaço da polis contemporânea, sob o risco de mistificá-lo ou de sua fetichização, mas de incorporar ao objeto deste estudo, combinadamente, as dinâmicas presentes nas dimensões sociais e espaciais, ou ainda socioespaciais, terminologia que se preferiu adotar[27].

---

[26] Para citar alguns dos principais autores desta profícua tradição orientada para uma concepção crítica sobre os estudos urbanos se mencionam o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, o espanhol Manuel Castells, os geógrafos David Harvey, Edward Soja e no Brasil Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos e ainda as arquitetas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, entre tantos outros.

[27] Esclarecendo as razões que levaram ao emprego da terminologia “socioespacial”, entendido como mais apropriado, e que será utilizado nesta pesquisa com o propósito de ressaltar tais concepções de interligação entre o espaço e a sociedade. Condição que pode não ser tão evidente para aqueles sem proximidade alguma com esse ramo de estudo. Não se ignora o fato de que no âmbito da Geografia contemporânea o espaço é intrinsecamente social, conforme Catalão (2011).

Por ora, tratamos de abordagens campo-cidade produzidas em diferentes épocas. Dos estudos sobre a produção socioespacial de Henri Lefebvre, iniciados ainda na década de 1920, aos do sociólogo brasileiro José de Souza Martins, ainda em atividade. Até mais recentes, que visam compreender as ruralidades complexas e integradas à sociedade brasileira contemporânea. Procurou-se traçar uma linha teórica e cronológica que, apesar de não ser homogênea, ainda assim, identifica convergências fundamentais, sobretudo, a ideia de um universo rural que permanece mesmo com o espalhamento do tecido urbano das cidades brasileiras. Combinar todos estes elementos apresentados, até aqui, foi o grande desafio do empreendimento teórico-metodológico enfrentado.

Isto posto, propõe-se investigar a partir da dialética e da sociologia da vida cotidiana formas de ruralidades dos atores sociais que vivem no perímetro urbano municipal (de acordo com o III Plano diretor municipal) na localidade da Sanga Funda. Em particular, como mencionado previamente, pelo método regressivo-progressivo desenvolvido por Henri Lefebvre e aplicado à sociedade brasileira pelo sociólogo José de Souza Martins. Conforme será apresentado no capítulo seguinte.

2 O método regressivo-progressivo

> *A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros*.
> O poder do atraso (MARTINS, 1994, p.13).

Para Henri Lefebvre (1978) o método sociológico deve atingir hipóteses que dizem respeito à dimensão social se opondo a um empirismo como uma coleta infindável de fatos. O cotidiano é o concreto que se desenrola no tempo, cujas partes e fragmentos se encadeiam. Concernente ao aparentemente irrelevante e que se une à modernidade, trazendo o signo do novo e da novidade. Assim, na concepção deste autor, há certa horizontalidade no atual, como um encobrimento dos desencontrados tempos que coexistem. Na qual, múltiplas e diferentes temporalidades convivem no presente. Estruturas pertencentes, originalmente, a outros modos de produção que não foram de todo superados, de acordo com Karl Marx:

> A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de toda as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. (MARX, 2011, p.84; grifo no original)

Vale dizer que Lefebvre procura no método marxiano uma forma de interpretar leis supremamente objetivas. Sendo, ao mesmo tempo, leis do real e leis do pensamento. Isto é, leis de todo o movimento, indicando que a História, ademais, faz parte dessa totalidade. Não sendo nenhum exagero afirmar que há uma história do espaço, assim como, do tempo, dos corpos e da sexualidade, ainda por escrever.

Nota-se, a pertinência da análise histórica em seu método. Sendo essa é uma situação delicada, segundo o autor, já que se deve visar um equilíbrio entre as ciências, no qual a sociologia não pode ser absorvida pela história nem deve prescindir dela. Com efeito, para se fazer uma sociologia da vida cotidiana é indispensável esmiuçar nas estruturas sociais profundas da cotidianidade a compreensão dos fenômenos do dia a dia. Na qual a sociedade se assenta em camadas de tempos sociais desencontrados, hegemonizados por um atual anacrônico, ou ainda, no caso

das particularidades dos países subdesenvolvidos em que convivem diferentes épocas, simultaneamente, a era rural, a era industrial e a era urbana.

Em outras palavras, significa apreender como a História se manifesta cotidianamente, necessitando o método sociológico reconhecer a datação das relações e das concepções sociais. Na procura da descoberta de seus princípios, ou seja, no momento de sua formação estrutural. Nessa concepção a noção de formação econômico-social, recuperada por Lenin, incorpora a ideia de desenvolvimento desigual, na qual se identificam as permanências na estrutura capitalista de formações e estruturas pregressas.

Consequentemente, Henri Lefebvre cria um método investigativo para a realidade social denominado de regressivo-progressivo. Apresentado pela primeira vez, de acordo com Frehse (2015), em dois artigos publicados nos anos de 1949 e 1953 nos *Cahiers Internationaux de Sociologie.* Tratam-se de desdobramentos metodológicos do reencontro em Marx da noção de formação econômico-social, voltados à reflexão sobre a realidade do mundo rural.

A formação econômico-social de Marx carrega consigo a datação das relações sociais. De fato, nessa interpretação da história, coexistem relações de momentos históricos distintos em desencontro. Uma vez que nem todas apresentam a mesma origem, como reminiscências de diferentes momentos. Sendo assim, a compreensão dialética dos processos sociais e de sua historicidade, ou seja, a dinâmica social do presente, depende de se identificar os momentos coexistentes. Segundo o desenvolvimento desigual, em relação às diferentes temporalidades do processo e da consciência social.

Para atingir seus objetivos o método é constituído de três momentos. A descrição do visível, a análise regressiva e a progressão genética. Neles se concebe a dupla complexidade da realidade social, a horizontal e a vertical, desenvolvendo procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades divergentes e coexistentes. De modo que a reprodução social é a reprodução ampliada do capital, conforme Lefebvre, e ainda a reprodução ampliada de contradições sociais.

Ciente da dificuldade proposta pelo seu método, que ambiciona apreender está totalidade de natureza abstrata, insensível e intangível na investigação do empírico, é que a ciência deve indicar algo concreto. Assim, propõe a leitura da cidade por suas superestruturas como símbolos, construídos materialmente, “obras” que representam

a totalidade: “se encarnan en obra, obras que, como fácilmente se comprende, son los monumentos, edificios públicos y privados, en los cuales y a través de los cuales la sociedad global se presenta o se representa; muy frecuentemente constituyen símbolos” (LEFEBVRE, 1978, p. 141).

Seguindo esta orientação a cidade desenvolve seus discursos dentro de textos, contextos, níveis e dimensões que estabelecem códigos diversos superpostos ou justapostos. Ao qual, deve-se decifrar suas mensagens, sensíveis, visíveis, legíveis no terreno. Todavia, estes símbolos podem permanecer ou não no tempo, dado que a cidade, como um superobjeto, transmuta-se pelo movimento dialético histórico, relativo a cada organização social. Assim, morrem velhas funções, enquanto surgem novas, logo suas estruturas socioespaciais não são pétreas.

É relevante notar a dimensão dialética da cidade em que o futuro é construído sobre o passado. Uma vez que os modos de produção contribuem na produção social e espacial das respectivas sociedades, existindo um liame destes elementos na maneira como se organizam os grupos populacionais. O que quer dizer, que os modos de produção escravocrata, o medieval e o industrial conceberam diferentes cidades e centralidades, tendo em vista suas respectivas formações econômico-sociais.

Com isso, deve-se retomar à observação das ruas como fontes informativas na verificação de como ocorrem as sociabilidades. Suas mudanças ou permanências, a partir de seus monumentos, obras da História da humanidade relatos permanentes e que se mantêm. Diante da obsolescência, símbolos do duradouro, como edifícios religiosos ou políticos, nos espaços onde ocorrem os diversos jogos, da dimensão lúdica, jogos de azar, de encontros, esportivos, núcleos da sociabilidade, nos cafés, nos bares, na ágora, nos estádios, nos teatros ou nas praças dos mercados, visando pesquisar nos informantes e confrontar o lado semiológico (objetos sensíveis) e o semântico (verbal).

Corroborando Lefebvre, Martins (2017a) reafirma que a dupla complexidade se apresenta com mais vigor no mundo rural, como uma referência inicial mais rica nas implicações metodológicas. Pois, contém uma maior diversidade e tensão entre os tempos históricos e nas relações sociais datadas. Para o autor, a questão é que a reprodução econômica incide sobre a reprodução das relações sociais e por sua vez na vida cotidiana. Sob esta ótica verificar as ruralidades contemporâneas existentes, no que se convencionou pela norma legal e por parte da bibliografia especializada como rururbano, propicia o desvelamento de uma contemporaneidade,

particularmente traduzida pelo estudo das formas de re-produção dos modos de vida do homem comum dividido em seu cotidiano.

Assim, Martins revela o método:

> A concepção de Sociologia que aprendi aqui na USP não se baseava nas segmentações do tipo rural-urbano. Nada é mais rural que a cidade de São Paulo. E o urbano pode ser facilmente encontrado nos confins do sertão, lugares a que chegaram o avião, o rádio e a televisão. As situações sociais dos assentamentos humanos são indevidamente classificadas como "rural" e "urbano". Nessa orientação, pude trabalhar a questão espacial da acumulação capitalista entre nós, o centro como acumulação de possibilidades, acumulação de cultura e não só do capital. A margem, o subúrbio e a periferia, como lugares residuais do desenvolvimento desigual. (MARTINS, 2013, p.242).

Sobretudo, caberá à pesquisa desvendar através da Etnometodologia, da História e da Sociologia como as forças modernizantes, da dimensão do concebido, agem no âmbito do vivido dos moradores das margens socioespaciais e quais as implicações decorrentes deste processo. Encerrada a seção dedicada aos aportes teóricos da investigação, detalha-se, a seguir, como se pretende expor as ruralidades a partir de uma lógica dialética. Conhecidos os elementos apresentados sobre a Sociologia da vida cotidiana, seus objetos de pesquisa, suas principais referências teóricas e seu método, denominado de regressivo-progressivo, parte-se à descrição de sua aplicação no contexto desta investigação.

2.1 A complexidade horizontal

> *O subúrbio está proposto, entre nós, como o lugar da reprodução e não como o lugar da produção; como lugar da repetição e não da criação; como lugar do cotidiano e não da História, conforme distinguiu Lefebvre. É lugar para morar e trabalhar. Nesse sentido, é também, o lugar do vivido (mas, do vivido fragmentado) que cimenta a unidade contraditória dessas aparentes dicotomias. A memória é aí memória do fragmento. Lugar do nada é, também lugar da procura da memória.*
>
> Subúrbio (MARTINS, 2002, p. 15).

Este estudo se baseia em um tipo de objeto cuja natureza não é dada à primeira vista, conhecer, caracterizar, descrever, analisar e teorizar sobre uma ruralidade "renitente" dentro do espaço classificado como parte do perímetro urbano em uma região tida como rururbana. A ênfase estará posta sobre a percepção dos indivíduos

que vivem na localidade da Sanga Funda e que fazem desse espaço social o seu meio e a sua forma de vida no intuito de compreender, de maneira profunda, o fenômeno empírico dentro do contexto em que se desdobra, ou seja, no dia a dia dos moradores e, esquadrinhado, por diferentes fontes evidenciais.

A realidade concreta se mostra confusa se não observada pelo princípio da totalidade e da unidade do diverso. A cidade, entendida como um superobjeto, é produto da ação humana, uma obra, como uma segunda natureza[28]. Feita através do metabolismo social na interação entre sociedade e meio ambiente, respeitando ao princípio da dialética materialista, que propõe que na medida que a sociedade transforma a natureza acaba também por se transformar. Conforme disposição inferida por Marx ao estudar o movimento histórico da sociedade.

É necessário então conhecer a noção de formação econômico-social. Aquela que diz respeito aos diferentes momentos históricos das forças produtivas das sociedades e de suas estruturas. Na qual cada modo de produção lhe corresponde sua devida formação. Entretanto, para utilização do método lefebvriano, isso por si só não é suficiente, ainda é necessário trazer em mente a noção de desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Lênin e Trotsky. Advertindo-se sobre o desencontro das estruturas sociais nos diferentes ritmos históricos, assumindo-se que o tempo presente é diverso, em vista que nele convivem estruturas de formação sociais distintas que carregam temporalidades em desajuste.

Por conseguinte, a forma de apropriação do produto da ação humana, alienado pelo modo de produção capitalista, induz a um estranhamento entre civilização e obra. Uma vez que a cidade, enquanto obra, quando apropriada pelo modo capitalista, desenvolve sua lógica de reprodução do capital pelo valor de troca do solo, enquanto mercadoria. Todavia é necessário frisar que outras lógicas coexistem neste espaço em virtude do desenvolvimento desigual das forças produtivas, colaborando a fragmentação social e espacial nas cidades e no campo.

Para compreender as relações campo-cidade e as ruralidades presentes nos entremeios do urbano, propõe-se verificar suas relações a partir das margens socioespacias, transitando por modos de vidas particulares, como os dos migrantes assentados no que se convencionou como rururbano. Sendo necessário identificar e

---

[28] “[...] a Cidade aparece como segunda natureza, pedra e metal, erigida sobre a natureza inicial e fundamental, a dos elementos, a terra e o ar, a água e o fogo” (LEFEBVRE, 2002, p. 35).

interpretar os símbolos que constituem estes espaços diferenciais da cidade - espaços não conformados pela instância do concebido. Desvelar as ruralidades implica em compreender a dimensão temporal a partir de uma sociologia histórica, como tramada em *O vale de Campan* (2011), para tanto, a realidade dialética deve ser decomposta duplamente no espaço e no tempo, o que equivale a dizer, que ela deverá ser apreendida em sua dupla complexidade, a horizontal e a vertical.

A complexidade horizontal diz respeito à descrição do real e implica em estar atento aos elementos que compõem a totalidade do objeto: as pessoas e suas obras enquanto produtos de um ambiente construído por suas relações de sociabilidade. Implica em ler a realidade sociológica tendo em vista a cidade como um elemento impregnado de símbolos que se apresentam como marcos das diferentes camadas dos tempos históricos. Além do mais, é decifrar a cidade e o rururbano por suas interpenetrações, pontos de aproximação e de afastamento que denunciam as diversas visões de mundo que acarretam a pluralidade de subjetividades e de imaginários. Incluindo valores e crenças, interpretando-os por uma semântica total que une estas diferentes ordens e propiciam uma leitura do texto social.

Estes são os elementos que se apresentam no tempo e no espaço. Constituidores de um sistema que, quando interpretado, a exemplo de uma simples vestimenta, uma construção arquitetônica qualquer ou, ainda, um monumento revelam o texto social. Como a linguagem em uma conversação, que tanto pode ocupar-se de assuntos triviais, representando os sinais e signos do texto social, quanto, ao aprofundar-se, revelar os grandes temas da vida. Tal qual monumentos de uma cidade, os sujeitos portadores de referências contêm dramatizações, figuras de retórica e tradições familiares que guardam, potencialmente, a capacidade de carregar tempos diversos.

Nota-se, no princípio lefebvriano, duas dimensões da vida cotidiana que se interligam, exteriorizando a intenção de unir o micro e o macrossociológico em sua leitura. Haja vista, que o ambiente construído é produto das relações sociais e da capacidade produtiva de uma sociedade em um determinado período da História, amarrando sua crítica do cotidiano, social, espacial e temporalmente. Do mesmo modo, seu método permite perceber pela tríade vivido, percebido e concebido, como o homem comum se apropria destes espaços projetados e os ressignifica. De acordo com as suas necessidades de reprodução da vida em todas as suas contradições e conflitos. Deste jeito, a rua assume a medida do microcosmos, assim como a vida

dos atores. Na dimensão do vivido, é onde a história se desenrola em todos seus dramas, gozos, alegrias e misérias. Por sua vez, a cidade e suas interações nos planos nacionais e globais representam o distante, o âmbito do concebido, o macro, o exterior que independe da vontade dos homens e mulheres simples, lhes escapando ao controle, já que representam o poder dos dominantes.

Já o espaço percebido corresponde à intercessão entre a ordem distante e a ordem próxima, numa dimensão intermediária do espaço. Trata-se do que se apresenta aos sentidos como a visão, o olfato e a audição, estando relacionado ao aspecto sensualmente perceptivo. Desde o ambiente e suas paisagens, podendo ser naturais ou construídas. Monumentos da cidade, catedrais e outras obras da ação humana, tomadas na condição de informantes da realidade social, contribuindo ou não para a alienação dos sujeitos. Em acordo, com as ideologias que os entranham, instigando o observador a desvelá-las, através da interpretação sócio histórica e antropológica.

À vista disso, para esmiuçar essa realidade social complexa, Lefebvre (1978) exprime dispor de técnicas auxiliares. Logo, em um primeiro momento é imprescindível efetuar a descrição do visível, visando a complexidade horizontal do objeto empírico. A fim, de desenvolver uma verificação do terreno fundamentada pela teoria geral. Utiliza-se de técnicas auxiliares como entrevistas, questionários e dados estatísticos:

> Proponemos una orientación. La entrevista, aunque necesaria, no basta. Para completarla no son suficientes fichas, aun detalladas, que recorten en rúbricas el contorno social del entrevistado. La descripción minuciosa es importante: de los hogares, de los bienes muebles e inmuebles, de los vestidos, rostros y comportamientos. Sólo la confrontación entre los datos sensibles, tal como lo sociólogo percibe e intenta captar como conjunto, por una parte, y los lugares, tiempos y cosas percibidos por los interesados por otra, permiten el conocimiento (LEFEBVRE, 1978, p. 160).

Em vista disso, para se pôr em prática a primeiro estágio do método regressivo-progressivo, equivalente à descrição do visível no rururbano municipal, se recorre à recursos caros a Antropologia e ao estudo Etnográfico. Tendo em conta, segundo Santos (2005), de uma área do conhecimento de temática extensa, dedicada inclusive aos sistemas simbólicos e suas interpretações nas manifestações das mais diversas culturas, incluindo da própria sociedade capitalista contemporânea.

Ao interpretar o texto social, a partir da lição da Antropologia, examina-se o duplo movimento do pensamento, intentando converter o exótico em familiar e /ou o familiar em exótico pelo princípio do “estranhamento”, tornando o cotidiano algo

desconhecido, devendo assim ser estudado e assumido. Numa postura em que o pesquisador busca desvelar a doxa e romper com a noção de realidade evidente.

Sendo assim, a pesquisa de campo é o instrumento encarregado pela identificação e descrição dos elementos da realidade social da localidade investigada. Feita a partir de um olhar antropológico voltado à dimensão do vivido, no cotidiano dos atores sociais, com o objetivo de perseguir o percebido e compreender à totalidade social. Na qual se admite as pessoas, seus objetos, o ambiente construído, seus ritos, seus símbolos, sua linguagem, seus valores, suas visões de mundo, imaginários e sua relação espaço temporal no local onde se desenvolvem.

Sobre observação, referimo-nos a modalidade direta de acordo com Quivy e Campenhoudt (2005). Em que examina-se visualmente o campo, captando os comportamentos dos atores que o produzem, sem intermédio de documentos ou testemunhos em que o próprio pesquisador recolhe as informações sem dirigir-se aos sujeitos-objetos. Para isso, a observação etnográfica recomenda o apoio de alguns recursos no momento da elaboração dos registros no campo. Entre eles, os mais usuais são a fotografia, o diário de campo e as entrevistas gravadas com informantes. O objetivo destas técnicas está na consecução de uma descrição densa do objeto, pela elaboração de um inventário do sistema de símbolos que descrevem o texto social, conforme recomenda Henri Lefebvre (1978).

Por seu turno, a fotografia é utilizada como um recurso visual de interpretação cultural, extraindo os registros das paisagens fragmentárias de um moderno que comporta um passado que habita no presente. De resquícios ou rugosidades que manifestam diferentes temporalidades, como testemunhos materiais das ruralidades que permanecem imanentes, mesmo diante do crescimento do tecido urbano. De um discurso simbólico que deve ser interpretado no desvelamento ideológico da produção socioespacial e das diferentes centralidades envolvidas pelo processo de implosão-explosão do tecido urbano ao longo do tempo.

Por conseguinte, a pesquisa de observação oportuniza reconhecer na paisagem (rugosidades), marcos que comportam diferentes datações dos tempos históricos presentes na construção daquela localidade e que serão devidamente confrontados com as informações obtidas junto as demais fontes de informação (primárias e secundárias). Tais rugosidades se constituem como elementos da ação humana que permanecem intocados, ou seja, fora do campo de ação dos novos fluxos, ou nas palavras de Santos: “um lugar pode, a um dado momento, ou por uma

mais ou menos longa extensão de tempo, ficar a salvo da influência, em quantidade e qualidade diversas, de variáveis correspondentes a uma nova fase histórica" (SANTOS, 2004, p.259). Posto isso, se entende que revelá-las é como um 'fazer arqueológico', desenvolvido na superfície e ao alcance dos olhos, trazendo em mente que os sucessivos modos de produção exigem determinadas configurações para que a reprodução do capital e sua acumulação prosperem, de forma que os arranjos sociais e espaciais se atem na intenção de viabilizar o processo produtivo.

Quanto as entrevistas, para Gil (2008), estas podem ser classificadas como informais, focalizadas, por pautas e formalizadas. Lakatos e Marconi (2003), identificam ao menos três tipos de entrevistas; a padronizada ou estruturada, a despadronizada ou não estruturada e a painel. Quivy e Campenhoudt (2005) destacam, como suas variações, ainda os seguintes tipos de entrevistas: semidiretiva ou semidirigida, a centrada e o método aprofundado, voltado à história de vida dos participantes. Caberá, então, na etapa das entrevistas verificar:

> A análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem [sic] confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc. A análise de um problema específico: os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc. A reconstituição de um processo e ação, de experiências ou de acontecimentos do passado (Quivy; Campenhoudt, 2005, p.194).

Optou-se por entrevistas com um roteiro semiestruturado ou semidirigido que, de acordo com Gil (2008), pressupõe uma interação social, desenvolvida a partir de um diálogo assimétrico, entre o investigador que intenta obter dados nos quais o informante constitui-se como sua fonte. Entre estas informações, buscou-se quais os pontos importantes à produção socioespacial local, pelo processo de descoberta da consciência social que se manifesta pelas *práxis* dos agentes e que expressam as ruralidades e seus princípios constituidores. Se escolheu essa técnica devido sua fluência nas interações entre as partes envolvidas:

> É semidiretiva no sentido que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob formulação prevista. Tanto quanto possível, "deixará andar" o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por sí próprio no momento mais apropriado e de

> forma tão natural quanto possível (Quivy; Campenhoudt, 2005, p.193-194; aspas do autor).

Não à toa, para Deslandes (1994) entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo e em pesquisas de ordem qualitativa. Em vista, que através dela analisam-se informações na fala dos atores sociais, obtendo-se dados objetivos, mas, sobretudo, dados subjetivos que se relacionam aos valores, atitudes e opiniões dos sujeitos-objetos da pesquisa. O recrutamento para as entrevistas decorreu da metodologia conhecida como bola de neve ou cadeia de informantes (*snowball sampling*). Coube um papel relevante aos informantes deste estudo, ao facilitar o acesso ao campo ao pesquisador, assim como a indicação de seus potenciais entrevistados. Esta técnica é empregada em pesquisas sociais nas quais os primeiros participantes indicam os próximos até o momento em que as entrevistas não acrescentam mais informações relevantes, atingindo seu “ponto de saturação”.

Portanto, é um estudo de metodologia qualitativa com entrevistas submetidas a análise do seu conteúdo, visando obter a recorrência e a convergência dos depoimentos, executadas mediante o uso de gravador digital e integralmente transcritas, convertendo a informação oral em documento editável. O exame das falas dos atores se deu através da interpretação de suas narrativas atreladas as suas histórias de vida, essencialmente, aos atributos relativos aos seus cotidianos em dois momentos: o da festa (ócio) e o do repetitivo (trabalho); e ainda de seus imaginários (alienações) e imaginações (revolucionárias).

Através dos depoimentos dos entrevistados se escrutinaram os símbolos, signos e elementos que denunciam, no cotidiano dos moradores locais, as relações particulares da realidade social que colaboram para a reprodução de uma modernidade inconclusa. Condição viabilizada pelas distinções do desenvolvimento desigual em que estão inseridos. Logo, as ruralidades são compreendidas como incorporação gradual do moderno pelos valores tradicionais e não pelo seu inverso. Seguindo o postulado por Martins em sua Sociologia cotidiana aplicada à realidade brasileira. Desta feita, as ruralidades de natureza multifacetada pelo movimento dialético assumem e se combinam com símbolos do moderno, mantendo, concomitantemente, características tradicionais. Com isso, pretende-se reconhecer como as formas de ruralidades presentes, no que é entendido ou desejado pelos gestores do espaço, como urbano, demonstram as possíveis disputas entre os agentes envolvidos.

Assume-se os potenciais do estudo etnográfico como uma ferramenta apta a verificar, descrever e interpretar o texto social, por meio dos moradores da Sanga Funda. Ao discernir como alguns elementos da modernidade podem ser incorporados pela cultura popular nos locais da menos valia, para empregar um termo utilizado por José de Souza Martins. Com o objetivo de compreender uma sociedade periférica de origem colonial do ponto de vista de suas fraturas, brechas, margens de um moderno que indica uma de suas facetas, interpretada como falsificação, simulação ou simulacro e que nos faz querer imaginar justo o seu contrário. Assim, por vezes, desprendida das ligações do real, ou, por assim dizer, alienada.

Outras fontes de informação empregadas implicam em levantamento de dados junto à fontes secundárias de informação. Fundamentalmente, do que provém da documentação gerada em torno à elaboração e posta em prática pelo III Plano diretor de Pelotas. Sem menosprezar as versões anteriores desse importante marco público de ordenamento do espaço urbano e rururbano desta localidade do Rio Grande do Sul. Além de consultas a outras normas legais, frente à Prefeitura Municipal, reportagens, teses, dissertações, cartogramas, dados do IBGE, econômicos, demográficos, etc.

2.2 A complexidade vertical

> *Para enfrentar essa tarefa, o moderno leitor do urbano terá que contar com a sua bagagem prévia [...]. A partir desta base, ele vai cruzar referências, práticas e representações, dados objetivos e percepções subjetivas, vai justapor, contrastar e, sobretudo, manter uma predisposição e uma abertura para ver um pouco mais além, talvez, do que aquilo que já foi visto, despertando para o presente as múltiplas cidades do passado que as de hoje encerram.*
>
> Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano (PESAVENTO, 1995b, p. 288)

Permita o leitor traçar-se um paralelo entre o estudo da linguística e esta investigação. Sob a lente da sociologia da vida cotidiana a realidade socioespacial revela-se confusa porque a dimensão temporal é ignorada. Por conseguinte, deseja-se produzir uma interpretação social, espacial e temporal que dê conta da totalidade e do direcionamento do objeto investigado no caminho de suas potencialidades ou possibilidades históricas (devir). Captar essas mudanças compreende, assim como

na linguística, verificar, combinadamente, os elementos sincrônicos relativos à complexidade horizontal (momento) e os diacrônicos correlatos à complexidade vertical (histórico) do objeto.

Então, de acordo com Lefebvre (1978) o momento regressivo propõe à datação da historicidade, em um movimento em direção à complexidade vertical com a intenção de fechá-la. Entende-se, assim como Santos (2004), que a verificação dos elementos espaciais, ou ainda, da condição temporal em separado são insatisfatórios. Uma vez que o espaço como produto da apropriação humana, se escrutina em sua gênese social pelos seus fatores constituidores, datando a cultura material e espiritual, sendo necessário, para tal, explicá-los juntamente ao tempo social a que pertence.

Portanto, se investiga o processo de evolução urbana municipal, no intuito de examinar as características determinantes ao seu surgimento e de sua progressão socioespacial e temporal através de fontes primárias e secundárias de informação. Por efeito, a cada momento a cidade incorpora novas centralidades, produto de seus sucessivos processos de implosão-explosão, como uma destruição criadora própria do modo de produção moderno. Desta feita, os planos urbanísticos e as edificações concorrem para a configuração de uma ambiência específica, produzida pelas condições sociais e culturais de uma determinada época. É a ausência de uma memória que sugere que tudo é sincrônico, contemporâneo, um produto do tempo presente. Contudo, estas edificações são marcas, cicatrizes no tecido social, obras da ação humana, testemunhos históricos que indicam as diferentes camadas da produção socioespacial.

No entanto, os indivíduos e os respectivos grupos sociais não se constituem apenas pela passividade, destaca-se que os conflitos e as contradições fazem parte do jogo e no teatro cotidiano da pólis se reproduzem, permanentemente vindo à tona. Através de subterfúgios dominantes e dominados disputam envoltos pelas condições que a história lhes apresenta, incitando a notória frase de Marx, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte,* quando diz que: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade; pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p 25). É necessário investigar as condições históricas de cada momento da produção socioespacial pertinentes ao objeto da pesquisa e desvelá-las como fruto da ação humana sob as circunstâncias peculiares que as guardam.

Entrementes, conhecer os meios de vida de um conjunto de pessoas, famílias e coletividades de um lugar determinado e como estabelecem vínculos entre si e com o espaço pressupõe sondar e registrar informações que são cruciais para os objetivos desta investigação. Sendo assim, procurou-se extrair do empírico os rastros históricos que insinuam como as ruralidades entranhadas em meio ao urbano carregam elementos temporais que são explicados por uma formação econômico-social particular e pelo desenvolvimento desigual e combinado. Concluído este momento do método, parte-se em seguida para o seu passo decisivo.

2.3 Reconstruindo o real: o momento histórico progressivo

[...] "a volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido"

A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e História na modernidade anômala (MARTINS, 2017a p.106)

Já realizadas as etapas anteriores de apreensão do objeto investigado, considerando o caráter dialético da realidade pela descrição do visível, seguido da periodização histórica das relações socioespaciais. É necessário encaminhar-se para seu estágio crucial. No momento Histórico progressivo emerge uma interpretação dialética da história que dá sentido à realidade social. Sendo determinante identificar as tensões envolvidas nas diferentes temporalidades coexistentes, compreendendo seus aspectos estáveis e mutáveis da produção socioespacial deste estudo.

Concluída a decomposição do real em suas diferentes camadas se deve reconstruí-lo em sua totalidade para trazê-lo à tona desnudado de ideologias e, assim, devidamente explicado. O que compreende, pela análise da História, a identificação dos entraves das possibilidades passadas do que é, e do seu devir, concebido como pertencente a um processo de produção socioespacial maior e que se desenovela diuturnamente.

Reconhecendo a realidade concreta de um mundo em que o capital não mais reconhece fronteiras. No qual a economia política neoliberal de um mercado absurdamente financeirizado articula seus fluxos intensos. Facilitando o deslocamento dos capitais globais, em qualquer recanto, inclusive nos mais longínquos. Assim, os sujeitos crescentemente reféns do crédito, reproduzem suas vidas, em benefício da incessante reprodução do capital (contradições de um mundo

invertido). Admite-se que a produção socioespacial está inserida num contexto em que o espaço social urbanizado se configura como uma indispensável e crescente mercadoria para extração dos lucros das construtoras que atuam para e através da financeirização. Processo viabilizado pelos agentes do Estado, de tal sorte que a lógica pactuada pela cidade do valor de troca, em detrimento daqueles que não podem pagar, produz pressões em seu tecido, estimulando tensões em que o campo de luta se dá no tablado cotidiano da cidade.

O conflito pela renda da terra está estabelecido entre a cidade legal e os territórios informais ocupados pelas populações mais pobres e identificadas com o meio rural. No caso desta pesquisa, da expansão produzida pelo espalhamento da mancha urbana sobre um rural em transformação. Pontua-se que é necessário desvendar estes processos e suas estruturas sociais produtoras do que chamamos de ruralidades e verificar quais os impactos nesta relação entre as ordens próximas e distantes, ou se quisermos denominar de centro e periferias. No momento histórico de hegemonia do pensamento e das práticas de gestão neoliberais de um consumismo espetacular, verificando as estratégias em disputa entre os atores e seus impactos para a produção socioespacial municipal nos níveis privado (P), misto (M) e global (G).

Propõe-se vasculhar como se dá a disputa do poder pela apropriação do espaço e suas implicações, indagando as lógicas envolvidas e as estratégias e ideologias dos agentes que propiciam a reprodução da vida e a reprodução do capital? Quais os principais conflitos e contradições se colocam neste embate cotidiano? Apropriação ou dominação? Quais os caminhos da reprodução econômica e possíveis desdobramentos a ordem da reprodução das relações sociais a partir das uniformidades e desuniformidades temporais do desenvolvimento desigual? E, de que maneira se reestruturam culturalmente seus moradores, muitos de origem rural, interferindo no *ethos* e nas possibilidades de construção de novas formas de ruralidades contemporâneas? Com o objetivo de conhecer o objeto de pesquisa pelo ponto de vista dos atores sociais, assim como o problema em tela - que visa a reconstituição dos processos históricos de formação e de transformação social e espacial (relação campo-cidade) para a localidade em questão e suas implicações nos diferentes âmbitos da vida dos que ali reproduzem suas existências.

Encerrada as etapas teórica e metodológica da investigação, enuncia-se que, daqui em diante, adotou-se a sequência de desenvolvimento em acordo com o método

regressivo-progressivo, conforme Lefebvre. Como consequência, o capítulo 3, dirigiu-se à determinação da “Complexidade Horizontal”, na localidade deste estudo, e encarregou-se de apresentar ao leitor, à descrição dos elementos que expressam rearranjos entre rural e urbano e seus reflexos nas manifestações de novas formas de ruralidades. Por sua vez, a “Complexidade Vertical” foi contemplada no capítulo 4, ali se desenvolveu a depuração histórica pela datação das diferentes temporalidades que conformam a cidade do presente. No capítulo 5, deu-se o momento Histórico progressivo, no qual a realidade foi exposta e explicada, assim como as possibilidades de realizações das virtualidades das ruralidades nesta cidade.

3 Esmiuçando as ruralidades

3.1 A complexidade horizontal

Neste estágio da investigação explora-se a noção marxiana de totalidade, ao aguçar o olhar sociológico sobre diferentes aspectos que configuram múltiplas determinações que atuam no objeto deste trabalho. Para isso, de acordo com o método formulado por Lefebvre, a apreensão do movimento dialético envolve, primeiramente, a descrição de sua complexidade horizontal. Aplicando o pressuposto, descreve-se os principais elementos responsáveis pela produção formal e informal e seus desdobramentos para o que se convencionou, de acordo com o atual III Plano diretor de Pelotas, de zona rururbana e às ruralidades na Sanga Funda.

Com objetivo de esmiuçar o assunto o capítulo foi dividido em quatro tópicos; logo no primeiro, denominado ***A recente produção socioespacial municipal***, buscou-se evidencias de que as relações entre campo e cidade e/ou centro e periferia, se constituem como um complexo conjunto atravessado pelo modo de produção capitalista, sendo necessário perquirir suas mútuas imbricações. Dessa maneira, a partir da teoria lefebvriana, foi fundamental amarrar o atual deslocamento do capital sob a perspectiva de sua crescente financeirização global (nível G) e seus consequentes desdobramentos no mercado e nas políticas direcionadas à habitação no contexto municipal, além de seus efeitos para o habitar (níveis M e P) e sobre os modos de vida que denotam um rural em transformação.

No segundo tópico, intitulado ***Averiguando o regramento legal territorial***, procurou-se identificar interferências legais a favor do mercado, em seus diferentes setores, incluindo o capital privado das construtoras, o que permite aos promotores imobiliários, promover o atual assalto de áreas socioambientalmente fragilizadas, como no caso observado das ocupações informais em AEIS e AEINS. Através de alterações no regramento do planejamento territorial municipal, “passa-se a boiada” da especulação imobiliária, infringindo princípios fundamentais preconizados pela CF de 1988, que anunciam a necessidade da gestão democrática, pelo cumprimento da função social da cidade e da propriedade, muitas vezes obstruídos historicamente no âmbito municipal por relações clientelistas entre empresários e políticos.

O tópico seguinte, designado ***Precariedade e regularização fundiária da Sanga Funda***, dedicou-se a apresentar o confronto entre assentamentos formais e

informais, em vista do mercado da terra urbanizada, tendo como resultado a nulidade das políticas de HIS direcionadas à grande parcela da população. Uma condição que incide no gradual incremento das ocupações espontâneas, agindo na precarização do rural, como no contexto verificado de injustiças socioambientais na Sanga Funda. Por sua parte, o Poder Público local, operando sob a lógica da cidade do capital, pouco faz para promover o parcelamento de novos loteamentos, habitações populares ou em políticas que qualifiquem as atividades tradicionais nestes espaços, como o fomento à multifuncionalidade dos agricultores. Ao invés disso, tende a concentrar seus poucos esforços numa única e dúbia ferramenta, a da regularização fundiária, como no caso anunciado, mas até o momento não realizado, pela administração municipal na localidade deste estudo.

O quarto tópico, nomeado ***Ruralidades entranhadas na urbe****,* examinou a rua empregando a observação etnográfica direta e registros fotográficos realizados em campo, além de entrevistas com moradores da Sanga Funda, objetivando identificar as características centrais que compreendem o contexto do objeto investigado. Coube perseguir o percebido e apreender a totalidade social envolta pelos atores, examinando, na interface entre o rural e o urbano, elementos que atestem que seus modos de vida não foram homogeneizados pela cotidianidade, pela ordem distante, da dimensão do concebido, e pelas forças globalizantes, mas sim que ali operam reelaborações nas identidades que se configuram em novas ruralidades presentes nas margens socioespaciais. Então, no decorrer deste capítulo, dispondo de diferentes fontes evidenciais (dados municipais demográficos, econômicos, reportagens, cartogramas, entrevistas, registros fotográficos, etc.), desenvolve-se uma exposição detalhada da situação socioespacial municipal e da própria Sanga Funda.

3.1.1 A recente produção socioespacial municipal

> *[...] sucessivas crises agrícolas, bem como a abertura da economia para os países do Mercosul afetaram a economia pelotense, gerando o fechamento de muitas empresas. Embora a indústria de transformação ainda concentre 16,33% da força de trabalho, está empregada em setores pouco dinâmicos. A economia da cidade voltou-se então para o setor comercial e de serviços, o qual agrupa a maior parte da força de trabalho (74,29%) e quase 60% do valor adicionado ao município. Centro atacadista e varejista do Sul do estado, o comércio ocupa mais de 21.000 pessoas. Quanto aos outros setores, o de transporte e armazenagem emprega 5,75% da força de trabalho. A cidade conta com 27 agências bancárias e o setor financeiro emprega 1.000 trabalhadores no município.*
>
> Cidades Médias: espaços em transição (SOARES; UEDA, 2007, p.399-400).

As próximas seções tem por finalidade discorrer sobre determinações essenciais que compreendem o conflito da produção socioespacial formal e suas múltiplas implicações na formação de assentamentos informais em regiões periféricas municipais, para isso se apresentam os elementos recentes mais relevantes concernentes à produção socioespacial municipal. Preliminarmente, pontua-se que Pelotas e Rio Grande são as duas cidades polos da região sul do estado, encabeçando a Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), concentrando mais de 500 mil habitantes, com uma densidade demográfica próxima de 100 hab./Km². Destaca-se, conforme Soares & Ueda (2007), que municípios de porte médio, como o caso de Pelotas, tendem a se tornar polo regional no que tange à prestação de importantes serviços no âmbito da saúde, comércio, agropecuária e novas tecnologias em relação às demais localidades que gravitam em sua zona de influência.

Por sua vez, o município de Rio Grande, situado a 50 km de Pelotas, também exerce influência, muito embora seu peso econômico e político esteja diretamente ligado às atividades do porto marítimo, por onde circula expressivo e diversificado volume de mercadorias, através de circuitos de exportação e importação e produtos agrícolas e não-agrícolas. Ao se traçar um paralelo com outras cidades de mesmo porte, verifica-se que alguns municípios de outras regiões e a capital do estado experimentam índices gerais de crescimento superiores aos da “metade sul”, demonstrando um declínio desta região frente as demais.

No que se refere aos dados do estado do Rio Grande do Sul, segundo critérios do IBGE (2005), 84% de sua população vive nas cidades, contudo 17,65% de seu Produto Interno Bruto (PIB) deriva de atividades agropecuárias, percentual bem acima da média brasileira de 8,88%. De acordo com Soares & Ueda (2007) do percentual total do PIB industrial do estado, 38,11% advém de atividades agropecuárias como agroindústria, insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

No *ranking* da economia entre os municípios gaúchos, o Produto interno Bruto (PIB) da cidade de Pelotas, no ano de 2019, atingiu a 9º colocação, sendo que o PIB *per capita* totalizou R$ 27.586,96, enquanto o PIB do município de Rio Grande foi de R$ 50.649,06 e o de Porto Alegre de R$ 55.555,39 (IBGE, 2019). Segundo Vieira *et al* (2009) entre suas principais atividades econômicas se incluem serviços, turismo e comércio, com relevante participação da produção das atividades agropecuárias, principalmente pela produção de arroz nas áreas baixas.

Dados relativos à pobreza municipal indicam que ela alcançou 28,3% da população, enquanto que o índice de Gini[29] correspondeu a 0,42, já no município vizinho de Rio Grande atingiu 29,12% e 0,41 e em Porto Alegre 23,74% e 0,45 (IBGE, 2003). O último censo do IBGE, no município de Pelotas revelou que existem 328.275 pessoas em seu território, sendo 93% na zona urbana, colocando-se como a quarta cidade mais populosa do estado, apenas atrás dos municípios de Canoas, de Caxias do Sul e de Porto Alegre (IBGE, 2020).

Pode se dizer que sua posição geográfica concorreu para o desenvolvimento industrial em razão da presença de uma malha rodoviária, férrea, fluvial e da proximidade com o Superporto de Rio Grande, evidenciando Rosa (1985) que esta situação possibilitou a formação de um centro receptor e industrial de grande parte da produção primária do estado. Sua malha rodoviária é constituída por três importantes rodovias federais, a BR-116 (Caxias do Sul – Porto Alegre – Jaguarão), a BR-293 (Pelotas – Bagé – Quaraí) e a BR-392, conhecida como a “Estrada da Produção”[30] (Rio Grande – Santa Maria) sendo que estas se somam as demais vias de transporte – ferroviário, aéreo e hidroviário – escoando a produção até o Porto de Rio Grande.

---

[29] O índice mede a concentração e a distribuição da renda sendo que 0 representa a igualdade perfeita enquanto que 1 a desigualdade total pela máxima concentração da renda.

[30] O trecho entre Pelotas e Rio Grande das BRs 392 e 471 apresentam elevado tráfego de caminhões em consequência do funcionamento do Super-porto riograndino (ROSA, 1985).

Em relação a capital do estado (Porto Alegre), o município se situa a 280 Km, numa área cuja altitude média corresponde a sete metros sobre o nível do mar, entre os meridianos 31º 45’ 43”, de latitude Sul e 52º 21’ 00”, de longitude Oeste e localiza-se na Zona Temperada do Sul, distante 8 graus do Trópico de Capricórnio, em uma latitude média, circunscrevendo uma área de 1.609 km² na qual os distritos se encontram na zona alta da serra dos Tapes (figura 1).

Quanto sua geografia e relevo, destaca Anjos (1996), Pelotas integra a Encosta do Sudeste, em uma dentre as onze regiões em que se divide o estado do Rio Grande do Sul, acolhendo em seu interior os municípios de Tapes, Camaquã, São Lourenço do Sul, Capão do Leão, Pedro Osório, Arroio Grande e Jaguarão.

Figura 1 – Imagem de satélite com a localização do município de Pelotas em vermelho

Fonte: *Google Maps* (2021).

Do ponto de vista morfológico, acerca de suas principais vias, observa-se que nas avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório, localizadas nas macrorregiões[31] Fragata e Três vendas, vivem respectivamente 73.546 (24,03%) e 72.927 (23,82%) habitantes (IBGE, 2010). Configuram-se como as duas macrorregiões mais populosas do município, aparentemente devido suas ligações com importantes vias de circulação como a BR-293, a BR-392, que conecta aos municípios de Rio Grande e Canguçu, entre outras igualmente importantes à economia regional; e, ainda, a BR-116 que liga

[31] De acordo com a lei do III Plano diretor perfazem o perímetro urbano municipal sete macrorregiões.

à capital do estado. Vale destacar que as avenidas Ferreira Viana e seu segmento, a Adolfo Fetter, que liga o centro aos balneários da orla da laguna dos Patos, e por sua vez, a av. Eng. Ildefonso Simões Lopes que une o centro à Tablada, também experimentam um incremento no número de empreendimentos imobiliários localizados em vias arteriais.

Quanto a produção socioespacial formal dos últimos anos, promovida pelo mercado imobiliário, assinalam Soares e Ueda (2007) dois tipos de empreendimentos causadores de impactos substanciais sobre a estrutura urbana. Destacam-se os condomínios fechados para altas rendas e a construção de conjuntos de apartamentos para estratos sociais médio e médio-baixo. Entre os últimos, enquadram-se as habitações produzidas pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa Minha Casa Minha vida (MCMV)[32] e o Casa Verde Amarela, todos de iniciativa do governo federal.

Sobre o MCMV que, entre contrato e produção, construiu mais de quatro milhões de casas no país, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. De acordo com Pinto (2016), geralmente são avaliadas como de baixa qualidade, por motivos que abrangem a recorrente escassez no acesso à serviços, a localização inadequada, além de críticas ao caráter de financeirização do programa.

Diante ao exposto, nota-se que é necessário compreender como se desenvolve a produção socioespacial, delineando alguns aspectos relativos aos atuais níveis da financeirização da economia global no neoliberalismo. Entende-se, que se trata de um fator relevante e de caráter incontornável, para determinação de uma série de particularidades que incidem diretamente sobre as diversas facetas da reprodução da vida. Afinal, inevitavelmente, é a maioria quem arca com os prejuízos dos desdobramentos, que remontam aos últimos quarenta anos, desta nova arquitetura político-econômica mundial que expropria, de diferentes maneiras, o capital produtivo sem qualquer tipo de mecanismo regulatório.

Sendo assim, as próximas seções ocupar-se-ão das imbricações entre o crescimento exponencial do capital improdutivo e seus reflexos nas diversas formas

[32] Através da Medida Provisória 1162/2023 aprovada, em sessão extraordinária, pela Câmara Federal em 7 de junho de 2023 se restabeleceu o programa MCMV (Conselho de arquitetura e urbanismo do Brasil, 2023).

de precarização da vida e do trabalho, particularmente, daquelas frontalmente relacionadas com a produção socioespacial municipal, seja no campo ou na cidade.

3.1.1.2 A produção socioespacial formal e informal

3.1.1.2.1 Neoliberalismo, financeirização e a cidade mercadoria

> *Em termos de mecanismos econômicos, na fase atual, é central a apropriação da mais-valia já não apenas nas unidades empresariais que pagam mal os seus trabalhadores, mas cada vez mais por sistemas financeiros que se apropriam do direito sobre o produto social por meio do endividamento público e privado. Esta forma de apropriação de riqueza tornou-se extremamente poderosa. Frente aos novos mecanismos globais de exploração, que atuam em escala planetária e recorrem inclusive em grande escala aos refúgios nos paraísos fiscais, os governos nacionais se tornaram em grande parte impotentes*
>
> A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? (DOWBOR, 2017, p.132).

Denuncia o economista Dowbor (2017) que diante do atual nível da economia global, corporações transnacionais e gigantes financeiros operam em âmbito mundial, de modo que os governos permanecem em sua maioria nacionais e impotentes diante tamanho fluxo econômico destes grupos dominantes. Em contrapartida, instrumentos políticos de regulação do mercado se encontram fragmentados em cerca de 200 países. Esta desorganização faz com que populações inseguras migrem ou procurem apoio em movimentos reacionários, desse modo, para o autor, o sistema financeiro internacional está funcionando a pleno, não importando se na City de Londres, Wall Street ou no Brasil, o que torna evidente a existência de uma cultura financeira global.

Está financeirização inclui uma dimensão mais ampla na qual a ação destes grupos impacta no mercado com suas práticas, narrativas e subjetividades o que, segundo Rolnick (2015), atingi a estrutura e a economia em diversos níveis desde as empresas, Estados e grupos familiares. Como se isso não bastasse, descreve que a prevalência do acúmulo do capital pela modalidade da financeirização teve um incremento espantoso ao longo dos últimos quarenta anos, assim, entre 1980 e 2010 o valor dos ativos financeiros mundiais – ações, debentures, títulos de dívida públicos e privados, e aplicações bancárias – cresceu 16,2 vezes, enquanto o PIB mundial aumentou pouco menos do que 5 vezes no mesmo período.

No país, a partir de 2014, enquanto o PIB caiu brutalmente os juros e lucros dos intermediadores financeiros aumentaram a taxas de 20% a 30% ao ano, dessa forma para Dowbor (2017) não se trata de nenhum exagero afirmar que a máquina financeira está vivendo à custa da economia real e que nessa trama entram em cena as políticas neoliberais, beneficiando o capital financeiro pela redução de diversos serviços públicos por parte do Estado. Assim, vão sendo drenados recursos de impostos direcionados ao pagamento da dívida pública, com taxas de juros exorbitantes aos grandes aplicadores.

Como consequência, este modelo político-econômico tende a exacerbar o endividamento das famílias solidificando a expansão do financiamento imobiliário no mercado global de capitais de especulação e de extração da renda. Esta condição recai diretamente na dimensão do vivido, logo, ressalta Rolnick (2015), os efeitos produzidos aos homens e mulheres endividados na produção de uma nova subjetividade[33]. Em que a sujeição ocorre através de mecanismos disciplinares. Assim desse dinamismo econômico *commodities*, financiamento estudantil, planos de saúde, sistemas de habitação, entre outros, se tornam ativos no mercado financeiro.

Para se ter uma dimensão, mais objetiva, sobre os níveis recentes de financeirização, atenta-se ao relatório intitulado Lucrando com a dor (2022), elaborado pela organização OXFAM Brasil. Nele, detalha-se o paradoxo entre os ganhos recordes das grandes corporações dos setores alimentício, farmacêutico, energético e tecnológico em meio à maior crise econômica e de saúde da história recente, como a instaurada pela pandemia da COVID-19. Destaca-se que 250 milhões de pessoas ao redor do mundo correm o risco de cair na extrema pobreza, em razão do rápido aumento dos preços dos alimentos e da energia, impactando diretamente no custo de vida.

A referida organização alerta que a desigualdade, que já era extrema antes da crise sanitária, atingiu um patamar ainda mais dramático, e se faz urgente implementar medidas tributárias altamente progressivas, em razão dos fantásticos lucros anuais das principais empresas em seus respectivos setores de mercado. Incluindo gigantes

---

[33] Subjetividade que o filósofo operaista italiano Francisco Berardi denominou de semiocapitalismo (capitalismo semiótico) na qual a financeirização econômica atingiu o maior nível de abstração do capital influenciando diretamente na subjetividade dos indivíduos.

como Cargill, BP, Shell, Total Energies, Exxon, Chevron, Pfizer, Moderna e as cinco principais da área de tecnologia: Apple, Microsoft, Tesla, Amazon e Alphabet).

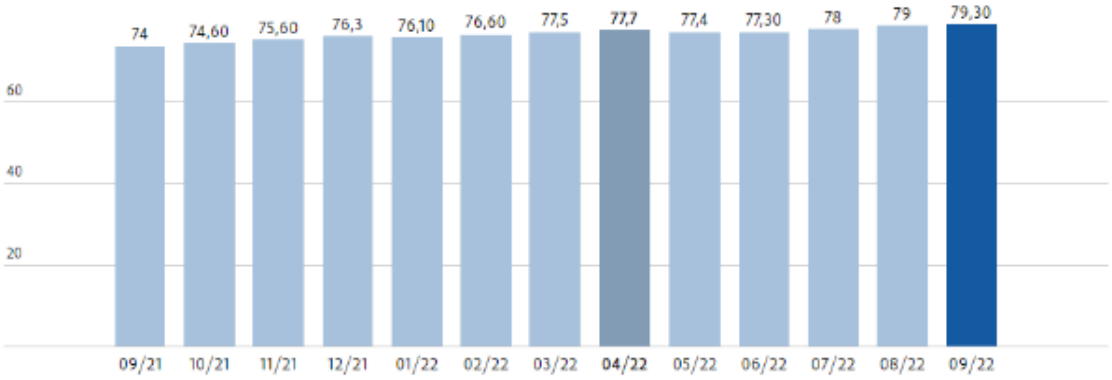
Evidencia-se que estas últimas integram o grupo das corporações que se expandiram muito rapidamente a custos baixos, instaurando o que recentemente tem sido chamado capitalismo de plataforma. Elas obtém vantagens de seus prestadores de serviço cadastrados numa relação entre oferta e demanda, ao não reconhecer quaisquer vínculos empregatícios entre as partes, resultando no que ficou conhecido como o regime de uberização do trabalho.

Sobre a precarização do trabalho os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram que no país aproximadamente 1,5 milhão de pessoas se ocupam deste tipo de regime como prestadores de serviço sem direitos trabalhistas em empresas de plataforma, atuando no ramo do transporte de passageiros e de entrega de mercadorias. De acordo com Tokarnia (2022), o perfil destes trabalhadores é majoritariamente de homens negros ou pardos com menos de 50 anos e ensino médio incompleto com um rendimento mensal variando de acordo com a categoria, em média entre R$ 900 e R$1.900.

Dados nacionais da Confederação Nacional do Comércio (CNC) sobre mercado brasileiro no ano de 2022, exemplificam como a precarização das relações de trabalho e o endividamento pela financeirização atingem as famílias diante da aplicação de políticas neoliberais. Os principais motivos decorrem da maior absorção de trabalhadores com menor nível educacional e de modo informal, do aumento do endividamento e das incertezas financeiras no orçamento das famílias. A alta da inflação também influenciou no agravamento do quadro de instabilidade e no endividamento dos orçamentos pessoais.

As principais dívidas das famílias, de acordo com Piegas (2022), estão concentradas no cartão de crédito, nas diversas modalidades de cheque, nos créditos consignado e pessoal, carnês e financiamentos de carro e da casa. O aumento do endividamento, em relação a julho do ano de 2021, foi de 6,6 pontos percentuais e o total de famílias com dívidas ou contas em atraso atingiu 79,3%, sendo que 10,7% declararam não ter como pagar, de acordo com a CNC, conforme figura 2.

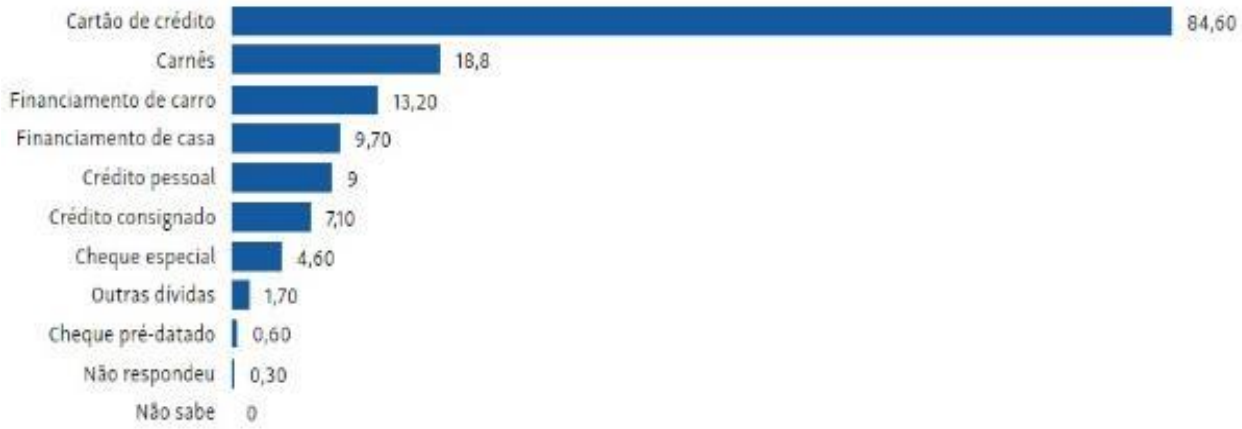
Figura 2 – Gráfico percentual de famílias brasileiras com dívidas em atraso



Fonte: CNC – Confederação nacional do comércio de bens, serviços e turismo (2022).

A elevada taxa média de juros praticada no comércio na venda por crediário em 2016, atingiu 98,50 %, o que significa, segundo Dowbor (2017), que basicamente se transformaram em bancos. Ainda mais crítico, intermediários financeiros cobram taxas de juros na ordem de 453,74% no cartão de crédito, 314,51% no cheque especial, 31,68% no financiamento de automóveis e, em média, 71,15% nos empréstimos pessoais dos bancos, chegando a 160,05% nas financeiras[34].

Figura 3 – Gráfico das fontes das dívidas das famílias brasileiras em setembro de 2022



Fonte: CNC – Confederação nacional do comércio de bens, serviços e turismo (2022).

Assim, para Dowbor (2017), esta situação de encolhimento da economia no pais, decorre do diminuto poder de consumo de grande parte das famílias e pela expansão de ferramentas que permitem a apropriação da mais-valia. O economista

[34] De acordo com Dowbor (2017) o nível da agiotagem atingida no Brasil é escandaloso e qualquer tentativa de rearranjo econômico do país deve passar necessariamente pelo seu enfrentamento. O resultado é que a população se endivida cada vez mais e compra cada vez menos, alimentando a ciranda financeira do rentismo, o que, de fato, trava a economia. Dessa forma, o processo deve ser revertido e “o crédito tem de se colocar a serviço da dinamização do consumo de massa” (DOWBOR, 2017, p. 200).

aponta três mecanismos centrais que permitem a apropriação utilizando-se de expedientes neoliberais, conjuntamente ao crescimento do sistema financeiro e do capital improdutivo das últimas décadas.

Explica que no modelo tradicional, a apropriação se dá pelo descompasso entre o aumento da produtividade do trabalhador e o valor recebido pelo trabalho, de modo que seus salários não acompanham na mesma proporção, comprimindo suas remunerações. Neste mesmo sentido, atua na redução do poder de compra da classe trabalhadora a inflação. O segundo mecanismo de apropriação advém das políticas neoliberais que bloqueiam dos trabalhadores seu acesso ao salário indireto, por exemplo: escola pública, serviços de saúde e seguridade social. Desse modo, transforma-se o produto de impostos em pagamentos sobre a dívida pública e estanca-se a capacidade do governo de expandir suas políticas sociais, aprofundando as desigualdades e diminuindo de maneira paulatina sua capacidade de manter serviços essenciais à população. Por sua vez, o terceiro mecanismo de redução ao acesso de bens e serviços da população decorre da elevação da taxa de juros para pessoa física ou jurídica.

Dessa maneira, os recursos públicos se escoam, reduzindo a capacidade de investimento estatal em políticas para a construção e ao aluguel de moradias populares ou de qualquer outro setor que beneficie à maioria da população. Muitas vezes, por força de medidas governamentais, como da implementação da PEC 241/2016 (lei do teto dos gastos públicos), que delimitou os investimentos federais ao nível da inflação. Fórmula fiscal contributiva para esta condição, em que agentes privados amplificam seu protagonismo na oferta de produtos e serviços no mercado, excluindo do direito à moradia digna uma crescente parcela de brasileiros.

Atualmente, tal regramento fiscal foi revertido pela política do novo arcabouço fiscal com o objetivo de recuperar, ainda nos próximos anos, maiores patamares de investimentos, por parte do governo federal. Tais aspectos sobre a financeirização do capital imobiliário e seus reflexos no contexto municipal serão melhor discorridos na seção subsequente.

3.1.1.2.2 O conflito na produção socioespacial municipal

> *[...] "o que se observa é a formação de um panorama no qual áreas periféricas vêm sendo disputadas por formas avançadas de incorporação e especulação imobiliária, determinando relações de desigualdade e segregação internas próprias à periferia."*
>
> O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia (CARRASCO, 2017, p. 610).

Conforme exposto, na seção anterior, o elevado grau de financeirização global se configura como um dos principais agentes da expropriação, ao drenar recursos que poderiam ser direcionados às políticas sociais em benefício dos mais pobres. Todavia, o sucesso desse sistema está justamente em sua capacidade de deslocar os fluxos do capital no sentido da acumulação, sem produzir maiores alardes.

Nessa orientação, cresce a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, em conjunto com a agenda neoliberal das políticas habitacionais e urbanas. Para Rolnik (2015), um setor habitacional dominado pelo setor financeiro não representa apenas outro campo de ação para este último, mas, sim, uma ligação da macroeconomia com os indivíduos e as famílias, oportunizada pelos atores centrais do sistema financeiro global, como fundos de pensão, bancos de investimento, sistema bancário paralelo, instituições de crédito e instituições públicas. Prossegue a autora, afirmando que a financeirização do espaço construído, promovida pela ausência das políticas públicas de financiamento, exerce pressão das frentes de expansão imobiliária sobre as populações mais pobres, fazendo das terras urbanas e rurais ativos disputados. Especialmente nos países emergentes, estabelecendo um elo entre a produção formal da cidade e o capitalismo financeirizado. Então, a liberalização dos mercados do solo está aumentando a influência em nível global sobre os territórios em que vivem os mais pobres.

A fim de ilustrar os efeitos da financeirização no contexto municipal, embasa-se nos dados que ilustram a relevância desse processo na produção imobiliária formal das duas últimas décadas. Assim entre os anos de 2001 e 2008, pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), foram construídas 3.181 unidades habitacionais, proporcionando aos setores com renda média morar em lugares próximos de

equipamentos e serviços em regiões de vazios urbanos[35], segundo Pinto (2016). Por sua vez, o MCMV entre os anos de 2009 e 2018, na modalidade direcionada aos setores de renda média (Faixa 2 e 3), entregou 15.500 unidades habitacionais no município, tendo como exemplares deste período, o seguinte conjunto de empreendimentos: Arco Baleno, Terra Nova, Moradas Pelotas I e II, Moradas Club I e II, Roraima, Amazonas, Buenos Aires, Montevideo, Eldorado, Ildefonso, Jardins do Obelisco, Haragano, Albatroz, Parque Central, Reserva D`ouro, Safira, Jade, Cristal, Ametista, Maria Clara, Life Club Fragata, Residencial das Alamedas, Praça dos Recreios, Parque Velho entre outros.

Fica evidente a importância do MCMV, em número de construção de unidade habitacionais no município, ao se verificar, de acordo com dados de Chiarelli (2014), que em apenas dois anos do programa, construiu-se o equivalente a oito anos do Programa PAR (12%). Entretanto é fundamental destacar, segundo Medvedovski *et al* (2022), que em contrapartida, ações voltadas aos lotes “populares” se limitaram a quatro áreas de 350 lotes e em mais outras duas áreas, com mais 126 lotes regularizados, revelando o desamparo destes setores com baixíssimo poder de consumo.

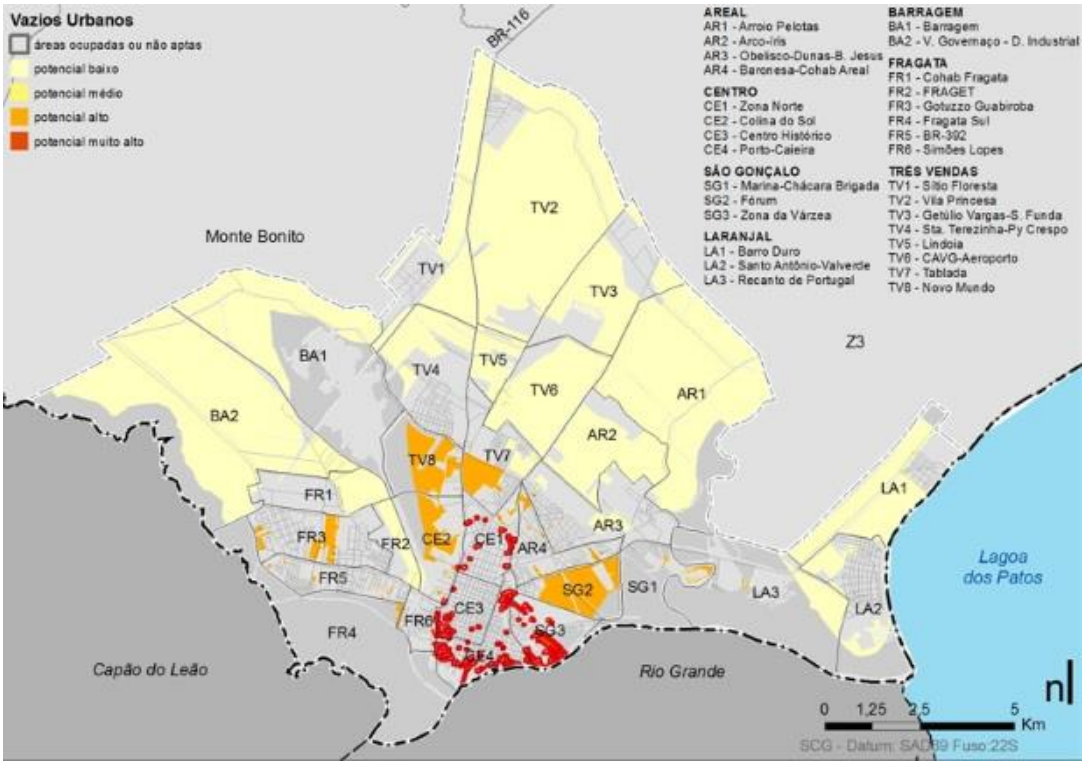
Desse modo, observa-se que nos últimos anos a periferia da cidade vem sofrendo um processo de preferência na implantação dos grandes empreendimentos imobiliários propiciado, segundo Carrasco (2017), pela disponibilidade de terras passíveis de serem urbanizadas e com menor valor no mercado, o que representa o conflito entre as frentes de expansão imobiliária e as áreas periféricas potencialmente disponíveis para construções de Habitações de Interesse Social (HIS).

Diante dessa situação se confirma o que diz Boulos (2015) ao explanar que entre as principais estratégias da especulação imobiliária é fundamental manter, entre os bairros periféricos e os bairros centrais, áreas vazias sem loteá-las. Especulando e aguardando sua valorização financeira para futuras negociações, em que uma grande parte acaba se concentrando nas mãos de empresas do ramo imobiliário. Esse processo de disputa no contexto local pode ser observado na figura 4 que ilustra

[35] Os vazios urbanos são consideráveis porcentagens de áreas urbanizadas com potencial de abrigar uma quantidade considerável da população (MEDVEDOVSKI *et al*, 2006).

a quantidade de terras municipais ainda disponíveis e com potencial para implantação de HIS no distrito sede, mas que até o momento não se efetivaram.

Figura 4 – Cartograma das principais áreas para HIS no perímetro urbano



Fonte: Sítio da 3C Arquitetura urbanismo (2021).

Por outro lado, sobre a produção socioespacial dos novos empreendimentos imobiliários de alto padrão na cidade, Soares & Ueda (2007) identificam que invariavelmente estes costumam apelar para estratégias de propaganda vendendo um “estilo de vida” repleto de segurança, tranquilidade, homogeneidade social e cultural, escala urbana mais humana e contato com a natureza. Inclinação verificada desde a década de 1980, período dos grandes loteamentos de alto padrão e dos bairros exclusivos no município.

Como exemplares deste período, cita-se os loteamentos *Las acácias*, Marina ilha verde, Vila Assumpção, Recanto de Portugal e Colina do sol. Contemporaneamente, os condomínios Lagos de São Gonçalo, Residencial Amarílis, Veredas, *Bougainville*, *Alphaville*, Riviera e ainda os loteamentos Parque Una e *Quartier*. Estes dois últimos licenciados pelo Poder Público municipal respectivamente em 2014 e 2017 e que, de acordo com Guerra (2019), diferem dos demais loteamentos realizados até então. Ao apresentar parcelamentos do solo de uso misto, sofisticação

dos equipamentos públicos, maiores adensamentos edilícios e demográficos, mas não deixando de constituírem enclaves, apenas sem muros.[36]

É imprescindível considerar que no ano de 2021 o setor da construção civil da cidade expandiu 18%, em que pese à crise da pandemia de COVID-19 que impactou negativamente uma boa parte da cadeia produtiva do país, segundo dados do Sindicato da indústria da construção e mobiliário (SINDUSCON- Pelotas). De acordo com Marques (2022) apesar da crise, houve um adicional no número de lançamentos de novos empreendimentos no setor da construção civil local de 10%, ainda neste mesmo ano. É importante frisar que uma grande parte do capital investido deriva do setor agrário, haja vista, de acordo com Medvedovski *et al* (2022), a característica predominante do município de desindustrialização e concentração econômica no setor de serviços.

Destes novos produtos imobiliários os reservados às classes populares se concentraram nas macrorregiões Fragata e Três Vendas, segundo Marques (2022), as habitações populares correspondem ao público das classes B, C e D, sendo estas as que mais crescem e consequentemente as que demandam por maior quantidade de moradias. No Fragata foram 1.725 unidade habitacionais novas, com valor de venda de R$ 240 milhões e nas Três Vendas 1.246 unidades de R$ 215 milhões. Apesar da carência da habitação no município se concentrar nas classes populares os empreendimentos para esta parcela da população sofreram uma drástica redução no ano de 2021. No caso do antigo padrão MCMV, posteriormente Casa Verde e Amarela, enquanto eles representavam 87% das construções na cidade, no ano de 2022 não ultrapassaram 55% do mercado, sendo que não há nenhuma obra nova, apenas as já em andamento. Assim, a figura 6 ilustra a situação do déficit habitacional no perímetro urbano, sendo a pior situação representada pela cor vermelho.

Colabora para o quadro de queda no número de construções de novas habitações para estes setores, segundo Marques (2022), a insuficiência de investimentos públicos para subsidiar os altos custos da construção, condição que desestimula o setor imobiliário a se voltar para famílias com rendimento mensal abaixo

---

[36] As estratégias de segregação sem muros compreendem o "[...] isolamento através de entornos não urbanizados, barreiras naturais como APP ou com maiores dificuldade de urbanização, como pontes sobre cursos d`água canalizados, homogeneidade econômica e social do público alvo, sofisticação dos espaços coletivos com falta de nitidez entre público e privado e até mesmo grandes barreiras físicas formadas pelos novos prédios edificados completamente distintos das tipologias características dos entornos imediatos (GUERRA, 2019, p.148).

de R$ 2 mil, pertencentes ao grupo 1 do Programa Casa Verde e Amarela. Outro fator, mencionado, deriva da política do governo federal de liberação de R$ 30 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (FGTS) para 40 bilhões de trabalhadores. Um fato que, segundo presidente do SINDUSCON, acarretará em prejuízos ao setor dos empreendimentos imobiliários para o público de menor renda em decorrência da importância que o benefício representa como possibilidade de garantia da moradia pelo acesso dos programas sociais de habitação.

Os contrastes da insuficiência de investimentos públicos nos últimos anos são verificados pelo vigor nos investimentos no mercado da construção civil e imobiliário para as classes de maior renda. Condição que demonstra a confiança no cenário local de aumento de rentabilidade por parte dos investidores e construtoras neste setor. Uma evidencia, do aquecimento do mercado da construção, é que duas empresas com sede no munícipio estiveram classificadas entre as 100 maiores construtoras do país no *ranking* INTEC no ano de 2022. A ACPO Empreendimentos imobiliários atingiu a 11º posição e a Porto 5 Empreendimentos ficou na 33º colocação. Respectivamente atingindo, cada uma delas, um total de metros construídos de 762.657,22 m² e de 405.498,21 m² no ano de 2022. As duas construtoras melhor colocadas no *ranking*, foram empresas com sede em Belo Horizonte e que estão há mais de 40 anos no mercado. A Direcional no topo da lista, seguido da Tenda, ambas totalizando respectivamente 3.511.543,73 m² e 2.054.503,88 m² de área construída, somente no ano de 2022[37].

Com isso, constata-se, conforme Marques (2022), que o perfil dos investimentos do mercado imobiliário formal da cidade volta-se para os empreendimentos de médio e altos padrões com expectativa positiva de aumento às classes de maior renda para o ano de 2023. Os lançamentos mais caros estão concentrados nas macrorregiões Areal e São Gonçalo, esta última, em função do empreendimento imobiliário Parque Una; já no Areal foram construídas 1.728 unidades com valor de R$ 355 milhões e no São Gonçalo 870 unidades com valor de R$ 305 milhões.

Por tudo isso, torna-se muito nítido que o setor imobiliário local manifesta uma capacidade de se manter a salvo, mormente, nos períodos de dificuldade financeira.

---

[37] Disponível em: https://grandesconstrucoes.com.br/Noticias/Exibir/intec-divulga-ranking-das-maiores-construtoras-de-2022

Em particular, numa cidade com baixa capacidade industrial e num cenário pós-pandêmico de recessão econômica, demasiadamente, agravado pelas políticas de cunho neoliberal de austeridade fiscal dos últimos governos. De outro lado, a falta de investimentos públicos em habitação para os mais necessitados, mesmo que ainda haja muitas áreas disponíveis, favorece a especulação imobiliária e eleva o déficit habitacional, conforme verificado. Por sua vez concentrar a estratégia de enfrentamento das inequidades, a partir da regularização fundiária se apresenta como uma escolha ambígua por parte da administração municipal, como se verá na seção subsequente.

3.1.1.2.3 A precariedade da regularização fundiária

> *"Quando eu vim para cá isso aqui era um campo. Fui eu que coloquei essa instalação de água na rua, eu que pressionei o prefeito na época para arrumar essa vila. Para mim é quase a mesma coisa, a única mudança e eu agora eu tenho o papel que comprova que é meu. E na verdade, sempre foi, porque morando todos esses anos aqui nós temos o usucapião. De resto, a rua continua com a mesma buraqueira e o poste segue estragado também"*
>
> Morador do loteamento Clara Nunes, *in* Regularização fundiária poderá beneficiar mais de dez mil famílias (FONSECA, 2022)

Dando continuidade à análise conjuntural das relações socioespaciais municipais, a partir daqui apresentam-se dados sobre a real dimensão do crescente problema do déficit habitacional e do elevado percentual dos que vivem na cidade informal em assentamentos irregulares, clandestinos, favelas ou vilas em situação de contingenciamento. Aqui, foca-se na identificação das estratégias da administração municipal direcionadas à solução de problemas oriundos da urbanização precária. Destaca-se que o exame dos dados constatou que a regularização fundiária é a principal, no entanto, insuficiente, forma de ação do Poder Público municipal, no sentido do enfrentamento do conflito, em que a desigualdade social é o fator determinante de concretização desta difícil situação. Outras iniciativas foram verificadas, mas frisa-se que a baixa relevância e a timidez no confronto desta questão as tornam ainda mais frágeis do que a própria regularização fundiária.

Em virtude da desigualdade social que configura esse sistema é fato que a habitação do tipo precária é onde vive a maioria da população urbana pobre do

planeta. Em grande medida de maneira informal em autoconstruções e empregando seus próprios recursos, de acordo com Rolnik (2015), dados da ONU-Habitat sobre os *"slums"*[38] ou favelas identificam que em 2010 esta era a situação de moradia de aproximadamente 828 milhões de pessoas no mundo.

No caso brasileiro, entre os impactos das medidas neoliberais no contexto nacional, segundo Boulos (2015), o número de pessoas sem casa era da ordem de 22 milhões e aproximadamente mais 48 milhões vivendo sem infraestrutura e serviços públicos básicos. Com isso, no ano de 2015, mais de 1/3 da população sofria, em alguma proporção, com o problema da moradia precária.

Os estudos sobre este universo são de fundamental importância. Para Maricato (2014), eles servem como forma de denúncia do sistema de produção da cidade, no capitalismo periférico, em decorrência de um mercado formal que ignora a maioria de sua população. Em prol de um modelo fundamentado em forte taxa de lucro baseada na renda fundiária, em força de trabalho barata e que, à margem do mercado formal e das políticas públicas, produz boa parte da cidade informal.

No ano de 2013, 30% dos moradores pelotenses viviam em áreas consideradas de urbanização precária[39], conforme Carrasco (2017). Incluindo loteamentos irregulares (pendências relativas à aprovação ou registro), loteamentos clandestinos (realizados à revelia do Poder Público) e favelas ou vilas (ocupadas informalmente sem parcelamento do solo), no qual as tipologias mais comuns são os loteamentos irregulares e clandestinos. Ainda no caso municipal, de acordo com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF), existiam, até o no ano de 2018, 19.992 lotes irregulares em 220 loteamentos, ocupando 8,22 Km² de área urbana em Pelotas. Sobre o déficit habitacional no município, uma projeção realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (Naurb-UFPel) no ano de 2020, identificou, segundo Ferreira (2020), mais de 33,7 mil famílias que necessitavam de investimentos para viver com dignidade

As regularizações de assentamentos informais, entre os anos de 2013 e 2017, se concentraram em 11 áreas, totalizando 3.272 lotes, enquanto que entre 2017 e

---

[38] Palavra para definir assentamento urbanos com superlotação, moradias precárias ou informais, acesso inadequado à saneamento e insegurança na posse (ROLNIK, 2015).

[39] Contatou-se que 98% da população das AEIS em Pelotas se inserem na faixa de até dois salários mínimos o que leva a concluir que em torno de 30% dos pelotenses estão situados na linha de pobreza (MEDVEDOVSKI *et al*, 2006).

2020 foram mais 20 áreas com 3.403 lotes, de acordo com Medvedovski *et al* (2022). Todos estes loteamentos se restringiram à delimitação da poligonal e dos lotes, gerando o registro do mesmo, todavia sem averbação da moradia. As regularizações se limitaram aos atributos legais não sendo realizadas obras de infraestrutura ou de requalificação urbana “a não ser aquelas relacionadas a outros programas da Prefeitura Municipal de Pelotas, como o plano de pavimentação de vias principais e a implementação de EMEIS[40] ou UBS[41], mas de forma desconectada a uma política de regularização fundiária plena” (MEDVEDOVSKI *et al*, 2022, p. 350).

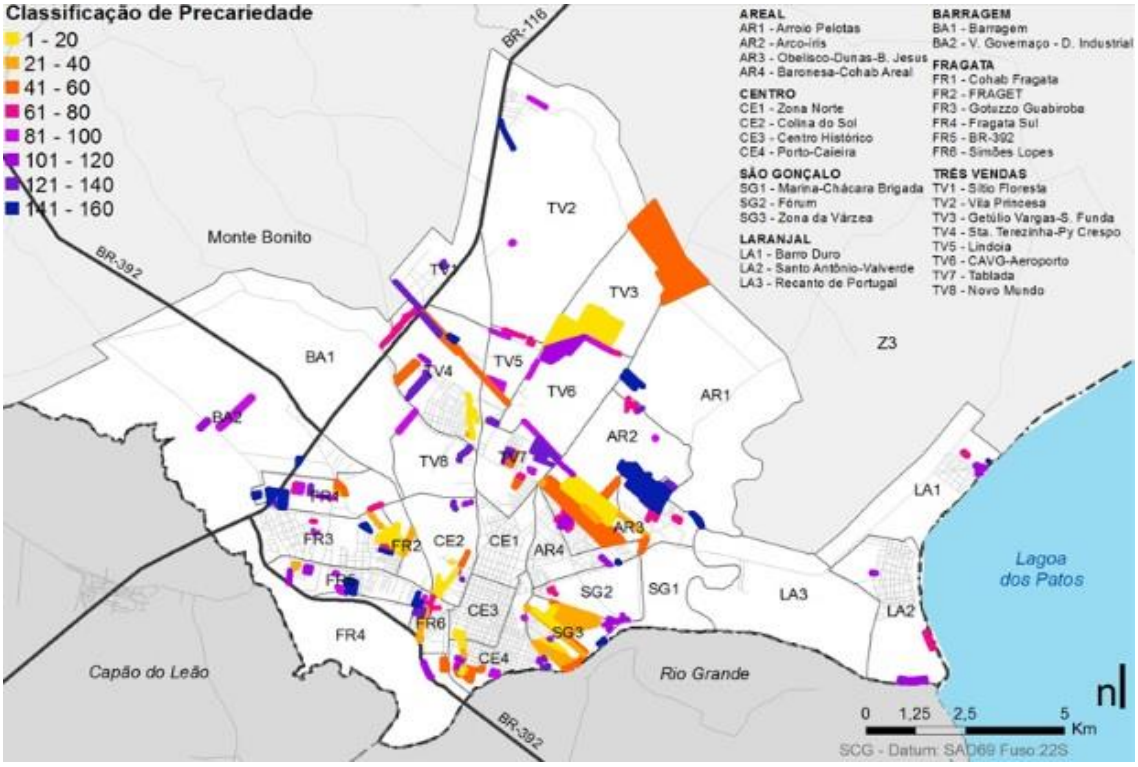
Sobre a política municipal das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), entre os anos de 2017 e 2020, foram realizadas a regularização fundiária de 20 áreas, envolvendo 3.303 famílias, em um trabalho desenvolvido integralmente pela SHRF, de acordo com Lulhier (2021). Segundo a mesma fonte está secretaria planeja, até o final do ano de 2024, regularizar mais 48 áreas o que representa 10.528 famílias. Destas, o órgão municipal se encarregará de 30 áreas, correspondendo a 7.038 lotes. Enquanto as outras 18 áreas que perfazem 3.490 lotes, estão a cargo de empresa contratada com recursos federais do Programa Papel Passado, com fiscalização do Poder Público local.

A política de regularização é questionável pela sua baixa eficiência na melhoria da qualidade de vida dos beneficiados pois, segundo Rolnik (2015), normalmente privilegiam a manutenção do controle das cidades pelas elites políticas, perpetuando desigualdades e mandatos políticos pela fidelização de uma ampla base eleitoral. Além disso, a regularização de lotes faz da propriedade mais um ativo que pode ser financeirizado, reforçando a hegemonia da propriedade privada sobre as demais formas, o que só fragiliza os mais pobres nos casos de despossessões. Estudo sobre a precariedade das habitações no perímetro urbano do município ilustra espacialmente a grande quantidade e o descaso com a situação da moradia dos mais pobres na cidade. A figura 5 classifica o grau de precariedade das habitações da cidade e onde estão distribuídas.

Figura 5 – Cartograma da precariedade habitacional no perímetro urbano

[40] Escola Municipal de Educação Infantil.

[41] Unidade Básica de Saúde.



Fonte: Sítio da 3C Arquitetura urbanismo (2021).

Para exemplificar os argumentos supracitados recorre-se ao caso do loteamento Clara Nunes, no bairro Areal. Ali foram regularizados 194 lotes, área em que a administração municipal mais desenvolveu regularizações. Um dos moradores, disse o seguinte: “era um terreno do pai da minha esposa, que mora aqui há uns 50 anos. Só ele tinha a propriedade regular, o restante das casas estavam todas irregulares. A regularização trouxe a segurança de que o imóvel é nosso. Fora isso, a única mudança é que agora vamos receber a cobrança do IPTU” (FONSECA, 2022).

Existe uma descrença, captada nas falas dos moradores do loteamento, quanto às possíveis perspectivas de mudanças após a regularização de seus lotes. Em razão da permanência das condições precárias, da falta de esperança de qualquer melhoria urbanística e na inconformidade com a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). É flagrante que a ação do Poder Público é pouco eficiente no desenvolvimento das reais condições daqueles moradores, havendo mais um benefício fiscal por parte da administração municipal, pelo incremento arrecadatório das legalizações da posse, do que propriamente das populações envolvidas. Para a conclusão do processo de regularização fundiária do loteamento os moradores ainda precisam pagar R$ 575,28,

equivalente a 4 URM[42], valor que pode ser parcelado em oito prestações, uma vez que, por questões legais, a Prefeitura não pode doar terrenos (FONSECA, 2022).

Outra iniciativa, desenvolvida pela Prefeitura, denominada de Programa de Regularização de Áreas Verdes Ocupadas (PRAVO), viabiliza a comercialização, a preço de mercado, de terrenos em áreas verdes, quando situados em núcleos urbanos informais consolidados, sendo instituído pela Lei municipal nº 6.780/2020 (LULHIER, 2021). Os recursos arrecadados serão distribuídos da seguinte maneira: “30% para o Fundo de Habitação, para investimento na arrecadação fundiária e habitação de outras áreas; 30% para projetos de compensação e mitigação na área ambiental, qualificação de infraestrutura e projetos de aperfeiçoamento da fiscalização; e 40% para o Regime Próprio de Previdência Social do Município” (MEIRELLES, 2020).

Por sua vez, são raras as atuações do Poder Público municipal, em outro sentido que não seja ao da regularização fundiária. Anunciou-se uma parceria entre o município e o governo Estadual para a construção de 261 moradias populares nas localidades da Vila Farroupilha, bairro Getúlio Vargas e na Estrada do Engenho, além da instalação de 200 módulos sanitário equipados com lavatório, bacia sanitária e chuveiro para famílias em vulnerabilidade (BRUNO, 2022). Atualmente, as obras já se encontram em andamento e as casas da Estrada do Engenho já foram entregues aos moradores da comunidade. Outra iniciativa da Prefeitura, para dirimir a situação dos que necessitam de materiais de construção, é o “Banco de Materiais” que fornece piso, telhados, materiais elétricos, entre outros, em uma parceria com a Defesa Civil (FERREIRA, 2020).

Uma cooperação entre a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas (AEAP), Grupo Soma e um grupo de empresários, entregou recentemente uma casa no bairro Bom Jesus (SOARES, 2022). Até o momento, desconhece-se qualquer continuidade na ação. Vale menção que no ano de 2021 se firmou uma colaboração entre a Prefeitura Municipal e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU-RS), objetivando atender famílias com rendas de até três salários mínimos para proporcionar moradias com maior qualidade e em acordo com a Lei Federal 11.888/2008 da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Diário Popular, 2021).

---

[42] Unidade de Referência Municipal.

Segundo Medvedovski *et al*, (2022) no município, ao longo dos anos, esta política de habitação de interesse social (HIS) dependeu de recursos externos que estavam à disposição, promovendo, de forma prioritária, loteamentos em terras públicas sem infraestrutura urbana adequada como nos casos dos loteamentos Osório, Ceval, Anglo e Farroupilha. Em um contexto em que as práticas locais, de provisão de habitações para as baixas rendas, se caracterizam pela precariedade urbanística das moradias, seguidas pelo esforço de uma regularização fundiária. Portanto, continua a autora, o atual predomínio dos projetos de regularização fundiária, por parte do Poder Público local pode ser interpretado como uma inobservância do direito à cidade, reduzindo-o aos elementos cartoriais da posse e da localização, desconsiderando a possibilidade de melhorias a partir de intervenções urbanas.

De acordo com principais pontos apresentados sobre a produção socioespacial e o problema da habitação precária no município, particularmente para as parcelas empobrecidas, é notável uma relação direta com as insuficientes políticas públicas de habitação para estas classes ao longo das consecutivas administrações e nas diferentes esferas dos governos. Verifica-se uma consonância entre as falas dos entrevistados do loteamento Clara Nunes, sobre o alcance da regularização fundiária, com as críticas enunciadas por Rolnik(2015) e Medvedovski *et al* (2022) quanto as altas limitações desta ferramenta, sobretudo em provocar reais benefícios urbanísticos para as periferias, o que denota a intenção da administração municipal, de forma velada, de incrementar a arrecadação através da cobrança do IPTU e de manter um eleitorado cativo.

Portanto, avista-se o conflito na produção socioespacial entre os interesses do mercado imobiliário e das populações economicamente desfavorecidas, ante um Poder Público omisso ou enfraquecido e que muitas vezes cede diante às pressões dos agentes que representam o poder econômico. O espaço municipal é produto de compra e venda e na cidade do capital a mais-valia global procura espoliar a totalidade do espaço social, seja pela sujeição da dívida, seja pela precarização generalizada de grande parte de sua população. Sob o abrigo do neoliberalismo a financeirização se constitui como resposta estratégica de expropriação para a reprodução do capital, por meio de diferentes modalidades de produtos no mercado imobiliário. Sendo assim, é notável a disputa pelo avanço da cidade formal sobre territórios informais, particularmente, em um contexto de crise econômica.

Entretanto, neste embate entre os agentes em disputa pela produção da cidade formal deve-se obedecer às regras legais do planejamento e do ordenamento territorial municipal como o preconizado pelos Planos diretores e suas leis complementares. São eles que estabelecem, por parte das Prefeituras municipais, as intenções relativas à economia local e suas implicações para a forma de ocupação do solo e das habitações, e isto é o que se discorrerá nas próximas seções.

3.1.2 Averiguando o regramento legal territorial

3.1.2.1 A disputa pela hegemonia da cidade formal

> *[...] "a implementação do Plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece a alguns é realizado, o que os contraria é ignorado."*
>
> O impasse da política urbana no Brasil (MARICATO, 2014, p. 102)

No fito de conduzir o pensamento sobre as questões até aqui desenvolvidas se avança traçando um breve panorama sobre o surgimento dos primeiros ordenamentos urbanísticos e algumas de suas consequenciais para a configuração municipal. Assim, faz-se uma curta exposição crítica sobre os regramentos do planejamento urbano, anteriores ao atual III Plano diretor de Pelotas, ponderando sobre suas imbricações com a segregação socioespacial local.

São inegáveis os reflexos dos Planos diretores para a produção social e espacial, em particular, à iniciativa privada e ao setor imobiliário, segundo Fontes (2010), os regramentos incidem sobre características econômicas importantes ao normatizar de forma direta ou indireta o valor do solo e dos imóveis. De acordo com o autor, tais implicações decorrem do intermédio de diferentes situações, quer seja, ao definir as zonas de expansão urbana, ao alterar o uso do solo de rural para urbano, ao estabelecer a possibilidade de novos loteamentos, ao definir parâmetros de uso e ocupação, dos potenciais construtivos dos lotes, ao alterar os usos permitidos, ao determinar incentivos à ocupação de determinadas áreas, ao definir as formas de parcelamento do solo e, até mesmo, quando confronta a especulação imobiliária, ao induzir a ocupação de imóveis e terrenos desocupados.

Por isso, como bem alerta a arquiteta Ermínia Maricato (2014), não se pode criar ilusões sobre os Planos diretores, tendo em conta que em torno do seu processo de elaboração é possível, para àqueles que dele participam, conhecer a cidade e entender o conjunto de forças que o controlam. Contudo, não se deve esquecer que a natureza do poder municipal tem na especulação imobiliária uma de suas maiores forças, conforme já visto. Desta maneira, pontua a arquiteta, há uma enorme contradição que separa a prática do discurso bem-intencionado dos Planos diretores. O que faz, recorrentemente, a norma se configurar como um plano-discurso, que esconde ao invés de revelar, encobrindo que os investimentos obedecem à regras não explícitas.

Assim sendo, a carência de um acesso formal à propriedade da terra, por parte da maioria da população, não se explica pela inexistência de regramentos, ao contrário, no país não faltam arcabouços legais redigidos posteriormente à instituição da propriedade privada da terra, a partir da Lei de Terras de 1850[43]. A desigualdade se estabeleceu pela relação entre poder e propriedade da terra ao longo de 200 anos que consentiu "até mesmo a gigantesca fraude permitindo a apropriação privada as terras devolutas ou públicas que tiveram formatos institucionais variados" (MARICATO, 2014, p. 101).

Nota-se a pertinência da discussão apresentada pela autora sobre os elementos da produção das cidades formal/legal/oficial e informal/ilegal/invisível de modo que a exclusão urbanística é esquecida pela representação da cidade oficial. A arquiteta também argumenta que o resultado do conflito entre a cidade legal e a informal é a segregação socioespacial que produz a cidade e a não cidade, está última, quase pré-moderna semelhante aos burgos medievais. Por sua vez, "a importação dos padrões do chamado "primeiro mundo", aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade), contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente" (MARICATO, 2000, p.134-135).

Assim, para compreender os conflitos entre a produção da cidade legal e da cidade informal é necessário investigar suas relações com os atributos relativos aos sucessivos ordenamentos jurídicos da esfera do planejamento urbanístico municipal.

---

[43] De acordo Westin (2020) "em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades". Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios.

Segundo Fontes (2010), o I Plano diretor de 1967 se pautava em uma estratégia modernizante do espaço pela lógica capitalista de fornecimento de moradias e promoção do mercado imobiliário. O caráter tecnocrático supostamente racional e neutro visava à legitimação pelo regime militar da supressão da participação popular como se encontrava à época

De acordo com MedvedovskI *et al* (2006) naquele período a política implementada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) não beneficiou as classes de menor renda e foi determinante à ampliação do déficit habitacional, contribuindo para o aumento de favelas, cortiços e loteamentos irregulares entre outras formas de ocupação precária.[44] Os problemas emergentes, advindos destas dinâmicas, colocaram dificuldades às administrações municipais, em especial, em duas áreas, a do ordenamento físico territorial e a da capacidade de prestação de serviços públicos.

Por sua vez no ano de 1980 o município conclui seu II Plano diretor. De acordo com Soares (2002), a legislação tinha por desafios o enfrentamento dos impactos de um intenso crescimento demográfico e urbano, das décadas anteriores, em que o número de habitações consideradas precárias era da ordem de 5.140 (11,65%). Ainda de acordo com o autor, a concepção teórica do II Plano diretor propunha a crítica da cidade moderna promovida pela norma anterior. Dessa forma, a recém-criada legislação se direcionava aos novos paradigmas propostos pelas Ciências Sociais, ao tecer críticas veementes à especulação imobiliária, entendendo a cidade “como um reflexo da contradição capital-trabalho. Daí, a solução da problemática urbana se atrelava à solução dos “problemas sociais” (SOARES, 2002, p. 407; aspas no original). A grande questão urbanística a ser resolvida era a existência de grandes vazios urbanos para fins especulativos.

Segundo Soares (2002) com objetivo de dirimir o déficit habitacional das populações de baixa renda a ação do poder local durante o período pode ser classificada em três categorias fundamentais: o parcelamento (o poder disponibilizou parcelas urbanizadas de baixo custo), a regularização (ordenação jurídica de moradias precárias) e a promoção (com maiores investimentos nas moradias). Nesse caso, as regiões periféricas tiveram uma produção mista, promovida por diversos

[44] Sob este aspecto o estudo de CHIARELLI (2014) diverge ao constatar que do total das unidades lançadas pelo BNH até 1986, a metade, em torno de 6 mil foram ofertadas às populações que não encontravam opções no mercado.

agentes, incluindo os promotores imobiliário privados, as habitações sociais do Poder Público e as ocupações informais, em que viviam aproximadamente um quinto da população, produzindo uma morfologia urbana cada vez mais diversa e complexa.

Já nas décadas seguintes, para Chiarelli (2014), com a adoção de um projeto neoliberal inaugurado pelo presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) e ampliado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), incentivou-se o desenvolvimento pela submissão ao capital estrangeiro e pela desresponsabilização com os assuntos sociais, fazendo com que nas administrações Sarney, Collor e FHC, houvesse redução de financiamentos, inclusive às classes médias.

Dessa maneira, segundo Maricato (2014), estava acertada uma nova configuração em que a aplicação dos recursos públicos derivaria, predominantemente, à reprodução do capital na oposição entre valor de troca e valor de uso do espaço urbano, ao invés de alocados na reprodução da força de trabalho. Nessa orientação, a previsão da função social da propriedade privada, prevista na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei 10.257/01 - Estatuto da Cidade (EC) – buscava eliminar o problema da desigualdade social e urbana que se agravava. Contudo, para a autora, já passadas mais de duas décadas, mesmo com os esforços daqueles que procuram secularmente o acesso à terra, na reivindicação da criação de marco legais institucionais, o que se testemunha é a quase nula aplicação dos instrumentos mais importantes do EC no país. Portanto, o crescimento urbano segue em direção da garantia de geração e captação da renda fundiária e imobiliária e ao descontrole sobre o uso e ocupação do solo no país.

No contexto municipal não é diferente, de acordo com Chiarelli (2014), a incorporação ao III Plano diretor de atributos positivos do EC não atendeu ao direito efetivo da população no acesso à moradias dignas. Mantêm-se desigualdades socioespaciais e o direito à cidade vem sendo negado pela não superação de um modelo arcaico de propriedade da terra urbana ainda com origens na Lei de Terras de 1850. Nota-se, segundo os autores consultados, que os sucessivos marcos legais municipais não foram suficientes a realização de uma cidade mais inclusiva e justa. Contudo, também permanecem aqueles que reconhecem no EC um instrumento impregnado pelos ideais dos movimentos de redemocratização capaz de reativar a agenda da reforma urbana.

Apresentadas estas considerações sobre produção socioespacial, de acordo com os sucessivos Planos diretores municipais, a seção seguinte é dedicada a

introduzir os principais instrumentos de promoção da função social e da gestão democrática. Elementos centrais que potencialmente oportunizam aos Planos diretores o enfrentamento da segregação socioespacial e da urbanização precária presentes nas franjas da cidade. No confronto da fragmentação que provoca a periferização de regiões identificadas ainda como de vazios urbanos, localizadas nas margens entre campo e cidade, como no caso da Sanga Funda. É fundamental investigar estes regramentos legais à procura de soluções que permitam qualificar as ações de combate da segregação pelo Poder Público, para além da perspectiva da regularização fundiária empregada, quase que exclusivamente, no contexto municipal.

3.1.2.2 A importância das funções sociais ao rururbano

> *[...] "evidencia-se, na matéria de propriedade imobiliária urbana, a supremacia do direito público sobre o privado."*
>
> Planos diretores no Brasil: um estudo de caso (FONTES, 2010, p.34).

É necessário manter no horizonte o direito à cidade na sua dimensão humana, uma vez que ela é constituída por pessoas e deve atender suas necessidades e anseios, garantindo, sobretudo, o direito integral à cidadania e a uma vida plena, em especial aos mais pobres. Assim, discute-se os elementos legais orientados no caminho da promoção destes objetivos, enquanto sociedade democrática. Identificam-se ferramentas como as ZEIS, associadas das HIS, como estratégias fundamentais para os problemas decorrentes da especulação imobiliária e do déficit habitacional e seus efeitos para a precarização urbanística nas margens socioespaciais, no que foi denominado de rururbano municipal, mais especificamente na Sanga Funda.

Para Braz & Vergara (2021) com esse intuito em 1980 o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) continha entre seus quadros arquitetos, engenheiros, geógrafos, assistentes sociais, entre outros profissionais e propunha acesso democrático e condições dignas nas cidades. Assim, a discussão da gestão democrática e das funções sociais da propriedade e das cidades, previstas na CF de 1988, sempre foram temas centrais para os que aspiram uma sociedade plena, fundada no Estado Democrático de Direito.

Contudo, de acordo com os referidos autores, foi necessário aguardar treze anos, desde a elaboração da CF de 1988, para que o direito à função social da cidade e da propriedade fossem regrados no ano de 2001. Portanto, o EC é a Lei federal que normatiza os artigos 182 e 183 da CF de 1988. O art. 182 prevê que a Política urbana é de responsabilidade dos munícipios e que estes deverão primar pela função social da cidade e o desenvolvimento de seus cidadãos. Este mesmo artigo ainda dispõe de importantes instrumentos para a realização da função social da propriedade, entre eles o parcelamento e edificação compulsórios, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação sanção.

Assim, destaca Fontes (2010), que da promulgação da CF de 1988 e da Lei federal nº 10.257/2001 o planejamento urbano sofre mudanças significativas, fazendo dos Planos diretores instrumentos básicos da política urbana que concretamente deveriam garantir a função social da propriedade, servindo de base para aplicação de todos os instrumentos previstos nos ditames do EC. Nesta lógica, as Resoluções nº 25 e nº 34 do Conselho Nacional das Cidades, objetivam uma maior eficácia dos Planos diretores, para que não se tornem textos vazios, cumprindo verdadeiramente com sua função de instrumento de gerenciamento da política urbana das cidades.

Desta feita, segundo o supracitado autor, é de competência dos Planos definir os critérios e condições para o cumprimento da função social da propriedade urbana. O princípio da função social da cidade e da propriedade supera o paradigma do direito liberal que admite a propriedade privada como um direito absoluto. Neste caso, o EC delegou aos Planos a possibilidade de solucionar a relação conflituosa entre os interesses do mercado e o acesso ao direito à cidade. Foi o próprio EC que obrigou a aprovação, até outubro de 2006, dos Planos em municípios com mais de 20.000 habitantes ou daqueles integrantes de regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas. Um levantamento preliminar, realizado pelo Ministério das Cidades de março de 2007, indicava que 92,5% já haviam sido elaborados ou estavam em processo.

Ainda para o autor, o EC em seu art. 42 prevê a necessidade de um conteúdo mínimo para os Planos, como forma de garantia jurídica da capacidade do instrumento de viabilizar a função social da cidade e da propriedade urbana. Estes regramentos precisam demarcar sobre o território municipal onde será aplicado o parcelamento, a edificação ou utilização compulsórios, o direito de preempção (preferência) (art. 25, § 1º), o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado (art. 28), o coeficiente de aproveitamento básico ou diferenciado (art. 28, § 2º), os limites

máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento (art. 28, § 3º), alterações do uso do solo (art. 29), operações urbanas consorciadas (art. 32) e transferências no direito de construção (art. 35). Para além do mencionado, o art. 42 (inciso III) exige que se instaure um sistema de acompanhamento e controle pela necessidade de fiscalização de implementação do plano e que a gestão da cidade seja realmente democrática.

Importante frisar como Barros, Carvalho & Montandon (2010) que o EC em seu artigo 2º, versa sobre as diretrizes a serem seguidas pelos municípios a fim de elaborarem sua política urbana, visando a promoção de cidades para que todos usufruam dos benefícios da urbanização. Outro elemento fundamental do EC, segundo os autores, diz respeito a promoção da participação da sociedade na gestão urbana. Este princípio visa não restringir as decisões sobre o futuro dos municípios à democracia representativa das câmaras de vereadores, mas garantir às instâncias consultivas e deliberativas sobre os processos de planejamento urbano, além do emprego dos recursos públicos.

Assim, para os autores, a norma conta com diversos dispositivos para democratizar a gestão das cidades, objetivando a participação popular nos processos decisórios, na intenção de barrar qualquer possibilidade de que as cidades sejam o resultado do desejo dos que detêm o poder econômico e que influenciam nas decisões políticas. Dessa maneira, o EC estabelece a criação de conselhos, a realização de audiências públicas e de conferências municipais de política urbana.

Imbuído deste princípio, de acordo com Rolnik (2015), o regramento estabeleceu as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nos zoneamentos das cidades, com objetivo de regularizar, pelo reconhecimento do direito de posse, os assentamentos. Por efeito, a adoção das ZEIS pelos Planos diretores aumentou de 672 no ano de 2001 para 1.799 em 2009, um incremento de 168%.

Por conseguinte, destaca a autora, o EC preconiza a necessidade das ZEIS priorizarem habitações de interesse social (HIS). Tendo por princípio a manutenção de reserva de terras para HIS em lugares subutilizados ou vazios, segundo os Planos diretores, e enfrentando a especulação imobiliária onde a infraestrutura já é realidade. Nesta perspectiva Barros, Carvalho & Montandon (2010) concordam com a autora de que o enfrentamento do déficit habitacional e a melhoria dos serviços públicos necessita de uma política fundiária que viabilize terrenos para a HIS com a implementação de infraestruturas.

Em vista disso, Yamaguti & Denaldi, (2020) apresentam um estudo desenvolvido sobre a utilização das ZEIS na cidade de São Paulo que atestou sua eficácia na viabilização de construções de HIS naquele município entre os anos de 2002 e 2017. Para tanto a pesquisa sublinha a necessidade de recursos financeiros disponíveis e de uma gestão local comprometida com a diminuição do déficit habitacional pela implementação da função social da propriedade, combinada com outros instrumentos que a oportunizem, seguida da participação social em sua formulação e implementação.

Entretanto, é necessário frisar que nessas mais de duas décadas de vigência do EC, apesar da lei ter se tornado referência mundial de ordenamento jurídico, quanto ao planejamento e a gestão das cidades, a legislação vem sofrendo investidas, por parte dos últimos governos, com objetivo de desmontá-la. Em particular, as que promovem o direito da função social da cidade e da propriedade de setores contrários a democratização do acesso à terra. Um fato que contribuiu para esta deterioração foi a extinção do Ministério das Cidades, no início do período do governo de Jair Bolsonaro, ainda em 2019.

Por fim, realizada esta apresentação e contextualização dos instrumentos do EC, a seção seguinte estará concentrada na análise do III Plano diretor de Pelotas, mais especificamente sobre o encaminhamento que o corpo normativo dá a função social da cidade e da propriedade. Examina-se como foram tratados alguns dos mais importantes instrumentos previstos no EC, no principal marco de regulação do desenvolvimento e planejamento do território municipal.

A proposta é verificar aspectos gerais da real aplicação de instrumentos ao enfrentamento da especulação imobiliária nos vazios urbanos e a capilaridade da participação democrática nos conselhos, conferências e audiências públicas municipais na tomada de decisões relativas às políticas públicas contempladas pelo regramento municipal. Para tanto, se utiliza de consultas em fontes secundárias sobre o assunto e se elabora um resumo comparativo entre as leis do EC e do III Plano diretor, nos pontos concernentes à garantia da função social.

Entende-se que uma análise mais aprofundada deste regramento mereceria um estudo à parte, em vista da abrangência da norma, que conta em seu corpo legal, com mais de 300 artigos. Sem considerar as leis complementares nº 5.528/2008, que instituiu o Código de Obras, com mais de 200 artigos, e a lei nº 5.832/2011 do Código de Posturas com pouco mais de 100 artigos. O objetivo é deter-se nos atributos

entendidos como mais relevantes, de acordo com os diferentes estudos consultados e não o de esgotar o tema.

Considera-se que os elementos apresentados atingem satisfatoriamente o esforço de desvelar os conflitos entre o princípio da função social da cidade e da propriedade e os entraves jurídicos que o impedem de ser colocado em prática contraditoriamente pelo mesmo regramento. E que, ao final, oportunamente mantêm a lógica hegemônica da produção da cidade do valor de troca e indiretamente a precarização de assentamentos informais, como no caso da Sanga Funda.

Intenta-se averiguar o conteúdo do III Plano diretor, sua efetividade e ainda produzir uma reflexão sobre as reais possibilidades de promoção da gestão democrática da cidade e do direito à cidade deste instrumento legal. Por via, da análise da reprodução dos conflitos entre os agentes que representam o mercado formal e a legislação local, identificando elementos ideológicos que servem ao urbanismo dos grupos dominantes, contrários a participação popular destas comunidades.

3.1.2.3 A previsão das funções sociais no III Plano diretor

> *"[...] Há de se concluir que se está diante de um Plano Diretor que não ingressou no aspecto das relações humanas, que não tratou do aspecto da desigualdade social, a qual acarreta a segregação espacial"*
>
> Função social da propriedade urbana no III Plano diretor de Pelotas (RUSSO, 2012, p. 93)

Por tudo que já foi apresentado não se pode desconsiderar os impactos dos planos urbanísticos, elaborados pelas administrações municipais, quanto sua relevância no planejamento e na utilização do território. Sem perder de vista o embate político e econômico que abrange aspectos do ordenamento jurídico urbanístico, se suscita um exame de alguns elementos no âmbito do regramento local que expõem a falta de vontade política no enfrentamento das inequidades socioespaciais.

As implicações do alto padrão dos parâmetros urbanísticos contidos nas normas concorrem para o aumento do valor da terra. Rolnik (2015) denuncia esse fator como um limitante no acesso aos pobres à moradia e ao solo urbanizado. Logo, segundo a autora, ocorre o seguinte: 1) as autoridades toleram o crescimento do

mercado de terras informal, em virtude da inexistência de alternativas de habitações para a população de menor renda. 2) A regulação urbanística elaborada sobre a égide econômica, adaptada as estratégias do mercado aos setores de maior renda, ao invés de operar como um modelo para a consecução de uma cidade desejada, incide na definição e reserva da melhores áreas e localização, afiançando os produtos imobiliário aos grupos de maior renda da cidade.

Atualmente o principal instrumento de regulação urbanística da cidade é a Lei municipal nº 5.502/2008 que institui o III Plano diretor de Pelotas. A norma expressa a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, pretendendo atender as necessidades da sociedade, direcionadas à organização do espaço físico municipal. Concomitantemente com o Código de Obras e o de Posturas, integrantes do conjunto do planejamento e do ordenamento territorial. As diretrizes gerais e específicas do III Plano diretor devem balizar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual municipal (PELOTAS, 2008).

Ao se perfazer um breve histórico sobre a elaboração do atual regramento se sabe sobre seu percurso que da data de sua entrega oficial, durante o II Congresso da Cidade, ao prefeito municipal até sua efetiva aprovação se passaram dois anos, segundo Abuchaim (2012). Esta demora se deu pelo fato que o projeto foi enviado pelo chefe do executivo para uma comissão revisora no ano de 2008, sendo encaminhado ao poder legislativo posteriormente. A aprovação pela Câmara de vereadores aconteceu em 11 de setembro de 2008, passando a vigorar em 1º de janeiro do ano seguinte.

De acordo com a supracitada autora a Prefeitura municipal ficou encarregada da coordenação do III Plano diretor, entre os anos de 2001 e 2002, recebendo consultoria da Fundação Centro de Estudos e Projetação do Ambiente (CEPA), responsável pela organização da equipe de planejamento e pela elaboração da proposta metodológica de trabalho que resultou nas treze ideias forças presentes na norma. Por sua vez, já no ano de 2004, na continuidade dos trabalhos de elaboração da norma, além das Secretarias Municipais de Urbanismo, Cultura, Qualidade ambiental, Segurança, Trânsito e transporte, Habitação, Desenvolvimento Rural e Procuradoria Geral municipal, também participaram servidores da Universidade Federal de Pelotas, da ONG Hectare, além de profissionais contratados das áreas de arquitetura e urbanismo, geografia, arqueologia, fauna, botânica, ecologia, georreferenciamento, sociologia e direito. Ainda, conforme a autora, os mais de oitenta

integrantes se dividiram em grupos de trabalho separados por temas diversos desde preservação do patrimônio, uso do solo e atividades, zona rural, áreas de especial interesse social, áreas de especial interesse ambiental, macro-meso-microrregiões, sistema viário e normas edilícias. A autora atribuiu a fragmentação e a falta de homogeneidade dos temas contidos na versão final do documento como decorrência do encaminhamento da discussão por grupos de trabalho, se ressentindo de uma discussão mais ampla entre os membros.

Outro aspecto que não pode ser ignorado, ainda na etapa de elaboração do atual plano, diz respeito ao quesito da altura máxima permitida para as novas edificações. Este, foi pauta de discussões com o SINDUSCON e o texto teve trechos modificados para atender demandas do sindicato, conforme Abuchaim (2012). Assim sobre a densidade urbana, foram previstas na lei áreas de ocupação restrita (art. 100) e prioritária (art. 98 e 99) sendo que esta última é definida como vazios urbanos e prédios ociosos. No entanto, para ambos, o instrumento jurídico dependerá de definições futuras para ser posto em prática, permanecendo apenas no plano das intenções.

Segundo a autora, o Plano igualmente se ressentiu de maiores estudos quanto as densidades adequadas ao não avaliar os impactos em regiões nas quais foi permitido o aumento do número de pavimentos, sem emprego de maiores critério técnicos. Assim, não é sabido qual o impacto das regularizações das ocupações informais quanto as densidades e necessidades de infraestrutura. Um fato, até então inédito, foi a previsão de legislação com relação ao território rural. O que veio para resolver um grande problema histórico sobre a questão da área mínima de dois hectares, na qual o órgão responsável por legislar é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Uma situação que deixava os tendendo a se criar pequenos núcleos de comércio e serviços, reproduzindo em outra escala a cidade ilegal.

Albuquerque & Albuquerque (2017) identificam a origem desta questão na Lei nº 4.504/64, conhecida como o Estatuto da Terra, que regula os direitos e obrigações aos bens e imóveis rurais. A lei estipula, entre outras questões, o módulo rural mínimo e define como imóvel rural todos aqueles que, independentemente de sua localização, se destinem à exploração extrativa agrícola, pecuária ou ainda agroindustrial. A partir da Lei nº 8.629/93 foram acrescentadas a este rol atividades vegetal e florestal. O INCRA adotou o critério da destinação do imóvel para expedir o Certificado de

cadastro de imóvel rural (CCIR), sendo suficiente que o imóvel possua características próprias de rural, independentemente de estar sendo ou não explorado

Por outro lado, ressaltam os autores, que a Lei nº 5.172/66, do Código Tributário Nacional, para fins tributários, considera o critério de localização do imóvel, o que equivale a dizer que somente é considerado rural o imóvel situado além do perímetro urbano. Desse modo, percebe-se a relevância dos municípios no sentido de propiciarem ordenamentos territoriais que promovam, através da regulação do uso e da ocupação do solo rural, a sustentabilidade, o equilíbrio social e ambiental, abrangendo a totalidade de seus territórios. Assim como maior qualidade de vida a todos os seus munícipes em consonância com os ditames legais do EC e da CF de 1988 quanto ao direito à cidade sustentável e à função social da propriedade.

Estudo de Russo (2012) sobre a participação popular na elaboração do III Plano diretor examinou atas das reuniões do Conselho do Plano Diretor[45] (CONPLAD) e as assembleias públicas que antecederam a aprovação do texto final. A pequisa indicou um descuido para com o processo democrático e" [...] um nítido autoritarismo por parte do Poder Executivo e Poder Legislativo" (RUSSO, 2012, p. 81). Ainda ressalta que o desconhecimento da população com relação ao CONPLAD e suas funções configuraram entraves ao processo inclusivo e democrático e as audiências públicas serviram como apresentação de um documento já elaborado, não restando nenhum espaço de discussão e construção de novas propostas, atendendo simplesmente uma obrigação de caráter legal. Atribuiu a falta de informação da população, aliada ao descaso do Poder Público em ouvir suas demandas. Elementos aparentemente decisivos para que este grupo não se interessasse por questões atinentes ao planejamento urbano municipal.

Ademais, a barreira da linguagem técnica e específica pode ter sido impeditivo à participação dos usuários, coibindo um maior envolvimento. De modo, que os capitais econômico, cultural e político prevaleceram e a participação popular foi meramente formal. Assim, conclui que o resultado da fraca participação dos usuários nas discussões sobre o III Plano diretor implicou num instrumento pouco preocupado

[45] Conforme art. 31 o Conselho Municipal do Plano diretor – CONPLAD é o fórum que incorpora todos os setores da sociedade no acompanhamento do processo do planejamento, constitui-se de órgão colegiado, deliberativo, no âmbito de sua competência fiscalizador e normativo, sendo a principal instância de consulta do Poder Público para a gestão da política urbanística do Município (PELOTAS, 2008).

com os mais pobres, de baixa efetividade e no confronto entre a função social da propriedade e os interesses dos setores do mercado imobiliário, foram estes últimos que saíram como os grandes beneficiados. Por exemplo, em virtude da permissão da construção de condomínios fechados sem possibilidade de arruamentos futuros, causadores de problemas de mobilidade e de loteamentos com medidas de lotes inferiores ao adequado para as baixas rendas.

Portanto o que se percebe é que situação local não difere muito do relatado pela bibliografia específica sobre o tema, que alerta que muito embora o EC motive discussões acerca de debates públicos sobre a política urbana, em muitas cidades se tratou de um procedimento meramente formal de convocações de audiências públicas registradas em ata para cumprir a lei de forma burocrática.

Procedendo um exame sobre o texto da Lei 5.502/2008, logo na primeira parte do III Plano diretor municipal, dedicada aos objetivos, princípios e diretrizes consta, em seu art. 6, que a política de ordenamento e desenvolvimento do munícipio deve se pautar na função social da cidade e da propriedade, no desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações, na gestão democrática e participativa na execução das políticas territoriais, na compatibilização entre a ocupação e o desenvolvimento do território urbano e do rural, na cidade como Patrimônio Histórico Nacional e na garantia do direito à cidade. Sendo este último entendido como o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos o trabalho e ao lazer (PELOTAS, 2008).

Ainda no art. 6 no § 1º ficam estabelecidas as seguintes exigências para que a propriedade cumpra com sua função social:

> I - Uso adequado à disponibilidade de infraestrutura urbana e de equipamentos e serviços, atendendo aos parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento territorial determinado em lei.
>
> II - Uso compatível com as condições de preservação da qualidade do ambiente natural e cultural.
>
> III – Aproveitamento e utilização compatíveis com a segurança, a saúde e o sossego público. (PELOTAS, 2008).

Ainda, neste mesmo artigo, é mencionada a necessidade de coibir o uso e ocupação indevido das áreas públicas, sem maiores especificações. Podendo, contraditoriamente, dependendo da interpretação, contrariar as reais intenções, ou seja, de regularizar áreas ocupadas por populações de baixa renda, excluídas do mercado formal de terras e de moradia.

No parágrafo do art. 8 fica explícito que propriedade sem uso ou subutilizada poderá ser caracterizada como reserva imobiliária, configurando o não cumprimento de sua função social. Entretanto, o art. 9 prevê necessidade de uma lei especifica derivada do regramento para tratar da questão. O que, até o presente momento, ainda não se concretizou.

O art. 11 versa sobre a condição em que a função social do imóvel não é cumprida, devido a sua não utilização, podendo se dar de duas maneiras: por uma taxa de ocupação abaixo do mínimo definido para a área em que está localizado ou, independentemente da taxa, não realize atividade econômica ou cultural em conformidade com o disposto na legislação (PELOTAS, 2008).

Conforme o art. 13 a política urbana de gestão e organização do uso e ocupação do espaço municipal deverá seguir as disposições do Plano e ser elaborada com utilização de instrumentos previstos na legislação Estadual, Federal e Municipal, destacando-se as disposições do EC (PELOTAS, 2008). Dentre estes, os considerados aparelhos jurídicos urbanísticos direcionados ao combate da especulação imobiliária e da concretização da função social da propriedade, previstos no Estatuto da Cidade.

O art. 18, dedicado aos planos setoriais, faz referência, entre outros, ao Plano para urbanização de AEIS a serem elaborados pelo CONPLAD, mas sem prazo estabelecido ou definido.

No art. 49 são definidas as Áreas Especiais de Interesse e no art. 50 as áreas de Especial Interesse Ambiental Natural e Cultural ou Construído.

O art. 90 versa sobre as Áreas de Especial Interesse Social I, II, III e IV.[46]

Averígua-se que inaplicabilidade legislativa de instrumentos do parcelamento do solo, importantes para concretização da função social da propriedade, como edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação, em virtude da postergação de uma legislação específica, continuam inacessíveis aos cidadãos. Quanto aos prejuízos diretos à função social da propriedade, destaca Russo (2012), a ausência na norma de uma penalidade explícita aos proprietários e a ineficiente fiscalização por parte do Poder Público. Assim, a função social saiu

[46] Para a definição das AEIS no município de Pelotas foram empregados diversos indicadores sendo avaliadas características morfológicas, infra estruturais e presença de equipamentos e serviços públicos (MEDVEDOVSKI *et al*, 2006).

prejudicada já que se dificultou a implementação de habitações de interesse social na cidade (HIS), enquanto se beneficiou a especulação imobiliária e a segregação socioespacial.

A análise confirma o indicado por Rolnick (2015) que os instrumentos de gestão do solo como o IPTU progressivo no tempo, a ocupação compulsória, ou ainda a observação da função social da propriedade e da cidade encontram resistência nas câmaras legislativas e no Judiciário. Nota-se que, mesmo decorridos todos estes anos desde a entrada em vigência do atual Plano, a norma segue apresentando um descompasso entre a parte expositiva e a dispositiva, condição que anula a primeira parte, indo de encontro aos interesses coletivos. Justamente pela falta de previsões legais que coloquem em prática ações para a consecução do direito a uma cidade sustentável e à função social da cidade e da propriedade, que, ao final, favorecem o mercado da construção civil, conforme indicado por Abuchaim (2012) e por Russo (2012), o que só corrobora as constatações de Rolnik (2015) do que ocorre em âmbito nacional nos diferentes municípios.

Na próxima seção demonstra-se, nos casos das AEIAN[47] e AEIS, como o conflito com os assentamentos informais tem se desenrolado ao longo dos anos no cenário municipal, a partir do caso da ocupação Estrada do Engenho. Importante reforçar que a Sanga Funda é uma AEIS e está sujeita a mesma lógica que se abateu sobre os moradores da Estrada do Engenho.

---

47 [47] Área de Especial Interesse do Ambiental Natural de acordo com o III Plano diretor de Pelotas (PELOTAS, 2008).

3.1.2.4 “Passando a boiada” da construção civil[48]

> *“Na década de 1990, iniciou uma tentativa de empreendimento por lá, e o movimento ambiental resistiu política e juridicamente contra a urbanização da região. Recentemente, fomos surpreendidos por uma propaganda anunciando a venda de lotes naquela região. Procuramos saber se havia autorização, o que não conseguimos descobrir até o momento [...] não queremos que a boiada passe por aqui.”*
>
> A política ambiental de Pelotas e do Brasil em xeque (SOLER, ADUFPel, 2020)

Sobre as atualizações do III Plano diretor, ocorridas entre os anos de 2018 e de 2020, se constata um caráter favorável aos interesses das frentes de expansão do mercado imobiliário. A atualização de 2018 estava em análise na Câmara de vereadores desde o ano anterior. Ao todo, foram realizadas três audiências públicas para discutir as mudanças e ao final houve a supressão de mais de 100 artigos e entre os principais pontos atualizados está a permissão para empreendimentos mais altos (GZH, 2018).

A atualização seguinte se deu pela aprovação da Lei nº 6.790/2020 alterando o Mapa-U8, que trata da Área do Especial Interesse do Ambiente Natural (AEIAN). Sobre estas mudanças, ainda na etapa de projeto de lei, o ecólogo e professor da FURG Marcelo Dutra Silva, assim comentou:

> [...] merece considerações mais atentas os artigos 53 e 54. Eles ficaram mais abertos ao uso permitido e atribuem outorga exclusiva da anuência ao órgão municipal competente, no caso a Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA). Também, deixaram de fazer referência a outros instrumentos de gestão e afastaram das condições de uso o interesse social, público e comunitário, bem como medidas de ação compensatória de recuperação do ambiente degradado. E entre os artigos revogados nessa matéria, destaca-se com maior significado na exclusão dos artigos 61, 62 e 63, justamente os que fazem referência às áreas de preservação de permanente, ocupadas e/ou degradadas, cujo programa de recuperação deve ser definido pelo Poder Público. Na prática, as revogações e a nova redação dos artigos nessa Sessão acabaram por simplificar demais o texto original do plano (SILVA, 2018).

[48] Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, em reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020 em meio a um dos momentos mais graves da história do pais, a pandemia de COVID-19, declarou que acreditava ser aquele momento uma grande oportunidade para aproveitar e “ir passando a boiada”, em alusão a intenção de flexibilizar os diferentes regramentos de proteção ambiental.

Para explicar o que representou a Lei nº 6.790/2020 que alterou o Mapa- U8 se apresenta o caso da remoção da ocupação Estrada do Engenho, também conhecida por Vila dique. O fato sugere a pressão dos setores imobiliários na intenção de fazer a norma legal mais permissiva. A região, onde se encontrava a ocupação, ainda possui muitos vazios urbanos, terrenos de baixo valor e localização central privilegiada, com atrativos naturais proporcionados pela proximidade do canal São Gonçalo, tendo recebido grandes condomínios, loteamentos e bairros planejados nos últimos anos, com amplo sucesso comercial.

No ano de 2009, um processo movido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul apontou a falta de fiscalização, por parte da Prefeitura Municipal, acusando-a de negligenciar APP e pedindo providências para a desocupação (SUL 21, 2017). Contudo, apesar da ocupação estar em APP, o art. 60 do III Plano diretor municipal que versava, antes de sua supressão, sobre Áreas de Preservação Permanente Ocupadas (APPO), previa que tais áreas em processo de uso e ocupação consolidadas, e que atendessem o interesse social, público e comunitário, poderiam ser regularizadas. Desde que, mediante ações mitigatórias e compensatórias de recuperação do meio-ambiente, proporcionais aos danos causados e a sua escala. Condição que permitia um plano de estratégias de redução dos impactos ambientais (SUL 21, 2017).

A norma admitia a ocupação em APP, um fato que o Ministério Público e a Prefeitura municipal não consideraram. Então, em junho de 2018, o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul anunciou a possibilidade de utilização de uma soma de R$ 1,1 milhão, de recurso oriundo do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), para iniciar a primeira etapa de realocação das famílias da ocupação Estrada do Engenho. A Prefeitura municipal complementou o valor do investimento, aportando R$ 216,8 mil, para atingir os necessários R$ 1,38 milhão do orçamento total estimado, para implementar o projeto desenvolvido em parceria com alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (JUNG, 2018).

Em setembro de 2022, o Poder Executivo municipal anunciou a assinatura do contrato no valor de R$ 8,5 milhões, sendo R$ 3.775.768,54 contrapartida do município e R$ 4.653.664,17 recurso do Programa Pavimenta do governo do estado; contemplando: pavimentação asfáltica, drenagem, ciclovia e iluminação em led na

Estrada do Engenho, estrada Passo dos Negros e rua Gomes Carneiro (MAGALHÃES, 2022).

Ainda em janeiro de 2022, a Prefeitura municipal assinou novo contrato de convênio com o governo do estado, para investir R$ 11.671.999,13, sendo R$ 2.059.764,55 de contrapartida municipal, para implementação de três parques urbanos. São eles: parque da Baronesa, passarela entre os balneários dos Prazeres, Santo Antônio e Valverde e o novo parque da Estrada do Engenho, sendo, somente neste último, R$ 5.608.272,27 destinados à implantação de um parque de lazer, entre o canal São Gonçalo e a Estrada do Engenho, contemplado pista de caminhada, playground, academias, iluminação em led e passarelas, conforme figura 9 (BLANK, 2022).

Chama atenção, no caso da remoção da ocupação Estrada do Engenho, a coincidência entre o crescente processo de valorização imobiliária, que a região vem experimentando, e o vultoso montante de recursos públicos anunciados, assim como a casualidade da ação do Ministério Público de retirada dos moradores da área. Ainda mais, quando se tem em vista que aquela população já se encontrava no local há aproximadamente quarenta anos, ademais, a ação se direciona, especificamente, para esta ocupação, apesar de ser uma entre tantas outras áreas da cidade assentadas sobre APPs, em situação semelhante a que envolve licenças de empreendimentos imobiliários para as altas rendas e de que não se tem notícia de qualquer ação similar.

No dia 20 de outubro de 2022, segundo Rosa (2022), a Câmara Municipal aprovou nova alteração no III Plano diretor, permitindo uma maior flexibilização das AEIANs. Mesmo com parecer contrário ao emitido pelo Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM). Consultado sobre o que significa essa flexibilização da norma o ecólogo Marcelo Dutra Silva ponderou: “representa mais uma abertura ao avanço livre da construção civil sobre terrenos baixos, planos e úmidos. Na prática, é mais uma porteira que se abre, em áreas úmidas sensíveis, para a impermeabilização do espaço e possíveis novos focos de alagamento e enchentes”.

Outra área da cidade, o Pontal da Barra, igualmente se enquadra na classificação de AEIAN, sendo atingida pela nova flexibilização da norma. Em entrevista para a ADUFPel, ainda no ano de 2020, o advogado ambientalista Antônio Carlos Soler se manifestou de forma contrária ao assédio do setor da construção civil sobre a área. Percebe-se a intenção nesta ação combinada entre administração

municipal e mercado imobiliário na qual o Poder Público proporciona a alta rentabilidade assegurando duas condições: a alta densidade de construção, para além do permitido pela legislação, em conjunto com a expectativa da chegada das melhorias urbanas. Como no caso anunciado pela Prefeitura municipal de implementação dos novos parques, ampliando as fronteiras do mercado imobiliário e da construção civil.

Nota-se, conforme Rolnik (2015), que o planejamento urbano cartografa em minúcias os produtos imobiliários destinados às elites nas áreas urbanizadas mais bem localizadas e dotadas de serviços afastando do acesso dos pobres. Oportuna é sua observação abaixo, que reflete o caso em questão, na sua relação com a forma de expansão das fronteiras do mercado e as formas de governança contemporâneas:

> As novas formas de governança conduzem à expansão das fronteiras do mercado por meio de processos contínuos de acumulação por espoliação, ou de capitalização do espaço e da vida, através da captura e do cercamento de espaços públicos, da extensão e da mercantilização da terra e da moradia ou simplesmente de expulsões (ROLNIK, 2015, p.373).

Segundo a autora, na maioria dos casos suas origens remetem às dinâmicas populacionais entre campo e cidade no estabelecimento de populações em regiões limítrofes entre rural e urbano, como no caso da Sanga Funda. Sendo, está uma das maneiras mais comuns de formação de assentamentos urbanos em diversas regiões do mundo. Em um processo que implica na compra de terras de pequenos proprietários e de agricultores, normalmente de forma legal, através de acordos de compra e venda com testemunhas e registro em cartório. Usualmente, viola a legislação de zoneamento e parcelamento do solo, ao não observar os trâmites legais junto aos órgãos municipais de aprovação, constatando-se uma dubiedade entre legal/ilegal normalizada em contextos de países da América Latina, Ásia e Índia.

Como resultado dessa situação, para Bienenstein *et al*, 2011, normalmente os assentamentos populares informais se caracterizam, em alguma medida, pelos problemas derivados da ocupação espontânea e da falta de assessoria técnica para construção das moradias. Destacando-se as dificuldades de acesso a circulação, lotes de dimensões muito reduzidas, a alta densidade nas moradias e na ocupação do solo, dificuldades de insolação e ventilação das habitações, obstruções de drenagem, ocupações de encostas ou de regiões suscetíveis à inundação.

Verifica-se, após todas as discussões arroladas, algumas das principais formas de ingerências do mercado formal sobre o III Plano diretor, sugerindo o quão complexo

é interferir em estruturas sociais fortemente arraigadas, em particular, as ligações entre poder econômico e político.

Enfim, nota-se que o urbanismo através de seus instrumentos de ordenamento territorial e planejamento pode ser interpretado como uma ilusão que esconde um espaço político. No qual o Estado domina pelo concebido e propicia a reprodução do capital pela troca no mercado, colaborando para a reprodução da segregação socioespacial da cidade, conforme pontua Lefebvre. Identifica-se, no atual Plano diretor municipal, características de um plano discurso, justamente pela ausência de maiores regramentos que permitam avançar em práticas e mecanismos de combate à especulação imobiliária. Inclusive, pelas sucessivas afrontas ao texto original em suas recentes atualizações. Assim, a inserção ou supressão de artigos de fato só manteve os interesses dos setores encarregados pela oferta dos novos produtos imobiliários, instaurando, na Câmara Municipal, a política do deixar “passar a boiada”, ao flexibilizar a legislação. Com isso, notabiliza-se a reprodução da cidade excludente que não abrange em seu Planos as populações de muito baixa renda. Como exemplificado nos fatos narrados, cronologicamente, sobre a remoção das famílias da ocupação Estrada do Engenho. Na qual condenam-se os pobres às margens sem acesso aos benefícios do solo urbanizado, repetindo um ciclo histórico de ampliação dos problemas das moradias precárias na cidade informal.

A partir do que já foi visto, até o presente momento, torna-se mais evidente que a produção socioespacial formal/informal guarda severas ligações com questões complexas que incidem sobre os regramentos legais municipais e, em especial, nos Planos diretores. Coloca-se a Sanga Funda como parte integrante deste contexto e se a examina a partir do regramento estabelecido no III Plano diretor; verifica-se através dos dados censitários do IBGE a precariedade socioambiental em que vivem estas populações de baixa renda, assim como um possível processo de regularização fundiária, conforme divulgado pelo próprio Poder Público municipal.

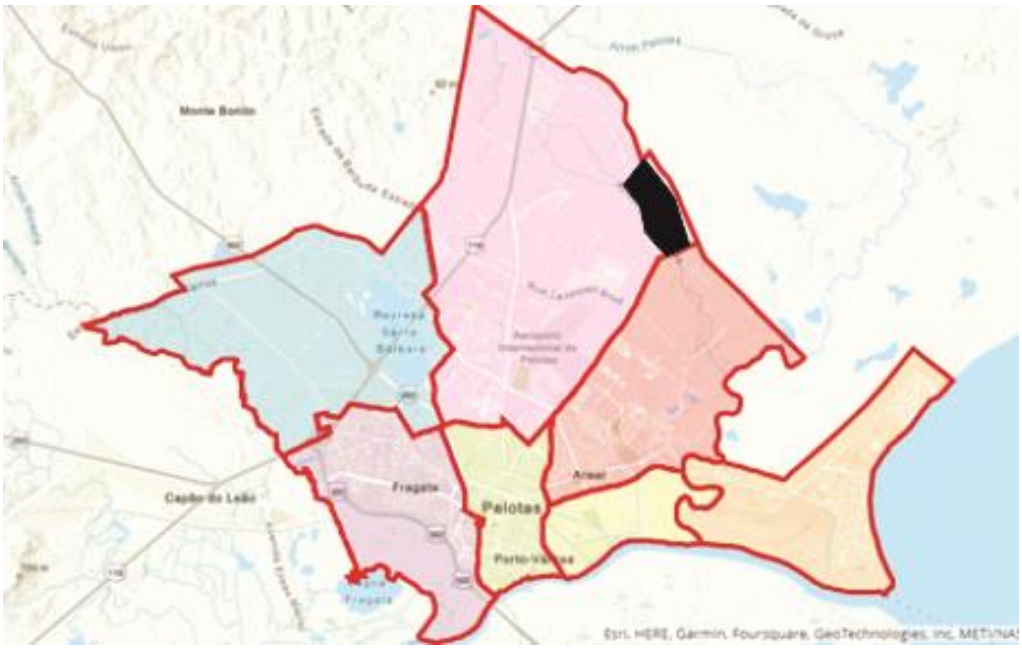
3.1.3 Precariedade e regularização fundiária da Sanga Funda

3.1.3.1 A Sanga Funda, essencialmente, dos pobres

No que se estabeleceu como macrorregião Três Vendas, de acordo com o III Plano diretor, encontra-se a localidade da Sanga Funda. Situada a nordeste do

perímetro urbano, fazendo divisa com a Colônia Z3 e integrando parte do rururbano[49], como pode-se verificar nas figuras 6 e 7.

Figura 6 – Mapa das sete macrorregiões municipais do distrito sede com a Sanga Funda identificada pela poligonal em preto



Fonte: Adaptada pelo autor a partir de GeoPelotas, Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

A fim de detalhar esse contexto, apresentam-se os dados da Tabela 1, que indica a área (km^2) urbana, rururbana e rural do município de Pelotas. Segundo os termos adotados pelo Plano diretor vigente, bem como a distribuição da população residente nestes recortes espaciais. Observa-se que a zona urbana concentra quase 12% da superfície de Pelotas, todavia, a densidade demográfica atinge quase 1,6 mil habitantes por quilômetro quadrado.

[49] Conforme o III PD as áreas rururbanas são aquelas destinadas às atividades de caráter agrosilvopastoril de baixo e médio grau de impacto em mínimo e pequenos portes, além de atividades de extração de areia e argila (PELOTAS, 2008).

Figura 7 – Imagem com a demarcação do perímetro da Sanga Funda, de acordo com o III Plano diretor municipal

Fonte: Adaptada pelo autor a partir de *Google Maps* (2021).

De acordo com o censo IBGE (2000), a população considerada urbana atingia 93,2% e a densidade demográfica municipal era de 203, 92 hab./Km². Estes números indicam claramente uma distribuição populacional bastante desequilibrada do ponto de vista espacial.

Tabela 1 – Área em quilômetros quadrados, participação porcentual na área total de Pelotas, número de habitantes, densidade demográfica e participação porcentual da zona urbana, rururbana e rural na população total de Pelotas

Zonas municipais	Área (Km²)	Participação percentual (%)	Nº de habitantes	Densidade demográfica (hab./Km²)	Participação demográfica (%)
Urbana	192,67	11,96	306.055	1.588,49	93,2
Rururbana e Rural	1.417,03	88,04	22.220	15,68	6,8
Total	1.609,708	100,0	328.275	203,92	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo demográfico do IBGE, 2010 (2021).

Por sua vez, a Tabela 2 indica a superfície (em km^2) correspondente a Sanga Funda, assim como a participação percentual deste bairro na área total municipal. Um lugar onde vivem mais de três mil pessoas, segundo dados de 2010 do censo demográfico. Apresenta uma densidade demográfica de 1.325,65 habitantes por km^2

, em um contexto de precariedade de serviços e de equipamentos públicos, como será possível constatar.

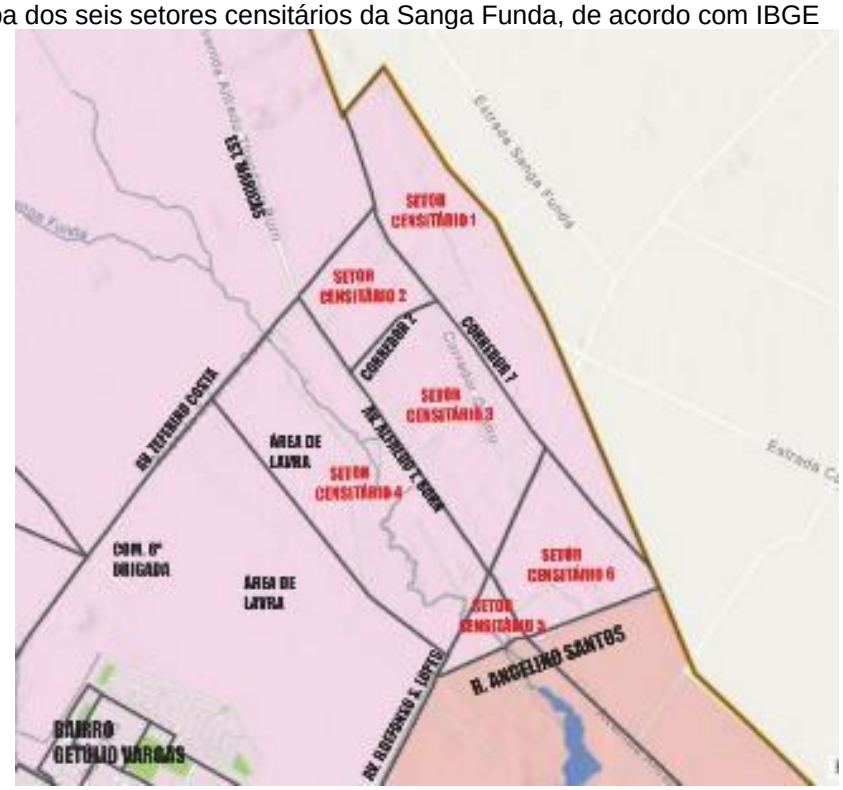
Tabela 2. Área em quilômetros quadrados da Sanga Funda, participação porcentual na área total de Pelotas, número de habitantes, densidade demográfica e participação porcentual da Sanga Funda na população total de Pelotas.

	Área (Km2)	Participação percentual (%)	Nº de habitantes	Densidade demográfica (hab./km^2)	Participação demográfica (%)
Sanga Funda *(*Rururbano)	2,30	0,14	3.049	1.325,65	0,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo demográfico do IBGE, 2010 (2021).

Segundo critérios do IBGE a Sanga Funda abrange seis setores censitários, conforme ilustrado pela figura 8. Os setores censitários conformam as divisões das regiões, propiciando a organização dos dados do censo demográfico da instituição. A seguir, se apresenta uma descrição demográfica pormenorizada, considerando a divisão dos seis setores censitários num recorte de raça, de gênero e de renda da população.

Figura 8 – Mapa dos seis setores censitários da Sanga Funda, de acordo com IBGE



Fonte: Adaptada pelo autor a partir de GeoPelotas, Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

De acordo com a Tabela 3, referente ao aspecto racial dos moradores da Sanga Funda, 2.810 (92%) se declararam brancos, 238 (8%) pretos ou pardos e apenas um (0,2%) indígena.

Tabela 3. Número de moradores em DPP pelos setores censitários da Sanga Funda, participação por hectare, número de pessoas residentes de cor ou raça branca, número de pessoas de cor ou raça preta ou parda e porcentual

	Moradores em domicílios particulares permanentes (DPP)	Moradores por hectare	Pessoas residentes de cor ou raça branca (DPP)	(%)	Pessoas residentes de cor ou raça preta ou parda (DPP)	(%)
Setor 1	285	2,10	257	90	28	10
Setor 2	641	15,72	579	90	62	10
Setor 3	708	7,12	660	93	48	7
Setor 4	772	4,96	706	91	65	9
Setor 5	192	13,60	191	99,5	1	0,5
Setor 6	451	6,92	417	92,0	34	8
Total	3.049	13,25	2.810	92	238	8

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo demográfico do IBGE, 2010 (2021).

De acordo com a Tabela 4, dedicada ao recorte populacional por gênero, enquanto o número total de homens responsáveis por domicílio é de 172 (5,6%) o de mulheres é de 71(2,3%). Somente no setor censitário 4 os homens responsáveis são de 39 (5%) e as mulheres 20 (2,5%). Sendo o setor com a maior quantidade de mulheres responsáveis por domicílio. Em proporcionalidade o setor 4 fica novamente abaixo, apenas dos setores censitários 1 (3,5%) e 2 (2,6%), em número de mulheres responsáveis por domicilio.

Na Sanga Funda a renda média mensal por morador equivale a R$ 381,85. Na macrorregião Centro, ela equivale a R$ 1.420,93. Já a renda média da população do perímetro urbano municipal é de R$ 749,10. Enquanto a renda média da Região Administrativa Três Vendas atinge R$ 523,57 (VERGARA, 2020). Dessa forma, percebe-se o quão baixa é a renda dos moradores da localidade do estudo.

Tabela 4. Número de moradores em DPP pelos setores censitários da Sanga Funda, participação por hectare, número de domicílios com homens e mulheres responsáveis, porcentual de mulheres responsáveis por domicílio particular permanente

	Moradores em domicílios particulares permanentes (DPP)	Moradores por hectare	Domicílio com homens responsáveis (DPP)	(%)	Domicílio com mulheres responsáveis (DPP)	(%)
Setor 1	285	2,10	18	6,3	10	3,5
Setor 2	641	15,72	37	5,7	17	2,6
Setor 3	708	7,12	44	6,2	10	1,4
Setor 4	772	4,96	39	5	20	2,5
Setor 5	192	13,60	9	4,6	4	2
Setor 6	451	6,92	25	5,5	10	2,2
Total	3.049	13,25	172	5,6	71	2,3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo demográfico do IBGE, 2010 (2021).

Por sua vez, de acordo com a Tabela 5, a renda média mensal por domicílio particular na Sanga Funda é de R$ R$ 1.143,76. A renda no setor 4 é de R$ 1.178,45, novamente ficando atrás do setor 1 (R$ 964,62) e do setor 2 (R$ 998,56).

Tabela 5. Número total de domicílios particulares e coletivos pelos setores censitários da Sanga Funda, participação média de moradores por domicílio e renda média mensal nominal por domicílio particular

	Total domicílios particulares e domicílios coletivos	Média de moradores por domicílio	Renda média mensal nominal por domicílio particular (R$)
Setor 1	94	3,03	964,62
Setor 2	211	3,03	998,56
Setor 3	229	3,09	1.525,67
Setor 4	245	3,15	1.178,45
Setor 5	60	3,2	1.149,50
Setor 6	149	3,02	1.045,76
Total	988	3,09	1.143,76

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Censo demográfico do IBGE, 2010 (2021).

Uma vez que a maior parte da Sanga Funda se constituiu por processos de ocupação. No qual a maioria de seus moradores não tem a posse legal da terra formalmente reconhecida, admite-se um atributo de confrontação no objeto do estudo. Esse será o assunto da seção a seguir.

3.1.3.2 A regularização fundiária da Sanga Funda

> *[...] "a ocupação carrega também a dimensão de confronto. Uma ocupação militar é o controle de um espaço e a dominação de um território insurgente ou inimigo. Já a ocupação empreendida por um movimento social significa "libertar" o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)."*
>
> Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças (ROLNIK, 2015, p.377, conforme o original).

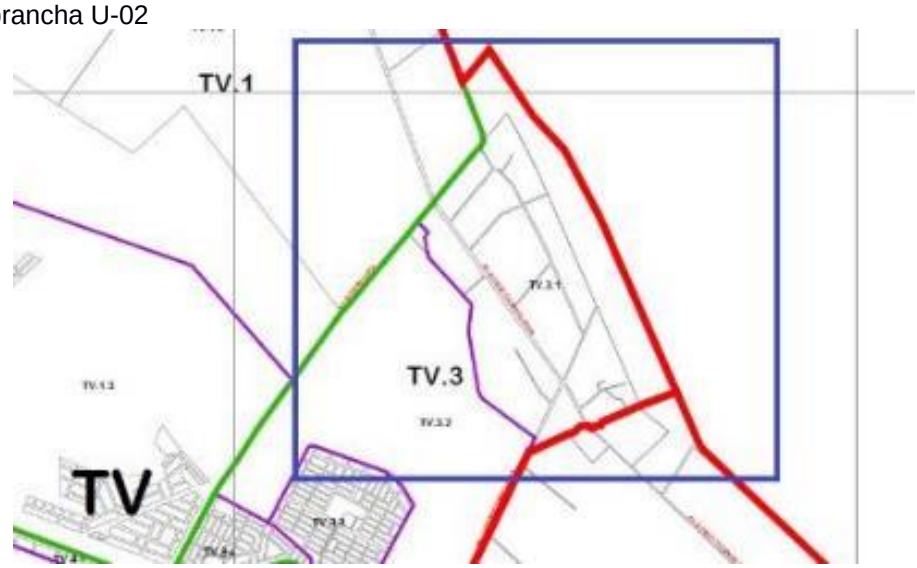
Quanto a organização administrativa do território, o III Plano diretor municipal rege as divisões do espaço urbano, de acordo com suas macros, mesos e microrregiões - apresentada pelo mapa Sistema de territórios. Assim, a Sanga Funda pertence à macrorregião Três Vendas (TV) e à microrregião TV. 3.1 (figuras 9 e 10).

Figura 9 – Mapa temático sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas - Zona urbana, com demarcação das divisões em regiões administrativas, meso e micro-regiões com suas respectivas denominações, prancha U-02

Fonte: GeoPelotas - Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

O perímetro urbano compreende sete macrorregiões, a saber: Areal (AR), Barragem (BA), Centro (CE), Fragata (FR), Laranjal (LA) e São Gonçalo (SG).

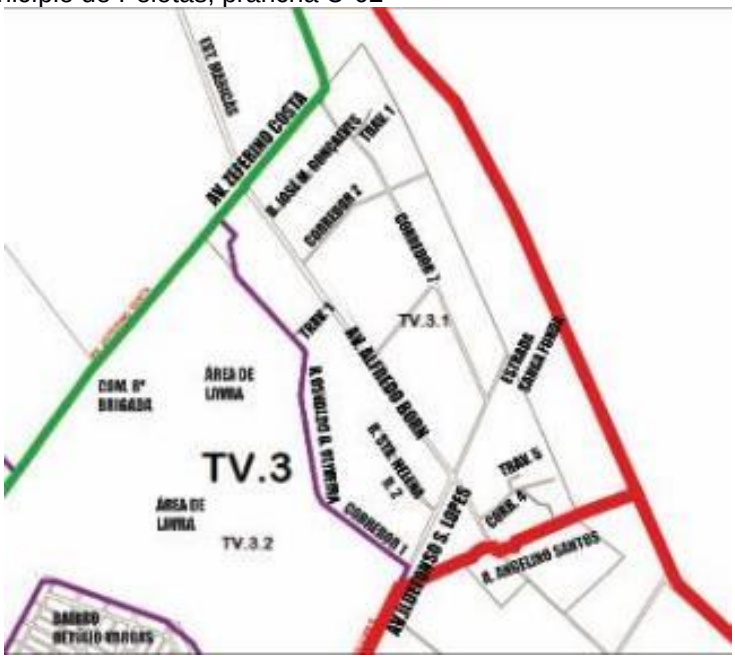
Figura 10 – Mapa temático sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas - Zona urbana, com demarcação das divisões em regiões administrativas, meso e micro-regiões e suas respectivas denominações - no detalhe do retângulo azul a demarcação da micro-região TV. 3.1 Sanga Funda, prancha U-02



Fonte: Adaptada pelo autor a partir de GeoPelotas, portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

A microrregião e a Sanga Funda estão circunscritas à noroeste pela Av. Zeferino Costa, à sudoeste pela Rua Osvaldo Brum Oliveira, ao sul pelo Corredor 1, à sudeste pela Rua Angelino dos Santos e à nordeste por linha que delimita o fim do perímetro urbano municipal, conforme figura 11.

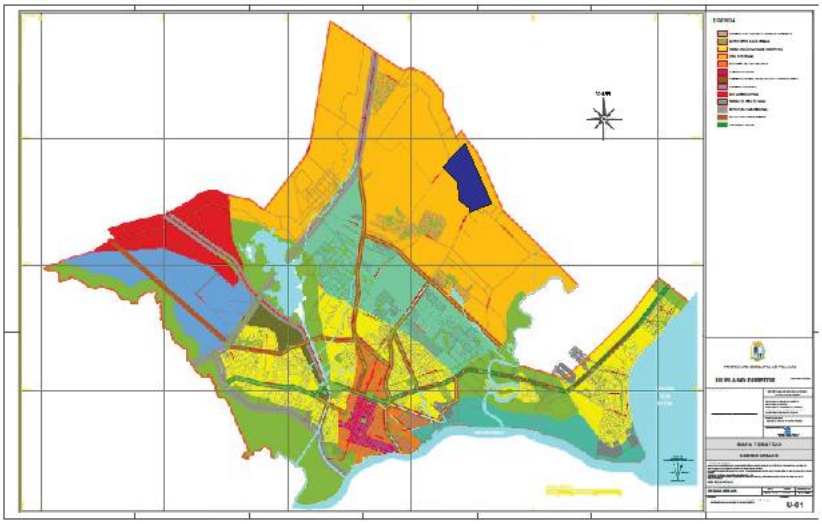
Figura 11 –Logradouros municipais da Sanga Funda - Mapa temático sistema de territórios do III Plano diretor do município de Pelotas, prancha U-02



Fonte: GeoPelotas - Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

A Sanga Funda, juntamente com outras localidades, faz parte da denominada de área rururbana municipal, integrando as regiões da zona norte da cidade; entre elas: Vila Princesa, Sítio Floresta, Arco íris, Getúlio Vargas, Pestano entre outros, conforme figura 12.

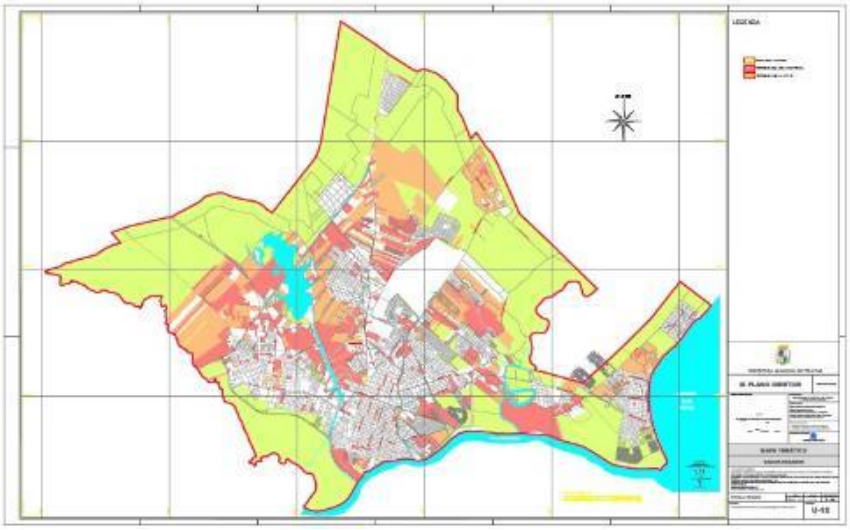
Figura 12 – Mapa temático do distrito sede - Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas, Zona Rururbana ao norte da cidade em cor laranja e a localização da Sanga Funda representado pelo polígono azul escuro a nordeste



Fonte: Adaptada pelo autor a partir de GeoPelotas, Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

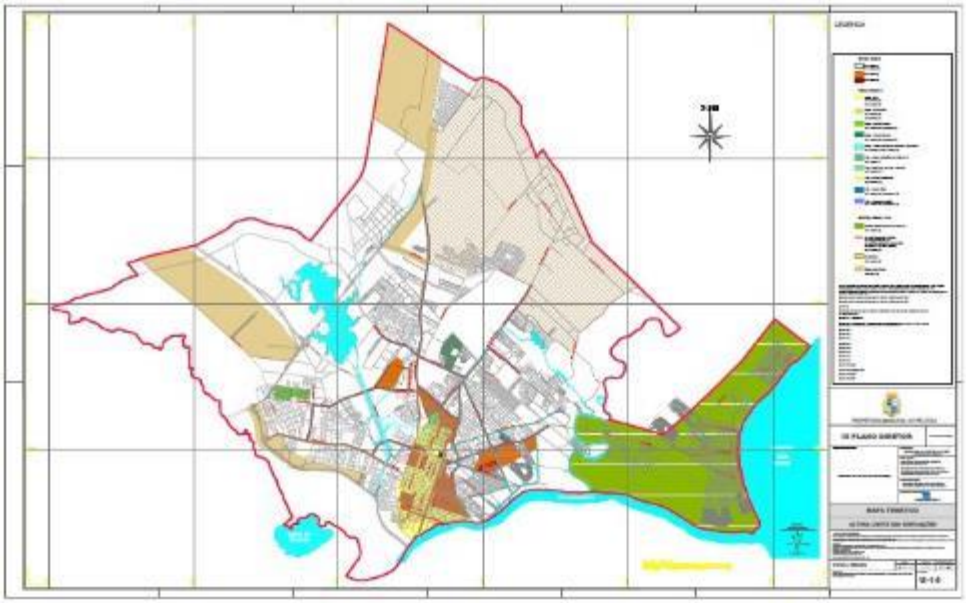
De acordo com o mapa U-12, dos Vazios urbanos (figura 13), percebe-se ainda diversos terrenos com pouco adensamento, o que possibilita um elevado potencial construtivo de ocupação da região das áreas representadas na cor verde. (PELOTAS, 2008).

Figura 13 – Mapa temático do distrito sede - Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas, prancha U-12, Vazios urbanos



Fonte: GeoPelotas - Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

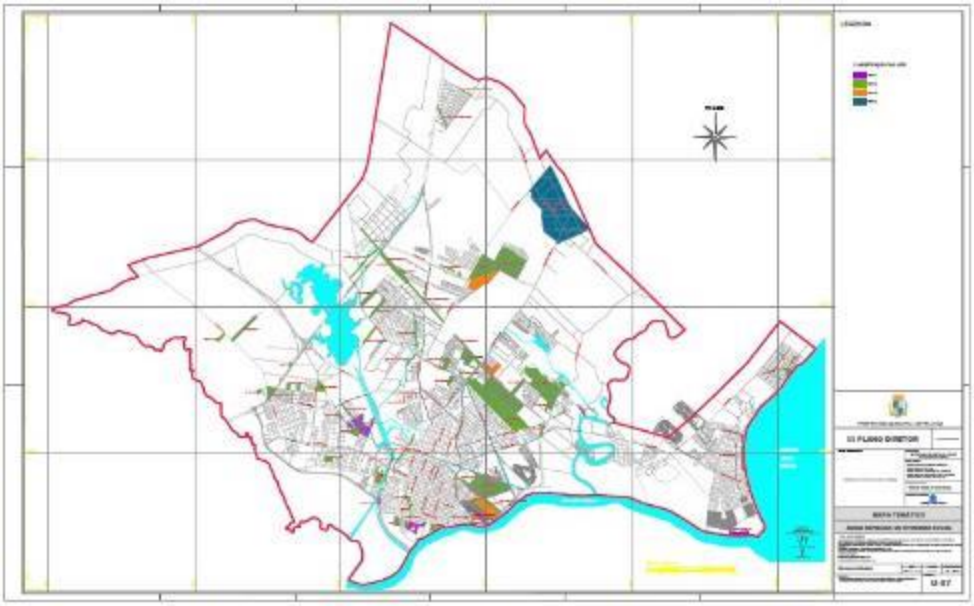
Figura 14 – Mapa temático do distrito sede - Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas, prancha U-14, Altura limite das edificações



Fonte: GeoPelotas - Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

De acordo com o mapa U-14 (figura 14), que regra a altura limite das edificações, na Sanga Funda as construções não poderão ultrapassar sete metros, o que equivale a um sobrado de dois pavimentos. (PELOTAS, 2008).

Figura 15 – Mapa temático do distrito sede - Modelo urbano do III Plano diretor do município de Pelotas, prancha U-07, Áreas de Especial Interesse Social (Sanga Funda pertence a AEIS-Tipo 4)



Fonte: GeoPelotas - Portal de informações geográficas da Prefeitura Municipal de Pelotas (2021).

O regramento municipal classifica a Sanga Funda com uma AEIS do tipo IV, ou seja, pertencente a um contexto rururbano, conforme figura 15. Desta forma, a situação existente na interface entre rural-urbano reforça a necessidade por parte do

Poder Público de promover a regularização fundiária, a produção, a manutenção e a recuperação de HIS. Contudo, o art. 96 do Plano diretor, dedicado às AEIS classificadas como de tipo IV, determina a necessidade de elaboração de legislação específica (PELOTAS, 2008). Um fato que, até este momento, não se concretizou.

O estudo de Silva (2014) sobre a questão fundiária afere que na Sanga Funda a contradição entre legislação e realidade é notável. Isso, porque, uma grande parte de seus moradores, até agora, não possui a garantia legal de propriedade da terra e se encontra em situação de irregularidade, perante a municipalidade.

A respeito da regularização da localidade da Sanga Funda. De acordo com a SHRF, a previsão é que nos próximos quatro anos seja realizado o cadastramento e "o acompanhamento social pós-regularização de cada área com avaliação das condições de moradia, projetos urbanísticos para as localidades regulamentadas ou em processo de regularização, apresentação da proposta de um "Programa de Regularização Fundiária Sustentável acompanhado de uma proposta de Lei Municipal que se concilie ao Programa de Regularização Urbana (ReUrb)[50]" (LULHIER, 2021).

Sobre a regularização fundiária sustentável, esclarece Mukai (2007), sua função é se ocupar dos regramentos referentes ao saneamento ambiental, contemplando um plano de saneamento básico, com a devida preservação e recuperação do meio ambiente, possibilitando aos moradores a consecução do direito à cidade sustentável[51]. A figura 16 apresenta a área que incidirá a regularização fundiária a ser desenvolvida pela SHRF na Sanga Funda.

---

[50] A regularização sustentável deve combinar regularização urbanística e ambiental, articulando infraestrutura, serviços e obras com a regularização jurídica que inclui a legalização da área, lotes, casas e atividades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008).

[51] Instituído a partir do Estatuto da Cidade de 2001, do ponto de vista legal no Estado brasileiro, um novo direito: o direito à cidade sustentável. Este ficou entendido no seu art. 2º, inciso I, como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Figura 16 – Área de regularização fundiária da Sanga Funda

Fonte: Secretaria de Habitação e Regularização Fundiárias - SHRF (2023).

É relevante ter conhecimento que para se viabilizar a Regularização Fundiária Sustentável, segundo o Ministério das Cidades (2008), é necessário cumprir quatro etapas:

1º) Levantamentos nos assentamentos informais dos seguintes aspectos:

- Situação fundiária;
- Condições topográficas;
- Áreas de risco;
- Infraestruturas e transportes públicos existentes;
- Sistema viário;
- Legislação vigente;
- Cadastros dos imóveis e socioeconômico dos moradores;
- Ações de urbanização projetadas e existentes.

2º) Diagnóstico e projetos, dedicados na elaboração:

- Análise das irregularidades fundiárias existentes a partir dos levantamentos realizados;

- Definição dos instrumentos para a solução da irregularidade fundiária;

- Elaboração de projeto urbanístico, parcelamento, infraestrutura básica e complementares, quando necessário;

- Elaboração de planos de remoção, quando necessário.

3º) Ações administrativas e jurídicas pertinentes a regularização em área pública ou privada até a titulação e que envolve, de acordo com as áreas:

- Áreas Públicas: Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, Direito de superfície, Registro de auto imissão na posse e Cessão da posse;

- Áreas Privadas: Desapropriação, Usucapião, Usucapião especial urbano, Regularização *ex officio*;

- Regularização *ex officio*: procedimentos em que a Prefeitura substitui o parcelador faltoso e implementa ações de regularização fundiária. Os depósitos das prestações são feitos em contas bancárias (aberta sob decisão judicial) enquanto o loteamento estiver irregular;

- Ação civil no Ministério Público: para obrigar o loteador a realizar obras e regularizar o loteamento.

4º) Monitoramento, compreendendo:

- Monitoramento e controle social a partir do cronograma de ações e obras;

- Conselho gestor, se necessário, com a participação da comunidade envolvida no processo de regularização fundiária nas ZEIS em todas suas etapas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008).

Para concluir esta seção, se colocam algumas considerações sobre a regularização fundiária sustentável. Assim como suas possíveis implicações à produção socioespacial dos assentamentos informais, no contexto municipal, e, mais especificamente, no caso da Sanga Funda. Conforme mencionado, a política de regularização fundiária sustentável, anunciada pela SHRF, para a Sanga Funda carece de maiores informações que permitam um exame mais detalhado sobre os possíveis efeitos para a população e ao ambiente natural. Ainda no ano de 2023, em uma última consulta realizada, a SHRF informou que o processo de regularização se encontra momentaneamente suspenso, pois está concentrando esforços em outra área. Sendo assim, é necessário aguardar e observar como se desenvolverá seu

plano de ação, mantendo-se vigilante ao compromisso com a participação democrática da população envolvida e o atendimento de todas exigências legais mencionadas.

De antemão, ao menos em tese, a regularização é bem-vinda. Desde que conjugue maior segurança na posse dos moradores, qualificação urbanística e saneamento ambiental. Melhorias que impactarão positivamente, inclusive, ao restante da cidade. É necessário estar alerta contra a ação de agentes da especulação imobiliária e suas estratégias de capturar vantagens urbanísticas. Convertendo-as em econômicas, ao replicar o ciclo de acumulação do capital e da segregação.

A seguir, dedica-se a uma aproximação do contexto empírico do objeto deste estudo, que compreende o primeiro dos diversos estágios da pesquisa de campo realizada. Aqui, o método percorre a leitura etnográfica pelo registro cotidiano da Sanga Funda.

3.2. Ruralidades entranhadas na urbe

> *[...] "A anomia brasileira se caracteriza pelo desencontro de temporalidades que se cristalizaram em determinadas situações sociais e em determinados grupos sociais residuais ao longo da história. São grupos que ficaram à margem dos processos dominantes, abandonados e descartados por falta de um projeto político do Estado, abrangente, integrativo e participativo"*
>
> A política do Brasil: lúmpen e místico (MARTINS, 2017b, p.37).

A seguir escrutina-se a Sanga Funda por um elenco de registros fotográficos produzidos em campo com a finalidade de expor as características mais importantes que compreendem o contexto socioespacial do objeto investigado. Aplica-se o olhar antropológico que procura, pelo duplo movimento, do princípio do estranhamento, converter o familiar em exótico e o exótico em familiar, negando a noção de que a realidade se encontra evidente na superfície fenomênica.

A metodologia empregou a observação etnográfica direta na dimensão do vivido, segundo Lefebvre. No intuito de perseguir o percebido e compreender a totalidade social. Envolta pelos atores, seus objetos, pelo ambiente construído, seus ritos, sua linguagem, seus valores, imaginários e sua relação espaço temporal, no

lugar em que se desenvolvem. Componentes que carregam símbolos e significados que possibilitam, através do olhar da rua, a leitura do texto social. Na compreensão do desenvolvimento da história lenta de nossa sociedade periférica, na qual o tradicional incorpora o moderno, de acordo com Martins.

Examinam-se, na interface entre o rural e o urbano, os modos de vida que contêm expressões de ruralidades. Resíduos que não foram homogeneizados pela cotidianidade e pela ordem distante da dimensão do concebido, nem pelo capital e sua força globalizante. Experiências de contato que permitem enunciações do rural sob novas bases sem de maneira alguma evanescer, conforme Medeiros (2017).

3.2.1 Heterogeneidades na Sanga Funda

> *A comunidade constitui o elemento central da realidade do camponês e do que do camponês ainda subsiste nos deserdados da terra. Exprime o modo possível de como pode ele conceber sua existência*
>
> Uma Sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre (MARTINS, 2014, p. 47).

Adentrando na Sanga Funda, pela av. Eng. Ildefonso Simões Lopes Neto, se encontram próximos, ao cruzamento com a av. Alfredo Theodoro Born (Estrada dos Maricás), os principais pontos de comércios. Entre estes, um mercado, uma farmácia, uma ferragem e um bar. Percebe-se que, devido ao fluxo destas duas vias, criou-se um ponto comercial privilegiado para as atividades mencionadas (figuras 17, 18 e 19).

Figura 17 – Farmácia e ferragem na Sanga Funda no cruzamento das avenidas Eng. Ildefonso Simões Lopes e Alfredo Theodoro Born

Fonte: arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 18 – A direita um mercado na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 19 – Na direita um bar na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

A av. Alfredo Theodoro Born, no trecho da Sanga Funda, estende-se por aproximadamente 2,2 Km, a dimensão total da via é de 10,5 Km. Principia na Estrada do Cotovelo e encerra na BR -116 - unindo a Granja do Cascalho à Vila Princesa - sendo a maior parte por estradas de chão. Na avenida em questão, junto à Estrada do cotovelo, convivem uma série de granjas como a própria Cotovelo e a Cascalho. Além de uma gama de imóveis menores como sítios e chácaras. Nestas pequenas propriedades se desenvolvem a agricultura, a extração de madeira, algumas hospedarias e outras práticas econômicas identificadas ainda com o meio rural agropecuário, mesclando na paisagem construções antigas com contemporâneas.

Nesta mesma avenida, acha-se o frigorífico Famile, o maior do local, um empreendimento moderno que emprega centenas de funcionários, de acordo com as informações obtidas (figuras 20,21,22 e 23).

Figura 20 – Lavra do solo em uma granja na av. Alfredo Theodoro Born

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 21 – Frigorífico Famile na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 22 – Extração de madeira em propriedade na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 23 – Habitação com lavoura na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Por seu turno, a av. Alfredo Theodoro Born[52] pode ser considerada a principal via que atravessa o interior da Sanga Funda. De dimensão larga, predominantemente de uso residencial, sem calçadas nem calçamento. Nela existem alguns pequenos comércios e serviços. A condição de trafegabilidade da avenida é ruim. Devido a quantidade de buracos, resultado do constante tráfego de caminhões em direção as granjas e as dezenas de olarias. Somente neste caminho se encontram nove olarias, sendo ao menos duas de grande porte (figuras 24 e 25).

Figura 24 – Avenida Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

[52] Foi agropecuarista e elegeu-se prefeito municipal, no ano de 1933, de São Lourenço do Sul. Filho de Henrique Born e Maria Bauer Born, moradores de Arroio do Padre, nasceu em 24 de agosto de 1890. Ainda jovem mudou-se com seus pais para a costa do Retiro, no 2º distrito de Pelotas, onde passou a plantar uma pequena lavoura de arroz irrigado com seu sócio e parente Jorge Schuch. Foi discípulo, nesse tipo de lavoura, do Cel. Pedro Osório e em São Lourenço do Sul empreendeu na indústria, pecuária e agricultura. Faleceu em 18 de abril de 1963 (HAMMES, 2010c).

Figura 25 – Olaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

A condição de proximidade com a principal jazida de extração de argila justifica a concentração destes empreendimentos na avenida em foco (figura 26). Além do problema dos buracos, o tráfego de veículos automotores produz uma poeira muito fina, particularmente em dias secos, um agravante para o ambiente. Outros problemas decorrem da pouca quantidade de exemplares arbóreos no passeio, fazendo com que nos dias quentes sejam poucos os que optam por se deslocar a pé. Há, ainda, esgoto doméstico não tubulado, exposto no decorrer da via, em valetas a céu aberto (figuras 27 e 28).

Figura 26 – Jazida para extração da argila destinada às olarias (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Quanto às habitações, presencia-se uma certa diversidade. Em geral, são feitas em alvenaria rebocada e pintada e de pavimento único. Poucos são os sobrados e os chalés. As casas, comumente, apresentam recuo de ajardinamento lateral e de fundos, com espaço para uma garagem. Usualmente os terrenos estão cercados por tela, grade, muro de alvenaria, mourões e até mesmo cercas de madeira, do tipo que

guardam os limites de propriedades rurais. Tais cercamentos baixos, corroboram depoimentos sobre a segurança e a tranquilidade da vida neste lugar. Quanto à implantação da habitação nos lotes, nos casos em que o terreno é maior, a moradia habitualmente é afastada em todas suas divisas, ou na divisa lateral de um dos lados, quando o terreno possui dimensões menores.

Figura 27 – Avenida Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 28 – Valeta na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Observa-se que as casas com melhor padrão construtivo encontram-se mais próximas da av. Eng. Ildefonso Simões Lopes. Sendo que, à medida em que se afastam tende a decair a qualidade das habitações. O que confirma o processo de valorização dos lotes em vista da localização, em relação ao pavimento asfáltico, e de outras conveniências. Ainda sobre as residências é notável que em sua maioria exibam traços de uma arquitetura tradicional típica do meio rural (rugosidades). São menos comuns os exemplares que assumem linhas contemporâneas em sua arquitetura (figuras 29, 30, 31 e 32). Em algumas, avistam-se hortas, de variados

tamanhos, criam-se animais de pequeno porte, como galinhas presas no lote ou até mesmo soltas na via.

Figura 29 – Residência em estilo vernacular (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

As demais vias são ruas, corredores e travessas. Desta feita, encontram-se as ruas 2, Esperança, José Maria Gonçalves, Angelino dos Santos e os Corredores 1, 2 e 7 entre outras. Vias de gabaritos heterogêneos, abertas de forma espontânea pelos próprios moradores. Algumas suscetíveis à alagamentos, em dias de muita precipitação pluviométrica, trazendo transtornos para a população, conforme os relatos.

Figura 30 – Residência na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

São praticamente inexistentes os espaços de lazer públicos. Resumindo-se a uma pracinha com brinquedos infantis inutilizados e sem qualquer manutenção (figura 33). Outros locais de destaque são os rodeios e as hospedarias para cavalos (figuras 34 e 35). Sobrelevam-se as Igrejas, atestando o costume dos moradores de celebrar sua fé, eminentemente, cristã (figuras 36 e 37).

Figura 31 – Residência contemporânea (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 32 – Habitação com uma lavoura na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 33 – Praça com brinquedos danificados na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 34 – Hospedaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 35 – Placa anunciando rodeio no domingo na Av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 36 – Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 37 – Igreja Católica Santa Cruz na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Encerrando a seção, corrobora-se a constatação na Sanga Funda de formação de um núcleo populacional adensado em processo de urbanização precária ao redor das avenidas Eng. Ildefonso Simões Lopes e Alfredo Theodoro Born. A constituição desta centralidade é constatada pela existência dos principais comércios, serviços, residências e um maior trânsito nas vias. O que confirma a valorização dos lotes por sua localização e pela pavimentação. Diante dos elementos até aqui elencados é possível se aventar a possibilidade de que esta centralidade tenderá a se unificar com o avanço da cidade, vindo a formar uma massa de urbanização. Principalmente pelo desmembramento das propriedades com fins rurais, que poderão ser substituídas por novos loteamentos ou condomínios residências, a depender de futuras alterações no III Plano diretor.

Desta feita, a expansão das fronteiras imobiliárias, para regiões que concentram vazios urbanos, como no caso do rururbano, poderá seguir está propensão. Tão logo as terras mais próximas da centralidade se tornarem escassas e a demanda se mantiver em crescimento. Assim sendo, é verificável uma interdependência entre as dinâmicas que envolvem a relação campo-cidade/centro-periferia.

Por certo, identifica-se a Sanga Funda como um local heterogêneo, no qual as novas ruralidades congraçam aspectos reconhecidos ao rural “tradicional” com componentes da contemporaneidade. Portanto, pelo exame de sua paisagem identificou-se uma vida ligada à terra, à natureza e ao senso de comunidade (figuras 38 e 39). De práticas relacionadas com a agricultura familiar, as pequenas hortas para consumo próprio, a pecuária, a possibilidade de criação doméstica de galinhas, porcos

e cavalos, a extração mineral e vegetal, os rodeios, o CTG, as hospedarias, os sítios, as chácaras e uma profusão de cultos religiosos - novos e tradicionais.

Assim como, mudanças significativas que abrangem desde as residências com tipologias contemporâneas, o padrão e as dimensões dos lotes, a agricultura tecnológica das granjas, o grande frigorífico, a crescente variedade de estabelecimento de comércio e de serviços e, ainda, acesso a recursos como educação, saúde, energia elétrica, telefonia, internet, água e etc.

A seguir, verifica-se como tais transformações agem sobre as identidades, configurando formas de ruralidades manifestas em práticas culturais diversas no local. O exame se deu pela análise das entrevistas realizadas com seus moradores.

Figura 38 – Residência em meio a uma paisagem rural (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 39 – Paisagem rural (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

3.2.2 Ruralidade, mobilidade e identidades

> *[...] pensar a ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de uma lado, a reapropriação dos elementos da cultura local, a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro lado, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir também expressões culturais singulares que representariam a síntese ou a combinação de universos culturais distintos, mas que sustentam noções de espaço e de tempo sociais diferentes um do outro*
>
> *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2012, p. 50).*

Se os espaços rurais já não podem ser mais qualificados unicamente pela agricultura como diz Carneiro (2012), uma vez que as atividades não agrícolas são cada vez mais comuns e as práticas tradicionais estão assumindo novos significados, então como pensar a identidade dos moradores da Sanga Funda em regiões, por vezes, identificadas com atividades voltadas às práticas rurais, mas que se encontram fisicamente “cingidas” pelo crescimento do urbano?

Segundo Carneiro (2012) as categorias rural e urbano designam representações sociais potencialmente em transformação, em virtude da ação de atores sociais, que contribuem na elaboração de novas identidades rurais, que podem ser a expressão da tradição, da autenticidade nas relações interpessoais, do simples, do atraso, ou, ainda, conter ícones da modernidade se desenvolvendo em espaços tipicamente urbanos.

Assim, de acordo com a autora, deve-se considerar que nesse quadro, em que o atual nível de mobilidade física, propiciada pelos avanços tecnológicos da sociedade moderna, reverbera em facilidade no deslocamento por diferentes territórios, influenciando no sentimento de pertencimento dos sujeitos em razão das atuais fronteiras serem mais flexíveis. Contudo, ressalta a autora, a existência de uma ambivalência, já que a mesma mobilidade também pode ser responsável pelo fortalecimento da identidade de uma determinada cultura, ao viabilizar a conservação

de pretéritas redes de sociabilidade dos atores. Dessa maneira, a questão mobilidade/identidade não é tida como unidirecional nem inequívoca. Logo, desenha-se uma complicada configuração das identidades em decorrência das facilidades de comunicação e de mobilidade. Assim, progressivamente, as expressões culturais estão potencialmente se desterritorializando, como demonstração de identidades urbanas em espaços rurais e o seu inverso, fazendo das culturas algo mais dinâmico, devido à intercomunicabilidade entre os espaços.

Nessa orientação, Candido (1964) ao estudar os costumes e a identidade do caipira paulista, igualmente identificou uma divergência nos efeitos da mobilidade no que diz respeito a permanência ou a transformação de suas características culturais. Para o autor, a mobilidade atuaria de forma contraditória, ora reforçando, ora transformando costumes, a depender de sua combinação frente a outros fatores. Como se pode ler no excerto abaixo, no qual tende a relacionar a mobilidade como uma força contrária à preservação dos aspectos tradicionais da vida dos caipiras que deixavam o campo, principalmente, para formar o novo proletariado urbano:

> Ao contrário, a mobilidade de hoje conduz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, quer levando o caipira ao trabalho em zonas de agricultura moderna, onde se incorpora novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao proletariado urbano. O pessoal das indústrias, dos transportes rodoviários e ferroviários, da construção civil, das obras públicas, é, em grande parte, recrutado no seu meio. Da mesma maneira, nele se recrutam as empregadas domésticas, qualificadas ou não, requeridas pelos centros urbanos (CANDIDO,1987, p.215).

Por outro lado, também apurou que a mobilidade dos que trabalham na condição de parceiros, por uma questão desse sistema produtivo, surtira efeito oposto, ou seja, de permanência de traços de sua cultura:

> Como ficou dito, o principal fator deste tipo de mobilidade é a insegurança da ocupação da terra; no caso, a perda de posse ou propriedade, e a instabilidade trazida pela dependência à vontade do fazendeiro. No entanto, vista do ângulo sociológico, ela funciona como preservação de cultura e de autonomia. Com efeito, a possibilidade de deixar a fazenda no fim do ano agrícola acarreta ônus e prejuízos ao parceiro; mas, em compensação, lhe permite subtrair-se parcialmente a imposições eventuais dos fazendeiros, buscando noutra parte condições mais compatíveis com o seu desejo de independência. (CANDIDO,1987, p.235).

Como pode-se ler no trecho abaixo, Candido frisa que a mobilidade propicia a continuidade da tradição pela autonomia, ao menos relativa, dos que trabalham na condição de parceiros:

> Ela aparece, aí, como fator de integração social e, consequentemente, de preservação da cultura. Não se esqueça, finalmente, que ela permite um deslocamento dentro da região, que satisfaz aos imperativos da instabilidade,

> mas conserva o caipira no universo propício à continuidade da tradição (CANDIDO,1987, p.235).

Considerando, conforme os autores, que a mobilidade age neste panorama de permanente permutação entre campo e cidade. Investiga-se as identidades sociais em regiões consideradas até a pouco como rurais, mas que em razão de uma interconexão facilitada, também pelo avanço da zona urbana, passam a ser consideradas com características rururbanas/periurbanas. Sua situação peculiar, de proximidade da centralidade, própria da expansão da mancha urbana, atrelada a maior capacidade de mobilidade dos sujeitos, faz desses espaços objetos investigativos únicos. Para entender, como os estímulos da vida moderna agem no cadinho cultural destes lugares, situados entre o rural e o urbano. Mediante contextos muito específicos, que sugerem ruralidades contemporâneas em meio a um processo de urbanização precária de tipo crescente.

Portanto, ao se deslocar por seus caminhos e observar suas paisagens, afirma-se a existência, concomitante, de atividades agrícolas que perduram em meio ao progressivo processo do que pode ser compreendido como uma urbanização decorrida ao longo de décadas. Sugerindo, que rural e urbano se associam num quadro emoldurado por contornos de proximidade com a natureza, em conjunto com aspectos da modernidade. Sem perder de vista, a manutenção de uma rotina que pode ser considerada pacata, ainda mais, quando comparada à experimentada no cotidiano da centralidade da cidade.

Assim, avista-se um contexto de complexificação decorrente das múltiplas facetas que agem na dimensão do vivido. No caso deste estudo, encontram-se grandes produtores rurais (granjeiros e pecuaristas), agricultores familiares, os interesses do capital imobiliário, que se lança sobre os vazios urbanos, o crescimento espontâneo informal de novos assentamentos de populações de baixíssima ou sem renda alguma e as olarias, entre os principais. Aborda-se este processo socioespacial como um fato sensível desta região que produz implicações que se desdobram em rearranjos nas identidades de seus habitantes.

O empírico sugere traços de uma ruralidade que persiste mesmo no considerado perímetro urbano, no qual as formas sociais se unem agregando aspectos de um rural tradicional, combinado com novos elementos da modernidade, transmutando o espaço e os traços socioculturais dos sujeitos que nele vivem. Portanto, as rápidas mudanças de ordem urbanística, vem notoriamente o modificando, conforme bem resumido no fragmento do depoimento de uma moradora:

> É um local que está passando por transformações muito rapidamente. Muito recentemente veio o asfalto e ai o transporte ficou mais fácil transformando muito o bairro. As pessoas são muito pacatas, acomodadas, a velocidade do tempo parece mais devagar, tem ainda uma aura rural (Sra. K).

Percebe-se no excerto sua devida correspondência com a influência atribuída à mobilidade na flexibilização das fronteiras socioespaciais e nas identidades locais, conforme referido por Carneiro (2012). Em particular, pelo transporte individual e coletivo e pela melhoria da pavimentação de sua principal via de ligação com a centralidade (figura 40). Além do mais, depreende-se do trecho, mesmo diante das rápidas transformações sofridas, a vida guarda um descompasso entre os costumes dos moradores e a velocidade dos ritmos que a modernidade demanda aos ciclos de produção, de consumo e de lazer (figura 41).

Figura 40 – O pavimento asfáltico na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 41 – Ambiente pacato (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Por conseguinte, anuncia-se que nas margens socioespaciais se insinuam costumes tradicionais, frente às novas demandas da vida contemporânea e seus símbolos de uma modernidade em suspensão, traço de distinção das ruralidades num

urbano em expansão. Na próxima seção aprofunda-se o contexto dos moradores da Sanga Funda.

3.2.3 Múltiplas identidades na localidade

Diante dos elementos apresentados, sublinha-se o desafio correspondente à tarefa de circunscrever os limites territoriais e simbólicos que encerram uma determinada região, em razão da flexibilização das fronteiras. Na qual, mesmos aqueles que vivem seu cotidiano, não convergem quanto ao assunto. Por conseguinte, identificar as principais características que evidenciam valores, costumes, práticas sociais e culturais das populações, que nele se encontram, não se trata de um empreendimento simples. Particularmente, em uma região tão ampla, diversa de atividades e rica de atores sociais, que atribuem à Sanga Funda um lugar onde a vida pulsa de forma pujante.

Com a finalidade de auxiliar neste exercício ampara-se na noção de localidade com objetivo de atrelar a espacialidade a um conjunto de relações sociais que conformam as identidades dos indivíduos, logo:

> [...] a noção de localidade não se traduz simplesmente por um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ele seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido por aqueles que ocupam como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária. Estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea (CARNEIRO, 2012, p. 49).

Deste modo, intenta-se evitar as delimitações espaciais territoriais baseadas exclusivamente em critérios de planejamento e desenvolvimento urbano como as fixadas pelo III Plano diretor ou ainda pelo IBGE. Agrega-se, ao estudo, componentes que tratam da teia social que dá sentido ao cotidiano dos sujeitos, correspondente à dimensão do percebido em conjunto com a elaboração de uma percepção que integre sociedade, produção do espaço e noções de pertencimento. A partir das representações dos atores na dimensão do vivido.

Do ponto de vista produtivo, ao se analisar a relação entre sua situação de proximidade da localidade com o centro da cidade e as possibilidades de geração de renda encontradas neste espaço em particular, se observa que as estratégias econômicas abrangem uma diversidade de alternativas, desde os pequenos

comércios e serviços até as grandes empresas e atividades com fins rurais, extrativistas ou indústrias de transformação. Desta maneira, desdobra-se uma gama variada; dos pequenos agricultores familiares até as grandes granjas de plantadores de arroz e de soja, a extração de argila, de areia e de madeira em larga escala e ainda a pecuária. Além, daqueles que desempenham outras ocupações, seja na condição de autônomos ou de empregados, trabalhando dentro ou fora da localidade.

Como já visto, socioespacialmente a localidade pode ser entendida, predominantemente, como um núcleo populacional adensado em processo de urbanização do tipo precária. De acordo com as entrevistas realizadas, uma boa parte de seus moradores migraram de municípios geograficamente muito próximos a Pelotas. Uma situação que possibilita a manutenção de eventuais vínculos familiares com suas origens e com parentes, que para lá também se mudaram. Na maior parte do interior municipal, dos distritos do Arroio do Padre, Canguçu, Cristal, Pelotas, Piratini, São Lourenço do Sul, Turuçu, entre outros. Há, inclusive, aqueles que nasceram na própria Sanga Funda, descendentes da primeira ou segunda geração.

A Sanga Funda foi constituída por migrantes pobres da zona rural de diferentes municípios e arredores que ocuparam ou compraram terrenos, circunscritos por propriedades que na oportunidade ali já se encontravam. Imóveis direcionados às práticas da agropecuária e do extrativismo. Contudo o processo de migração rural ou intraurbano permanece, implicando no adensamento populacional e nas transformações socioespaciais. Para detalhar e embasar as informações constatadas, apresenta-se as entrevistas realizadas com os moradores da localidade.

Assim, o entrevistado Sr. A, de 37 anos, natural do Arroio do Padre é descendente de uma família de imigrantes alemães. Chegou à Sanga Funda, há 11 anos, e entre suas diferentes ocupações, informou ter trabalhado de agricultor, no comércio e no serviço público. Atualmente, se sustenta na condição de autônomo, em empresas de plataformas do ramo de transporte de passageiros, profissão reconhecida como de motorista de aplicativo. Sobre sua vida antes de migrar para a localidade disse:

> Sou natural do Arroio do Padre, que era distrito de Pelotas naquela época, hoje um município. Vivi lá até os 25 anos, basicamente da venda de agricultura, principalmente na cultura de tabaco era agricultor e sempre tinha animais também. Antes, quando era bem pequeno, a gente tinha criação de animais para leitaria, mas depois a gente parou. Meu pai também tinha um caminhão e fazia pequenos fretes na região, lá naquela vida do interior (Sr. A).

Entre as motivações que o fizeram trocar a vida interiorana do Arroio do Padre, o entrevistado explicou:

> Eu moro nesse bairro há 11 anos, desde 2010. Foi meio por acaso, que eu vim parar aqui; porque quando eu perdi minha mãe eu vim parar aqui nuns parentes. E dali eu sai para olhar umas casas aqui, porque eu não queria mais morar lá no interior. E aí, encontrei uma moradia boa e barata e acabei ficando (Sr. A).

A morte da mãe e os desentendimentos decorrentes do direito à herança foram as principais razões que o levaram para localidade. O fato de possuir parentes, que o acolhessem na oportunidade, e o valor acessível dos imóveis, contribuíram para eleger a Sanga Funda como seu novo lar.

Por sua vez, sobre sua rotina de trabalho o Sr. A descreveu:

> Eu acordo umas seis e pouco, e aí, como trabalho como motorista de aplicativo, saio para trabalhar e fico todo dia trabalhando, rodando a cidade toda, e volto ao escurecer para casa. Não tenho muitas preocupações, tento evitar também me estressar muito, preocupações mesmo, só com trânsito. Tipo, sair bem para trabalhar de manhã e voltar bem de noite. Tudo sempre tem algum perigo, mas eu vejo que tá calmo, mas você tem que tentar se cuidar. Como eu trabalho e vou em tudo que é bairro da cidade, tudo que a região, a gente sabe que tem bairros que são mais perigosos e tem que tomar cuidado né. Esse também é o motivo que me fez tá trabalhando, hoje, só de dia. Eu entro nesses bairros mais perigosos de dia e não vejo tanto perigo. Por mais que as vezes a gente pense, que nesses bairros é só perigo, eu percebi, que é muita gente trabalhadora, dentro desses bairros aí, e que as vezes sofrem preconceito demasiado em cima da fama dos bairros. Mas é necessário precaução e ... vida que segue. A gente vai por tudo aí, conhece histórias também, toma cuidado, mas eu vejo que a cidade está um pouco mais tranquila. Não sei exatamente os motivos, mas vejo que melhorou bastante nos últimos tempos, até tá bem tranquilo trabalhar na cidade (Sr. A).

Nos fins de semana Sr. A gosta de frequentar bailes de descendentes de germânicos, juntamente com amigos, no município de São Lourenço do Sul ou no Ginásio Souza, no Py Crespo:

> No final de semana eu fico em casa, cuido da casa, faço limpeza. Quando tem algum evento no sábado de noite a gente vai, um show, festa ou baile. Ai, dá aquele tempo pro descanso no domingo eu também prezo muito pelo descanso no fim de semana. Até porque a rotina durante a semana é muito cansativa. A cada fim de semana se vê o que se faz, para ver o que tem de disponível na região. Eu gosto de baile, tava meio parado, mas agora tá voltando de novo. Os bailes de origem alemã são os que eu gosto mais. Às vezes, vou até para outros municípios da região em São Lourenço, no interior também, que é mais comum ter por lá. Aqui na cidade só um local que faz, e que ainda não voltou ainda, é no Ginásio do Souza, ali na Py Crespo, agora tem que se preparar para ir de novo. E quando não tem nada que agrade, fico em casa. A grande maioria das festas é de cultura alemã, e como não tem muito aqui na cidade, ai pessoal frequenta, até porque é perto, e fica mais atrativo para ir. Eu vou com amigos do bairro ou de outros bairros próximos; Brod, Sítio Floresta, Lindóia e que curtem isso ai também e como tem muita gente de ascendência alemã espalhado pela cidade, aqui nas Três Vendas tem bastante inclusive. O bairro foi meio que colonizado por esse pessoal. As

> vezes a gente aluga um micro-ônibus, porque fica mais seguro para ir, conseguimos umas quinze pessoas e vamos lá (Sr. A).

Outro morador, o Sr. B, de 53 anos de idade, é igualmente descendente de uma família de imigrantes alemães, só que do 2º distrito de Canguçu. Há 25 anos trabalha como empregado em uma das principais olarias e vive no local por igual período de tempo. Sobre sua vida em Canguçu disse:

> Meus pais eram agricultores do 2º distrito de Canguçu. Na minha infância era assim, nós morávamos todos juntos com meus falecidos vô e pai, a minha mãe é viva e mora no interior de São Lourenço com o meu irmão carpinteiro. Plantava de tudo, era feio naquele tempo, era difícil, hoje os caras reclamam eu comecei na lavoura aos sete anos, com arado e capinadeira. Hoje ninguém quer nada com nada. Tinha que pegar, a gente era pobre né, naquele tempo não tinha essas mordomias que tem hoje, era no sol e na chuva e vamo embora. Apanhava fumo e plantava lá com os caras, colhia soja e naquele tempo era tudo na foice e na trihadeira. Eu fiquei lá até os 28 anos e quando chegou a idade do quartel, meu pai me disse que a partir daquele ano nós não ia plantar mais. Porque não dava mais, não valia a pena, para que dois a se judiar. Ai, eu peguei serviço para fora, trabalhei com caminhão, num armazém dum conhecido, de “secos e molhados”, mas fiquei só três anos com ele (Sr. B).

Entre as razões que o levaram a migrar para a Sanga Funda relatou:

> Depois fiz um curso para trabalhar com antena para o meio rural, casei, trabalhei mais três anos. Ai, eu comecei a trabalhar viajava pra cima e pra baixo com aquelas parabólicas e achei que tava na hora de parar. Não era vida para mim, eu recém tinha casado, eu saia segunda e voltava sábado, às vezes, domingo. Vim para cá, porque eu tinha dois cunhados meu trabalhando aqui e eles ainda moram aqui. Um trabalha comigo até hoje na olaria e o outro já se aposentou. E ai, tinha que vir, o serviço era melhor e financeiramente era melhor e ai eu tinha que vir para cá e tô aqui até hoje. Eu vim, eu a mulher e o guri de três anos, com uma mão na frente e outra atrás. Eu fiz a minha vida aqui, 25 anos trabalhando nas olaria. Depois, nasceu a guria ela já tá com 14 anos, faz 15 agora no mês que vem. Se viramo, eu tenho as van para trabalhar fui juntando uma economia e fui indo. Se não fosse essas olaria aí, não sei não (Sr. B).

Como se viu, as dificuldades oriundas da vida rural, o que envolve uma dura lida diária, ainda na infância, pode acabar por desestimular a continuidade das novas gerações na agricultura, fazendo com que muitos optem por outras ocupações. Assim, o fato de ter parentes na Sanga Funda, o recente casamento e a oportunidade de emprego na olaria, contribuíram na decisão do Sr. B de migrar.

Sr. B, ainda explicou sua rotina de trabalho durante a semana na olaria:

> Eu trabalho de segunda a sexta na olaria, eu tanto trabalho nas carretas e na escavadeira cavando a matéria prima, o barro, eu assumi aquela parte porque eu conheço o barro. Eu sempre fico na volta, faço tudo, quebra galho, só as vezes que tenho que viajar. Tem um lugar que para tirar a matéria prima só com guarda, nos fundos da Getúlio, ai nos peguemos da 1 às 5 h da tarde, porque lá a boca não é boa. Um colega nosso tá com uma bala até hoje, porque assaltaram ele lá e tomou um tiro. Os guardas são aposentados da brigada mesmo, mas agora tá calmo mesmo. Mas, até uns oito anos atrás era um assalto atrás do outro, roubavam bateria, pertence pessoal do cara,

> telefone, não tinha o que fazer a não ser entregar as coisas, então tivemos que contratar segurança privada. Depois que eu saio do trabalho venho pra casa e tomo chimarrão com a família. (Sr. B).

Entre outras atividades, aos finais de semana, tem o costume de ir visitar seus parentes na colônia (zona rural) e de frequentar os bailes de cultura germânica:

> No fim de semana vou pra fora, colônia, ou fazemos alguma coisa aqui na volta e às vezes fico em casa quando dá preguiça de sair. Se dá, vou visitar o sogro e a sogra e os cunhados. Moram pra fora, em Canguçu, eu gosto, mas os combustíveis e o pedágio não dá pra arriscar muito. Então, eu vou pra Canguçu ou pra São Lourenço. Os cunhados plantam fumo e soja, e um deles planta bastante. E os baile de bandinha de chopp, até ali na Igreja Luterana, a maioria é de Canguçu e São Lourenço, falou em chopp e festa tão tudo pronto. Mas, na Igreja é só almoço, de um a dois por ano (Sr. B).

Percebe-se, através das falas, que para além do momento da rotina difícil de trabalho existe, em especial, nos fins de semana, a procura pela congregação, seja no contato com a família, na religião ou na comunhão da Festa. Uma busca que confere sentido de pertencimento a uma mesma cultura. Ao reconectar suas identidades, deixam de ser indivíduos isolados, empregados, fragmentados e desenraizados. Orientam-se, na realização de uma completude na reconstrução dos laços de sociabilidade e conforme as condições se apresentam.

Outra entrevistada, Sra. C, de 71 anos, é natural do Cerrito Alegre, 3º distrito de Pelotas, e administra um frigorífico. Reside no local há 59 anos e sobre sua vida pregressa, ainda na zona rural disse: “nós morávamos na colônia, eu sou do Cerrito Alegre, meu pai plantava cebola, tinha chácara de fruta e abóbora, criação de galinha e de porco” (Sra. C).

Além disso, a moradora revelou os motivos que a fizeram deixar o Cerrito Alegre:

> Morávamos no Cerrito Alegre, aos 12 anos meu pai ficou doente, ai viemos para estudar. Depois meu pai, por causa da doença, resolveu vir embora para a cidade, então ele vendeu lá e comprou aqui na Sanga Funda, só a terra, sem nada de casa. Primeiro morei na casa de uma tia, viemos para estudar.

A fala da Sra. C reafirma o padrão de migração de sujeitos da zona rural com laços parentais junto à moradores da localidade. Sendo um fator motivador para a mudança e à ocupação inicial deste específico recorte da população. A carência de instituições de ensino e de saúde na zona rural, em sua juventude, deixa flagrante a emergência da migração da zona rural, para os que necessitavam desses atendimentos. A necessidade da continuidade nos estudos e a doença do pai foram os principais condicionantes que a trouxeram à Sanga Funda.

Sobre sua rotina durante a semana, Sra. C descreveu:

> Eu levanto todo dia às 4:30 da manhã, às 4:50 eu chego no trabalho, tomamos café aqui, improvisei uma cozinha pequena, até porque passamos o dia aqui. Conforme termina o trabalho, chego em casa, cuido os cachorros, tomo banho, faço o chimarrão e me deito, lá pelas 11 h, depois da novela. Minhas preocupações são somente com os negócios, a carne subiu muito de preço, tem muita inadimplência tem que cuidar muito pra quem vende, qualquer rês pequena custa R$ 5.000 (Sra. C).

Aos finais de semana Sra. C se ocupa com a casa e com a família:

> No sábado trabalhamos até o meio dia, depois vou arrumar as coisas em casa porque não tenho empregada. Domingo ficamos em casa com os netos e saímos só para almoçar fora (Sra. C).

Por ser proprietária de um negócio, Sra. C lida diariamente com questões da administração do seu empreendimento que opera, praticamente, com mão de obra familiar. Assim, tenta reduzir custos, em um tipo de gerenciamento mais enxuto. Fatores como a crise econômica, o aumento da inadimplência de seus clientes e a elevação do preço da rês, são suas principais preocupações para a continuidade do negócio.

A concorrência com outros frigoríficos, certamente se reflete na inquietação demonstrada em sua fala. Fica evidente, o quanto é difícil, para um pequeno empreendedor, enfrentar a concorrência, ao ponto de ser necessário dedicar-se quase em tempo integral. Desse modo, Sra. C, quando não está no frigorífico, ocupa-se com os cuidados da casa e da família, restando pouco tempo para outras atividades que envolvam o lazer.

Já o Sr. D, de 72 anos, nasceu no 4º subdistrito de São Lourenço do Sul, é proprietário de uma área de 5 ha na localidade onde reside há 47 anos, vivendo da agricultura. Sobre a época em que morava no interior de São Lourenço do Sul, relatou:

> Meus pais são de São Lourenço. Eu nasci no 4º subdistrito de São Lourenço, na Sesmaria. Naquela época se falava e estudava só em alemão na colônia. Eu não tive estudo nenhum, aprendi depois trabalhando de empregado, aprendi alguma coisa na marra. Minha infância foi sempre de baixo do rigor. Eu trabalhava com o reparte da plantação eu trazia carga, então não tem lugar que eu não conheça, era de bar em bar, isso há 40 anos atrás. Eu cheguei a puxar banana, quando tinha 12 anos, porque trabalhava de empregado lá fora, no Matarazo. Levava um dia de viagem, pegando trator, caminhão, até Santa Vitória levava uma semana, com caminhão velho, virando manivela, para chegar lá e descarregar. Meu patrão tinha dois caminhões ele me dava dinheiro e eu tinha que me virar, comprava feijão, milho, cabelo de cavalo, isso com 14 anos. Eu saia de manhã com uma jarra de café um pedaço de pão e eu tinha que virar durante o dia eu chegava cedo e às vezes de noite, minha primeira caminhonete foi uma GMC velha, depois de 50 km, tinha que colocar água porque já tava fervendo. Eu morei em São Lourenço até meus 22 anos, quando me casei, minha família e a da minha esposa plantava fumo de vara. A gente era bem pobre plantava feijão, batata doce, criava umas vaquinha para o leite com oito anos já trabalhava, a vida era muito dura, mas tinha fartura de comida milho, farinha, porco. O pai da

> minha esposa dizia para ela nunca deixar ele, para cuidar dele. Ela não queria homem, dizia que queria ficar só (Sr. D).

Conforme os excertos, observa-se nas falas menções recorrentes a uma vida de muito trabalho e de privações na colônia, daqueles com poucas posses. Sr. D saiu da zona rural de São Lourenço do Sul, em virtude de seu casamento:

> Esses cinco hectares de terras eu comprei do Arno Bonow, donos dos supermercados. Quando me casei viemos para a Sanga Funda. Tivemos três filhos, um morreu quando era pequeno, não tinha dois meses, naquele tempo não tinha recurso nenhum. Lá fora me perguntavam como era na Sanga Funda e se tinha emprego? Eu dizia que sim. Porque eu fazia as compras lá fora e carregava. Quando eu parei de trabalhar de empregado para o meu patrão, lá fora, comecei a trabalhar por conta própria, vendia aqui num bar do meu tio e entregava alguma coisa na feira. Depois comecei a trabalhar *solito*, eu conhecia Canguçu, trabalhei 40 anos na feira, na feira da praia, minha esposa aprendeu a falar brasileiro trabalhando na feira. Hoje, eu forneço verdura para o CEASA (Sr. D).

O Sr. D resumiu sua rotina e de sua esposa da seguinte maneira:

> A rotina é de serviço. Levantamos às 5 h, tomamo mate ouvindo o rádio, sem pressa, e depois o café. A mulher às 6 h já tá fazendo pão. Depois capina, ou colher, ou molhar é assim. Na segunda, chega as muda, que já tão encomendada, então, segunda de noite tem que irrigar. E na terça de manhã, quando clarear o dia, com a terra fofinha da umidade da serração, se planta. Quando o sol quiser aparecer nós temo pronto. Tem trabalho todos os dias, sem domingo ou feriado, mas se quiser não trabalhar um dia, no meio da semana, também não se trabalha, não tem problema, a não ser que tenha que colher. Eles me ligam no dia anterior e encomendam o produto, o melhor é colher de manhã cedo, porque leva ainda bem fresquinha e a verdura dura mais. No fim de semana, não tem muito o que fazer, é tomar mate, minha esposa vai ao culto, ou dar uma saída pra visitar os parentes dela que moram ali na Fernando Osório (Sr. D).

O dia a dia do Sr. D, como um pequeno agricultor familiar, confirma a disciplina no trabalho dos que dedicam boa parte de suas vidas nesta tarefa. A proximidade da sua propriedade com atacadistas facilita suas vendas. Por ser um trabalhador autônomo não costuma trabalhar aos fins de semana, tempo normalmente que destina ao descanso, visitando parentes da esposa, ao culto religioso ou ao simples costume do chimarrão.

Por seu turno, o entrevistado Sr. E, com 71 anos, nascido no 2º distrito de Canguçu, reside há 48 anos na localidade. Trabalhou com agricultura, em sistema de parceria[53], no interior de Canguçu. Entretanto, menciona que essa forma de produção deixou de atender satisfatoriamente as necessidades do sustento da sua família:

---

[53] A história do trabalho livre no Brasil é indissociável do sistema de parceria e da imigração alemã, suíça e portuguesa ocorrida em São Paulo nas décadas de 1840-1870, inicialmente promovida por Vergueiro & Cia. Este sistema de trabalho livre foi a solução encontrada pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para obtenção de mão-de-obra para sua fazenda no contexto de expansão da

> Nasci no 2º distrito de Canguçu, há 48 anos atrás eu vim para a Sanga Funda. Até agora minha vida foi sempre assim, trabalhando. Éramos nove irmãos, meu avô era de família rica, tinha mil e poucas hectares em Canguçu, mas aí foi terminando. Me casei em Canguçu. Nossa família tinha 15 hectares de terra e ali não dava para todos, quando pegava idade, íamos nos distanciando uns dos outros, saindo, plantando de sócio. Meu pai morreu com pouco mais de trinta anos, meu irmão mais velho tinha quinze anos, foi ele quem nos criou. Passemos até fome, quando fomos crescendo a situação foi melhorando, porque todos começaram a trabalhar. Trabalhei 32 anos na lavoura, plantava feijão, milho, batata, cebola e tudo mais. Lá eu morava de sócio no 5º distrito de Canguçu, mas aí já não dava mais (Sr. E).

Sua extensa família e a insuficiente quantidade de terras para a subsistência, associado ao fato da morte do pai, ainda na infância de Sr. E, provocaram grandes restrições materiais, repercutindo em dificuldade básicas de alimentação durante sua juventude. Sr. E, explicou que a oportunidade de se empregar nas olarias e seus vínculos familiares com irmãos, que já viviam ali, motivaram-no a adquirir sua casa:

> Comecei trabalhando nas olarias, por semana, ganhava 1 cruzeiro e pouco. Era sem retro, tudo na pá, bem difícil a coisa. Tenho seis irmãos que moram na Sanga Funda, com exceção da irmã mais velha que mora na costa de Camaquã, na Pacheca. A Prefeitura quer registrar essa terra, mas as viúvas donas deram como uso e fruto, mas os herdeiros não assinam (Sr. E).

Durante a semana, Sr. E dedica-se aos cuidados da horta e dos animais e nos fins de semana procura atividades de lazer junto aos filhos:

> Eu levanto 6:30 h trato da minha criação de galinha, porco e cavalo, depois vou para a horta capinar. Planto pasto, milho e couve eu não paro. No fim de semana eu, às vezes, passeio com os meus guris. Um deles tem uma propriedade no Cerrito, faço um churrasquinho, matamos um porco, não somos muito de ajuntamento de festa. Não tenho nenhuma dificuldade nem preocupações não sou de muito luxo, vida da colônia, de plantar e criar uns bichos, tomar um chimarrão (Sr. E).

Diversamente dos outros entrevistados, Sr. F, de 62 anos, nasceu na Sanga Funda e trabalha no local como agricultor. Seus pais eram descendentes de alemães do interior municipal de São Lourenço do Sul. Conforme relato, no trecho que segue:

> Eu nasci aqui mesmo, na Sanga Funda. Depois eu morei 23 anos em frente ao CAVG, depois vendi ali e voltei para a Sanga Funda. Meu pai tinha leitaria em frente ao cemitério da Boa Vista depois, quando ele vendeu ali, nos mudamos para uma propriedade na Sanga Funda e passamos a vender a produção na feira. Meus pais são de São Lourenço, meu pai é da Caipira e minha mãe do Boqueirão. Meu pai veio para Sanga Funda aos 8 anos de idade, quando o meu vô faleceu. Minha mãe ficou em São Lourenço criando

---

fronteira agrícola da cafeicultura associada à crise do trafego negreiro (CALÓGERAS, 1998, p.337-352). Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito* já reivindicava a necessidade da reforma agrária a fim de impedir o crescimento do traumatismo social e cultural em decorrência da fome e da anomia. E indicou no regime de parceria uma forma de precarização do trabalhador do campo: “[...] podemos ver que a situação do parceiro rural – transitória e instável- exprime, de um lado, a miséria do trabalhador sem-terra própria para lavrar, e sem condições para dirigir o próprio destino; de outro, a incapacidade econômica, técnica ou administrativa do latifundiário” (CANDIDO,1987, p.257-258).

> os outros sete filhos e uma tia dele o criou aqui. Meu pai sempre trabalhou com leitaria, até que desistiu e fez feira por mais de 40 anos. E quando se aposentou continuo plantando. Nós continuamos plantando, mas eu não faço feira, forneço pros feirantes e para o CEASA. Desde os 8 anos que eu trabalho, comecei ajudando meu pai na leitaria, levando as vacas pro campo a cavalo e ajudando meu pai a cortar e semear o pasto, limpar cocheira, essas coisas. Eu aprendi o alemão com meus pais e principalmente com minha falecida avó de criação que não sabia falar o português. Todos meus tios falavam o alemão, tenho tios vivos ainda morando em São Lourenço que falam o alemão e o português. Tinha alguns vizinhos na Sanga Funda que também falavam o alemão. Eu estudei até a 5ª série pela manhã e à tarde ajudava meu pai, depois não quis mais seguir os estudos, até porque escola ia até só a 5ª série mesmo, mas continuo sempre nesse ramo de hortifrutigranjeiros (Sr. F).

O Sr. F contou um pouco da sua rotina como agricultor familiar:

> Costumo levantar por volta das 6:30 h da manhã, tomo meu café, se for dia de colher verdura, quanto mais cedo melhor, pra aproveitar o sereno. A noite espero o cara para levar as verduras. Às 13:00 h, eu já começo de novo, e vou até de noite. Sábado, trabalho também o dia inteiro, e domingo, se tiver o que colher, eu faço pela manhã, na tarde estou livre. Não tenho preocupações ou dificuldades, não tenho do que reclamar, tenho saúde e trabalho o dia inteiro na horta, junto com minha esposa. Somos aposentados e ganhamos um salário mínimo cada. Assim, eu não vejo crise, para mim trabalhando está superbom (Sr. F).

Dessa maneira, o Sr. F continuou na mesma profissão de agricultor de seu pai, na qual se mantem até hoje, mesmo aposentado. A rotina de trabalho, iniciada aos 8 anos de idade, conjugada com a restrição de acesso a uma escola que propiciasse continuar seus estudos, para além do 5º ano, contribuíram na decisão de permanecer no mesmo ramo de atividade da família. Nota-se que os rendimentos oriundos das aposentadorias, somados ao da agricultura, permitem uma vida tranquila e com conforto para a família em uma boa propriedade.

Por seu turno, o entrevistado Sr. G, de 80 anos, nasceu no 2º distrito de Canguçu, vive na localidade há 42 anos, sendo dono de um pequeno mercado. Sua fala confirma a vida difícil dos despossuídos na campanha. Particularmente, dos que trabalharam em regime de parceria com proprietários de terras:

> Eu nasci em Canguçu, no 2º distrito. Meus pais eram de Canguçu da estância da figueira e viviam da agricultura eram legítimos Fonseca. A estância da Figueira era do meu bisavô. Na estância tinha umas duas ou três hectares só de casa, de paredes feitas de pedra, tudo levantada à mão de obra escrava. Mas eu não cheguei a conhecer toda, nos dias de finados eu ia lá, ainda existe. Eu morava numa estância de um proprietário, em Canguçu fiquei até os 38 anos, casei lá e trabalhei muito em sociedade. Plantava milho, feijão, a vida era dura, até que um dia resolvi vir embora. Não tinha trator era tudo no cavalo e no boi. Lá na campanha, nós tivemos seis dos sete filhos, lá fora a gente não conhecia os remédios que evitavam muita família (Sr. G).

A seguir, explica as circunstâncias que o fizeram deixar a vida de dificuldades na zona rural, conforme excerto abaixo:

> Eu me mudei para cá, há uns 42 anos. Vendi minhas terras e comprei aqui. Eu vim para cá, porque trabalhar em sociedade tava dando muito pouco e tinha muita terra vazia e meus irmãos já moravam aqui. Naquela época tinha muito serviço. Meus filhos moram na Sanga Funda, tudo aqui perto, todos trabalham. As três gurias trabalham em casa de família e os guris: um trabalha de motorista de caminhão, outro em olaria e outro tem oficina mecânica. A soja não se plantava na época, hoje se planta tanta soja por causa do óleo. Meu irmão mais moço trabalhava em olaria aqui, ele me ofereceu uma sociedade, mas não deu certo. Aqui na Sanga Funda eu derrubava mato, acampava em barraca de lona, quando vim para cá, não tinha muita gente morando e tinha muito serviço. Numas quantas firmas, ali na Fernando Osório, eu trabalhei muito; colhendo pêssego e figo pras fábricas de compota junto dos meus filhos. Eu pegava e ia de charrete às 4 horas da manhã. Eu tinha umas cinco vacas de leite e uns três cavalos para trabalhar de charrete. Eu cortava mato com motosserra, pra tudo quanto é lado, até para o lado de São Lourenço. Depois, coloquei um comércio, nunca sofri assalto, esse que eu tenho até hoje, me aposentei e vivo bem graças a Deus (Sr. G).

Quanto sua rotina diária revelou o seguinte: “eu atendo no bar, cuido da minha criação de galinha e cuido da minha hortinha e tenho uma vida tranquila. Eu tinha cavalo, mas acabei vendendo a charrete faz pouco tempo, o preço do cavalo baixou demais, não sei o motivo,” (Sr. G).

A partir dos depoimentos é possível notar que os que chegaram da zona rural e que não conseguiram constituir um negócio próprio, tendo de trabalhar como empregados, passaram por maiores privações, e suas vidas foram de mais incerteza. A intermitência dos empregos de Sr. G, na localidade, o estimularam a abrir uma pequena venda, na qual comercializa mantimentos básicos. Como forma de ocupação e complementação da renda insuficiente, oriunda unicamente de sua aposentadoria.

Já o entrevistado Sr. H, de 79 anos, nascido no Cerrito Alegre reside na localidade há 43 anos, seu sustento provem da produção e comercialização de hortifrutis. Sobre sua vida de muita pobreza no interior rural disse:

> Eu nasci no Cerrito Alegre e depois morei 15 anos no Corrientes e de lá eu vim pra cá. Lá no Corrientes eu trabalhei, até me casar, pra todos aqueles colonos. Meus pais eram empregados eles eram muito pobres eu não fui criado por eles. Meu pai era de origem alemã e meu avô diz que era alemão legítimo. A minha mãe era bugra, era índia. Lá eu trabalhei um pouco de peão, trabalhava um tanto pra mim e o resto do tempo para o patrão, a plantação era minha de meio com ele, aquele era meu salário. O patrão entrava com o adubo, a semente e a terra e ficava com a metade da produção. Os proprietários tinham por volta de 10 a 15 hectares. Se plantava morango, milho, aspargo e a soja, não era o que é hoje. A soja só começou depois que eu tava casado há uns 6 anos e era tudo manual, desde o corte, faz quase cinquenta anos, na volta de 1970. Naquela época, na colônia era assim, moravam na casa do patrão e trabalhavam por dia. Quando entro o maquinário: o trator tinha discos que já fazia o canteiro, ai começou a diminuir a mão de obra. Depois começaram as leis trabalhistas e não teve como o colono manter o funcionário porque não tinha como ele sustentar tudo. Daí foi terminando, hoje quase não existe mais morador pobre na colônia, só restaram aqueles com propriedade (Sr. H).

Entre os motivos que o fizeram abandonar a vida de restrições na zona rural descreveu:

> Faz 43 anos que eu moro aqui, antes morava na colônia, aqui eu me plantei. Acostumei com o lugar fui criando raiz e fui ficando. Lá fora não tava dando mais ai vim por causa do meu sogro que já morava na Sanga Funda. Aqui eu comprei a minha casa com a posse junta, mas pra Prefeitura isso não vale nada. Lá fora não tava dando mais ai vim por causa do meu sogro que já morava na Sanga Funda. Quando casou o filho do patrão, o filho dele foi ocupar onde eu morava, então vim pra Sanga Funda. Porque meu sogro já tava morando aqui também vindo da colônia, isso foi em 1976. Ai, arrumei esse pedaço aqui e plantei. Eu produzo hortifruti e forneço para as fruteiras na cidade. Quando vim pra cá tinham poucos moradores era campo com plantação. Na propriedade do meu antigo patrão atualmente se planta arroz e soja ele é um grande plantador. Se ele quiser feijão ou batata tem que vir a Pelotas pra comprar, o colono forte tem maquinário e vai pra soja, com isso ele precisa de poucos empregados, assim o povo pobre teve que vir pra vila. A maioria desse pessoal aqui da Sanga Funda, quase tudo, veio da colônia (Sr. H).

De acordo com o relato, entre as principais razões que o levaram à Sanga Funda identificou-se a presença de laços parentais preexistentes na localidade e o fato de não possuir nenhuma propriedade na zona rural. Caso que, no passado, o obrigou a trabalhar no sistema de parceria, como meeiro da produção, reduzindo seus lucros à metade, ao ter que dividi-los com o proprietário da terra. Assim, arranjou um pedaço de terra própria na Sanga Funda, para que pudesse permanecer como um pequeno agricultor familiar. Inclusive, depreende-se de seu relato que muitos pequenos agricultores despossuídos de terra, assim como ele, tiveram que deixar o campo, reduzindo sua presença no meio rural. Atualmente, Sr. H costuma passar seus dias da seguinte forma:

> Eu sigo como se tivesse morando lá fora, levanto às 5:30 h da manhã para cuidar da horta. Nos fins de semana vou visitar os parentes, ou pescar ou vou pros bailes de Igreja na colônia perto do Morro Redondo (Sr. H).

A entrevistada Sra. K, de 42 anos, é neta de colonos do interior de São Lourenço do Sul e nascida na Sanga Funda, assim como seus pais. No excerto, a seguir, contou sobre a migração de seus avós, por força das dificuldades na zona rural, e também um pouco sobre si:

> Eu nasci na Sanga Funda. Meus avós paternos eram da colônia do Sítio, perto do Boqueirão, em São Lourenço do Sul. Foram eles que vieram para cá, para diminuir um pouco o trabalho na agricultura, que era muito sofrido, isso por volta de uns 100 anos atrás. Logo em seguida, os meus tios começaram a se mudar para a Sanga Funda também. Meus avós começaram na propriedade, que segue sendo da família, e onde hoje temos a empresa de produtos para agricultura biológica. Ali, naquele local, tinha muito eucalipto, então eles limparam o terreno. Meu avô foi ser ferreiro, porque naquela época tinha muito cavalo na Sanga Funda. Depois meu vô foi trabalhar em algumas metalúrgicas. A minha avó por um período trabalhou nas fábricas de conserva como a Agapê e em outras, uma inclusive, na

> estrada do cotovelo. Quando meus pais se casaram foram morar perto dos meus avós. Eu estudei no Rachel Mello, estudei no CAVG assim como parentes e vizinhos. Depois eu abri um restaurante com minha mãe, mas não deu certo. Então, fui morar em Curitiba, trabalhei cinco anos na área de tecnologia como programadora, não tinha vontade de trabalhar com a terra. Acabei voltando e sempre trabalhando de empregada em diferentes ramos. Comecei quatro faculdades, mas acabei não concluindo. Sempre gostei mais de empreender. Hoje a minha empresa, fornece assistência técnica e comercializa insumos biológicos para agricultura e fica nas terras da minha família. Eu ainda tenho parentes que vivem na colônia de São Lourenço, principalmente pelo lado da minha avó paterna (Sra. K).

A Sra. K, descreveu parte da sua rotina:

> Minha família sempre deu muita importância para o trabalho. Eu chego às 8:00 h na empresa e trabalho o dia todo. Aos finais de semana eu costumo ir para a colônia com a minha família em busca de lazer. Preocupação é só em estar em dia com a saúde e buscar um equilíbrio entre manter a sustentabilidade ambiental e a economia (Sra. K).

A fala da Sra. K, revela as transformações socioespaciais que a Sanga Funda vem experimentando, em razão das mudanças produtivas, desde a chegada de seus avós na Sanga Funda. Assim, como sua identificação com atividades ligadas à terra, indicando uma influência sobre sua atual profissão, trabalhando com técnicas de agricultura sustentável e mantendo uma estreita relação com suas origens familiares.

Por sua vez, a entrevistada Sra. M, de 82 anos de idade nasceu na localidade deste estudo. Ela descreve um pouco de como foi sua juventude na Sanga Funda e externou suas boas lembranças, mesmo com uma vida de dificuldades:

> A gente criava porco, gado e plantava vagem. Meu pai chegou à colher um repolho com 4,5 Kg, as abóboras pareciam um bicho deitado. O meu pai era da colônia e a minha mãe era do Cascalho. Quando se casaram os pais da minha mãe doaram este terreno para eles irem morando. Nossa criação era muito diferente da de agora, se trabalhava muito. Meu marido plantava muito. Tinha abóboras enormes e só se usava o esterco do gado que a gente criava, não se botava adubo nem ureia, nem remédio era uma coisa natural mesmo. (Sra. M).

A Sra. M reelou como é seu dia a dia como moradora e aposentada:

> A minha rotina agora é não fazer nada. Tenho essa guria que é minha cuidadora, já há 7 anos, é como uma filha para mim. Meu filho que paga porque eu não tenho condições. Ele se mudou daqui, mora no Monte Bonito e tem comércio. Eu acordo às 7 horas da manhã, cozinho feijão no fogão a lenha, trato das minhas galinhas, para ter uns ovinhos de casa. Horta eu não tenho mais, porque eu cai e me quebrei, por isso ele colocou essa guria pra andar comigo, quando ela sai de férias as minhas noras que me reparam. Eu mesmo preparo a minha comida, gosto de ficar na minha casa e não incomodar ninguém. Na casa da gente, deito e levanto a hora que quero, é bem melhor. A noite eu fecho a casa cedo, gosto de assistir televisão, vejo as novelas, as notícias e de dia gosto de andar na rua, não gosto de ficar presa Minha preocupação são essas pessoas estranhas que aparecem, que a gente tem medo de receber ou de doar alguma coisa, que pedem na casa da gente, eu nem atendo. No fim de semana, as vezes tem um bingo, tinha rodeio no CTG e agora tá retomando. Às vezes, saio para passear de carro

> com meu neto na colônia, vou aos jogos, em festinhas e em outros lugares (Sra. M).

A fala da Sra. M reitera as mesmas condições difíceis de muitos trabalhadores no meio rural de outras localidades. Apesar de viver basicamente como vivia no passado, diz gostar de assistir televisão, especialmente, as novelas e os telejornais. Estes últimos, geralmente tratam de notícias sensacionalistas que dramatizam o cotidiano das grandes metrópoles pela espetacularização da insegurança e da violência, como forma de cativar a audiência. Passando, para quem os assiste, a sensação de generalização da criminalidade nos amplos espectros da vida. A exposição da Sra. M, a esse tipo de conteúdo jornalístico e em doses diárias, aparentemente pode estar influenciando na sua situação de constante vigília e no sentimento de medo de pessoas estranhas, ao lugar em que vive.

De forma geral, verifica-se pelas entrevistas que a origem destes migrantes é variada. Os percalços sofridos, pela vida de camponeses, é um fator comum que os une contribuindo à conformação destas novas identidades sociais na Sanga Funda. De migrantes à procura de uma vida melhor, oriundos do campo, da colônia ou da campanha. Fatores diversos que se impuseram frente seus projetos pessoais de independência. Vontades, que abrigavam necessidades, que iam desde continuar os estudos, a procura por emprego, a subsistência para si ou da família, um pedaço de terra para cultivar e morar, constituir uma família, a manutenção de seus laços familiares, entre outros tantos desejos.

Este grupo de moradores representa parte do mosaico étnico das diferentes origens e que ali desenvolvem suas existências. São descendentes de pomeranos, de germânicos, de espanhóis, de portugueses, de índios, de negros ou de mestiços, portadores de traços culturais que guardam particularidades. Embora existam semelhanças relativas às origens rurais dos atores sociais da Sanga Funda se verificam, concomitantemente, diferenças sensíveis entre os grupos. Entre elas, menciona-se a maneira de falar carregada de sotaques, que logo se revelam nas primeiras interlocuções com os descendentes germânicos, pomeranos e portugueses, em especial, dos moradores mais velhos.

As entrevistas com descendentes de alemães evidenciaram que muitos de seus avós mantiveram o idioma nativo. Entretanto, em geral, no caso dos habitantes da localidade, em virtude do contato com pessoas de fora esse costume se alterou pela necessidade de comunicação com falantes do português. O que acabou provocando alterações que resultaram em formas particulares na fala dos

entrevistados, quer seja, no ritmo conferido, por uma cadência especifica, na pronuncia diferenciada em certas sílabas, uma vez que tiveram o idioma alemão como primeira língua e somente posteriormente o português. Assim, tratam-se de aspectos flagrantemente observáveis.

O mesmo pode ser mencionado sobre a pronúncia dos descendentes de pomeranos, que guardam especificidades que os diferenciam dos descendentes de germanos, conforme explicado por um entrevistado que descende de alemães. Particularmente, na forma de falar as letras “r”, expressas em palavras como amarrado, pronunciadas como “amarado”. Ou em palavras terminadas em “são”, como expansão e pronunciadas como “expanson”. O que confirma a diferença de identidade étnica entre estes dois grupos[54].

Há, outrossim, o jeito rústico por parte de alguns descendentes de portugueses, ao substituir o som das letras, como o “l” pelo “r”, falando “pranta” ao invés de planta. Característica que atribui um linguajar próprio, identificado como aquele característico do tradicional homem do campo deste estado. Bem ilustrado, pela figura quase mítica e arquetípica, assumida pelo que seria o “verdadeiro” tipo gaúcho. A pesquisa também identificou casos em que a língua da origem étnica caiu em desuso no núcleo familiar, sendo totalmente substituída pelo idioma português nas gerações seguintes.

Para além das maneiras de se expressar verbalmente, outras distinções foram identificadas, de acordo com a origem étnica, servindo como exemplo dos diferentes modos de agir, como se pode extrair da fala de um morador descendente de pomeranos: [...] “sabe como é o pomerano é muito desconfiado, é difícil conseguir a amizade, mas quando tu conquistas é amigo pra vida inteira” (Sr. D). Segundo a observação desta fala, é possível imprimir um elemento cultural peculiar à própria condição de origem. Um traço geral da personalidade que se mantem atuante, mesmo decorrido meio século, desde o dia em que deixou a Sesmaria, no 4º distrito na zona rural de São Lourenço do Sul, para morar na Sanga Funda.

---

[54] Os pomeranos (assim como seus vizinhos) falavam o *Plattdeutsch* (baixo alemão), dialeto típico daquela região, bastante diferente do idioma alemão gramatical, embora seja compreensível com alguma dificuldade por quase todos os alemães, após alguns minutos de diálogo. Era um povo eminentemente agrícola e todos eram evangélicos luteranos (HAMMES, 2010a, p.178). Todo esse processo de “germanização” da Pomerânia aconteceu no período entre os anos de 1128 e 1400 em meio a dezenas de tentativas de invasão por povos vizinhos (HAMMES, 2010a).

Alarma a duração de determinadas caraterísticas pessoais que conformam visões de mundo e práticas socioculturais, configurando modos quase que moldados ao “espírito” e que permanecem durante suas existências. Com isso, tem-se a nítida impressão que muito embora estejam afastados da terra em que se formaram, o solo germinal não os deixa por completo. Portanto, averígua-se que relações entre um indivíduo e suas origens se tornam um amalgama de dimensões imprevisíveis e, por vezes, reconfiguradas por elos aparentemente inquebrantáveis.

Reconhece-se entre os traços socioculturais dos atores em cena, atributos de origem anteriores ao processo de migração para a Sanga Funda e que remetem as condições pregressas de vida na zona rural. Trata-se de uma característica marcante que confere um dos aspectos da identidade social, vinculada com o que se pode chamar de um “mundo rural” tradicional. Identificou-se, em boa parte deles, histórias de vida similares, de infortúnios diversos, iniciados quando viviam na zona rural local ou de municípios próximos.

Diante tal situação de afirmação de identidades era de se esperar o hasteamento de fronteiras espaciais bem cerradas, de acordo com as diferentes origens étnicas. Conjuntura que, ao menos hipoteticamente, colaboraria à formação de guetos visíveis de auto segregação entre os grupos, erigindo barreiras restritivas ao convívio e desencorajando os laços de sociabilidade entre eles.

Todavia, apesar da origem étnica ainda constituir-se como um elemento referencial dos sujeitos, percebe-se, contraditoriamente, que este fator não necessariamente implicou na formação de enclaves socioespaciais. Ao contrário, a pesquisa de campo identificou algo diverso. Nisto que se denominou de núcleo adensado, reforça-se a percepção na qual está nova centralidade em formação gestou um sentimento de pertencimento comum. Um elemento colaborador para o estabelecimento da identidade daqueles que vivem naquilo que muitos ali tratam como a “vila”.

O contexto de enfretamento, ainda no meio rural, de restrições em suas vidas ou de seus familiares foi um fator desencadeador para as migrações na localidade em foco. Deste modo, identifica-se como um elemento comum na vida destes sujeitos traços que dizem respeito às carências e incertezas no acesso à propriedade da terra ao trabalho, à saúde e à educação no meio rural. Assim sendo, a maior parte deles, em alguma medida, deparou-se com o problema fundiário histórico no país, relativo ao “nó da terra”, condizente com o observado pelo sociólogo José de Souza Martins.

Um elemento revelador e de grande importância na compreensão de nossa forma particular de modernidade em que os despossuídos da terra buscaram alternativas em outras profissões vinculadas ou não com atividades agrícolas.

Em alguns casos, aderiram ao sistema de cultivo em parceria, denominado de sociedade ou de meio. Os relatos dos entrevistados apontam que o regime de parceria foi uma forma de produção que atingiu seu esgotamento como possibilidade de subsistência daqueles que participavam da sociedade unicamente com sua força de trabalho. Suas insatisfações para com este sistema os conduziram pela busca da terra própria, para fazerem aquilo que sabiam, mantendo-se em atividades relacionadas à extração da renda, a partir da agricultura que desenvolviam no meio rural de origem.

Contemporaneamente, de acordo com Ferreira & Maciel (2014), o sistema de parceria legalmente apresenta importantes desvantagens ao outorgado como, por exemplo: a) instabilidade na continuidade da parceria, já que é garantido somente um período de três anos, b) a indisponibilidade de direitos trabalhistas como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), deixando a família desamparada, c) no caso de aposentadoria, ao não contribuírem, se aposentam por idade, percebendo o equivalente a um salário mínimo, d) sendo comuns, em muitos casos, que nessa idade ainda não tenham adquirido um patrimônio mínimo, como a casa própria, tendo que ir morar com os filhos na velhice.

Consequentemente, por uma conjugação de fatores, o lugar se apresentou como a alternativa viável e uma solução para o dilema em que se encontravam, naquele momento de suas existências. Sobretudo, para garantir o próprio sustento, assim como das suas famílias, e de reproduzirem seus modos de vidas, como no meio de origem. Apesar de encontrarem um pedaço de terra na Sanga Funda, este fato por si só não os poupou de uma vida dura e de muito trabalho. Reconhece-se, que tais adversidades, exerceram uma influência na reelaboração das identidades que configuram novas formas de ruralidade. Assim como, na formação e na conservação de um senso de comunidade persistente.

3.2.4 A comunidade persiste

Apesar da verificação de que os laços comunais se mantem, é necessário também externar que, de acordo com os relatos, estes costumes talvez já não alcancem mais a mesma dimensão do que já foram num passado nem tão longínquo.

Cabe como ressalva, até mesmo, especular-se sobre uma tendência de crescente individualização e a predominância da organização nuclear centrada na unidade familiar e nem tanto em laços, mais amplos, como os de vizinhança, como já fora no passado. Reafirma-se um certo grau de diversidade muito em razão da contínua chegada de novos moradores. Como, por exemplo, pela vinda de populações de migrantes de baixíssima ou sem renda alguma de diversas origens. Fator que tem influenciado nas mudanças socioespaciais; de acordo com o excerto de um morador do núcleo adensado:

> Tem mais gente morando aqui na vila e mudou um pouco o perfil das pessoas que moravam aqui. Eu acho que primeiro, como era mais rural, era um pessoal que vinha do interior que vinha morar aqui. Mas, já mudou bastante isso aí, até porque, já tem um pessoal fazendo ocupação, então veio um pessoal mais humilde para cá (Sr. A).

Além dos mencionados recém-chegados, identificou-se um outro grupo de moradores mais antigos, que já se encontravam antes da primeira onda migratória, que formou este núcleo em processo de adensamento. Tal população vive habitualmente em propriedades registradas em terrenos de maiores dimensões no núcleo adensado, ou em seus arredores, em sítios de lazer ou de moradia. Normalmente com atividades econômicas baseadas na agropecuária e no extrativismo (figura 42).

A fala de uma entrevistada demonstra que apesar da pouca distância em que se encontra do núcleo o excerto reafirma a separação do convívio entre os moradores em processo de urbanização: “o povo que mora lá para baixo eu não conheço, nem sei quem é”. (Sra M).

Figura 42 – Propriedade do núcleo mais antigo com atividades agrícolas (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Posteriormente, descobriu-se que um dos motivos que desencadearam está divisão entre posseiros e moradores mais antigos se deveu a fatores que dizem respeito à propriedade da terra. De acordo com as entrevistas, as únicas terras formalmente registradas na Sanga Funda são as do lado direito da av. Eng. Ildefonso Simões Lopes (no sentido centro-bairro). De resto, se tratam de ocupações em terreno da Prefeitura municipal. O depoimento que segue explica bem a situação da propriedade da terra e de seus desdobramentos entre os moradores:

> Existe uma certa implicância e medo por parte de alguns moradores mais antigos que compraram as terras e que se sentem injustiçados em relação aos posseiros que receberam os terrenos da prefeitura. Inclusive dos mais recentes, como o movimento dos sem trabalho (Sr. K).

Embora o lugar esteja em processo de transformação por diferentes motivos, a exemplo, de uma maior estratificação social. Ainda assim, ao menos no passado, era possível verificar a existência de laços comunais. Em vista, das relações de confiança entre os vizinhos do núcleo adensado, conforme o entrevistado Sr. D:

> Quando nos mudamos para cá, eu não tinha o dinheiro para comprar o terreno, quem me emprestou foi o vizinho, era como um segundo pai para nós. Quando a filha dele foi casar, ele me pediu um pedacinho de terra para a guria fazer a casa, eu dei. Os vizinhos se ajudavam muito. Naquele tempo não tinha luz, nem geladeira, nosso vizinho trazia gelo pra nós, para termos uma água gelada. Nós plantava verdura e também dava para eles, o que a gente via que eles não tinha, nós dava para eles. Não tinha essa de se encolher. Não tinha água encanada, o povo tinha que ir lá embaixo, no poço, andar uns 500 metros mais ou menos, para poder pegar água de balde. Nós plantava morango para a fábrica, os vizinhos ajudavam a colher e nós ajudava eles. Esse vizinho era de Pelotas, mas pertinho de São Lourenço nos conhecíamos de lá de fora (Sr. D).

O excerto da Sra. C corrobora está solidariedade entre moradores em situação difícil. Como no caso de alguém da localidade que precisasse de atendimento médico:

> “No começo, o fim da linha do ônibus era lá no supermercado Krolow, cansei de vir a pé de lá. Naquela época não existia nem o bairro Arco-Íris, era um retão só e sem asfalto. Ônibus só em dois horários, um pela manhã e outro à tarde. Era uma dificuldade quando se tinha que sair da vila, quando alguém adoecia, nos chamavam para levar, porque, era o único carro que tinha” (Sra. C).

A Sra. M reforça a existência das relações de vizinhança do núcleo adensado. Entretanto, denota que estes costumes estão se alterando, não sendo mais como antes:

> No tempo do meu pai, os vizinhos eram muito unidos, amigos e se visitavam. Se um não tinha o outro oferecia o que era seu. Aqui, ninguém comprava nada os vizinhos se trocavam tinha em fartura. Quando se matava um porco se dividia um pedaço de carne, uma morcilha ou uma linguiça, hoje se terminou tudo. Mas, aqui pra viver na Sanga Funda era muito bom, era bem

> melhor do que agora. Naquela época era pouca vizinhança e todo mundo se dava bem (Sra. M).

Por sua vez, Sr. E revela mudanças nos costumes de vizinhança, em razão de uma possível insegurança na localidade: “antes tava tudo muito bom, mas agora com essas drogas não tá mais, tem que andar se cuidando. Com os Taura, virou uma coisa, a polícia tá toda hora aí. Os moradores pouco se vizinham, só entre os parentes mesmo, é cada um na sua casa” (Sr. E).

Contudo, Sr. B vai em sentido oposto aos depoimentos da Sra. M e do Sr. E, ao relatar a existência de relações de trocas e de amizade entre vizinhos. Desta feita, é possível aventar que, apesar de não serem mais na mesma intensidade, tais práticas e costumes não se perderam por completo. Como no caso, da divisão do produto do abate de algum animal entre vizinhos, configurando-se como uma forma de solidariedade interfamiliar:

> Tem muita gente que tem uns animalzinho, uns porquinho, é mais para consumo próprio, eles carneam e se trocam entre os vizinhos, é divido entre eles, uns ajudam os outros. Os morador são tudo conhecido de todo mundo, tá muito calmo, se continua assim tá bom (Sr. B).

Outra expressão do convívio social, que demonstra um sentimento de pertencimento da comunidade, ocorre através de festas. Como manifesto pelo Sr. D: “os colonos ainda se ajuntam para fazer festa, ainda tem bastante colono, vem até de outros lugares” (Sr. D). O relato da Sra. M, reitera a existência de laços sociais pela presença de equipamentos comunitários na localidade que estimulam o convívio e a integração:” no fim de semana, às vezes tem um bingo, tinha rodeio no CTG e agora tá retomando” (Sra. M).

Além do centro de tradições gaúchas - CTG- Unidos da querência – existe o time de futebol amador, o Sanga Funda Futebol Clube, fundado em maio do ano de 1965 (figuras 43 e 44). A fala do Sr. B menciona, entre os principais espaços de sociabilidade, as Igrejas, o CTG e o campo de esporte do Sanga Funda Futebol Clube:

> Nossa única diversão aqui é o campo do Sanga Funda e o CTG, é a única coisa que nós temos aqui. Também têm as igrejas; a Luterana, a Católica que faz os almoços, mas isso é uma ou duas vezes por ano. Da Igreja Luterana, não tem muito fiel, tem mais da Quadrangular, Católica, Confissão, RSB. Na Sanga Funda deve ter umas 18 igrejas, tem bastante aqui na vila. A Sanga Funda agora tá no campeonato, agora de quatorze em quatorze dias nós temos uma diversão. Não sei se é o campeonato da colônia ou o intermunicipal, dentro das vilas, mas não tenho muita certeza, no domingo passado teve a primeira rodada. O CTG com essa pandemia não teve nada, parece que agora vai ter um evento, mas é um por mês ou de dois em dois meses, não é contínuo. Então nós temos que sair pra fora, quando tem festa nós vamos nessas colônias (Sr. B).

Sobre as mencionadas Igrejas, verificou-se na localidade as sedes das seguintes religiões: Igreja Pentecostal Universal Assembleia, Assembleia de Deus, Igreja Evangélica Pentecostal Aliança de Salvação, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) São Mateus, Igreja Cristã Caminhando com Jesus, Igreja Missionária Canaã, Igreja Batista Filadélfia, Igreja Católica entre outras (figura 45).

Figura 43 – CTG Unidos da querência (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 44 – Sede do Sanga Funda Futebol Clube

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 45 – Igreja Adventista do Sétimo dia (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Além disso, os excertos dos depoimentos de diferentes entrevistados, convergem no sentido de atribuir acolhimento, afeto e satisfação na vida na Sanga Funda. Verifica-se uma identidade comum, na qual se reconhecem como sujeitos humildes, trabalhadores e que valorizam a tranquilidade:

> Eu já pensei em trocar, mas nunca tive um bom motivo para trocar e acabei ficando, né. Então, como eu tenho casa própria aqui, não vou largar e correr o risco de ficar sem moradia. Então, para mim eu tenho estabilidade aqui, é um lugar tranquilo, eu não penso em sair do bairro para uma aventura (Sr. A).

"Aqui tá bom, nós vamo fazendo a vida, quando tá ganhando não se mexe muito, indo pra frente tá bom" (Sr. B)

"Eu adoro a Sanga Funda, não saio por nada daqui, só quando for para ir pro cemitério. É tudo gente boa, gente trabalhadora" (Sra. C).

"Praticamente dez, não temos queixa de ninguém, nos damos muito bem com os vizinhos" (Sr. D).

"Eu não tenho queixa de morar aqui este tempo todo eu não tenho queixa de ninguém é muito bom morar aqui" (Sra. M).

"Vou pouco ao centro, para pagar o sindicato dos trabalhadores rurais, ou a Igreja São João, no supermercado e algumas outras coisas. Eu não moraria no centro, nem me dando dois salários, tem muita gente lá" (Sr. F).

"Não moraria em outro lugar, nem no centro, eu gosto da tranquilidade da colônia" (Sr. G).

"É calmo, eu gosto daqui. Não tenho problema com a vizinhança" (Sr. G).

"Não me sinto bem na cidade nem em apartamento, eu me sinto bem em movimento não posso parar. Eu não gosto de barulho" (Sr. H).

“É um bairro tranquilo, a maioria é pessoal trabalhador mesmo, gente que veio trabalhar aqui, pessoal humilde” (Sr. A).

Em função das informações colhidas, através das entrevistas, infere-se como fatores contribuintes à formação de vínculos entre os atores sociais e de identidades comuns na localidade que implicam em processos de reelaboração das ruralidades, os seguintes aspectos: 1) Suas raízes sociais nas quais os laços comunais e parentais se fazem presentes, como os normalmente encontrados em sociedades tradicionais rurais. 2) A necessidade de enfrentar reiteradamente situações de dificuldades de diversas ordens ao longo de suas vidas, estabelecendo uma identidade em comum de “pessoas trabalhadoras”, como uma representação social dos moradores do núcleo. 3) Ao fato que estes sujeitos pertencem à segunda ou terceira geração de descendentes, numa condição na qual estas identidades étnicas não se encontram mais tão fortemente reificadas, demonstrando uma tendência à mescla no convívio social, culturalmente expressa na figura do brasileiro comum. 4) A não prevalência de uma determinada etnia sobre as demais, contribuindo na integração dos diferentes grupos e numa maior interação, por consequência desta condição demográfica de ordem quantitativa. 5) A existência de espaços que permitem o exercício da sociabilidade entre os moradores, quer seja nos locais de trabalho ou em suas práticas recreativas. 6) A identificação com uma vida pacata e ao “ar livre” propiciada pela localidade.7) A religiosidade como prática comum de uma única fé, de matriz cristã, muito embora sejam diversos os matizes presentes. E, por fim, pode ter contribuído para esta condição socioespacial a conjugação de todos estes fatores ou a combinação de parte dos elementos observados.

3.2.5 A “vila” como representação social de seus moradores

> *Analisar as populações rurais por meio de números referentes à mobilidade, produção, área das propriedades, posição no quadro nacional sob estes vários aspectos, é tarefa excelente, cabível sobretudo ao demógrafo e ao economista. O sociólogo, porém, que a pretexto de buscar o geral fareja por toda a parte o humano, no que tem de próprio a cada lugar, em cada momento, não pode satisfazer-se neste nível.* ***Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias; daí o apego ao qualitativo****, cujo estudo sistemático foi empreendido sobretudo pelos especialistas das sociedades primitivas*
>
> Os parceiros do Rio Bonito (CANDIDO, 1987, p.19; grifos nossos).

Primeiramente, é necessário dizer que esses moradores não se encontram isolados, já que compartilham a Sanga Funda com as mais de 22 empresas oleiras que se difundiram ao longo dos anos. Juntamente com granjas, sítios, chácaras, hospedarias e dois frigoríficos que colaboraram para o estabelecimento deste espaço em processo de urbanização. Neste núcleo adensado se manifesta, conforme demonstrado na seção anterior, um senso de comunidade entre seus moradores, que a denominam, frequentemente, como a “vila”. De acordo com a fala abaixo de um morador:

> Ali, depois na segunda rua, que vai para a Vila Princesa já é rural, tem as jazidas de argila, depois é só plantação de arroz A Sanga Funda é só uma ilhazinha que tem no meio, que é vila, tanto que pros três cantos é rural toda a volta. Só pro lado do CAVG que não é rural, pro resto é rural. Os plantador de hortaliça que tem ai pra dentro da vila, aquilo é à moda rural, não dá pra tirar as raíz deles, porque eles são plantador, são rural (Sr. B).

Entende-se que a designação “vila” para esta localidade merece maior atenção, já que pode sugerir pistas de como se desenvolve a dimensão do percebido, na localidade em questão, para uma parcela significativa de seus moradores. Conforme sugere o fragmento extraído do depoimento de um morador, descendente de alemães, e que segue: “aqui na vila tem tudo na mesma quantia, alemão, moreno, brasileiro, é meio a meio, bem misturado numa boa” (Sr. B).

Destaca-se que a palavra “vila” apresenta múltiplos significados, conferindo um conteúdo por demais abrangente expressando, ainda, sentidos opostos. Podendo referir-se corriqueiramente ao lugar onde residem os pobres da cidade, como

sinônimo de favela, as vilas de operários, até uma residência campestre equivalente a um solar das classes abastadas, no período do império romano. Todavia, sua polissemia não se encerra nestes casos, já que a palavra pode significar uma determinada divisão político-administrativa territorial, normalmente em função de seus atributos demográficos e econômicos. Nesse caso, “vila” corresponde a um aglomerado populacional em estado intermediário entre a aldeia e a cidade e de relativa independência econômica.

Desta maneira, se pode aventar uma conjugação de fatores entre as prováveis razões para a popularização do atributo “vila” por parte dos moradores da localidade. Motivos que não se restringem as condições de precariedade das habitações e a falta de urbanização, que comumente identificam os assentamentos informais. Trazendo em mente, que a Sanga Funda não pode ser definida como um espaço em que vivem em sua maioria populações de baixíssima ou sem renda alguma. Nem ao menos, no qual se avistam barracões improvisados de madeira ou feitos de outros materiais reciclados que a associem com pobreza e favelização.

Sendo assim, diante do contexto da pesquisa, infere-se que a terminologia empregada pode ser um indicativo de uma percepção um pouco mais complexa que a usual, sugerindo que o núcleo adensado atingiu um certo estágio de urbanização, que não o permite mais ser identificado como rural, na percepção destes moradores. Neste sentido, a denominação “vila” indicaria uma situação intermediária entre precarização e urbanização, ou, ainda, algo, como o meio do caminho, entre uma aldeia rural e a condição propiciada pelas facilidades decorrentes da modernização. Esta última, oriunda da presença de equipamentos públicos coletivos, do crescimento populacional, do avanço das fronteiras dos capitais imobiliários e da construção civil e de outras transformações, que o espaço vem sofrendo ao longo do tempo.

Outra ideia, digna de relevo, contida no excerto, sugere a delimitação que separa fundamentalmente o espaço social entre dois grupos. O primeiro deles, representado socialmente pelos “de dentro”, correspondente aos que vivem no núcleo de urbanização precária, percebido como “vila”, ao qual pertence o entrevistado; e os “de fora” - os pecuaristas e plantadores de soja e arroz - que não fazem parte desta comunidade, e, que, integrariam a parte dos sujeitos rurais.

Conjuntamente a isso, identifica-se a percepção de identidade rural atrelada às práticas tradicionais de agricultores, representando um modo de vida característico do que compreenderia o rural, no entendimento destes entrevistados. Assim sendo, é

possível verificar um sentimento de pertencimento identificado, concomitantemente, com as bases territoriais e as finalidades das atividades produtivas, daqueles que ali residem. Por conseguinte, a próxima fala confirma essa separação entre o núcleo adensado do restante da localidade, ao enfatizar as mudanças no caráter da produção, desde que o entrevistado passou a viver no local:

> Era campo hoje é cidade. O povo aumentou. Antigamente a maioria que morava aqui era agricultor e fazia feira, os velhos se foram e os novos não seguiram mais. A Sanga Funda no futuro vai mudar para melhor, vai ter mais gente morando, isso aqui vai ser uma vila, igual aos sem-terra que tão ocupando. (Sr. D).

O trecho reforça o papel central do núcleo adensado como elemento aglutinador de uma identidade em formação e que se desvincula do que seria no passado um núcleo rural, orientado principalmente as práticas agropastoris, enquanto confere centralidade local a este cerne em expansão. Além de uma percepção positiva sobre uma possível urbanização futura desta “vila” e o seu desenvolvimento. Conforme demonstrado pela série de depoimentos que seguem:

“Mudou muita coisa, não tinha mercado, arrumaram as estradas, fizeram um postinho novo e uma creche. Isso aqui vai virar uma cidade, do quartel para cá, já estão fazendo apartamento” (Sr. E).

“Sim, os loteamentos e condomínios. E algumas empresas que estão se instalando. Acredito que tem potencial de desenvolver muito” (Sra. K).

“Em 1971, a região era só campo, de lá para cá mudou muito, encheu de casa. Daqui uns dez anos, aqui onde estou hoje, deve sair um bairro” (Sr. F).

As falas reforçam o crescimento populacional do núcleo adensado ao longo do tempo:

> Eu acredito que a vila no futuro vai aumentar mais ainda, e a gente vai sofrer um pouco com estrutura, ao menos, se os órgãos públicos virem isso aí e estruturarem, mas não acredito muito. Provavelmente, quando vem o pessoal fazer ocupação, falta muito saneamento básico, é sempre um problema né. Eu acredito que no futuro isso vai crescer, e que depois, vai ter alguns condomínios. E que eles em breve cheguem, o que por um lado é bom, porque condomínio, sempre tem uma estrutura para os moradores, de moradia e de saneamento. E sobre negócios aqui, o que tem vai continuar e talvez até venha outras empresas para cá. O que pode ser interessante, pois, é um lugar que ainda tem espaço e bastante terrenos vazios. Então, para montar uma empresa, pode ser interessante, para no futuro virem para o bairro. Mas vai depender do interesse de cada um. Eu acredito que vai crescer bastante, e pode até evoluir nessa parte (Sr. A).

> No futuro a tendência é melhorar se colocar essa pavimentação vai melhorar. Muitas firmas não vêm, para o lado da Sanga Funda, por causa da falta de pavimentação das estradas. Não vamo longe, o condomínio Germani tá

> saindo ali em frente ao quartel até a Av. Fernando Osório e se tivesse pavimentação, mais população ia vir para o lado de cá, porque a cidade do lado de lá não tem como crescer mais, a tendência é vim pra esse lado ou pro lado de Canguçu. E no futuro vai ter mais gente morando aqui, a cada ano tá aumentando a Sanga Funda, uma casinha nova sendo feita ali, outra lá, nesses 25 anos o que aumentou de gente, bah tá louco! É bastante mesmo (Sr. B).

> No futuro vai melhorar muito, isso aqui vai virar uma cidade, quem sabe um dia vai acabar se emancipando, até porque a cidade só pode crescer para cá. Tá vindo muita coisa boa para cá, bairros, o Arcobaleno, o Arco-íris, o Liberdade, o Parque Lobão, o Quinta do Oleiro, então só podem melhorar (Sra. C).

> Mudou bastante, antes não tinha nem ponte, tinha que passar por dentro da sanga, para poder passar para o outro lado. Essa ponte foi construída nem faz muitos anos. Eu espero que no futuro vai ser melhor, é o que os vereadores e os políticos prometem. Como estão construindo, eu vejo que a Sanga Funda vai pra frente, tem mais emprego. Principalmente agora que foi vendido e vão fazer um matadouro de porco, vai trazer mais emprego e melhoria para nós (Sra. M).

A fala do sr. H, um agricultor familiar, reafirma a constatação de uma contínua densificação populacional da Sanga Funda, devido à expansão da cidade e a possibilidade da instalação de novos condomínios residenciais. Todavia, a opinião do entrevistado destoa, da emitida pelo demais. Ao externar seu posicionamento crítico quanto aos efeitos do poder econômico - representado pelos interesses da construção civil - frente à viabilidade na continuidade das atividades dos pequenos agricultores da localidade; “a tendência é que no caminho saiam mais condomínios residenciais e se habitar termina a plantação, o dinheiro vence tudo. O grande vai empurrando os pequenos, em geral o grande vence os mais pequenos. Em quarenta anos a população aumentou muito” (Sr. H).

A análise da compilação das falas dos entrevistados fortalece a ideia sobre o processo de mudanças que a Sanga Funda vem passando, ao menos desde a década de 1970. Mudanças relativas à expansão da cidade pela aproximação dos novos condomínios residenciais, da chegada de equipamentos públicos, do asfalto, da construção de uma ponte, entre as principais, de acordo com os entrevistados.

Deste modo, é provável a permanência da tendência de crescimento do núcleo adensado que, conjuntamente, ao avanço da centralidade, poderá vir a ocupar os vazios urbanos que restam. Situação que repercutirá, inevitavelmente, em ampliação da densidade demográfica local. Fatores que, em geral, na percepção dos entrevistados, indicam desenvolvimento pela geração de empregos ou das melhorias urbanísticas, como o tão aguardado saneamento. Sendo assim, suas opiniões

convergem no sentido de que a localidade deverá se tornar um bairro. O que, de acordo com as opiniões, propiciaria benefícios econômicos e urbanísticos, decorrentes da integração com a centralidade. No caso desta última, a portadora deste progresso por vir, segundo os depoimentos dos entrevistados.

Deste processo, em andamento, apenas um dos entrevistados, o Sr. H, um agricultor familiar, demonstrou descontentamento com a crescente desagrarização[55] das atividades produtivas locais. O morador assinalou seu posicionamento crítico com relação à possibilidade de conciliação entre as atividades agrícolas, dos pequenos produtores, o avanço dos condomínios residenciais e o conflito entre os interesses divergentes dos diferentes grupos; esse será o assunto da próxima seção.

3.2.6 A crescente desagrarização do núcleo

O cultivo de frutas, legumes, hortaliças, para o próprio consumo ou para comercialização, e até de alguns animais de pequeno porte por famílias residentes na Sanga Funda é uma prática tradicional e recorrente que tem seus vínculos na origem e nos traços culturais das famílias, muitas das quais descendentes de migrantes da zona rural, como já visto (figuras 46, 47, 48, 49 e 50).

Trata-se, hoje em dia, de uma prática incentivada pelos governos locais de diversos países do mundo, segundo Santandreu & Lovo (2007), pelas mais diferentes razões, tanto as que estão ligadas à questão da segurança alimentar e nutricional como até mesmo por fins estéticos, pela valorização das áreas urbanas, sejam elas públicas ou privadas. Estes programas e iniciativas são parte do conceito de Agricultura Urbana, incluindo a produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais e a criação de diversos tipos de animais. Pode desenvolver-se no intra-urbano, urbano ou periurbano em localidades de diversos níveis de adensamento populacional.

Nessa mesma orientação, Pinto e Salamoni (2012) reconhecem as perspectivas do rururbano pelotense como fornecedor de alimentos para a cidade e para geração de renda das famílias produtoras, representando estratégias

[55] A desagrarização é “um processo no qual a agricultura perde protagonismo em sua capacidade de ocupar a população rural” (SACCO DOS ANJOS & CALDAS, 2008, p.58).

importantes de reprodução socioprodutivas que dizem respeito à localização destes agricultores, pela proximidade com o consumidor final, favorecendo os mesmos em relação àqueles de lugares mais distantes.

Figura 46 – Horta de um hectare de agricultor familiar (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 47 – Pequena horta para o próprio consumo nos fundos de uma residência (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

De forma convergente, Silveira (2017) referenda que dentre as atividades produtivas e a origem dos moradores da Sanga Funda, consta o exercício de práticas agrícolas que convivem com atividades não-agrícolas, dentro de um contexto de expansão urbana. Em suas palavras: “[...] a maioria das pessoas é oriunda do meio rural e geralmente possuem hortas domésticas, mantendo seus hábitos de ruralidade” (SILVEIRA, 2017, p.16).

Contudo, fatores já mencionados, como o avanço das fronteiras imobiliárias nas regiões de vazios urbanos da cidade, competem para a desagrarização do rururbano e da localidade em foco, mas não exclusivamente. O depoimento a seguir ilustra bem a crescente disputa entre as tradicionais atividades agrícolas e as novas

exigências de adequação destas práticas, em virtude das mudanças decorrentes do adensamento populacional da Sanga Funda e das consequentes alterações legais relacionadas com uma vida moderna:

> Animais é pouco, só uma vaquinha pra tirar leite, criação de ave pra consumo ainda tem. Porco eu cheguei a criar mais de vinte e tantos, mas a população daqui me correu com os porcos, devido ao mau cheiro. Eu matava e vendia na feira, mas hoje a fiscalização não permite. Galinha eu crio, mas trago elas cercada para não ir pros vizinhos. Horta é pouquíssimo, só da sanga pra lá, atrás da escola, quando vim mora aqui era lavoura de milho e batata era para o consumo dos animais do gado (Sr. H).

No caso da Sanga Funda, sua proximidade com o centro da cidade pode ademais se converter em uma vantagem para os que se dedicam à produção agrícola, em que pese o fato da curta distância (11 km) que a separa do centro. Como foi relatado na fala de um agricultor: “Vou ao centro quase todos os dias fazer as entregas” (Sr. H).

Figura 48 – Criação de porcos em uma residência (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 49 – Cavalo no fundo de residência (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 50 – Galinheiro nos fundos de um lote (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Destaca-se, a existência de pequenos produtores agrícolas que comercializam sua produção para atravessadores. Estes, se encarregam pelo transporte até o consumidor final, sendo, normalmente, feirantes ou fornecedores para mercados e supermercados.

Por outro lado, a possibilidade de um estilo de vida semelhante à vida pacata do ambiente rural, sem o usual isolamento, torna-se verdadeiro atrativo na tomada de decisão dos novos migrantes, que continuam chegando. Conforme o segmento extraído da fala de um jovem morador proveniente da zona rural:

> O que eu mais gosto aqui, na verdade, é a tranquilidade, por mais que a vila cresceu muito, ainda tem um “ar meio rural”. Tenho uma tranquilidade, um sossego aqui, tu não te incomodas e de noite é silencioso, e isso, é uma coisa que eu gosto muito. E se tu precisares de alguma coisa, está a poucos minutos. De um pouco mais agito também né, então isso aí, é uma coisa que eu gosto bastante (Sr. A).

A condição de uma estrutura mínima de urbanização e a proximidade do centro, faz com que moradores se fixem: “eu gosto muito, melhorou bastante, é pertinho do centro. Não tinha asfalto, agora tem, também não enche mais de água. Tem postinho, escola sempre teve e agora tem a creche, tem tudo aqui” (Sra. C).

O outro lado da moeda é que gradualmente a tradicional matriz produtiva da agricultura está se alterando por diversos fatores. Isso, é demonstrado pelo depoimento de um agricultor que comercializa seus produtos em mercados no centro e em bairros da cidade: “tinha bastante feirista, mas diminui bastante por causa dos grandes supermercados e a maioria já morreu e os filhos foram trabalhar de

empregado com carteira assinada e salário fixo. Falta apoio para o pequeno produtor" (Sr. H).

Compete, no sentido da desagrarização do núcleo em urbanização, as mudanças nas estratégias produtivas entre as gerações subsequentes. Uma vez que os filhos muitas vezes não seguem a profissão de agricultores de seus pais. Em especial, no caso das mulheres, corroborando a divisão sexual do trabalho, comum no meio rural:

> As pessoas mais velhas que vivem disso vão vendendo as propriedades, os novos já vão partindo para outras atividades. Porque os jovens não querem viver de agricultura, principalmente as mulheres, né. E aí, eles vão para outras atividades e acaba que quando as pessoas vão envelhecendo, acaba parando de fazer aquilo e ninguém segue aquela profissão. E aí, também os espaços vão diminuindo; porque o que era um bairro rural há uns 20 30 anos atrás, com poucas casas, hoje em dia, virou um bairro com um monte de casa e com os espaços cada vez menores. E isso, também influencia o pessoal não viver mais agricultura aqui dentro né, tudo demanda espaço (Sr. A).

As mudanças das ocupações entre gerações também são confirmadas pela fala de uma jovem moradora, que optou por não prosseguir na atividade tradicional de sua família. Condição que sugere uma generalização deste fenômeno na localidade. Portanto, tais remodelações das atividades produtivas entre as gerações das famílias de pequenos agricultores, confluem na transformação da configuração socioespacial local:

> Meus avós tiveram leitaria por muitos anos, existiam diversas leitarias. Hoje permanece uma pequena quantidade de agricultores de hortaliças, mas não está havendo uma renovação, os filhos vão trabalhar em outras ocupações [...] eu mesmo não tinha vontade de trabalhar com a terra (Sra. K).

O que também incide na crescente desagrarização do núcleo adensado pela continuidade no processo de fracionamento dos lotes, de maiores dimensões, em novos terrenos menores. Conforme relato de um jovem morador advindo da zona rural de Arroio do Padre, residente há 11 anos na Sanga Funda:

> Quando eu cheguei aqui a gente via que tinha bastante gente que vivia da atividade agrícola. Hoje em dia, já diminuiu bastante porque os espaços também estão diminuindo. Cada vez mais gente vem morar e acaba com os espaços de lavoura. [...]. Muita gente ainda tem um lote grande, e aí, precisando de dinheiro, de um certo modo é mais fácil né, acaba dividindo todo seu terreno. Como é um lugar que, em relação a outras partes da cidade, vale a pena para as pessoas que vão comprar, porque o terreno é mais barato, acaba sendo bom para os dois lados (Sr. A).

Porém, ainda encontram-se famílias vivendo de atividades agrárias, particularmente, da agricultura de vegetais de ciclo curto. Quanto a atividade das leitarias, que demandam de maiores porções de terra para sua produção, estas, invariavelmente desapareceram. A fala do entrevistado deixa claro sua percepção de

que o núcleo adensado não é mais rural, constituindo-se como parte do urbano, conforme o relato:

> Mas, eu vejo que ainda tem gente que vive disso aqui, não sei dizer exatamente quantas famílias, mas eu vejo, que tem gente que vive da agricultura aqui dentro ainda. Basicamente verdura, alface, tomate e couve, de uma forma até bem rudimentar, sem muita tecnologia nessas plantações. Sobre criação de animal, eu já vi que tinha, agora faz tempo que eu não vejo. Não sei se tem ainda gente que vive de leitaria aqui dentro. Eu sabia que há um tempo atrás tinha, mas claro, já é uma coisa que demanda mais espaço e também de uma propriedade maior. Então já dificulta muito mais, numa área que virou urbana já, fazer esse tipo de criação (Sr. A).

Observa-se que a desagrarização, concomitante ao adensamento populacional presenciado, ao menos em parte da Sanga Funda, não decorre, exclusivamente, da mudança das atividades produtivas entre gerações de moradores. Conjuntamente, compactua para este crescimento do núcleo adensado, as desafiadoras condições de subsistência das famílias rurais que sustentam-se, principalmente, da produção agropecuária; em terras de arrendamento na zona rural da região e de municípios vizinhos.

Um fato que os têm desencorajado a se manterem em suas atividades de origem, ligadas ainda ao cultivo da terra; e, ao passo, estimulando novos desenraizamentos dos trabalhadores rurais. Especialmente, pela chegada de jovens migrantes solteiros ou casados:

> Nessa minha rua mesmo tem gente de São Lourenço, Canguçu, Turuçu, Cristal, compra uma casa e procura emprego. A vida na zona rural tá difícil mesmo, e quem é pobre e as vezes mora de arrendamento, acaba se desanimando e acaba vindo pra cidade em busca de um emprego fixo. A maioria as vezes, te põe numa fazenda e te dá 10% ao ano, e tu vai viver como com esse valor? Não tem como, e com uma família grande é pior ainda. Normalmente são casais adultos com um filho ou dois. Desde que eu vim para cá, triplicou de gente (Sr. B).

Os depoimentos exprimem a permanência do frequente apelo da cidade sobre uma parcela dos jovens do meio rural. Manifesto no desejo ou na necessidade de migrarem muitas vezes pela vontade de melhorarem de situação, tendo em vista empregos com carteira de trabalho. Dessa maneira, verifica-se que a cidade continua exercendo seu poder de atração sobre os homens e mulheres do campo, em especial aos que estão começando a vida adulta. Particularmente, os descontentes com as perspectivas postas no meio rural, em decorrência da carência de políticas públicas de incentivo e de direitos trabalhistas, num contexto de hegemonia das políticas neoliberais dos consecutivos governos e nos diferentes âmbitos dos poderes executivos.

Dito isto, percebe-se que as migrações intergeracionais continuam agindo no crescente processo de complexificação do lugar. Quer seja de ordem social, cultural, espacial, ambiental ou econômica. Além do que, segundo relatos dos entrevistados, o crescimento demográfico na Sanga funda alavancou o desenvolvimento de novas estratégias de renda das famílias moradoras.

Portanto, coexistem nesta centralidade em desenvolvimento, além das atividades extrativistas, um considerável elenco de serviços e comércios. Desde o ramo de alimentos como açougues, padarias, peixaria, minimercados, bares, lancherias, fornecedores de marmitas, bolos e tortas, picolés, mel, cucas e rapaduras artesanais. Até o setor de serviço de barbearias, salões de beleza e de festa, borracharias, oficinas mecânicas, vidraçarias, serralherias, escola infantil, lotéricas, atelier de costura, hospedarias para animais entre outros já mencionados, de acordo com a fala do morador: [...] “tem muitos pequenos negócios, umas quantas lancherias, tem oficinas mecânicas, mas é tudo trabalho do pessoal da casa mesmo, que abriu negócio familiar. Se emprega é pouca gente, tem padaria também, é mais o comércio mesmo de casa né” (Sr. A). Há também os autônomos com ocupações diversas trabalhando de jardineiros, pedreiros, diaristas, cuidadores, motoristas de aplicativos entre outras, dentro ou fora da localidade. Porém, os pequenos produtores familiares de hortifrutis se encontram no núcleo e até fora dele, fazendo da comercialização destes alimentos sua principal fonte de renda (figuras 51 e 52).

Somente no núcleo identificou-se mais de vinte famílias produtoras, que vivem da produção e comercialização, fornecendo verduras para mercados, supermercados e feiras em diferentes pontos da cidade e do centro, conforme o excerto que segue:

> Hoje, eu forneço verdura para o CEASA. Seis anos atrás eu tinha três trator, um ficava em casa e dois pra empreitada. Naquele tempo dava pra comprar trator novo, mas os caras ficaram me devendo, dava cheque, mas dava na trave, ai eu desisti. Parei, por causa da inadimplência e pelo valor do óleo não valia a pena. Aqui a gente tem sistema de irrigação nos canteiros e um pequeno açude, tenho mais ou menos um hectare de horta. Tem aqueles que vivem da agricultura aqui na Sanga Funda. Vendem em feira, mercadinho e outros comércios na cidade e fora. Alguns têm câmara fria em casa para estocar a verdura e a fruta, para vender no outro dia (Sr. D).

Porém, as atividades agrícolas e a criação de animais são encontradas em maiores proporções fora do núcleo, sendo que nela se desenvolvem, majoritariamente, nos terrenos de várzea, as culturas do arroz, da soja e da pecuária (figura 53). Essas grandes propriedades, que se estendem até o arroio Pelotas e a Lagoa dos Patos, estão baseadas num modelo de produção de monoculturas em larga

escala com utilização de tecnologia, empregando uma pequena parcela dos moradores da localidade.

Figura 51 – Horta de um agricultor familiar (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 52 – Barracão onde se armazenam mudas e agrotóxicos (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 53 – Plantação de soja em uma granja (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Sobre a quantidade de granjas se sabe que também diminuíram, conforme fala de uma moradora: [...] “tem a Granja do cotovelo, e outras tem até hoje, mas outras terminaram” (Sr. C). A partir do exame do que foi apresentado é possível apontar um

elenco variado de fatores contribuintes para a desagrarização e a diminuição dos agricultores familiares de hortifrutigranjeiros da Sanga Funda. Contatou-se, entre os principais motivos: 1) o avanço das fronteiras imobiliárias e a consequente urbanização. 2) O fracionamento das propriedades de maiores dimensão com intuito de comercialização em lotes menores para os recém-vindos. 3) O conflito entre normas legais de vigilância sanitária que inibem a criação e o abate de animais, por parte dos pequenos produtores, destas regiões rururbanas, onde as casas se encontram muito próximas. 4) A concorrência dos feirantes com os supermercados. 5) A descontinuidade entre as gerações nas famílias de pequenos agricultores. 6) A insuficiência de políticas públicas que mantenham os agricultores familiares rurais e da localidade em suas atividades.Tais evidencias reforçam a condição de desagrarização similar ao que se reproduz com famílias no meio rural. Isto, por sua vez, incide sobre as possibilidades de novas formas de ruralidades não mais entendidas como sinônimo de atividades agrárias. Desse modo, ganham vulto para a compreensão desta reinvenção do rural, características socioculturais atreladas aos laços étnicos de origem e seus respectivos costumes que envolvem novas sociabilidades e a manutenção de um senso comunitário. Na próxima seção, busca-se as relações estabelecidas entre as novas formas de ruralidades e os principais conflitos de ordem social, ambiental e econômica identificados pela bibliografia e pela pesquisa de campo que atingem a localidade.

3.2.7 Os conflitos socioambientais na interface campo-cidade

> *A fumaça das olarias sempre foi um problema no bairro. Grande parte delas é posse e muita gente trabalhava nelas, foi o que sustentou o bairro, vinha gente do Pestano, do Getúlio Vargas, do Areal e outros bairros próximos. O frigorífico polui a sanga por causa dos dejetos despejados. Sobre as granjas os pequenos produtores reclamavam por causa da aplicação de químicos de avião. Sobre os condomínios o trânsito piorou* (Sra. K).

As atividades econômicas de maior porte como as olarias e um grande frigorífico de expressão regional respondem pela maior parte dos empregos na Sanga Funda. Sendo este último responsável pela ocupação de aproximadamente duzentos funcionários. As olarias de acordo com Silva (2014) constituem a primeira fonte de

renda das famílias, este segmento é o mais importante, dado que existem vinte e duas unidades fabris para produção de tijolos (figuras 54, 55 e 56).

Nas várzeas da área urbana, o solo rico em matéria orgânica e em argila de acordo com Rosa (1985), acaba por oferecer matéria-prima abundante para a produção de cerâmicos. Contudo, torna o solo pouco permeável para a agricultura, permitindo apenas o cultivo de plantas de raízes curtas, caso do arroz e da soja[56], situação que explica a disposição produtiva do lugar.

De acordo com dados da Associação dos Ceramistas de Pelotas (ACERPEL), sua atividade é responsável pela ocupação de aproximadamente setecentos empregados (LOPES, 2014). No núcleo, em processo de adensamento populacional as olarias em atividade, as primeiras da década de 1960, empregam muitos moradores da própria Sanga Funda e do Sítio Floresta. Algumas, comercializam não somente para o mercado interno, vendedo tijolos e blocos até mesmo para o Uruguai e a Argentina.

Os depoimentos dos entrevistados atestam a relevância das atividades oleiras, do frigorífico e das granjas para a geração de empregos a economia local. É recorrente nas diversas falas dos moradores, como se pode averiguar:

> As três categorias geram emprego, se não fosse eles aqui, não sei como esse bairro ia ficar, quantas mil pessoas essa turma emprega? Porque o ganha-pão dos moradores daqui, e não é só da Sanga Funda, vem gente de fora que trabalha nas olarias, no frigorífico e nas arrozeiras do seu Gilberto e do Tim. E as arrozeiras já plantavam, desde que eu moro aqui, e emprega gente da Sanga Funda principalmente na época da safra. Mas, é ano a ano, porque uma turma prepara a terra, prepara isso e aquilo. Tem sempre muito caminhão, na época da safra, e também dos oleiros é pra cima e pra baixo sempre (Sr. B).
>
> O que dá mais serviço são as olarias. O dia que elas fecharem, pode sair daqui, porque dentro da cidade também não tem trabalho. No que esses estudantes de Pelotas vão trabalhar? Não tem emprego, fechou tudo as empresas. O frigorífico tá fecha não fecha, porque não tem transporte e falta gado. As granjas só plantam soja, empregam uns três ou quatro e só na época da safra (Sr. E).
>
> As olarias, é que basicamente demandam a economia do bairro, e gira muito dinheiro, muita gente trabalha que mora aqui e vive do trabalho nas olarias; é o que gira a economia basicamente. E depois os frigoríficos, tem um grande e um menor. Também dá emprego aqui dentro, até não é tão pouco assim, e também ajuda a movimentar a economia. Eu não sei dizer exatamente quantos funcionários tem trabalhando em olarias, ou em cada, quantos funcionários têm, varia com o tamanho. Nos frigoríficos, sei que é bastante gente trabalhando, tem épocas que tem 150 funcionários, hoje em

[56] Na zona de planície, graças a possível mecanização da lavoura, vingaram as plantações em larga escala da orizicultura (ROSA, 1985).

> dia não sei. Vou ficar te devendo essa informação, mas tudo ajuda a movimentar a economia aqui dentro (Sr. A).
>
> Podia ter ainda mais olarias, porque mais emprego ia surgir. A Sanga Funda vive das olarias. Tem muito caminhão da Argentina que carrega tijolo daqui. No Famile também trabalha muita gente, tinha também o negócio dos couros, não sei porque tiraram, ai colocaram a fábrica de adubo era um fedor, não sei porque fechou, era um mau cheiro, mas faz parte. Como a carne tá cara, diminuiu muito a produção do frigorífico. As granjas eu conheço todas elas, mas o que plantam ou deixam de plantar agora eu não sei, eu sei que a plantação é grande e vai até a praia. Deve ser soja, arroz, pastagem ou criação de gado. Eu sei que o das areias é forte e tem bala na agulha (Sr. D).

Figura 54 – Olaria na av. Alfredo Theodoro Born (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 55 – Blocos cerâmicos prontos para transporte em uma das olarias (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 56 – Blocos cerâmicos de uma grande olaria (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Através dos depoimentos supracitados reconhece-se que entre as importantes atividades econômicas a que mais gera empregos aos moradores provêm das olarias. Por sua vez, as granjas exploram pouca mão de obra local, mais especificamente em época de safra. Entretanto, devido ao aumento da população no núcleo e da necessidade de incorporar novas tecnologias na produção das olarias, assim como das granjas, em um determinado momento, elas não foram mais capazes de continuar absorvendo a crescente mão de obra disponível dos moradores. Os depoimentos exprimem estas modificações produtivas e seus efeitos nas atividades laborais:

> É algo que faz muita falta pra comunidade aqui, pro pessoal, pros morador, porque isso ai não tinha né. As olarias empregam muita gente da Sanga Funda não pode fechar. Acho que no começo as duas primeiras olarias foram do Guido e talvez a dos Machado, no começo era a cavalo para socar o barro, agora é tudo motorizado, bem mais fácil, hoje tem bastante olaria (Sra. M).
>
> As olarias são a salvação do povo daqui, ainda por enquanto tá dando muito emprego, embora que a maquinização já diminuiu em mais da metade o número de funcionários. O frigorífico também emprega bastante (Sr. H).
>
> Hoje melhorou muito, só para carregar os pallets com os tijolos que é difícil, porque tem que trabalhar agachado, prejudica muito a coluna. A máquina larga de 70 a 80 tijolos por minuto, com dois na esteira, um de cada lado, soltando no pallet, é puxado. Depois o tijolo vai para secar e depois para o forno. O forno não para nunca é dia e noite (Sr. E).

Por se tratar de uma atividade de escala considerável seus impactos ao ambiente não devem ser desprezados, estudo de Gonçalves (2003), sinaliza que os efeitos para o meio ambiente das jazidas de argilas abandonadas redundam em formações de áreas inundáveis. Do mesmo modo a ineficiente fiscalização, por parte do Poder Público, não exige a reconstituição da paisagem, contrariando a legislação ambiental vigente.

Entre outros problemas também se averigua que a retirada da cobertura vegetal para a atividade de extração da argila pode, de acordo com Lopes (2014), induzir a um processo de impedimento de sua regeneração pela compactação do solo - efeito *splash* - causando prejuízos na disponibilidade de água subsuperficial. Além, de erosão do solo, descaracterização da paisagem e consequente degradação do ambiente natural. Aliás, o transporte das partículas de solo solto pode contribuir para o assoreamento de córregos e da própria bacia da Sanga Funda (figuras 57 e 58).

Ainda sobre a atividade oleira, esporadicamente, avista-se a fumaça nas chaminés e sente-se cheiro de queimado, produzido pela combustão necessária ao funcionamento dos fornos de cozimento. Todavia, isto não aparenta ser um problema tão presente, como fora em outras épocas. Provavelmente em razão da utilização de filtros.

Figura 57 – Material proveniente da escavação da jazida (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 58 – Jazida de argila (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Sobre os impactos ao meio ambiente local, Lopes (2014) demonstra que, entre os anos de 1953 a 2010, os maiores danos ao corpo d`água na bacia hidrográfica do

arroio Sanga Funda se deveram, primordialmente, a dois fatores: ao aumento das áreas de cultivo do arroz irrigado (44,56%) e a expansão urbana que experimentou, nos últimos 57 anos, um crescimento da ordem de 3.220%. Produzindo alterações na permeabilidade do solo e no escoamento do corpo d'água. Assim, como do despejo do esgoto residencial e das indústrias, em vista que não existe rede de esgoto na localidade (figuras 59, 60 e 61).

Figura 59 – Córrego (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 60 – Despejo do esgoto residencial e industrial em córrego (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 61 – Esgoto em valeta (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

De acordo com moradores a ausência de pavimentação nas ruas torna-se um problema, ainda mais grave, por conta do trânsito de caminhões carregados de cargas das granjas e das olarias. Uma vez, que o fluxo contínuo de veículos dispersa partículas de poeira e ainda provoca deformações nas vias, prejudicando a qualidade do ar e do pavimento (figura 62).

À vista disso, Sr. B relatou o desejo de uma pavimentação de melhor qualidade na av. Alfredo Theodoro Born para dirimir as irregularidades do pavimento em decorrência do intenso tráfego de veículos pesados do local:

> O principal problema aqui é o horário de ônibus, tinha que ter mais horários, já foi reclamado até pela associação dos oleiros, em dia de semana no horário de pico, às vezes é de hora em hora só que daí vai muito cheio. Já foi levado essa pauta, e deu uma melhorada agora, mas os ônibus vão muito cheio. No tempo da pandemia não era pra ser juntar muito, mas dentro dos ônibus sempre juntava. O pessoal gostaria que fosse de meia em meia hora no horário de pico e depois podia ser até uma hora e meia. Foi levado para a Prefeitura, com o consórcio é tudo com a Prefeitura, nem adianta falar com as empresas né. Antes tu reivindicava com as empresas o horário, era mais fácil, eu quase não uso o ônibus, mas tem muita gente, senhoras, que trabalha nos mercados do centro, nas lojas e no horário de pique fica ruim mesmo, de resto beleza. Acredito que uns 90% dos moradores da Sanga Funda usam o ônibus. Os homens, a maioria trabalha nas olarias, construção civil, mas pode contar que uns 60% das mulheres pegam o ônibus. E as buraqueiras né, mas isso ai é normal, não dá pra se queixar muito, de resto tá bom. Tá saindo umas melhorias da prefeitura, agora diz que vão asfaltar essa principal aqui, a seis, até ali a esquina que vai pro quartel, tomara que asfaltem toda a linha de ônibus, mas acho que não vai ser tanto assim, diz que é o único local que falta é aqui e a Vila Princesa (Sr. B).

Este tipo de reclamação é muito comum, conforme pode-se notar nos excertos dos moradores que seguem: “O problema que eu tenho aqui muito é da poeira. Porque a chegada do bairro é tudo asfaltado, mas depois, dentro do bairro é tudo de chão batido, então dá muita sujeira” (Sr. A).

“Progrediu muito, a única coisa que tem de ruim é o pó. A casa fica sempre fechada, mas tem que varrer todos os dias, porque fica cheio de um pó bem fininho” (Sra. C).

“Principalmente agora que foi vendido e vão fazer um matadouro de porco, vai trazer mais emprego e melhoria para nós. Tem o problema da poeira, a gente precisava de mais ajuda da Prefeitura” (Sra. M).

Figura 62 – Partículas de poeira no ar pelo constante tráfego de caminhões em ruas sem calçamento (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

No que diz respeito às entrevistas com pequenos produtores familiares, constatou-se um conflito entre sua atividade e a dos granjeiros que cultivam a soja:

> O problema é a manutenção das ruas e o herbicida e o veneno dos granjeiros. O veneno pode dar dor de garganta e diarreia, mas depende do organismo de cada pessoa. O que mais prejudica são os plantadores de soja, porque com a plantação vem o herbicida que sobe para o ar e vem pra nós que o respiramos e mata ou amarela o hortifruti diminuindo a produção. Não sou contra a produção, mas poderia haver mais respeito com a natureza e com a população, eles poderiam fazer de trator. Nesse tempo ataca a garganta e dá cólica no pessoal e os animais também sentem (Sr. H).

A pulverização de produtos químicos, para o plantio da soja, entra em choque com a produção familiar. Em decorrência dos prejuízos econômicos ocasionados ao pequeno produtor, sem perder de vista os impactos ambientais:

> As granjas por um lado geram emprego, mas os plantadores de soja quando pulverizam o herbicida, dependendo da direção do vento, atingem a minha plantação, o que me prejudica, porque causa o atraso da planta para a colheita, prejudicando no valor da comercialização do meu produto. Isso inicia nos meses de agosto e setembro que é o tempo da plantação da soja. Aqui para a Galatéia ainda tem bastante granja e chega a atingir aqui, o primeiro que mostra é o pé de Cinamomo que as folhas ficam bem amarelinhas, o herbicida vai longe e atinge até 30 km (Sr. F).

> O avião da pulverização esteve ontem ai, eles usam para matar o bicho que dá na soja. Ai, o veneno castiga a minha produção, ele amarela não chega a matar, mas eles não se lembram que os pequenos também tem que produzir. Um ano a empresa de pulverização pagou todos os colonos pelos estragos (Sr. D).

As falas aparentemente demonstram, de parte dos agricultores familiares, uma relação com a natureza de maior respeito para com o ambiente do que a exibidas pelos granjeiros. Todavia, o conflito não se dá apenas entre estes (figuras 63 e 64).

O avanço da urbanização sobre estas localidades resulta em disputas com técnicas tradicionais de plantio dos agricultores: “o problema é que não se pode fazer uma queimada para fazer limpeza porque os vizinhos podem reclamar. E, corre o risco de ser multado, porque não pode” (Sr. F).

Figura 63 – Plantação em estufa de um agricultor familiar (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Figura 64 – Plantação de alface em estufa de agricultor familiar (Sanga Funda)

Fonte: arquivo pessoal do autor (2022).

Se por um lado estas atividades econômicas geram renda e emprego para uma considerável parcela dos moradores da localidade, por outro elas são as responsáveis por uma série de impactos socioambientais, conforme se viu. No caso das olarias é

provável que a omissão do Poder Público, quanto a fiscalização das jazidas de argila e a necessidade de reconstituição de sua paisagem, decorre da importância econômica desta atividade, conforme apontado nos estudos de Gonçalves (2003) e de Lopes (2014).

Os corpos d'água possivelmente são os que têm sofrido maiores prejuízos ambientais. Pela inexistência de saneamento do esgoto residencial e industrial na Sanga Funda, assim como pelo acréscimo das áreas de cultivo do arroz irrigado. Todavia as entrevistas apontaram que o descontentamento com a qualidade do ar foram as maiores queixas dos moradores. Exatamente, pela elevada quantidade de poeira decorrente do fluxo constante de caminhões das granjas e das olarias por suas vias sem qualquer pavimentação. Excedendo, até mesmo, a questão da fumaça das chaminés das mais de vinte olarias instaladas.

Outra denúncia constatada pelas entrevistas, só que desta vez com pequenos agricultores familiares, trata dos danos causados pela utilização excessiva de agrotóxicos, por parte dos granjeiros que cultivam a soja em larga escala. Entre as consequências do método de pulverização por aviões se relatou o amarelamento e o atraso do crescimento de parte das plantações dos pequenos produtores, além de prejuízos à saúde de pessoas e animais. Este processo tem seu início sempre no período correspondente aos meses de agosto e setembro perdurando até janeiro de acordo com as entrevistas. Circunstância que coincide com o ciclo de cultivo da soja.

Alguns agricultores familiares ainda revelaram que a expansão do perímetro urbano repercute em suas práticas tradicionais de agricultura. A exemplo, da interdição da técnica de queimada para "limpeza" do terreno, onde se iniciará uma nova plantação[57]. Fazendo com que alguns se mudem para lugares mais distantes sem tais proibições. Em decorrência do avanço das frentes imobiliárias na região houve uma piora da mobilidade urbana, pelo aumento do tráfego de automóveis na

[57] O cultivo do solo no sistema de roça-e-queima é uma herança dos índios de toda América. Nesse sistema um agricultor que quisesse converter uma área em cultivável, derrubava a mata e assim que os galhos e troncos secassem ateava fogo, quando chegava à época, plantava em meio a tocos, galhos e troncos. A terra produzia boas colheitas sem a necessidade de ará-la ou fertilizá-la, quando a produtividade declinava abandonava-se a terra e queimava-se outra área, passados alguns anos, a antiga terra voltava a ser produtiva (HAMMES, 2010b). Willens (1940) confirma esta prática: "a derrubada e a queima do mato, e o esgotamento das terras e o nomadismo são fenômenos comuns entre os colonos cujos os antepassados se transplantaram para o Brasil em épocas anteriores à racionalização da agricultura" (WILLENS, 1940, p.334).

av. Eng. Ildefonso Simões Lopes, provocada pelos novos condomínios e loteamentos que se estabeleceram nos últimos anos.

Consoante ao que foi apresentado é evidente a contradição entre o desenvolvimento econômico e os impactos negativos ao meio ambiente e seus reflexos no cotidiano das populações que ali vivem. De uma maneira ampla, constata-se que a localidade ainda não descobriu alternativas econômicas que conciliem o crescimento demográfico com a necessidade de criação de novas fontes de renda para os moradores de forma socioambientalmente sustentável.

Nesse contexto, as transformações socioespaciais incidem na precarização urbanística e numa série de carências que configuram um cenário de crescente pauperização dos que moram no núcleo adensado. A escassez de alternativas para geração de renda das famílias só reforça o poder econômico, de determinados grupos ou empresas, sob o restante daquela população.

Nessa direção, observa-se um aspecto dessa relação entre campo-cidade ou centro-periferia que pode ser classificado como em desiquilíbrio, em que pese maiores vantagens para a centralidade. Em virtude, por exemplo, dos prejuízos advindos das constantes demandas da cidade por produtos cerâmicos, esgotando o solo e promovendo uma série de impactos ao ambiente local.

Assim, a lógica dominante beneficia-se de uma condição de afrouxamento da fiscalização para manter o mercado da construção civil e dos grandes e médios produtores de *commodities* agrícolas de exportação. Mesmo que, para isso, seja necessária a degradação de recursos naturais, lembrando a constatação de Lefebvre de que o sistema produtivo captura o espaço em quase todos seus recantos.

Além disso, o mercado imobiliário e da construção, refratário aos que não podem consumir, age sobre a produção socioespacial da cidade ao influenciar na escolha de onde os recursos públicos devem ser aplicados. De maneira, a privilegiar certas regiões, em detrimento de outras, em acordo com seus interesses econômicos.

O reiterado descaso do Poder Público, em relação a estes espaços, resulta em ocupações informais sem infraestrutura, contribuindo à degradação ambiental. É a mesma face que transforma a cidade em mercadoria e empurra para mais longe da centralidade seus despossuídos, reproduzindo contextos onde vigoram diversas formas de injustiça, nesse caso a de matriz socioambiental.

Por isso, poderia se esperar que novas formas de ruralidades emergissem, através de modelos que se opusessem ao pensamento dominante e que encaminha

ao desgaste ecológico. No entanto este não foi o cenário predominante com que a pesquisa se deparou. Ao contrário, a exceção mais veemente deveu-se à técnica em produção de alimentos sem emprego de agrotóxicos. Menciona-se, a empresa da Sra. K que presta consultoria e comercializa insumos para agricultores, em sua maioria de fora da Sanga Funda. Dado que os pequenos agricultores familiares da localidade ainda não se atentaram para as vantagens de tecnologias mais modernas de cultivo ambientalmente responsável e que caminhem para a implementação da multifuncionalidade na agricultura. Logo, de forma geral, o que se constatou foi um desconhecimento ou até mesmo uma despreocupação com a manutenção de um ambiente mais salutar e benéfico para todos.

Ao final do capítulo, destaca-se uma série de elementos relevantes que incidem sobre a Sanga Funda, e que colaboram para uma reelaboração no sentido de novas formas de ruralidades. O exame do cotidiano revelou um processo de crescimento demográfico e de formação de uma centralidade na localidade, conforme já dito. Tal centralidade constitui-se como um núcleo adensado no qual seus moradores denominam como “vila” e que se desenvolve desde o início da década de 1970. Percebeu-se uma tendência de agudização deste núcleo pelo avanço da expansão urbana, relacionada com fatores que dizem respeito à aproximação de novos condomínios residenciais, à chegada de equipamentos públicos, do asfalto e da construção de uma ponte; promovendo, juntamente com a urbanização, um aumento populacional.

Vale mencionar, outro fator determinante nesse crescimento e que está ligado com o fracionamento de antigos lotes destinados à agricultura, no núcleo adensado, em lotes menores, direcionados à comercialização. Na medida, que avançam algumas melhorias, aliadas à aspectos de proximidade relativa com a centralidade, o espaço desperta o interesse. Esse fator, combinadamente, implica na mudança gradual da tradicional matriz produtiva da agropecuária.

Ainda colabora para a desagrarização fundamentos mais amplos que abarcam as estratégias produtivas entre as gerações. Na qual os filhos muitas vezes não desejam continuar na profissão de agricultores de seus pais, particularmente das mulheres, replicando a divisão sexual do trabalho, como no meio rural. Identificou-se ainda que as desafiadoras condições de subsistência das famílias rurais que se sustentam, especialmente, da produção agropecuária em terras de arrendamento na zona rural da região e de municípios vizinhos, acaba repercutindo na chegada de

jovens migrantes casados ou não à Sanga Funda a procura de empregos formais. Destaca-se que as migrações intergeracionais permanecem agindo no crescente processo de complexificação do lugar, em diferentes âmbitos, logo a cidade continua atraindo os jovens do campo.

Coexistem nesta centralidade em desenvolvimento, além das atividades extrativistas, um considerável elenco de serviços e comércios, por vezes, atrelados ao que se pode atribuir como pluriatividade. À exemplo das famílias que ainda se dedicam ao ramo de comercialização de alimentos, fazendo marmitas, bolos e tortas, mel, cucas, ou no setor de serviço em barbearias, salões de beleza, atelier de costura, hospedarias para animais, entre outros. Além desses, também existem os autônomos desempenhando serviços de jardinagem, construção, limpeza, cuidadores, motoristas de aplicativos entre outras atividades, dentro ou fora da localidade, fazendo com que as famílias desenvolvam novas estratégias de renda.

Ressalta-se que os pequenos produtores familiares de hortifrútis estão principalmente no núcleo. Somente ali, identificou-se mais de vinte famílias produtoras que vivem da produção e comercialização, fornecendo verduras para mercados, supermercados e feiras em diferentes pontos da cidade. Contudo, as atividades agrícolas e a criação de animais estão presentes em maiores proporções fora dali, concentrando-se nas culturas do arroz, da soja e da pecuária em terrenos de várzea que atingem o arroio Pelotas e a Lagoa dos Patos. Num modelo de produção de monoculturas com a utilização de tecnologia, sendo que estas granjas também diminuíram em quantidade e estão empregando uma parcela diminuta dos moradores da Sanga Funda.

Sendo assim, confirma-se a importância do núcleo adensado como elemento aglutinador de uma nova identidade em formação que se desvincula do que seria um núcleo rural orientado, exclusivamente, às práticas agropastoris. Logo, percebeu-se que as novas ruralidades tem relação com traços vinculados a elementos que sugerem identidades atreladas aos seguintes fatores: raízes sociais ligadas às sociedades tradicionais rurais, a uma vida pregressa de muitas dificuldades no meio rural, a reelaboração da identidade do camponês para de “pessoas trabalhadoras”, a tendência de mescla no convívio social das diferentes origens étnicas - colaborando na identidade do brasileiro – e ainda, a existência de espaços de sociabilidade entre os moradores, fortalecendo a integração e o convívio, o gosto em comum por uma vida tranquila e ao “ar livre” combinada das facilidades modernas, e o senso de

religiosidade de uma fé cristã, na qual todos estes fatores convergem para a formação destes novos sujeitos no rururbano.

Importante mencionar que, de forma geral, a opinião dos entrevistados revelou, apesar dos problemas apontados pela pesquisa, uma simpatia com o crescimento da localidade e o avanço da centralidade. Elementos que poderão desenvolver economicamente a Sanga Funda, pelo potencial de atrair novos empreendimentos e a urbanização, como o esperado saneamento, segundo os moradores.

Reconhece-se que o lugar se apresentou como uma oportunidade de continuarem suas vidas numa situação em que pudessem reproduzir seus costumes do meio de origem, em melhores condições. Logo, conseguiram o ambicionado acesso à terra. Entretanto, conforme apresentado neste capítulo, fatores relacionados à modernidade interagem, repercutindo nas transformações socioespaciais.

Assim, consente-se na heterogeneidade da Sanga Funda um lugar em que as novas ruralidades guardam elementos reconhecidos ao rural “tradicional” com componentes da contemporaneidade. Verificou-se uma vida ligada à terra, à natureza e ao senso de comunidade, de práticas de agricultura familiar, das pequenas hortas para consumo próprio, da pecuária, da criação doméstica de animais, da extração mineral e vegetal, dos rodeios, do CTG, das hospedarias, dos sítios, das chácaras e dos cultos religiosos. Junto com mudanças significativas que abrangem desde a arquitetura contemporânea, o novo padrão e dimensões dos lotes, a agricultura tecnológica das granjas, o grande frigorífico, a crescente variedade de atividade econômica das famílias, além da ampliação no acesso da população a recursos, como educação, saúde, energia elétrica, telefonia, internet, água, entre outros.

4 Pelotas: do rural ao urbano

4.1 A complexidade vertical

Para Lefebvre, o construído e o não construído são elementos fundamentais que participam da totalidade, portanto a cidade é uma projeção no terreno da cultura, das instituições, da ética, dos valores econômicos, das relações sociais, entre outras dimensões do cotidiano; sendo possível interpretá-los em seus símbolos, como textos escritos nos espaços do campo e da cidade. Para cada formação econômico-social corresponde um modo de produção e uma forma de organização das relações sociais.

Assim o tópico intitulado ***A formação econômico-social*** dedica-se a compreender a matriz econômico social que se desdobra na configuração da produção do espaço local, pelo exame dos principais elementos que resultaram na evolução da morfologia espacial até o período da abolição da escravatura, concomitantemente ao início da derrocada do ciclo charqueador.

Na sequência, em ***A modernidade desejada: da colônia à industrialização*** progride-se na análise, verificando as transformações decorrentes da necessidade de ampliação do regime de acumulação do capital e a substituição da mão de obra escrava pela livre com suas implicações para a segregação socioespacial no alvorecer da generalização da suburbanização neste município. Por sua vez, no último tópico denominado ***A datação do rururbano municipal***, investiga-se as pistas do desenvolvimento desigual e da reprodução de relações não capitalistas de produção para a conformação socioespacial e que acarretam em novas ruralidades nas margens socioespaciais.

À vista disso, é fundamental compreender a gênese econômico social com seus desdobramentos na configuração da produção do espaço local, sob a guarida persistente do passado atrás de uma aparência moderna, como diz Martins. Sendo imprescindível, para isso, elaborar uma extensa imersão nas diferentes camadas históricas da sua produção, de forma a construir subsídios que possibilitem perceber as mútuas interferências entre o campo e a cidade, através das diversas temporalidades que abrigam e dão sentido ao atual rururbano e as suas manifestações das ruralidades na Sanga Funda.

4.1.1 A formação econômico-social

> *A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material.*
>
> A ideologia alemã (MARX; ENGELS, 1998, p.18).

Tal qual Vieira (2005), somos do entendimento de que a produção do espaço pelotense apresenta profunda ligação com a sua própria história. Com o intuito de aprofundarmos nos fatores que levaram a “metade sul” e o município de Pelotas, a desenvolver sua economia baseada primordialmente na grande propriedade, na pecuária extensiva e na orizicultura, far-se-á uma digressão sobre alguns dos principais elementos sócio históricos determinantes para sua formação econômico-social e seus desdobramentos que resultaram em transformações no âmbito do campo e da cidade até o período atual.

É preciso mencionar que o Rio Grande do Sul se integrou tardiamente ao restante do Brasil, somente no início do século XVI. Para Pesavento (2014), foi primeiramente, na fase pré-colonizadora, através das típicas expedições litorâneas de exploração e comércio do pau-brasil, que alcançaram o extremo sul do país, sendo o nome “Rio Grande de São Pedro” resultante deste período das viagens. No entanto, enquanto no restante da América lusitana se instalavam os engenhos de açúcar, este território permaneceu inexplorado, por mais de um século. Desse modo, inicialmente, não integrou parte do processo de acumulação primitiva de capitais nos quadros do Antigo Sistema Colonial. Por sua vez, já o continente europeu encontrava-se em pleno processo de transição do feudalismo para o capitalismo, mais especificamente em sua primeira etapa de acumulação. Em virtude do resultado da exploração colonial de minérios, açúcar e outros produtos e do consequente acúmulo de riquezas, por parte de suas respectivas metrópoles, e em acordo com os interesses e necessidades de um capitalismo nascente.

Explica a autora, que as primeiras tentativas de expansão em direção ao sul ocorreram somente no século XVII, sob o domínio espanhol (1580-1640), com a ocupação dos holandeses do nordeste brasileiro e de algumas zonas da África de

onde se retiravam escravos, criando uma carência de mão de obra ao restante do Brasil não holandês. Assim, São Paulo torna-se um território especializado no comércio de índios para as regiões açucareiras. Sendo que, à medida que se esgotaram as possibilidades de caça dos índios mais próximos, os bandeirantes paulistas se voltaram as “reduções” indígenas. Dos missionários da Companhia de Jesus, na região de Itatins e Guairá, na margem esquerda do rio Paraná, em território castelhano. Em 1626 os padres refugiados das reduções do Paraguai penetraram em território rio-grandense, instaurando novas reduções na chamada zona do “Tape” que abrangia a bacia do Jacuí até os contrafortes da Serra do Mar e Geral e o Rio Uruguai. Foi na preia destes índios aldeados que os bandeirantes adentraram no Rio Grande do Sul com objetivo de captura desta mão de obra.

Com isso, no findar do século XVII, a situação das colônias brasileiras sofre transformações, uma vez que a decadência do açúcar foi compensada pela descoberta das minas na zona das Gerais. Logo, a mineração concentrou grandes massas populacionais de alto poder aquisitivo distantes do litoral, fazendo surgir um mercado interno no Brasil. Nesse momento, os rebanhos de gado no sul do país adquirem importância, conectando o Rio Grande do Sul à zona das Gerais, como um elemento subsidiário da economia central de exportação.

Fatores relativos à ocupação deste território estão relacionados ao incremento do negócio do gado para abate e extração do couro, em vista da obtenção de maiores lucros que tropeiros, bem-sucedidos nos negócios do gado, investem mais recursos na criação dos animais. Entretanto, primordialmente, foram as dificuldades de conservar Sacramento que obrigaram a Coroa portuguesa, a conquistar este vasto território entre o Prata e Laguna.

Desse modo, por volta da terceira década do século XVIII, se iniciou a distribuição de sesmarias, definindo a posse da terra e do gado com o abastecimento de estâncias, assim a Coroa concedeu aos tropeiros que se sedentarizaram e aos militares que deram baixa ou se afazendaram. A autora, constata uma diferença neste processo de sesmarias entre o nordeste e o Rio Grande; enquanto naquele a capitalização prévia consistia como critério necessário para obtenção de terra, neste não era uma obrigatoriedade. Em razão que as sesmarias eram doadas como forma de retribuição por serviços militares prestados.

Atributos referentes ao surgir deste território estão relacionados com a necessidade de integração da região sulina ao domínio de Portugal. Tratando-se de

questões de ordem política e militar de expansão colonial e do comércio de mulas e cavalos, por parte dos paulistas, que visavam a região mineradora do Brasil, baseando sua economia em duas atividades fundamentais, a criação de gado e a agricultura, segundo Cardoso (1977). Respectivamente, no período conhecido pelos historiadores como “feliz período patriarcal”, compreendido da fixação dos lagunistas nos campos de Viamão até a invasão de 1763[58]. Destaca Pesavento (2014), que esta organização econômica se manteve até a decadência das Minas Gerais, no final do século XVIII, o que reduziu a demanda de animais para corte e transporte. Então, o charque e o trigo, dois novos produtos, mercantilizam a economia rio-grandense, fazendo com que se formassem núcleos açorianos[59] em Mostardas, Estreito, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio.

Posteriormente às invasões castelhanas, segundo Cardoso (1977), se viabilizou um fluxo de trocas entre o Continente de São Pedro e os mercados externos através da agricultura, fundamentalmente do cultivo do trigo[60]. Em particular, no período do último quartel do século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte, estabelecendo a prosperidade na agricultura. Até que, dificuldades diversas, como a doença da ferrugem (1814), políticas coloniais desastrosas para o setor e um mercado altamente competitivo recaíram sobre o Continente. Todavia, graças ao comércio de seus produtos com outras regiões, e até mesmo com a Metrópole, a economia sulina acumulou riqueza, em que pese os arbítrios políticos e as diferentes invasões.

---

[58] Laguna, fundada em 1676 pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, tornou-se foco de irradiação da descida para o Sul, num movimento espontâneo que recebeu o incentivo da Coroa portuguesa. O interesse popular fixava-se na preia do gado, a perspectiva da Coroa orientava-se para o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento. O Rio Grande, no caso, apresentava-se como possuindo uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata (PESAVENTO, 2014, p.15).

[59] Incontáveis famílias açorianas vieram para o Brasil, uma vez que a Coroa de Portugal não tinha como continuar enviando lusitanos do continente, uma vez que não havia excesso populacional ou perseguições religiosas. A ilha de Açores foi oficialmente colonizada, a partir de 1439, por obra do infante d. Henrique, e descoberta por navegadores portugueses entre os anos de 1418 e 1420. Colonizada por gente de todas as regiões de Portugal, particularmente, do Alentejo, Algarve e Minho, mas também por uma não desprezível parcela de holandeses, espanhóis e franceses (HAMMES, 2010b).

[60] Apesar do cultivo do trigo ser desenvolvido pelos imigrantes açorianos, nos trigais gaúchos utilizou-se de mão de obra escrava. Além da lavoura, empregou-se o escravo em variados serviços domésticos, ofícios urbanos, nas estâncias e charqueadas (CARDOSO, 1977).

No âmbito do comércio o trigo gaúcho, de acordo com Pesavento (2014), competia internamente com o de outros países como Estados Unidos, Prússia e França que abasteciam o mercado brasileiro, protegidos pelas baixas taxas de importação. Por outro lado, o produto gaúcho concorrente da produção das ilhas atlânticas, fez com que a Coroa, no ano de 1793, proibisse sua comercialização em Portugal, perdendo um importante mercado. Concomitantemente ao desenvolvimento da economia tritícola, inicia a mercantilização do charque. Esta atividade representou um polo fundamental ao estabelecer um comércio regional para o gado, conferindo um novo valor para a carne, além de conectar a um mercado que não era dependente das flutuações econômicas nacionais.

Em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, as duas Coroas ibéricas passaram o território de Colônia do Sacramento e das Missões à Espanha, criando uma área neutra – os Campos Neutrais – entre a Lagoa Mangueira e a Lagoa Mirim e a costa marítima. Região de intenso contrabando de gado em um período que a pecuária se desenvolvia com o charque. Com isso, era interessante à Coroa distribuir terras na área de jurisdição indefinida, para além dos Campos Neutrais, a fim de garantir a posse da área. Portanto, entre 1780 até 1801, ocorreu uma verdadeira corrida para obtenção de sesmarias, através de uma nova política de distribuição de terras, sob o governo de Veiga Cabral. Com isso os açorianos foram expropriados de suas terras, dando lugar aos pecuaristas e a riqueza advinda do charque, inserindo em larga medida o escravo no Rio Grande do Sul.

Nesse novo contexto do século XIX, para Cardoso (1977), a economia rio-grandense sofre profunda transformação, visando o melhor aproveitamento do gado. Algo, muito diferente do que fora no século anterior, no regime dos currais, das arreadas[61] (roubo de gado), dos pilhadores e comerciantes de gado - da fase da expansão portuguesa sobre estes territórios. Nota-se, que os homens ricos, que até a década de 1820 eram estancieiros donos de rebanhos, dispendiam pouco cuidado em sua ocupação e a atividade pastoril era deixada por conta da natureza. A organização, como uma típica empresa que auferisse lucros, se dá somente a partir de 1834, com

[61] Os homens que faziam as arreadas continuaram está prática durante o século XIX, não somente na fronteira de Rio Pardo, assim como nas demais regiões deste Continente. Os gaúchos foram muito importantes ao desenvolvimento da economia do gado e da defesa militar (CARDOSO, 1977).

a produção de gado para as charqueadas e para a exportação em pé, configurando um novo mecanismo econômico mais complexo capaz de dar lucros.

Mais tarde, com a derrocada para os *saladeros* platinos, agregado a outras situações, foram necessárias novas alternativas à manutenção do ciclo de acumulação do capital; entre elas, a imigração de europeus para trabalharem nas recém-formadas colônias, combinadamente ao processo de industrialização gaúcho, numa adesão, de tipo tardio, a um capitalismo já desenvolvido nos países centrais. Ainda, como se não bastasse, a economia gaúcha encontrava-se descapitalizada e subordinada à economia e à política das oligarquias centrais do país. Quanto a forma de dominação, que se assentava sobre esta sociedade, durante o século XVIII e início do século XIX, está repousava sob formas autocráticas pervertidas e de mando. Fundada em violência e arbitrariedade, e que se estendia desde as vilas e povoados originados ao redor de burgos militarizados, dos povoados açorianos e até mesmo dos jesuíticos[62]. Tal forma de organização social deve-se ao fato dos constantes conflitos travados neste território e a necessária ocupação militar, além da presença de bandos organizados de contrabandistas que exerciam poder, mesmo que efêmero, instigado e protegido pelos estancieiros.

Ainda de acordo com o referido autor, foi dessa maneira que essa “sociedade pastoril” formada por lagunistas e preadores paulistas, aqui estabelecidos, implantou um modo de organização do trabalho, fundamentado na grande propriedade dirigida pela família patriarcal, baseada em trabalho escravo e agregados. O processo de formação de Estado patrimonial, iniciado em Portugal, regride a uma forma de patrimonialismo patriarcal. Ao distribuir suas prebendas, visava mais ao arbítrio do concedente que aos interesses da Coroa, orientado ao fortalecimento do “poder doméstico” do chefe local e ao estabelecimento das bases do poder econômico e político da sociedade senhorial latifundiária. Assentada na estância e na charqueada, que vigoraria no século XIX.

Esta forma de patrimonialismo político do período colonial, de acordo com Martins (1994), era despida de qualquer relação contratual e de concepções de

---

[62] Durante o século XIX os limites entre a “ordem rústica” dos açorianos e a “ordem militar” imiscuíam-se. Sendo assim, aqueles descendentes de açorianos enriquecidos se estabeleceram como senhores de escravos, exercendo o despotismo militar enquanto exploravam as vantagens dos cargos públicos, beneficiando-se das distribuições de terra, em nome del-Rei, pelos capitães-generais e seus auxiliares (CARDOSO, 1977).

representação política. Baseada em forte noção patriarcal de autoridade e envolvida por uma certa aura de sacralidade do serviço da função pública, resultando em exclusão social, a partir de pressupostos de fidalguia. Durante todo este período as dimensões públicas e privadas se ressentiram de contornos mais nítidos. Assim, o Império aproveitava-se do patrimônio de seus súditos para alcançar seus objetivos, como no caso das guerras. Evidentemente, em contrapartida, estes subalternos, pelo mesmo princípio, usufruíam do patrimônio real, mediante pagamento dos tributos. Quanto as terras, base do poder até os dias atuais," o rei mantinha sempre a propriedade eminente dos terrenos concedidos em sesmaria" (MARTINS, 1994, p. 23) nessa relação promíscua, entre os bens da Coroa e da vassalagem, se fundaram as bases do clientelismo moderno.

Enfoca o autor, o relevante papel da criação da Guarda Nacional para a captura do poder central pelos municípios de tradição oligárquica e patrimonial, em razão de que os potentados locais assumiram importância e forma política de coronéis da Guarda. Assim, o que fora um instrumento político dos senhores de terra e de escravos nos séculos XVI e XVII, no século XVIII tornava-se expressão do poder absoluto da Coroa. Todavia, a partir da independência esse poder retornou aos potentados rurais locais, fazendo-os os verdadeiros guardiães do Estado nacional emergente e fonte legítima do novo país.

Funda-se, um Estado não igualitário e patrimonial, bem diferente do Estado moderno dos países centrais do capitalismo, já que seu povo apresentava-se estamentalmente dividido entre grupos sociais com direitos desiguais. A amplitude do voto era estabelecida de acordo com o patrimônio de cada um. Somente os mais ricos tinham direito de votar em todas as eleições (municipais, provinciais e nacionais), fazendo com que todo o sistema fosse baseado em formas de intermediação política de fundo patrimonialista.

Dessa maneira, segundo o autor, desde o período colonial a sociedade dividiu-se em dois grandes partidos, o do rei, representante da centralização política e do absolutismo monárquico e o partido do povo, ou seja, das oligarquias rurais, centrado nos municípios e representantes do poder local. A partir da Independência os absolutistas, contrários à autonomia das províncias e dos municípios, formaram o partido conservador, enquanto as oligarquias escravistas e latifundiárias tendiam ao partido liberal, defendendo seu próprio poder.

Nas próximas seções, apresenta-se como esse contexto recaiu sobre o que hoje vem a ser o município de Pelotas. Aspectos relacionados ao ciclo produtivo do charque e ao emprego da mão de obra cativa, foram determinantes ao desenvolvimento local, ainda no período colonial, nas disputas mercantilistas entre as metrópoles ibéricas. Por conseguinte, em virtude de sua importância fulcral a próxima seção é dedicada ao ciclo socioeconômico do charque.

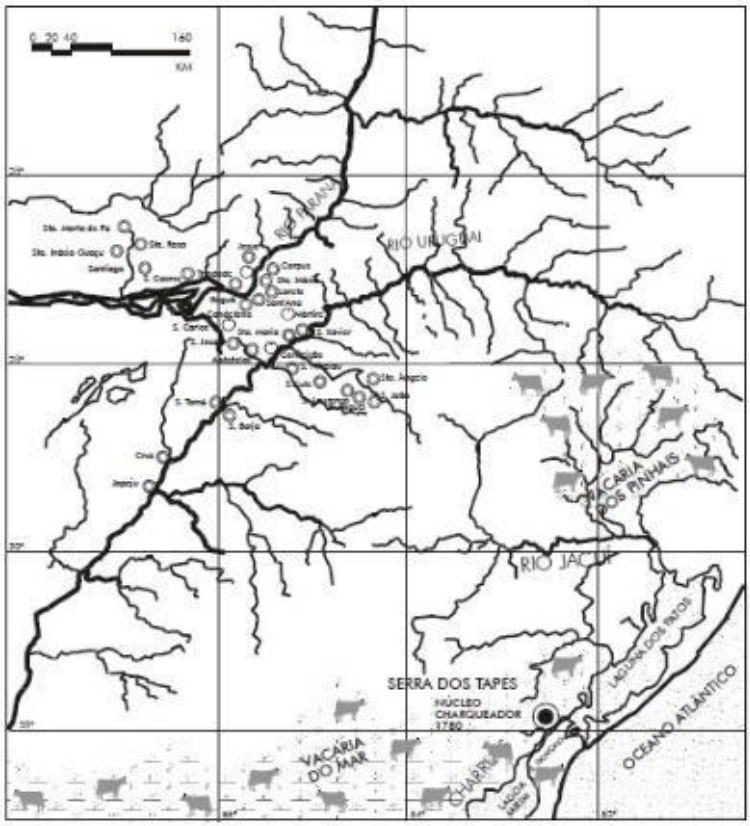
4.1.1.1 O ciclo socioeconômico do charque (1780-1920)

> *E as nuvens de fumaças, que saíam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados. Os urros dos animais abatidos e esfolados vivos e o som do ritmo do trabalho imposto pelos feitores nos escravos terminavam por compor o tétrico meio ambiente da produção charqueadora pelotense.*
>
> Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense (GUTIERREZ, 2001, p. 222).

A formação municipal está indissoluvelmente atrelada ao ciclo do charque, desenvolvido na beira do canal São Gonçalo e do arroio Pelotas, segundo Gutierrez (2001) este núcleo charqueador só vingou devido a certas condições, como a proximidade das vacarias e dos campos neutrais, aos sistemas de vias terrestres formado pelo caminho da Praia e a estrada do Planalto e as vias hidrográficas da lagoa Mirim e dos Patos que integram a bacia do Rio da Prata. O mapa a seguir ilustra o processo de formação dos rebanhos conhecidos como Vacarias, em especial a dos Pinhais e a do Mar. Está última, próxima ao núcleo charqueador de 1780 de Pelotas, à beira do canal São Gonçalo e do arroio Pelotas (figura 101).

No ano de 1737 a região de terras localizadas próximo ao oceano Atlântico entre Colônia do Sacramento e Laguna, conhecida como o caminho da praia, até então, pouco explorada pelas coroas ibéricas, recebeu o presidio Jesus-Maria-José. Local em que mais tarde se desenvolveria a atual cidade de Rio Grande. Entre suas principais funções fornecia retaguarda militar a Colônia do Sacramento, fiscalizava e cobrava impostos dos produtos que dali saiam e fixava a povoação dos portugueses (figura 102).

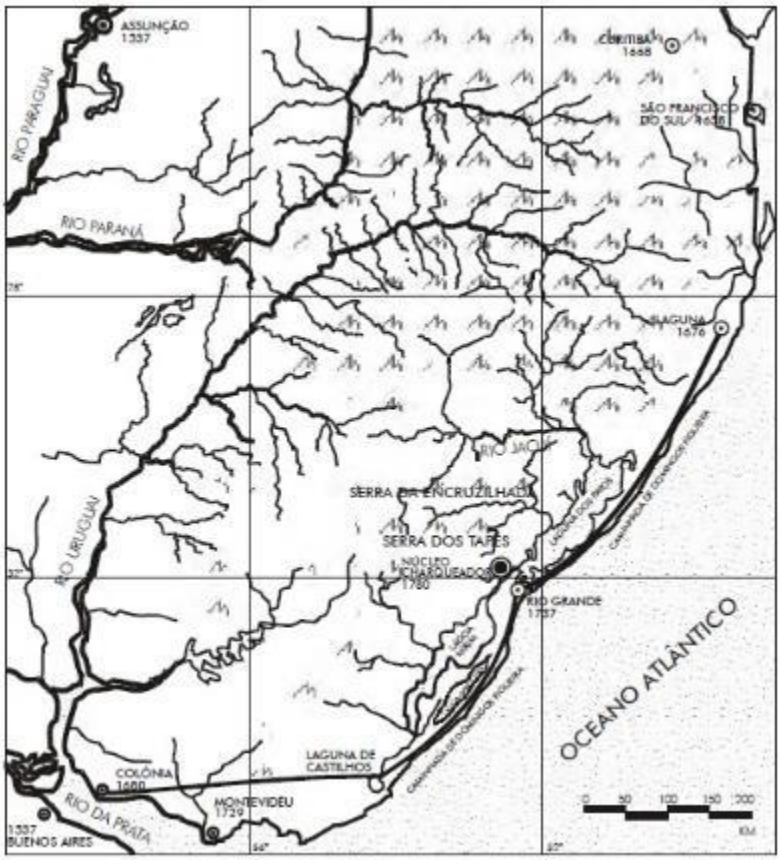
Figura 65 - Mapa com a localização ao sul da Vacaria do Mar e o núcleo charqueador de Pelotas em 1780



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 23.

Somente entre as décadas de 30 e 40 dos setecentos que se têm conhecimento dos primeiros estabelecimentos de salga de carnes, coincidentes à instalação da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro e com o início do processo de doação de terras. O complexo militar compreendia os fortes de São Miguel, Porto e Estreito, as guardas do Chuí, Taim, Albardão, Passo Novo, Arroio, Saco da Mangueira, Viamão e Tramandaí e as estâncias de Bojuru e Torotama, todas ligadas administrativamente ao Rio de Janeiro. De acordo com Pesavento (2014), a crescente relevância militar da região resultou na elevação, no ano de 1760, à condição de Capitania do Rio Grande de São Pedro. Então, desvinculada de Santa Catarina, com sede em Rio Grande e subordinada ao Rio de Janeiro.

Figura 66 – Mapa do trajeto de Domingos Filgueira em 1703, entre Colônia do Sacramento e Laguna conhecido como o caminho do mar, um caminho por terra com o Brasil



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.28.

Por sua vez, as primeiras solicitações de terra, feitas pelos tropeiros, datam de 1732. No período anterior a instalação da Comandância Militar do Rio Grande, no caminho entre o Prata e São Paulo, em áreas de pastagem para o restabelecimento do gado, antes de seguirem viajem. Os critérios de concessão de sesmarias[63] pela coroa portuguesa, diferentemente do resto do país, nas terras do Rio Grande, não eram destinadas aos homens de posse, mas àqueles que exerciam liderança militar. Um destes, foi Tomás Luís Osório que se destacou por seus feitos em luta contra os Guaranis em Rio Pardo, sendo recompensado em 18 de junho de 1758, pelo

[63] A sesmaria era concedida pelo vice-rei, governador do Rio de Janeiro, sendo *a posteriori* confirmada pelo conselho Ultramarino em Portugal, com dimensões em torno de três léguas de extensão entre uma ou uma e meia de largura em quadro, correspondente entre 10.000 a 13.000 hectares. Por sua vez, as terras voltadas aos casais de agricultores colonizadores era doação do governador militar de São Pedro possuindo aproximadamente 1.500 braças, um quarto de légua quadrada, o equivalente a 272 hectares (GUTIERREZ, 2001). De acordo com ARRIADA (1994), a apropriação de terras em Pelotas através do regime de sesmarias foi abusiva, permitindo a um mesmo indivíduo receber diversas sesmarias, resultando em imensos latifúndios.

governador Gomes Freire de Andrade, com o rincão de Pelotas. Mais tarde, vendido pela viúva de Osório, após execução de seu marido em Lisboa por enforcamento. Um tétrico episódio motivado por sua vexatória campanha, no ano de 1763, contra os castelhanos pelo forte de Santa Tereza, resultando em uma rendição que permitiu a invasão do Rio Grande.

Posterior a permanência dos espanhóis em Rio Grande, entre os anos de 1763 e 1776, e o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, é que se deu a implantação de acordo com Gutierrez (2001) do núcleo saladeiril sulino do polo charqueador pelotense em 1780. Sobre o povoamento das terras de Pelotas, sabe-se:

> O povoamento das terras do rincão de Pelotas, lugar onde se localizaria o maior centro charqueador sulino da Colônia e do Império, iniciou logo após o estabelecimento da Comandância Militar do Rio Grande. É possível que, junto ao povoamento dos animais, Luís Gonçalves Viana tenha transferido também casais açorianos e refugiados da Colônia do Sacramento, anteriormente colocados na fazenda real do Bojuru, enquanto aguardavam a demarcação das terras (GUTIERREZ, 2001, p.36).

Nas charqueadas[64] produzia-se a carne salgada e os subprodutos couro, sebos, graxas, chifres, entre outros. A partir do trabalho de africanos escravizados no interior de unidades – as charqueadas – que poderiam ser definidas como estruturas rudimentares, cujo produto final era enviado a outras regiões do Brasil. Caso do Rio de Janeiro e da Bahia, e para países das Antilhas, principalmente, Cuba; onde operavam outros ciclos escravistas. De acordo com Anjos (1996), fontes históricas atribuem ao lisboeta José Pinto Martins[65] a edificação em 1779, da primeira charqueada em Pelotas. Por sua vez, segundo Gutierrez (2001), fontes uruguaias e rio-grandenses reconhecem o ano de 1780, como o começo das atividades charqueadoras voltadas ao comércio.

A formação do município de Pelotas começou pelas sete fazendas afetas ao distrito do serro Pelado, onde o estancieiro-militar, brigadeiro Rafael Pinto Bandeira

---

[64] Os estabelecimentos saladeiris fixaram-se nas várzeas alagadiças, áreas marginais do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo. Superfícies planas constituídas de aluviões mal drenados, eram ricas em argila e matéria orgânica, apresentando condições físicas e fertilidade química variáveis [...] avançam sobre os terrenos de Graxaim da Planície Costeira, onde abundavam materiais argilosos, areia de granulometria variada e cascalho. Os materiais de construção, propiciaram a produção de elementos cerâmicos, junto às industriais de charque (GUTIERREZ, 2001, p. 109).

[65] Sobre quem foi o fundador de Pelotas, a questão envolve polêmica, historiadores como Angelo Pires Moreira, sustentam que não houve um fundador, sendo a aglomeração fruto da convivência social (ARRIADA, 1994).

[..]” como Comandante da Fronteira do Rio Grande, dava informações nos processos de concessões de terras” (GUTIERREZ, 2001, p.55). Conforme as figuras 103 e 104.

Abaixo, a autora descreve os limites territoriais das sete fazendas que iniciaram a formação de Pelotas:

> Do arroio Pavão, afluente do rio Piratini, até a laguna dos Patos, existiram seis estâncias interceptadas por cinco arroios, que chegavam à margem norte do sangradouro da Mirim. Somando-se a fazenda da Feitoria, localizada às margens da Laguna, entre os arroios Grande e Correntes, teríamos as sete fazendas que vieram a formar o município de Pelotas, hoje subdividido nos municípios de Capão do Leão e Morro Redondo. No quadrilátero definido pelo arroio Pavão, ou do Contrabandista, e a laguna dos Patos; o arroio Grande e o sangradouro da Mirim, ou o canal da Torotama, atualmente chamado de canal São Gonçalo funcionaram mais de 40 charqueadas. Desses estabelecimentos aproximadamente 30 localizaram-se na sesmaria do Monte Bonito, destinando-se exclusivamente à salga de carnes e tendo, como alternativa, a produção de elementos cerâmicos. As charqueadas restantes, distribuídas pelas outras sesmarias, dedicavam-se também à criação (GUTIERREZ, 2001, p.55).

Para Magalhães (1993) a economia pelotense se assentava sobre duas atividades econômicas centrais, levadas a cabo na parte plana do município, de um lado, os grandes estabelecimentos dedicados à produção extensiva de gado, de outro, as estruturas ocupadas com abate dos animais e com a produção do charque.

Figura 67 – Mapa das terras do rincão de Pelotas doadas a Tomás Luís Osório no ano de 1758.

Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.45.

Por sua parte, quanto a região da serra dos Tapes, diz Gutierrez (2001), a partir da análise dos inventários é possível concluir que os charqueadores possuíam pelo menos uma data de matos[66], concedidas em 1800. Somente, por volta dos anos de 1820, assentou-se uma pequena população com algumas poucas roças, assim os matos permaneceram conservados, por mais de meio século. As propriedades atendiam as seguintes finalidades dos charqueadores:

> Além dos trabalhos nas roças, os escravos, nos períodos da entressafra, derrubavam as árvores, para, nos saladeiros, junto com os ossos, abastecerem os caldeirões ou caldeira à lenha; neles eram fabricados as graxas e os sebos. Observou-se a existência de carpintarias, em algumas propriedades serranas, como a da família Gonçalves Chaves, que serviriam para o beneficiamento das madeiras destinadas à construção. A serra dos Tapes, que era coberta por uma grande e densa mata, paulatinamente foi sendo cortada; sobraram apenas alguns resíduos, despojados de suas melhores madeiras, nos locais mais íngremes. Mais tarde, nesse final de serra do Mar, foram assentados colonos imigrantes de origem alemã (GUTIERREZ, 2001, p.79).

As unidades charqueadoras ao longo do tempo se especializaram, segundo Arriada (1994), primeiramente artesanais, desenvolvidas a partir dos estabelecimentos saladeiris. Chegaram ao estágio de empreendimento técnico industrial, direcionadas ao mercado consumidor, gerando demanda por mão de obra cativa e configurando uma sociedade escravagista dominada pela elite aristocrática do charque. Para além do charque explorou, segundo Silva (2009), outros processos econômicos, como a conversão de áreas de mata em objeto de especulação fundiária, durante o aludido período histórico[67].

---

[66] A data raramente teria mais de 1.500 br. (1/2 lég.) não importava a localização (podia ser no interior ou nas imediações das vilas) e era atribuição do Governo militar de São Pedro. A sesmaria, ao contrário, tinha uma área maior, geralmente de 1x3 léguas (13.068 ha.) Era concedida por carta régia, a título gratuito, a quem se comprometesse a certas e determinadas condições, devendo ser confirmada pelo Conselho Ultramarino (ARRIADA, 1994, p. 19-20).

[67] Sobre essa situação de valorização econômica da terra Martins referenda o processo de elevação do valor assumido pela terra iniciado a partir do ano de 1880: “o que em 1880 era apenas especulação teórica, tendo em vista um substituto para as hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de capital, sob forma de renda territorial capitalizada” (MARTINS, 2018, p.57)

Figura 68 – Mapa das terras que formaram os atuais municípios de Pelotas, Capão do Leão e Morro Redondo

Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.56.

A competição com os *saladeros* do Prata representou, para Cardoso (1977), o conflito entre duas formas de produção, a charqueada, arraigada ao sistema colonial e escravocrata, e o método platino mais em acordo com o modo capitalista de trabalho assalariado[68]. Por fim, essa disputa foi mais vantajosa aos uruguaios e argentinos, devido aos seus menores custos de produção, pela utilização da mão de obra livre:

> Em suma, o trabalho especializado do Prata custava mais caro, no sentido de que os salários envolviam uma retribuição do trabalho relativamente mais elevada que o trabalho escravo do Rio Grande. Porém, considerando-se sua maior produtividade e considerando-se o desperdício obrigatório da força de trabalho na economia escrava, ainda assim era mais vantajoso para o produtor o trabalho livre bem retribuído (CARDOSO, 1977, p.179).

Portanto, a implementação do sistema escravocrata brasileiro, nessa economia mercantil de lucro desmobilizou, segundo Cardoso (1977), o pleno desenvolvimento

[68] Intensificou-se o aproveitamento regular do boi pela extração de uma variada gama de subprodutos: couros salgados e secos, graxa, sebo, sangue e esterco. Melhorias sanitárias, aparelhamento dos portos, construção de vias férreas e intensa propaganda na Europa dos produtos uruguaios foram manifestações de sua renovação técnica-produtiva. Sendo a economia primeira daquele país, gozava de amparo governamental, com uma legislação de caráter protecionista (PESAVENTO, 2014).

do capitalismo. Em vista dos prejuízos às possibilidades de racionalização da vida econômica. Ainda, por não possuir um produto de exportação do tipo tropical, o sul não conseguiu auferir altos níveis de acúmulo de capital e de lucro que possibilitassem a ampla compra de escravos, se comparado com outras regiões do país.

Ainda, para o autor, a produção do charque rio-grandense não se desenvolveu em suas técnicas de produção, permanecendo em condição para-industrial.[69] Dessa maneira, a integração mercantil gaúcha deu-se como uma contradição fundamental em seu sistema econômico-social, pois o incremento da produção dependia da aquisição constante de mão de obra servil. Sendo um impeditivo ao pleno desenvolvimento do regime capitalista. Tendo em vista, a necessidade de mercantilização da força de trabalho. Fato que não ocorre nos regimes escravocratas,

no qual o próprio trabalhador é tornado mercadoria. Desse modo, a atividade charqueadora gaúcha vicejou, enquanto a conjuntura econômica propiciou altos lucros e garantiu a manutenção constante e barata da mão de obra escrava.

Segundo Martins (2018) a proibição do tráfego negreiro em 1850, decretada pela Lei Euzébio de Queiroz, fez com que os preços de aquisição desta mão de obra praticamente dobrassem. A solução envolveria a abolição da escravatura, como maneira de resolver o problema da crescente demanda de trabalho escravo e a elevação do preço do cativo. Em uma relação que crescia de maneira desproporcional às rendas provenientes da produtividade desta forma de trabalho. Então, neste mesmo ano, é criada a Lei de Terras, determinando que as terras devolutas somente poderiam ser ocupadas através de compra. Assim como a lei que possibilitou a imigração de colonos estrangeiros, principalmente, europeus.[70]

Essas medidas coincidiram, para Pesavento (2014), com a ascensão do café e a abertura de novas frentes pioneiras. Em face da impossibilidade de obtenção de novos negros da África, a mão de obra escrava excedente disponível foi redirecionada para a zona do café, uma vez que está representava o eixo central da economia

---

[69] De acordo com Pesavento (1986) a baixa capacidade de inversão em técnicas que possibilitassem a renovação dos processos de beneficiamento da carne e o aumento da produção a partir de uma mais-valia relativa se dava em razão de aspectos determinantes que tornavam o lucro das charqueadas gaúchas escasso.

[70] A Lei de Terras representa, no Brasil, um marco institucional do processo de internalização do capitalismo. É sintomático, inclusive, que a lei fosse promulgada no mesmo ano da extinção do tráfego negreiro, que preparou a força de trabalho escravo para a força de trabalho livre (PESAVENTO, 1986, p.16).

brasileira. Tal situação decorria de um processo mais abrangente, envolvendo a transição do Brasil de uma economia escravista para o emprego da mão e obra livre. De acordo com os fluxos migratórios de mão de obra europeia foi São Paulo, com sua frente pioneira no oeste, quem mais atraiu este novo tipo de trabalhador.

Vale destacar que Martins (2018) apresenta algumas questões particularmente interessantes sobre as consequências das política de imigração e de propriedade da terra na região dos cafezais, a fim de oportunizar a expansão capitalista no Brasil:

> Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver (MARTINS, 2018, p.48).

Ainda, para o autor, no ano de 1870 o governo imperial passa a subvencionar a imigração de colonos para o país:

> Os imigrantes, entretanto, eram de preferência assentados em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. O governo pagava as despesas de transporte para o Brasil até a localidade de fixação do imigrante e sua família. Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais de manutenção da família, mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos (MARTINS, 2018, p.57).

Quanto a vinda de colonos agricultores europeus, estes não se generalizaram nos trabalhos da estância ou na charqueada, segundo Pesavento (1986). Embora, alguns proprietários tenham se envolvido na tarefa de promover a imigração de colonos. Diferentemente do que ocorreu nos cafezais paulistas, os estrangeiros, que aqui chegaram, não trabalharam nos latifúndios ou nas charqueadas.Porque a pecuária sulina, embora fosse o setor de ponta desta região, não gozava do mesmo prestígio na política econômica nacional, nem do mesmo poder de acumulação capitalista do café.

Mesmo assim, a histórica escassez de braços para o trabalho no Rio Grande do Sul encontrou, para Cardoso (1977), sua saída na imigração de colonos europeus, particularmente com o fim do trabalho servil após a abolição da escravatura. Como resultado desta condição os negros, por razões socioculturais, foram abandonados à condição de produtores da própria subsistência[71], haja vista que os “imigracionistas”

---

[71] Suprimida a escravidão, os negros continuariam irremissivelmente sujeitos a outras modalidades de escravidão e de alienação: à escravidão da miséria ou à condição de párias de uma sociedade de classes em formação, engajados automaticamente, como ficariam, no exército proletariado de reserva. A abolição, por assim dizer, suprimia apenas de forma anômala de ser da produção capitalista, num

do século XIX eram favoráveis ao trabalho livre, pois acreditavam nos eventuais maiores lucros e no “progresso” que seriam carreados pela abolição. Até mesmo em Pelotas, cidade baluarte da escravidão, a prosperidade voltava-se mais as colônias do que as próprias charqueadas.

> A mística do progresso encarnara nos braços livres dos colonos proprietários, fazendo a imigração surgir como a grande alavanca que impulsionava a região para o futuro. Por volta da década de 70, e principalmente em 80, a imigração constituía um êxito estrondoso diante do marasmo da economia escravocrata (CARDOSO, 1977, p.199).

Sendo assim, logo que o regime servil se impôs, como uma barreira ao capitalismo, foi necessário suprimir o escravo e conservar o operário. Por consequência, visando a implantação de um sistema capitalista assalariado, promoveu-se a imigração. Enquanto abandonou-se os negros à degradação sem qualquer atitude, por partes dos brancos, que lhes fosse favorável. Para o autor, restaram as marcas do “antigo regime” na sociedade de classes que se formara e em sua respectiva nova ordem democrática.

Segundo Pesavento (1986) é necessário levar em conta as distintas características no processo imigratório de europeus para o centro e para o sul do país, no centro estes imigrantes eram totalmente despossuídos dos meios de produção e subsistência, já no sul estavam integrados no processo produtivo como pequeno proprietário e não como força de trabalho livre.

Em nível local, a abolição da escravatura e a industrialização transformaram rapidamente o panorama social da cidade e da região. Principalmente pelo aumento significativo dos desvalidos. De acordo com Soares (2002), os negros libertos passaram da situação de escravos a de pobres. Nesse processo, medidas assistenciais tornaram-se indispensáveis para diminuir as tensões sociais, além de uma forma de controle desses grupos para evitar possíveis revoltas.

Foi com esse objetivo que se inauguraram a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em 1846, instalada em seu novo prédio em 1872; a Sociedade Portuguesa de Beneficência em 1857 e construído seu hospital no ano de 1861. Ainda, o Asilo de Órfãos (1855), fundado pela Maçonaria, posteriormente a Sociedade Beneficente Asilo de Mendigos de Pelotas (1885) e o Asilo São Benedito (1901), destinado às meninas pobres. Havia, inclusive, a Associação de Damas de Caridade

---

processo cujos efeitos sobre a estrutura de poder circunscreviam-se, de forma imediata, a grupos das camadas dominantes (CARDOSO, 1977, p. 245).

(1907) formada por mulheres ricas que mantinham uma casa de assistência para os miseráveis e realizavam doações nos bairros pobres de alimentos, roupas, sapatos e utensílios domésticos. Em 1875 foi fundada a Biblioteca Pública Pelotense, que em 1877 oferecia cursos noturnos com características de escola pública. Por sua vez, com o objetivo de manter o civismo e a disciplina na juventude, introduziram-se a União Gaúcha (1899) e o Ginásio Pelotense (1902), fundado pela Maçonaria, e os clubes de esporte.

Finalmente, durante o século XIX, o binômio criador-charqueada, propiciou para Pesavento (1986) a acumulação primitiva de capitais para o surgimento de industrias na zona de pecuária. Aproveitando-se dos canais de comercialização, desbravados ainda pelo charque no mercado nacional, pautando-se na matéria prima (couro, sebo, graxa, lã) fornecida pelo setor primário. Colaborando na fabricação de gêneros como velas, sabão, sabonetes, tecidos, fertilizantes, calçados entre outros artigos. Assim, Pelotas e Rio Grande concentraram o grande comércio da Província, como um atrativo para o setor da burguesia imigrante que queria investir capital e aplicar em inovações técnicas e, de fato, criando um primeiro padrão de acumulação.

No entanto, reorientações geográficas no processo produtivo do estado do Rio Grande do Sul, durante a República Velha, no período de 1890 a 1930, para Magalhães (1993), metamorfosearam uma economia eminentemente pecuarista. Baseada na exportação de seus produtos derivados em uma nova matriz fundada na policultura, direcionada ao mercado local, produzindo estagnação da região da Campanha gaúcha e expansão da região da Serra e do Planalto. Foi assim que, somente nesses 40 anos, criaram-se 20 novas sedes municipais, nenhuma delas na zona da Campanha.

Na virada para o século XX, a economia mundial experimentava os resultados das mais novas tecnologias que possibilitariam diminuir o custo da produção e, consequentemente, o preço de muitos artigos de consumo global. Pesavento (1980), sublinha que o continente europeu aumentava sua população, sendo prioritário alimentar sua classe proletária para atenuar as tensões sociais. Então, para impulsionar as estruturas pecuárias, estas nações exportaram capitais e tecnologia, como medidas de seleção e de cruzamento do gado, para regiões em que as

condições de lucratividade fossem boas[72]. Assim, o Prata tornou-se uma área ainda mais atrativa, dentro de um contexto de renovação mundial para a frigorificação da carne, em termos de sua conservação, pois ali pagavam-se os salários mais baixos na nova dinâmica da divisão do trabalho.

Tal fato, para Magalhães (1993), ficou mais evidente em função do constante declínio da economia do charque e do couro. Por exemplo, enquanto em 1861 suas exportações representavam 74,9% do total da Província, em 1890 baixavam para 54,9% e em 1927 não ultrapassavam 24,5%. Por outro lado, a produção de arroz, banha, farinha de mandioca, feijão, fumo e vinho, experimentaram um importante crescimento de 5,4% para 43,9%, ao longo do mesmo período de 66 anos. Concorreram para esta situação a Revolução Federalista de 1893, o surgimento dos frigoríficos e ainda a Primeira Grande Guerra. Assim sendo, quando o charque perdeu relevância, restou a Pelotas encontrar novas frentes econômicas, essencialmente o cultivo do arroz irrigado e de frutas de clima temperado, como o pêssego produzido nas colônias de imigrantes europeus.

Em relação à indústria, na década de 1920 assistiu-se à concentração empresarial no Rio Grande do Sul; frisa Pesavento (2014) que no período de recessão fecharam pequenas fábricas, em função das maiores. Paralelamente aquelas que se mantiveram, investiram os lucros obtidos no período da guerra, em modernização, intensificando o emprego tecnológico e aumentando seu capital. O resultado foi uma maior competição no mercado regional e nacional, tornando muito evidente a capacidade de concorrência da economia paulista, notabilizada pelo seu crescimento industrial acelerado e pela maior acumulação, distanciando-se dos demais estados, na mesma década. Compreendido quais os principais elementos relevantes para a economia local. A próxima seção se dedicará a demonstrar como nossa formação econômico-social, que teve como principal produto o charque, está fortemente imbricada com a produção socioespacial que garantiu o desenvolvimento de Pelotas. Ainda no período em que era a freguesia de São Francisco de Paula, pertencente a Rio Grande, ou nas palavras de Magalhães, que a atividade charqueadora [..] “foi o

[72] A ampliação da capacidade produtiva das fábricas colocou em pauta a necessidade de obtenção de bens de baixo preço (como o algodão para a indústria ou gêneros alimentícios para o custo de reposição da força-de-trabalho), o que veio a promover alterações na nova divisão internacional do trabalho. Segundo esta dinâmica do capitalismo em formação, exigia-se, nas áreas subordinadas de herança colonial escravista, a abolição do tráfico e a transição par ao trabalho livre. Em suma, tratava-se de realizar o processo de internalização do sistema em termos mundiais (PESAVENTO, 1986, p.11).

fator desencadeante do progresso econômico e da formação e consolidação urbanas ao longo de todo o século XIX, por sua vez responsáveis pela emergência das manifestações sociais e culturais" […] (MAGALHÃES, p. 4, 1993).

4.1.1.2 A freguesia de São Francisco de Paula (1812)

> *"[...] a vida desenrolava-se nas fainas do gado, no rodeio, na marcação. Nos intervalos ou horas de folga, o chimarrão era servido e, vez que outra, uma festa"*
>
> Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (ARRIADA, 1994, p. 42)

Como já visto, entre os séculos XVIII ao início do XIX, a atividade pastoril sulina era fundada na criação de gado extensiva com poucos peões e grandes latifúndios. Sobre o começo da freguesia, que deu origem à cidade, de acordo com Gutierrez (2002), sua finalidade era ser um centro comercial e de serviços de apoio a produção do charque e das atividades que dele se desenvolvessem, assim como a população que vivia em sua sede e arredores. Assim, instalaram-se casas de moradia, aluguel, hospedagem, divertimento, comércio, consertos, manufaturas, saúde, educação, cultura, entre outros; para satisfazer charqueadores, estancieiros, peões e a população urbana em formação, ficando nítido que a freguesia surgiu para atender as charqueadas.

Acerca da vida na recém surgida freguesia de São Francisco de Paula, conforme relatos do escritor João Simões Lopes, sabe-se que famílias se arrancharam em lugares mais afastados das regiões ribeirinhas. Neste povoamento, que cresceu rapidamente, encontravam-se casas de tijolos cobertas de palha, outras feitas em pau a pique rebocadas de barro e ranchos feitos de torrão e palha. Seus quintais eram divididos por taipas e cercas feitas de vara, nos lotes haviam hortaliças, poucas flores e alguns caminhos abertos por pedestres. Nos córregos crescia o agrião, ouviam-se os cacarejos de animais domesticados, criados livremente, as roupas eram estendidas nos gramados, moças e matronas fiavam e cosiam. Escravos vinham das cacimbas e sujeitos campeiros montavam cavalos e nos campos, de acordo com Arriada (1994), predominavam as diversas estâncias localizadas nas margens dos arroios Pelotas, Santa Bárbara e Moreira e várzeas do São Gonçalo, enquanto os ranchos nos terrenos devolutos ou apossados e as vendas nos passos.

Esta situação só começou a modificar-se com a instalação das primeiras fábricas de salgamento. Os dados do então proprietário da charqueada São João, Antônio José Gonçalves Chaves, demonstram a coincidência entre o surgimento da freguesia de São Francisco de Paula em 1812 e o desenvolvimento da urbanização, no ápice da exportação do charque, entre os anos de 1811 e 1816. O aumento de demanda pelo charque encontra no crescente emprego de mão de obra escrava sua solução. Assim, no ano de 1814, dois anos após elevação à condição de freguesia, entre sua população de 2.275 indivíduos, 226 eram cativos. Ao chegar a terceira década do século XIX[73], tal condição inverte-se, passando a população negra a superioridade numérica. Esta stituação causava preocupação à Câmara municipal, visivelmente expressas nos Códigos de Postura que, representando os interesses do núcleo do poder, nomeava capitães do mato para proteger fazendeiros dos prejuízos causados pelas fugas aos quilombos ou por revoltas.

Sobre a formação do inicial núcleo urbano Soares (2000) argumenta que em virtude da importância das charqueadas para a economia, era conveniente que a população estivesse próxima, mantendo o controle sobre a produção e suficientemente afastada de problemas causados pela insalubridade destas atividades. Então, solucionadas as divergências do lugar onde deveria ser erigida a pequena capela[74], que marcaria o início da freguesia, elegeu-se um local alto, seco, longe das áreas alagáveis, dos problemas de saúde (o mau cheiro, moscas), afastado das charqueadas e do gado bravio, dos “incômodos da população escrava”, mas próximo do canal de São Gonçalo. Desta maneira, em 1813 o rico proprietário de terras, capitão Antônio dos Anjos, construiu em suas terras, adquiridas sete anos antes, uma capela com a intenção de comercializar seus terrenos ao redor.

Neste sítio, onde se encontra a Catedral e a Praça José Bonifácio, no primeiro loteamento, se edificaram, de acordo com Arriada (1994), as preambulares casas ao redor da capela, surgindo os primeiros esboços de ruas e as normas de convívio de um mundo quase urbano. Vale destacar que as cidades “gaúchas” do século XIX eram fundadas por quatro razões: defesa, colonização, redução e capela. Sendo este

---

[73] Em 1832 a então Freguesia de São Francisco de Paula é elevada à condição de Vila e por Lei de 27 de junho de 1835 à situação de cidade, denominada de Pelotas (ARRIADA, 1994).

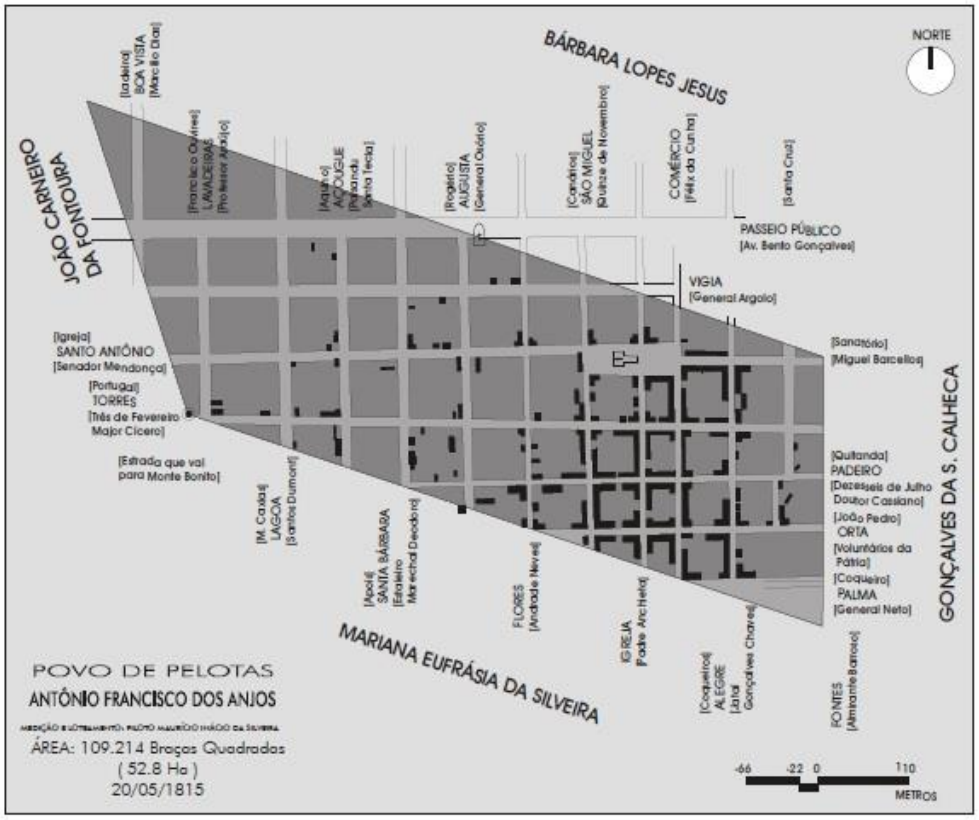
[74] A capela fora construída por ordem de Padre Felício da Costa em terrenos de Antônio Francisco dos Anjos. Assim, o primeiro arruamento de Pelotas origina-se de sobras da sesmaria do Monte Bonito (ARRIADA, 1994).

município, considerado como o último caso, originado por iniciativa de particulares em áreas de sesmarias doadas para Igreja para instalar a capela. Enquanto também disponibilizava lotes para o comércio, impulsionando a formação de seu núcleo. A planta da freguesia, finalizada em maio de 1815, demarcou as ruas e a praça da capela, estabelecendo a ordenação necessária ao nascente centro urbano, conforme a figura 69.

A definição do traçado reticulado ou em “xadrez” do núcleo, por questões práticas (simplicidade e facilidade de fracionamento do solo), acompanhou uma tradição já implantada nas novas cidades fundadas nas Américas, espanhola e portuguesa, desde o período denominado de “Pombalino”. Segundo Soares (2002), a cidade era delimitada ao norte por uma larga rua projetada, mas não ocupada, denominada de rua do Passeio, onde se construiu o primeiro cemitério da cidade relocado, posteriormente, para o terreno da Igreja. Os limites a oeste e a leste eram respectivamente demarcados pelo arroio Santa Bárbara (rua Boa vista) e rua das Fontes que fornecia parte da água a população. O limite sul era rua da Palma.

O número de edificações existentes, de acordo com a planta de 1815, totalizava 107, mais concentradas nas ruas em volta da Igreja, nas ruas Santo Antonio (17 edifícios), Alegre (17 edifícios), São Miguel (13 edifícios) e das Flores (14 edifícios). Consta que nas outras ruas se encontravam ranchos destinados ao cultivo de alimentos, como a própria toponímia denunciava, pela rua da Horta e das Lavadeiras. Até o ano de 1832 Pelotas permaneceu na condição de freguesia da cidade de Rio Grande, dependendo administrativamente desta última, situação que não ajudaria na construção de edifícios públicos muito importantes. São deste período a capela da Luz (1824), ao norte da cidade, e a Igreja matriz (1826) no mesmo local da antiga capela que originou a freguesia. Até o ano de 1822 a cidade contava com 217 edifícios, destes 37 eram dedicadas às atividades do comércio. Um fator que corrobora sua importância econômica e demográfica, em vista que sua população urbana já atingia em torno de 1.700 habitantes.

Figura 69 – Planta de 1815 do primeiro loteamento de Pelotas



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 167.

Em 1829, três anos antes da elevação da freguesia à categoria de vila, a importante proprietária de terras, Dona Mariana Eufrasia da Silveira, cujos terrenos foram concessão do governador da província, no ano de 1813, disponibilizou-os à servidão do povo de Pelotas e ao provável local de uma nova capela. Assim, tornou acessíveis as terras situadas ao sul do núcleo inicial, para a ampliação, até as margens do Canal São Gonçalo. Isso, se configurou como o primeiro processo de ampliação da cidade. Portanto, o sucesso econômico da produção charqueadora colaborou para o ciclo de crescimento de sua população, levando-a, em duas décadas, à ascensão da então freguesia, à condição de vila de São Francisco de Paula, como se verá na próxima seção.

4.1.1.3 A elevação à condição de vila (1832)

> *"[...] ruas eram traçadas; medidas eram tomadas para resguardar os Logradouros Públicos; normas de conduta eram cristalizadas nas Posturas, por ação e determinação das Câmaras Municipais, era o público invadindo o privado"*
>
> Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (ARRIADA, 1994, p.144).

Como mencionado, as terras de Dona Mariana eram limitadas pelo núcleo primitivo da cidade pelas terras de Antônio dos Anjos, entre o Arroio Santa Bárbara e o São Gonçalo. De acordo com Soares (2002), por autorização do governo seus terrenos foram divididos em diversas parcelas a todos que desejassem construir habitações. Ao todo foram doadas 314,7 ha, uma área seis vezes maior do que a cidade possuía na época.

Destaca Arriada (1994) que naquele momento a conjuntura era favorável à economia do charque pelotense, o mercado nacional se expandia, a produção do *tasajo* platino enfrentava dificuldade, devido às lutas por independência e a capitania de São Pedro gozava de crescimento econômico; assim sendo: "[...] grande parte desses lucros eram aplicados na região, levando inclusive que antigos comerciantes e charqueadores de Rio Grande transferissem seus negócios para a região de Pelotas" (ARRIADA, 1994, p. 144). Ainda para o autor, conforme se desenvolveu o sítio urbano com a instalação de órgão administrativos, a vida aos poucos assumiu contornos mais urbanos, conspirando para isto a demarcação do perímetro urbano, a cobrança da décima predial e a construção de obras públicas.

Deve se levar em conta que numa sociedade escravista como a do Brasil, do início do século XIX, a aquisição das grandes parcelas de terra pelas elites decorria dos decretos dos governadores provinciais. Uma situação que perdurou até o ano de1850 com a promulgação da Lei de Terras. Para Soares (2002), esta lei marca a efetivação do mercado de terras no país, excluindo os que não podiam pagar. A medição deste segundo loteamento ocorreu em 1832 e a nova planta foi aprovada pela Câmara Municipal em 19 de junho de 1834.

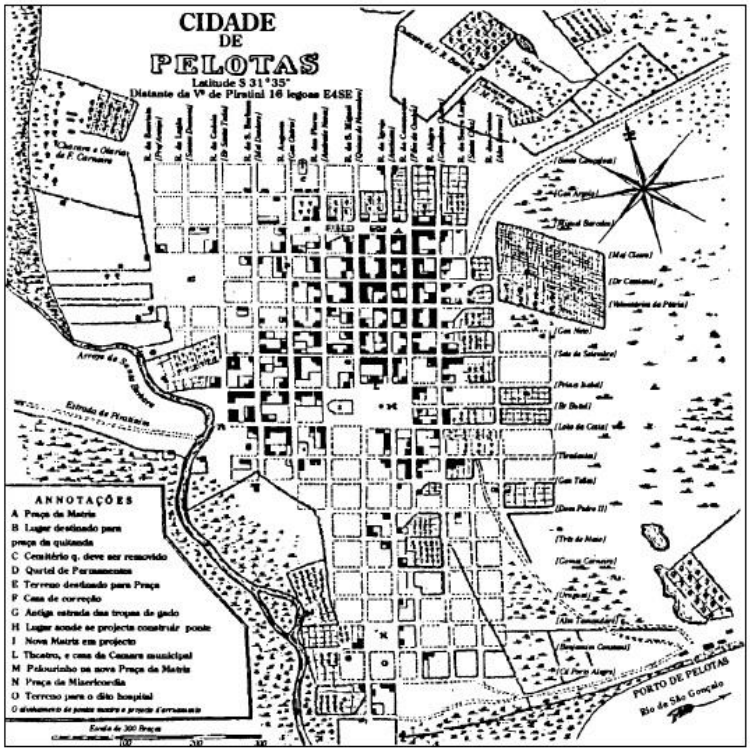
A autonomia política impulsionou o progresso urbano pela construção de prédios públicos, fato atrelado a Constituição Imperial de 1824, determinando que o governo local era de responsabilidade das Câmaras Municipais, tendo como seus integrantes os "homens bons" (ricos, poderosos e livres). Assim, exerciam um papel

central referente as decisões de ordem urbanística, e, aqui, não foi diferente. Ao determinarem que na ampliação da cidade se mantivesse o traçado em “xadrez”, predominando a quadrícula sobre os retângulos, numa clara diferenciação do traçado irregular de ruas estreitas comuns às cidades coloniais portuguesas. O traçado reticulado prevaleceu no Rio Grande do Sul, a exceção ocorreu no primeiro núcleo urbano do estado, na cidade de São Pedro de Rio Grande, implantada em 1737.

Ainda, segundo o autor, as novas ruas projetadas eram mais extensas que as do primeiro loteamento, fazendo a cidade experimentar sua expansão no sentido do eixo norte-sul, com 23 ruas transversais e 12 longitudinais (principais), totalizando 142 quadras, sendo que destas 40 restavam desocupadas. A mesma planta indica ainda a existência de uma grande quantidade de ranchos, cultivos e hortas nas imediações da área urbana e no interior do perímetro projetado. Sugerindo a permanência de práticas e hábitos rurais, apesar da flagrante intenção de adentrar no mundo social urbano. Práticas rurais, sem dúvida, mal vistas pela Câmara Municipal, que a enfrentava, desde a publicação de suas primeiras ordenanças, configurando um contexto de imposição paulatina, por parte da legislação urbana, desenvolvida pela elite local.

Segundo a planta da vila, no ano de 1832, haviam 544 imóveis e construções, aumentando no ano subsequente para 623 e o crescimento se deu pelo dinamismo do comércio, serviço, administração e política, o que acabou atraindo tanto os que viviam nas charqueadas, as populações vizinhas e até mesmo as mais distantes, as casas de comércio atingiam quase 1/3 do total, denotando sua relevância para a economia regional como centro de negócios e o capital comercial migrava para a cidade.

Figura 70 – Planta de 1835 da cidade de Pelotas



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 169.

No ano de 1833, na vila de São Francisco de Paula, habitavam 10.873 almas, administrativamente o município se dividia em três freguesias: São Francisco de Paula, que abrangia o 1º e o 2º distrito, Pelotas que correspondia ao 3º distrito, o mais populoso, contando com 2.992 habitantes e o 4º e 5º distritos, relativos às freguesias do Boqueirão e da Buena; denotando para Arriada (1994) que a transição do rural para o urbano em Pelotas tem relação com o desenvolvimento de um aparato administrativo e normativo, à exemplo dos Códigos de Postura de 1829 e seu subsequente de 1834[75], que de acordo com suas palavras pode ser verificado: "[...] por uma análise dessas primeiras posturas, observamos perfeitamente o lento declínio do modo de vida rural, para o disciplinado e rígido mundo urbano" (ARRIADA, 1994, p.121). Por exemplo, o código de 1829 estabelece:

> Em seu artigo 48º I, por exemplo, os Juízes de Paz deveriam estipular nos seus respectivos distritos a quantidade de animais daninhos, como caturritas, maracanas, bem-te-vis, tico-ticos, cobras venenosas, porcos do mato,

[75] Elaborado ainda na antiga Vila de São Francisco de Paula após a instalação da Câmara Municipal. Anteriormente se utilizavam as ordenanças da cidade de Rio Grande da qual Pelotas respondia administrativamente. Eram elas que regravam as ações permitidas ou vetadas nos espaços públicos e privados (SOARES, 2002).

> capivaras e cães chimarrões que cada morador deveria destruir por ano (ARRIADA, 1994, p.111).

De acordo com o referido autor, o caráter impositivo do código de 1829 sobre costumes do modo de vida rural é expresso da seguinte forma:

> No seu capítulo VII percebemos o mundo rural sendo cerceado. São criadas normas urbanísticas, mesmo que incipientes, elas passam a vigorar e impor limitações à vida rural. Expressões como: “ninguém terá”, “não poderão andar”, “ninguém botará”, “nem consentirá”, e “é proibido” coíbem claramente um modo de vida, no caso rural, em função de outro mundo que nasce, o urbano (ARRIADA, 1994, p.111-112).

Também, sobre o código de 1834, ressalta seu modo eminentemente voltado ao desenvolvimento do urbano:

> Em seus artigos estabelece diversas penas, em geral pecuniárias, entre muitas, temos: ter dentro dos limites urbanos terrenos pantanosos e não esgotar, matar ou esquartejar reses sem ser nos locais destinados; vender ou mandar vender carne verde, sem ser em casa aberta; fazer escavações ou buracos nas ruas ou praças (ARRIADA, 1994, p.112).

Se o processo de urbanização esteve intimamente ligado ao rural, aos poucos este se encaminha a algo de rurbano. Um outro mundo nascia, mais urbano cercado por seus valores, no qual o autor demonstra sua convicção de que o processo de urbanização, iniciado no período de elevação de Pelotas à condição de cidade, no ano de 1835, haveria calado de vez o mundo rural o findando e, assim, decreta: “[...] dentro da cidade os novos valores daqui para frente sempre serão urbanos”, (ARRIADA, 1994, p. 145).

4.1.1.4 A cidade de Pelotas (1835)

> *“De fato, é Pelotas a cidade predileta do que eu chamarei a aristocracia rio-grandense […]. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha vem gozar as onças e os patacões que ajuntou em tal mister”*
>
> Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890) (MAGALHÃES, 1993, p.61)

Para se vislumbrar a condição de riqueza e de prosperidade, alcançada por Pelotas; abre-se esta seção com a impressão do príncipe Gastão d’Orleans, o Conde d’Eu, marido de Princesa Isabel, em sua estadia, no ano de 1865, em que permaneceu por nove dias nesta cidade. Segundo Magalhães (1993), o episódio remete ao encerramento da Revolução Farroupilha, período de acertos entre a Província e o

governo central que permitiram o crescimento econômico e político em toda região, conferindo participação ativa nas decisões do Império, desencadeando um ciclo virtuoso no comércio, na pecuária, na indústria e na vida urbana da Província de São Pedro, da segunda metade do século XIX.

Portanto, os 30 anos, entre 1860 e 1890, foram especiais para a cidade já que neles se desenvolveu seu apogeu sociocultural, pelas boas condições econômicas e urbanas, sendo deste período a conhecida arquitetura de estilo neorrenascentista, o traçado urbanístico ortogonal e o crescimento demográfico relevante. O que equiparou esta cidade com importantes metrópoles brasileiras, em um cenário de sua *Belle Époque,* ainda no *Fin-de-siècle,* por seu teatro[76] (o quarto teatro brasileiro, em ordem cronológica), festas, espetáculos, música, educação, imprensa, literatura, entre outras manifestações artísticas e culturais.

Ultrapassados 23 anos da elevação para município, no ano de 1858, projeta-se a expansão da cidade na direção norte do primeiro loteamento. De acordo com Soares (2002), contemplaram-se cinco novas ruas transversais e ampliaram-se nove ruas principais, acrescentando ao perímetro urbano quase 100 hectares, distribuídos por 35 quadras, aproximando a cidade dos terrenos do Logradouro Público da Tablada. A abertura do novo bairro, em terrenos mais elevados ao norte do Passeio Público, concretizou a vontade que estava presente desde que se construiu a capela da Luz, nas terras de Vieira Braga no ano 1824. O bairro da Luz consolidou definitivamente o traçado reticulado e a cidade abrangia cerca de 467 hectares Todavia, apesar de projetada no interior do tecido urbano, muitas residências ainda apresentavam traços rurais por seu tipo de uso. Em 1856, foi construído o cemitério da Misericórdia, afastado do centro da cidade, no subúrbio conhecido como Fragata, em decorrência da epidemia de cólera, do ano anterior.[77]

---

[76] O teatro Sete de abril (1831), foi precedido apenas pelos teatros São João, na Bahia (1806), São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro (1813) e União, em São Luís do Maranhão (1815) (MAGALHÃES, 1993).

[77] De acordo com Borba (2021), no ano de 1855 também foi construído às pressas o cemitério Santo Antônio da Boa Vista, próximo ao Colégio Agrícola, em terras doadas por João Querino Vinhas (junto da Capela) por ordem da comissão de higiene da Costa. Neste cemitério, entre 1855 e 1859 foram sepultados 213 corpos, sendo 161 homens e destes, 133 eram cativos, totalizando mais de 75% destas vítimas. Por sua vez, o cemitério São Lucas trata-se da parte mais recente do antigo Santo Antônio da Boa Vista, ambos localizados no mesmo endereço, em um único terreno localizado no entroncamento da estrada da Boa Vista/ Av. Leopoldo Brod com a Av. Eng. Idelfonso Simões Lopes.

A expansão seguinte ocorreu no ano de 1870, pela ocupação de terrenos baixos de propriedade da municipalidade, oriundos de parte dos terrenos doados por Dona Mariana na direção leste. Terras que ainda não haviam sido incorporadas ao tecido urbano, justamente, por sua condição baixa em relação ao nível do canal São Gonçalo. Concomitantemente, foi realizada a abertura da barra, deste mesmo canal, (1869-1875), colaborando na utilização efetiva do porto da cidade e eliminando os vazios entre esta região e o núcleo urbano.

O parcelamento de terrenos úmidos e inundáveis enfatiza o crescimento populacional de famílias com menor poder aquisitivo que vieram a ocupar o chamado bairro da Várzea. O projeto manteve o traçado em retícula e a previsão de quatro ruas novas, no sentido longitudinal, além da ampliação de outras quatorze até o núcleo central, resultando em sessenta novas quadras. Segundo o censo de 1872 a cidade possuía 18.000 habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 500 hectares, o que representava uma densidade média de 36 habitantes por hectare.

Em 1877, o número de construções era de 2.681, sendo 117 com mais de um pavimento, constituindo uma época de melhorias urbanísticas. Uma das áreas da cidade que mais se beneficiou fora a nova praça principal, nomeada de Praça da Regeneração. No seu entorno encontravam-se a Câmara Municipal, a Biblioteca Pública, o Teatro Sete de Abril, o Mercado Público e os palacetes das famílias mais poderosas da cidade, os charqueadores e os donos de terra. Produziu-se o centro aristocrático, dotando-o de um núcleo monumental, com edifícios e construções, simbolicamente importantes, refletindo o poder político, econômico e intelectual, desta parcela dominante da elite local.

Nesse panorama, para o autor, a cidade transformou-se de um núcleo com funções políticas para uma cidade maior, com atividades comerciais. Ao cabo, o capital acumulado pelas atividades econômicas, no fim do século XIX, juntamente de mudanças econômicas e sociais no Brasil – abolição da escravatura e proclamação da república - promoveram novas dinâmicas à atividade econômica e sua passagem para um centro industrial. Neste período, superava-se uma etapa do rural sobre o urbano, configurando uma centralidade e diversos mercados: o mercado em si, o mercado do solo e o mercado da força de trabalho.

A renovação capitalista rio-grandense, do final do século XIX, se desenvolveu, a partir do complexo colonial imigrante e não mais da pecuária tradicional. Para Pesavento (1990), no Rio Grande do Sul não houve uma atividade agrária de

conotação capitalista que precedesse ou servisse de base para a formação de uma organização urbano-industrial. Foi necessário a inversão de capitais da comercialização de produtos coloniais ou das reservas de alguns poucos “burgueses imigrantes”, advindos da Europa e com um certo capital para ser investido, mesmo no contexto de cidades como Rio Grande e Pelotas, integradas ao complexo da pecuária tradicional.

Neste sentido, percebe-se como a crise no setor da tradicional economia pecuarista e do charque no estado, originadas das necessidades de implantação do modo de produção capitalista neste continente (etapa de expansão do capitalismo), resultaram na substituição da mão de obra cativa no país. Pela vinda de imigrantes europeus, alemães, pomeranos, franceses, italianos, poloneses, irlandeses, ingleses e outros, fundando as colônias, da atual zona rural municipal, ou trabalhando em regime de parceria, com grandes latifundiários aqui já estabelecidos.

Para compreender melhor esse processo, a pesquisa examinará o caso da fundação da colônia Rheingantz, no ano de 1858. Empreendimento do imigrante e comerciante Jacob Rheingantz que auferiu grandes vantagens econômicas, possibilitando a inversão de parte do capital acumulado na fábrica Rheigantz (1870), a primeira indústria de tecido de lã do país. Trata-se do caso emblemático de uma família de imigrantes que diversificou seus capitais, investindo em colônias, na industrialização e em propriedades de terras urbanas e rurais, entre outros negócios. Estabelecendo-se como um dos mais importantes grupos empresariais, de origem alemã do sul do Rio Grande do Sul, durante um período em que a cidade e o país ambicionavam modernizar-se.

4.2 A modernidade desejada: da colônia à industrialização

> *“Em particular, pertence o próximo século na Província do Rio Grande do Sul talvez todo seu futuro aos honrados, probos e vigorosos lavradores imigrados da Alemanha”*
>
> Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890) (MAGALHÃES, 1993, p.61).

Neste ponto, inaugura-se uma nova etapa no processo de acumulação capitalista, através de sua modernização. Essencialmente, pela remodelação da mão de obra escrava pela de imigrantes. O excerto supracitado, de autoria do médico

alemão Roberto Avé-Lallemant, representa muito bem este ideário, evidenciando, em seu acentuado germanismo, a noção de superioridade das colônias de seus patrícios, em cidades como Petrópolis, Blumenau e São Leopoldo. Em Pelotas, nesse período, segundo Magalhães (1993), o contingente de alemães restringia-se há alguns poucos comerciantes, sendo praticamente inexistentes as colônias de estrangeiros.

Primeiramente, faz-se indispensável contextualizar as condições que possibilitaram a vinda de imigrantes do continente europeu, sobretudo, da Alemanha e da Itália para o Brasil. É notório que a Europa experimentou um período de transição da estrutura feudal para capitalista, pela substituição das propriedades comunais pela propriedade privada, resultado do cercamento dos campos e da expulsão dos habitantes rurais. O que deflagrou a expansão das cidades e o surto industrial, alicerçado em alta exploração em decorrência do pagamento de baixos salários. Durante o século XIX, de acordo com Iepsen (2008), a Alemanha passou por um grande crescimento urbano e industrial, fazendo com que sua população rural, entre os anos de 1820 a 1910, diminuísse vertiginosamente de 80% para 18%.[78]

Sendo assim, para o autor, urgia aos imigrantes europeus arriscarem-se em outras nações, por efeito das turbulentas modificações econômicas que implicaram em explosão demográfica, falta de terras a serem havidas por herança, devastações, cargas tributárias elevadas, más colheitas, alto preço da terra, saturação regional em certos ramos de atividade e queda dos preços dos produtos agrários. Dessa maneira, a América, o “Novo Mundo”, representava uma expectativa de maiores oportunidades financeiras. As contingências advindas das revoluções técnicas e sociais que possibilitaram o desenvolvimento capitalista e suas implicações para a manutenção da vida dos trabalhadores em seus países de origem resultaram:

> A presença de uma massa populacional excedente em termos de ocupação vinha, de uma forma ou de outra, ameaçar a instabilidade interna das nações. Dessa maneira, o envio dessa massa imigrante para os chamados “países novos” tornou-se um negócio vantajoso, ainda mais que se descortinavam perspectiva de retorno de capitais, pela formulação de núcleos nacionais no exterior que se vinculariam por laços comerciais à pátria de origem (PESAVENTO, 2014, p.44).

[78] Dos 1.377.269 emigrantes alemães entre 1846 e 1859, apenas 13.862 (1%) se dirigiram ao Brasil e, dos 820.000 emigrantes entre 1860 a 1870, 16.740 (2%) para cá vieram. O restante optou pelos Estados Unidos da América porque aquele país era duas vezes mais próximo. Consequentemente, uma rota mais econômica. Outras desvantagens incluíam a existência de latifúndios com trabalho escravo, hostis à colonização. Além disso, em algumas regiões o clima era insuportável, com epidemias tropicais, restrições religiosas e condições legais de insegurança para o imigrante (HAMMES, 2010b).

Pesavam à vinda dos imigrantes alemães, segundo Pesavento (2014), interesses aparentemente relativos à necessidade de colonização de áreas virgens, de neutralizar o poder oligárquico regional e a perspectiva de diversificação das atividades produtoras. Sendo, que neste último caso, o objetivo era promover o abastecimento interno do país e amenizar o desequilíbrio da balança comercial, causado pela importação de alimentos. Por sua vez, entre os motivos da chegada dos imigrantes italianos, a partir de 1875, este decorreria de dois fatores fundamentais: o abastecimento do mercado interno brasileiro, gerado pelo complexo cafeeiro, e a formação no Sul de novos núcleos coloniais que servissem de atração para mais estrangeiros ao país. Em muitos casos, uma vez chegados, acreditando tornarem-se pequenos proprietários no Brasil, eram desviados para trabalhos nas fazendas de café em São Paulo. Somente entre as décadas de 1840 e 1870, surgiu uma agricultura comercial de gêneros de subsistência para a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Por sua vez, de 1870 em diante, a agricultura colonial de origem alemã, já exportava para o centro do país, abastecendo o mercado interno gerado pelo café. Embora esse desenvolvimento produtivo não tenha beneficiado diretamente o pequeno proprietário, pois o comerciante era quem realmente acumulava capital, através do abastecimento do mercado interno.

O comércio desenvolvia-se em diferentes etapas. Iniciava com a abertura da “picada” na mata, onde se delimitavam os lotes agrícolas até a venda rural, situadas nos entroncamentos. Dali, seus produtos seguiam até a casa comercial deste núcleo, neste caso, São Leopoldo e após até o centro do país ou para as cidades de Buenos Aires ou Hamburgo. Dessa forma, segundo a autora, o comerciante alemão obteve proeminência no mundo das colônias, já que lucrava com a diferença obtida com o comércio na cidade dos produtos da colônia, com o transporte das mercadorias e, ainda, com as operações financeiras de empréstimo e guarda de dinheiro, oportunizando capital de giro para reinvestir.

Em Porto Alegre, observou-se uma elevação destes comerciantes em termos de acumulação do capital, com a venda rural até a constituição de grandes casas de comércio de importação e exportação, produzindo duas importantes alterações: com a importação de produtos do exterior o artesanato de base familiar sofreu um desestimulo no interior das colônias, criando as condições de acumulação do capital, o que possibilitou o início da industrialização. Entretanto, no período anterior à década de 1880, o surgimento da indústria se concentrou, preferencialmente, em Rio Grande

e Pelotas, mirando mais o mercado nacional do que as necessidades locais. Portanto, o comerciante enriquecido procurou diversificar suas atividades, não somente na indústria, também investindo em empresas de navegação, bancos, companhias de seguros, loteamentos, hotéis e etc.

Nos locais em que o poder regional era dos latifundiários pecuaristas, as possibilidades de atuação política dos imigrantes eram praticamente nulas, somente a elite cultural alemã obteve destaque. Foi a partir da Lei Saraiva de 1881, que se instituiu o direito ao voto aos acatólicos e aos estrangeiros naturalizados. Assim, os sujeitos enriquecidos da colônia alemã faziam a intermediação entre a massa dos pequenos proprietários com a oligarquia pecuarista em troca do apoio político, garantindo alguns benefícios aos imigrantes. No conjunto deste processo, o advento da imigração estrangeira para o Rio Grande do Sul dirimiu a relativa estagnação em que se encontrava a pecuária sulina, realizando o progressivo crescimento das exportações dos produtos coloniais, contribuindo para que na virada do século o sul fosse conhecido como o “celeiro do país”.

O ano de 1824 demarca o início da colonização germânica no Rio Grande do Sul, grande parte delas ao cargo do governo imperial[79]. Por sua vez, o marco regional da colonização, foi o ano de 1849, data de fundação da Associação Auxiliadora da Colonização que, de acordo com Cerqueira (2010), empregou capital de empresários da região com o objetivo de criar colônias em Pelotas. As primeiras, Dom Pedro II (1849), Nova Cambridge (1850) - formadas por imigrantes ingleses advindos do País de Gales - e a colônia do Monte Bonito (1850) de irlandeses e alemães prussianos, em seguida da promulgação da Lei de Terras. Vale mencionar ainda a primeira colônia imperial da região denominada de Colônia Maciel (1883), de etnia italiana, e a colônia municipal Santo Antônio (1880), de imigrantes franceses, único caso de administração pela Câmara Municipal[80]. O processo de imigração da Serra dos Tapes é ilustrado pela figura 71[81] e abrange os atuais municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu,

---

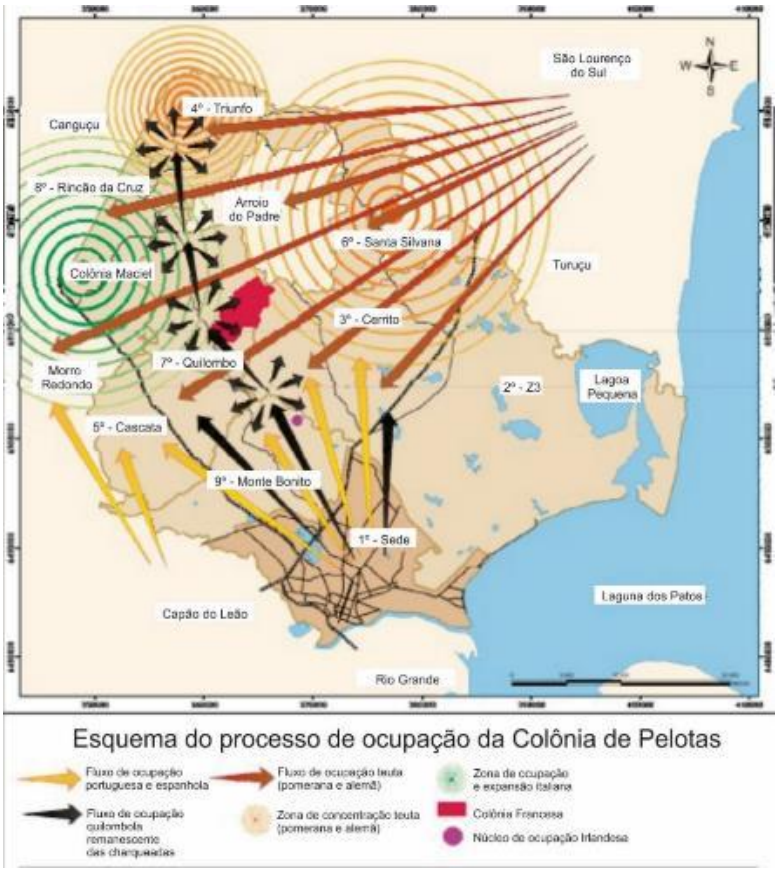
[79] Entre os imigrantes germânicos do século XIX, estudo de Willens (1940) constata que existiam basicamente três grupos principais: os pequenos proprietários do sul, os proletários rurais do leste e os intelectuais de todos os Estados alemães.

[80] Evidencia Rosa (1985) que está chegada de imigrantes alemães à Serra dos Tapes, entre os anos de 1881 a 1893, incita um processo de grandes derrubadas de matas pela excelente qualidade do solo ao desenvolvimento de atividades agrícolas. Prática que ainda permanece, fazendo com que as matas sejam encontradas apenas nos locais mais acidentados como nos topos de morros.

[81] Segundo Silva (2009), o presente esquema tem base em estudos bibliográficos e de campo. Constitui um esforço de espacialização das diferentes etnias que originalmente participaram da ocupação da

Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo. Em Pelotas, no ano de 1887, uma “Sociedade Mercantil” oferecia-se para introduzir na campanha colonos agricultores vindos da Europa, que propiciariam enorme riqueza agrícola ao solo, substituindo o elemento escravo. Segundo Pesavento (1986), indicavam aos fazendeiros interessados que a melhor forma de empregar os colonos era a da parceria, enfatizando dois aspectos: uma alternativa para o uso da terra de atividades agrícolas no latifúndio pecuarista e que o regime de parceria proporcionaria não somente um aproveitamento mais eficaz e regular do solo, mas possibilitaria a obtenção de uma renda fundiária extra ao proprietário da terra.

Figura 71 – Mapa esquemático de ocupação da zona da colônia de Pelotas



Fonte: Base vetorial PMP/ 2006. Elaborado por Rafael Arnoni/ Hectare, 2009 (SILVA, 2009, p. 127).

Segundo Cerqueira (2010), pode-se dizer que o grande impulso para a colonização da região veio da fundação da Colônia Rheingantz, no ano de 1858. Iepsen (2008) atesta que a colonização germânica na Serra dos Tapes teve avanço

chamada Colônia de Pelotas. Embora existam registro de um amplo espectro de etnias que constituíram está ocupação, o critério utilizado para esta síntese foi a preponderância das etnias presentes no final do séc. XIX, nos diferentes distritos. Por estes fatores, e da mesma forma também, os fluxos e zonas esquematizados devem ser considerados com parcimônia (SILVA, 2009, p. 127).

significativo na sociedade estabelecida entre o imigrante alemão Jacob Rheingantz, nascido em Sponheim na Prússia Renana[82] (estado alemão), de carreira ascendente no comércio de Pelotas e Rio Grande e o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães.[83] Em 30 de outubro de 1855, o vereador pelotense Domingos José de Almeida, respondia a Jacob Rheingantz sobre um grande terreno devoluto com capacidade de assentar quinhentas famílias e com fácil acesso à Lagoa dos Patos. Em localidade propícia para instalação de uma colônia agrícola e com amplo apoio do Presidente da província e do próprio Domingos de Almeida, fazendo deste, para Bosenbecker (2017), um empreendimento alicerçado em três tipos de alianças: a da própria família Rheingantz que administrava a colônia; a segunda, com políticos e estancieiros locais, como garantia da posse ou compra de terras na região; e por fim, com imigrantes alemães com interesses comerciais em Rio Grande. Sendo assim, Jacob Rheingantz e seu sócio, o estancieiro Cel. José Antônio de Oliveira Guimarães, (apadrinhado político de Domingos de Almeida), em 18 de janeiro de 1858, comprometem-se com o governo imperial em medir e povoar as terras devolutas, adquiridas por ele dois anos antes, com agricultores germânicos, suíços ou belgas. A colônia se desenvolveria em terras pertencentes ao 4º distrito de Pelotas em um local denominado de Boqueirão.

No ano de 1857, de acordo com Oswald (2014), o navio holandês *Twee Vrienden* (Dois amigos) deixou Hamburgo com 88 colonos a bordo, chegando em Rio Grande em janeiro de 1858, os imigrantes estabeleceram-se em terras nas picadas do Moinho e Quevedos e os registros de imigração da época indicam origens da Pomerânia, Hannover, Prússia, Hamburgo, Holstein, Kreutzmannshagen e Lübek. Suas profissões eram as mais diversas, desde serralheiro, encanador, fazendeiro, sapateiro, pintor alfaiate, padeiro, operário, carpinteiro, agricultor, lavrador, ferreiro e técnico, não havendo professores nem pastores.

---

[82] Como Renanos originalmente eram conhecidos aqueles habitantes da região próxima ao Rio Reno, mais especificamente os do *Rheinland* (Terra do Reno ou da Renânia). No século XIX fazia parte do grande estado que praticamente mantinha a hegemonia sobre os demais, a Prússia (HAMMES, 2010b).

[83] Jacob Rheinghantz nascera na Renânia, de uma família que atuava numa rede de hotelaria, ainda na Alemanha estudou comércio e na vinda para o Brasil inicialmente conseguiu colocação na firma de navegação Ziegebein que fazia a linha Rio Grande-Pelotas de transporte de carga e passageiros. Tornou-se agente da firma em Pelotas e ao se casar com a enteada do dono da empresa, em 1848, foi admitido como sócio (PESAVENTO, 1986).

Jacob Rheingantz, então um pequeno empresário do comércio, resolveu investir em um negócio rentável, lucrando duas vezes, primeiramente por imigrante chegado e depois com a comercialização das terras,[84] de acordo com Iepsen (2008) os colonos sentiram-se explorados e demonstraram sinais de descontentamento com a conduta da casa Guilherme Hühn & Cia., contratada por Rheingantz para o transporte dos imigrantes. Para Oswald (2014) a colonização resultou em tremendas dificuldades aos imigrantes, devido à falta de subvenção estatal para escolas, igrejas e a carestia de moradias, estradas, pontes, transporte e ainda dificuldades para com a língua portuguesa, segundo Maltzahn (2010), tais condições de penúria e de adversidades podem ter sido fatores significativos para o valor conferido ao trabalho e à família por estes imigrantes.

Por sua vez, a fundação da fábrica Rheingantz coincide com o contexto conhecido por *Encilhamento* (1889-1894). Notabilizado por provocar um verdadeiro surto industrial no Rio Grande do Sul e no país. De tal modo que, segundo Ferrareto (2012), linhas de crédito e acesso à financiamentos, propiciados por mudanças na legislação, impulsionaram a constituição de sociedades anônimas, oportunizando a própria Rheinghantz alterar sua razão social para se capitalizar. Assim, as cidades de Pelotas e de Rio Grande se distinguiram como o primeiro polo industrial rio-grandense. Uma vez que Rio Grande detinha o único porto marítimo do estado, grande parte da produção de couro, lã, charque, trigo, arroz e outros produtos agrícolas do sul escoavam para as regiões centrais do país. Transformando sua antiga função militar em atividade mercantil.

O primogênito de Jacob Rheingantz, Carlos Guilherme Rheinghantz, funda em Rio Grande no ano de 1870 - com a renda do pai, de seu sogro e de um sócio inglês - sua fábrica têxtil, pioneira no ramo de tecidos de lã no país (IEPSEN, 2008). Desta feita, a família Rheingantz converteu-se em um dos maiores e mais importantes grupos empreendedores de origem alemã do sul do Rio Grande do Sul, ainda no século XIX, investindo nos ramos de casa de comércio, colônia agrícola, fábrica de chapéus, lã, algodão e aniagem, de acordo com Bosenbecker (2017). A Companhia

[84] O governo imperial pagava a Rheinghantz 2 £ por cada imigrante trazido, enquanto que este fornecia a passagem da Alemanha, suprimentos para o primeiro ano e vendia os lotes aos colonos que pagavam a prestação. Nos 73 lotes se cultivavam cereais e legumes que eram vendidos para os mercados de Pelotas e Rio Grande (PESAVENTO, 1986, p.70).

também empregou mão de obra de baixo custo e até mesmo não remunerada, aproveitando-se, para Pesavento (1986), do expediente de “dar trabalho” a órfãs, presos e menores, mas, na verdade, desonerando-se de gastos com a remuneração de seus operários. Além, de estabelecer prêmios por produtividade e multas por infração do regulamento interno das oficinas.

A fortuna adquirida por Carlos Guilherme Rheingantz propiciou diversificar seus investimentos, aportando-os, diretamente, na Companhia Ferroviária de Rio Grande, ou, ainda, na construção do Balneário Sequeira - atual praia do Cassino - o local da elite no final do século XIX, para Ferraretto (2012), o prestígio de Rheingantz era demonstrado em suas diversas visitas ao Imperador, na cidade do Rio de Janeiro, assim como no episódio da vinda da Princesa Isabel, acompanhada do Conde D’Eu, para inauguração de sua fábrica de algodões.

Em seus mais de cem anos de existência a indústria alterou diversas vezes sua razão social, assumindo diferentes nomenclaturas. Criada como firma *Rheingantz & Vater* assume as seguintes denominações: Rheingantz & Cia, Sociedade Comanditária em Ações Rheingantz & Cia. (1884), Companhia União Fabril e Pastoril (1891), Companhia União Fabril (1895), João Abdala e Cia (1960) e, por fim, vendida a um grupo pelotense como Inca Têxtil (1972), até seu encerramento completo no final da década de 1980.

A década de 1920 anunciou o fim de uma conjuntura favorável de mercado também para a lavoura colonial com o esgotamento de terras disponíveis para a agricultura. Nesse momento, de acordo com Pesavento (2014), a crise se acentuou, o que demarcou um espirito associativo entre os produtores que procuravam solucionar problemas não superados. O presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, em seu último mandato apoiou este movimento.[85] Assim, se verá como todos estes elementos foram imprescindíveis na gestação das condições de expansão da cidade de Pelotas e do que viria a se tornar um longo processo de suburbanização.

[85] Com o fim da guerra civil (Revolução de 1923), a oposição gaúcha não conseguiu depor Borges de Medeiros, embora o Pacto de Pedras Altas estabelecesse um limite em seu poder. A constituição de caráter positivista foi revisada e se obteve a promessa de que Borges não se reelegeria, uma vez findo seu quinto mandato (PESAVENTO, 1980, p.228).

4.2.1 Do centro histórico a um espaço mais amplo (1888-1966)

4.2.1.1 O princípio de uma suburbanização (1888-1929)

> *"Describiremos la serie de cambios que permitieron que el anterior espacio total de la ciudad se transforme en el centro histórico de un espacio mas amplio" […]*
>
> Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000) (SOARES, 2002, p.60)

A necessidade de modernização da economia periférica, pela exigência de setores sociais emergentes e a procura por renovação político-administrativa, encontraram solução na importação e na adaptação de um aparato político e ideológico de tipo autoritário, progressista e conservador. Coube, a doutrina positivista, contornar o conflito social para o desenvolvimento da acumulação privada do capital. Embora, mesmo na República, se mantivesse a posição gaúcha de tradicional fornecedor do mercado interno de caráter subsidiário e de base pecuarista. O que fazia, de acordo Pesavento (1988), com que o Estado republicano gaúcho se apresenta-se aos moldes de um Estado burguês; aparentemente neutro, em função dos interesses da coletividade, mas, inegavelmente, correspondendo às vontades dos detentores do capital. Nesta mesma direção, para Martins (1994), na sociedade brasileira as classes conservadoras sempre estipularam os marcos da modernização e do progresso. Assim, as transformações sociais e políticas se dão de forma mais custosas, pois não decorrem de grandes rupturas sociais, culturais, econômicas ou institucionais, mas através de processos de acomodação.

Decorrentes dessas condições, nas últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX, produziram-se profundas mudanças políticas e sociais. Neste período o país deixou a monarquia para se tornar República, se proibiu o trabalho escravo e se deu o primeiro impulso de industrialização, nos principais centros urbanos, configurando um momento de "transição urbana" no Brasil. Para Soares (2002) em Pelotas estas transformações implicaram na formação de novos atores sociais, a nascente burguesia industrial, o incipiente proletariado, os antigos escravos libertos, os imigrantes comerciantes e os trabalhadores provenientes do meio rural.

Em decorrência, a cidade passou de uma simples aglomeração para um produto do capitalismo, numa disputa dos diferentes atores pelas rendas que o espaço era capaz de propiciar. Até 1890 os limites urbanos coincidiam com os dois primeiros

loteamentos da cidade, foi somente em 1893 que aprovou-se sua ampliação ao incorporar os bairros da Luz e da Várzea. Até então, as povoações mais próximas eram o Passo do Negros, nas margens do Canal São Gonçalo, o Dunas no caminho da costa do arroio Pelotas (local das principais charqueadas) e a Laguna dos Patos. Estas eram ligadas ao núcleo urbano por caminhos espontâneos que se converteram em estradas que possibilitaram o crescimento da cidade, servindo de conexão com a Campanha (fornecedora de matérias primas), com as colônias (da população de imigrantes em pequenas propriedades produtoras de alimentos) e com as margens do Arroio Pelotas (local das charqueadas). Tratavam-se de vetores da expansão urbana aos quais a cidade se abastecia de matéria prima e de alimentos, assim como uma rota de circulação dos produtos importados industrializados pelas casas comerciais pelotenses até as pequenas cidades.

O censo de 1900 indicou uma população municipal de 44.881 habitantes, destes 26.312 foram considerados urbanos. Em 1901 a cidade contava com 4.731 edifícios, sendo 170 com dois ou mais pavimentos. A pressão dos proprietários de terra próximas a zona rural da cidade ocorreu com maior ênfase no ano de 1910. Tanto que o Poder Público municipal ampliou o perímetro urbano da cidade pelo Ato municipal nº 514, permitindo que proprietários, de uma extensa área ao redor do núcleo urbano, realizassem o parcelamento do solo, estendendo, por conseguinte, a área construída da cidade. Os primeiros parcelamentos, fora do núcleo urbano, decorreram de loteamentos privados das chamadas vilas populares. Sendo, segundo o autor, as responsáveis pela primeira grande “divisão socioespacial da cidade”, opondo centro e bairros e expandindo uma nova periferia.

As vilas eram destinadas à construção de casas para populações com rendas menores, os novos trabalhadores urbanos, recém migrados de áreas rurais próximas, assentados em áreas sem infraestrutura básica, onde não havia pavimentação das vias ou rede de esgoto. São exemplo deste período, da primeira década do século XX, as Vilas Prado e Gotuzzo (Fragata), Vilas Silva, Barros de Cima, Barros de Baixo, Canela, Vila Eloah, o novo bairro Simões Lopes, entre outros.

No ano de 1914, durante administração do intendente[86] engenheiro Cipriano Barcellos (1912-1920), aprovou-se o Código de edificações e reedificações, cujo

[86] Em 1889, com a Proclamação da República do Brasil, as câmaras municipais foram dissolvidas e os governos estaduais nomeavam os membros do “conselho de intendência”. Então, em 1905 cria-se a figura do “intendente” que permanecerá até 1930 com o início da Era Vargas. Na revolução de 1930 se

objetivo era adaptar a construção de novos edifícios ao recente contexto urbano. No entanto, a lei sofreu com as constantes alterações, através de emendas que permitiram diversas exceções, subvertendo os propósitos do próprio regramento e facilitando a ação dos promotores imobiliários. Em 1915, é aprovado o novo Código de Construções e Reconstruções em conjunto da inauguração do serviço de rede de esgoto da cidade[87]. O código regulava questões de higiene das habitações servidas, desconsiderando o restante da cidade não atendida. Foi a partir da década de 1920, segundo o autor, que as promoções de loteamentos na periferia tornaram-se mais frequentes, indicando um crescimento populacional e econômico, fruto deste primeiro impulso modernizador da pecuária da região da Campanha.

O estabelecimento dos primeiros frigoríficos de capital internacional alterou as técnicas de produção, resultando em desocupação de uma parcela da força de trabalho das estâncias, migrando às cidades da região; fazendo de Pelotas a mais procurada. Algumas vilas desta década são: Vila Florentino Vieira na zona norte (1922) Vila Proletária São Francisco de Paula (1923), Vila Proletária Hilda (1924), Vila Caruccio do Areal e Vila Idalina (1926), Vila Caruccio das Três Vendas e Vila Gastão Duarte (1927), Vila Proletária Elisabeth, Vila Proletária Trápaga, Vila Castilhos (1928), Vila Santa Therezinha de Jesus (1929), entre outras.

Com os grandes loteamentos periféricos ocorreu um incremento na oferta e no acesso à propriedade da terra urbana, solucionando o problema da falta de habitações ao retirar os pobres, os trabalhadores e os imigrantes da área central. Por efeito, dispensou-se o capital industrial da construção de habitações destinadas às classes baixas. Começa uma nova etapa do processo de acumulação urbana na área central, na qual a construção de edifícios de apartamentos ou comerciais, tornam-se mais rentáveis que a exploração de aluguéis de habitações voltadas às populações de baixa renda. Para estes, havia os loteamentos nos subúrbios e a autoconstrução das

---

estabeleceram as prefeituras, às quais foram atribuídas as funções executivas dos municípios que ficaram a cargo dos Prefeitos municipais. Disponível em: https://www.quirinopolis.go.leg.br/institucional/historia/historia-das-camara-municipais-no-brasil. Acesso em: 15 jun. de 2023.

[87] A construção da primeira etapa da rede de esgoto foi concluída em abril de 1914 e conectou 62 edificações, número ampliado para 2.728 em junho de 1915, e uma extensão de rede de 41,7 Km. No ano de 1927 um dos mais importantes higienistas brasileiros, o engenheiro de saneamento Saturnino de Brito, foi contratado pela Prefeitura Municipal para realizar o projeto de saneamento que incluía obras de correção do sítio e um novo sistema de abastecimento de água para a cidade (SOARES, 2002).

habitações, que, muitas vezes, sofriam com a elevação dos corpos d'água, no entorno do arroio Santa Bárbara, já densamente ocupado.

O primeiro plano de ordenamento da cidade foi o Plano Geral de Pelotas (1922), entre os técnicos municipais, constam os engenheiros Ildefonso Simões Lopes[88] (formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro) e Manuel Luis Osório e, seu coordenador, o arquiteto Fernando Rullmann[89]. O intendente da época era Pedro Luís Osório[90], que pretendia "modernizar" a cidade, "conservando" o passado histórico, ou seja, modernizar conservando as propriedades e os interesses da elite da cidade. Tratou-se de um plano de inspiração humanista, clássica e liberal, no entanto padeceu de um excessivo caráter formalista e estético, segundo Soares (2002), desconsiderando a realidade política e social do espaço em questão. Por estes e outros motivos não se concretizou, salvo algumas de suas diretrizes sugeridas.

Tais pretensões viabilizaram a valorização dos terrenos periféricos da cidade, justamente pelas expectativas geradas de implantação de infraestruturas. Assim, com objetivo de combater uma tendência dispersora de construções na área urbana, afastadas da zona saneada em 1925, o decreto nº 1.335 tornou isentas de impostos as casas baratas construídas em terrenos vazios da área central, ocupando bairros saneados. Ao invés de criar novos bairros insalubres, excluindo o valor do terreno do valor do cálculo dos imóveis que deveriam ser considerados "baratos".

Por sua vez, o segundo plano da cidade de Pelotas (1926-1927) se ocupou com questões relativas aos problemas higiênicos, sendo projetado pelo engenheiro

---

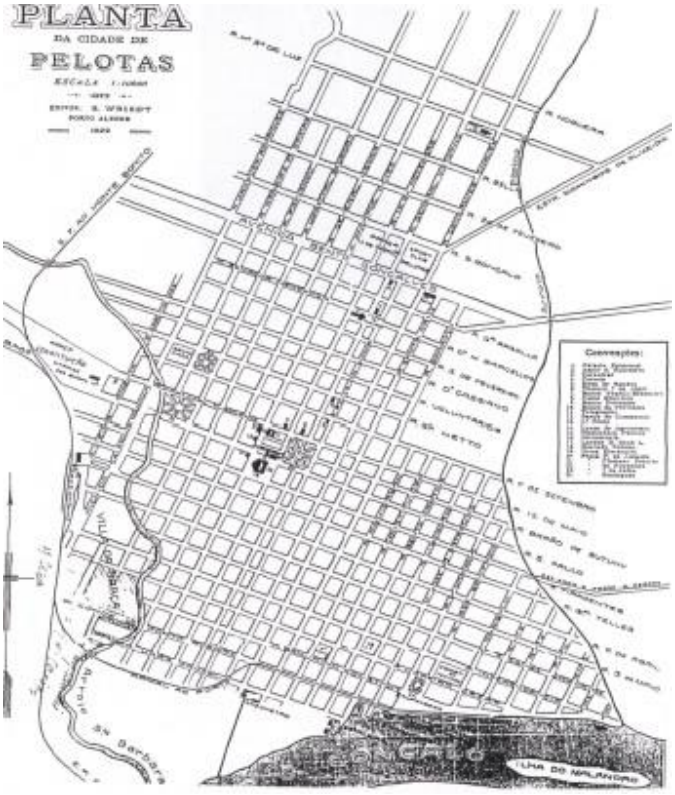
[88] Filho de João Simões Lopes Filho, o Visconde da Graça, importante político pecuarista e charqueador pelotense. Ildefonso foi deputado federal e ministro da Agricultura, Industria e Comércio (1919-1922) no governo de Epitácio Pessoa, durante a República Velha. Irmão de Augusto Simões Lopes, advogado e político que chegou a ocupar a vice-presidência do senado e a intendência municipal, por duas vezes. Ambos, tios do escritor João Simões Lopes Neto (BRASIL, CPDOC).

[89] Responsável pelo projeto e construção do Castelo Simões Lopes (1920-1923) encomendado para servir de residência do advogado Augusto Simões Lopes. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/pelotas-castelo-simoes-lopes/#!/map=38329&loc=-23.510242058478013,-406.65116786956787,13

[90] O médico Pedro Luís Osório, intendente de Pelotas entre os anos de 1920 e 1924, era primo em 2º grau de Pedro Luis da Rocha Osório, também conhecido como Coronel Pedro Osório, charqueador, pecuarista, considerado o "Rei do Arroz" do país, título que demonstrava o alto grau de reconhecimento que alcançou como empreendedor no ramo da agroindústria. Encerrou o ciclo do charque e inaugurou o do arroz no sul do Brasil. Uma das personagens mais importantes da cidade de Pelotas e do sul do estado, na política, em 1903, fora nomeado, pelo então presidente Borges de Medeiros, a vice-presidência do estado Rio Grande do Sul. Ainda exerceu a chefia do Partido Republicano Rio-grandense até a data da sua morte em 28 de fevereiro de 1931. (ABUCHAIM, 2013).

Francisco Saturnino de Brito. Sob o princípio da higiene sua proposta intencionava implementar profundas alterações na morfologia da cidade. Brito teceu críticas à condição de crescimento espontâneo da periferia. Ao afirmar, que a suburbanização da cidade era produzida sem nenhum tipo de regramento e, ainda, sugeriu que as novas ruas e quadras fossem planejadas e construídas com a função de facilitar a iluminação solar e a renovação do ar, segundo Soares (2002).

Figura 72 – Planta de 1922 da cidade de Pelotas



Fonte: SOARES, 2002, p. 127.

Em outubro de 1928, o Poder Público municipal regulamentou por decreto a abertura e o prolongamento de ruas e elevou os impostos sobre terrenos sem construção. No objetivo de evitar prejuízos aos cofres municipais, decorridos da ação especuladora, de promotores imobiliários, que impediam o crescimento do tecido urbano regular. A estratégia consistia em adquirir terrenos sem infraestrutura em condições precárias, por essa condição mais baratos, para dividi-los em lotes e obter elevados lucros com a comercialização das denominadas Vilas que se multiplicavam. Em novembro do mesmo ano, através do decreto nº 1.780, do então intendente Augusto Simões Lopes (1924-1928), ampliou-se os limites urbanos, incorporando o bairro Areal, nos terrenos ao redor da estrada Domingos de Almeida e o bairro

Fragata. A intenção da intendência era receber uma renda pelos serviços executados na cidade e em seus arredores.

Figura 73 – Planta do anteprojeto de extensão da cidade de Pelotas (1927)

Fonte: SOARES, 2002, p. 147.

Assim, experimentava-se a etapa final da transição de uma economia capitalista de livre concorrência para uma nova, monopolista. O Estado assumia funções recentes, entre as quais, a regulação das atividades econômicas e a gestão do território. Desse modo, o discurso científico e as teorias e métodos de organização de empresas, foram postos em prática como uma tentativa de regular a desordem da etapa liberal e de abrandar conflitos sociais, cada vez mais frequentes. Além disso, a falência do modelo agroexportador, como forma de acumulação de capital, e a reação das oligarquias periféricas, associadas à insatisfação das camadas médias urbanas e ao exército, puseram em xeque o domínio do grupo cafeeiro do centro do país.

4.2.1.2 Da transição para uma sociedade industrial (1930-1966)

O projeto nacional-desenvolvimentista da Era Vargas (1930-1945), trouxe mudanças significativas na questão da habitação das classes trabalhadoras. Foi considerada um fator de centralidade para a industrialização e a formação política, ideológica e moral dos trabalhadores. Pela primeira vez, o Estado brasileiro assumiu a produção e o financiamento das habitações para trabalhadores, realizado através dos Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), em que pese o fato, segundo Soares (2002), que no município de Pelotas a atuação dos institutos tenha sido tímida.

Nessa conjuntura favorável da década de 1930, houve um crescimento urbano e econômico da cidade. Grandes empresas imobiliárias privadas porto alegrenses se interessaram em realizar o parcelamento de terras, demonstrando a valorização do solo urbano e uma ativa especulação imobiliária na cidade[91]. O novo Código de Construções (1930), sob a gestão de João Py Crespo (1929-1932), dentre seus regramentos previa reduzir a densidade na área central e preencher os terrenos vazios do subúrbio. Também determinava um número mínimo de três compartimentos por habitação, sendo um deles, obrigatoriamente, um banheiro com chuveiro e latrina. Quanto a abertura de novas ruas, estas poderiam somente ser realizadas após o licenciamento do Poder Público. Terrenos inundáveis não poderiam ser ocupados ou parcelados e a extensão da rede de água era obrigatória, para qualquer novo parcelamento na cidade, deixando os proprietários com a devida obrigação de realizá-lo.

Entretanto, a legislação teve curta duração, segundo o autor, em março de 1933, o decreto municipal nº 1.851 determinou a suspensão provisória dos capítulos que se referiam ao parcelamento dos terrenos em lotes e sobre as edificações em geral. Uma medida que favoreceu imensamente os promotores imobiliários contrários ao código de 1930. Posteriormente, ano de 1934 diversos capítulos do código de construção foram alterados, facilitando a divisão dos terrenos em lotes, quando o prefeito era o dono de terras Joaquim Augusto Assunção.

---

[91] Questões como da habitação, transportes urbanos e saneamento, que afetavam diretamente os bairros operários, estiveram na cogitação dos governos estadual e municipal, denunciadores das precárias condições de vida do trabalhador e dos novos problemas trazidos pela emergência na sociedade urbano-industrial (PESAVENTO, 1988, p. 268).

A condescendência com o setor da construção entrava em contradição com a necessidade de saneamento da cidade. Assim, em 1936, criou-se o Conselho Municipal de Higiene, tendo como funções fiscalizar, orientar e promover aspectos relacionados à higiene urbana. Neste mesmo ano, decretou-se a isenção de impostos por cinco anos de edifícios novos, construídos na zona que abrangia a rede de esgoto, e para dez anos, um conjunto com três ou mais habitações. Esta regra tinha por princípios combater a especulação imobiliária, incentivando a ocupação da área central e reaver os investimentos em infraestrutura urbana.

Destaca Soares (2002), duas questões observáveis nestes empreendimentos fundiários. A primeira corresponde a retenção de uma parte das terras por parte dos promotores em vista de uma valorização futura (especulação imobiliária) e a segunda demonstra um interesse em comum entre a companhia de bondes e estes mesmos proprietários de terrenos, no momento em que a cidade se expandia. Para o Poder Público, o crescimento urbano representava progresso material e gerava uma demanda por novas áreas na cidade. Estas transformações produzidas no tecido urbano, evidenciavam o desejo da elite em ordenar e modernizar, adequando-a as demandas necessárias de transição para uma sociedade industrial.

As infraestruturas implantadas denunciavam a vontade das classes do poder de reivindicar a vanguarda social e de fazer do município a principal cidade do estado. Por isso, os núcleos periféricos antigos foram incorporados através das estradas que ligavam a cidade com áreas suburbanas ou rurais próximas. Os sucessivos parcelamentos produziram a urbanização das áreas periféricas, mas, igualmente, deixaram vazios urbanos, entre a área central e a periferia, aguardando sua valorização para o parcelamento futuro. Este tipo de crescimento urbano representou o início de um modelo “marginal” de ocupação da cidade, de conversão do solo rural em urbano com a mínima infraestrutura possível, além disso o parcelamento ao redor das estradas significou uma difícil integração com o traçado reticulado do tecido urbano original, o que acabou por diferenciar os subúrbios.

Desse modo, a cidade desenvolvia-se com importantes mudanças em sua morfologia, através de teorias e práticas modernas, entretanto, sem perder o controle de seu espaço de reprodução econômica e social, mantendo a ordem estabelecida pela elite local. Para Soares (2002), a complexidade da cidade industrial e a necessidade de gestão dos conflitos e contradições do desenvolvimento capitalista no espaço urbano, colaboraram ao aumento da capacidade de coordenação dos

interesses dos principais agentes da produção da cidade, incluindo proprietários de terras, promotores imobiliários, construtores, comerciantes, industriais e das diferentes fragmentações das classes sociais.

As constantes alterações das leis urbanas revelam diversas disputas, nas quais a mercantilização do solo encaminhava-se para as maiores rendas possíveis, pressionando o Poder Público local. Normalmente, os quadros políticos e administrativos compartilhavam interesses econômicos com o mercado imobiliário, quer seja, como promotores ou donos de terras. Foi com a industrialização, das últimas décadas do século XIX, até os anos do pós-Segunda Guerra mundial, que o município se especializou na exportação da indústria produtora de alimentos como carne, arroz e conservas e em atender o mercado o interno, voltado ao processo de urbanização e de consumo próprio de seus habitantes.

Desenvolveram-se as áreas de vestimentas, de outros tipos de alimentos, de produtos de higiene, metalúrgicas, entre outras. Sua participação na economia nacional, como um núcleo industrial exportador de produtos alimentícios, com uma mão de obra pouco especializada e de baixos salários, dificultava a participação destes trabalhadores na política nacional de habitação, fazendo-se necessário uma ação municipal neste sentido. Assim, a Prefeitura Municipal criou, no ano de 1948, o Departamento de Habitação Popular (DHB), junto à Diretoria de Obras do município. O objetivo principal era aumentar a oferta de residências construídas, pela iniciativa de particulares, para serem comercializadas a população de baixa renda. Algo que foi barrado pela falta de recursos financeiros próprios do município para cobrir os elevados custos de uma política ambiciosa de construção de habitações. Portanto, o dinamismo econômico que a cidade atravessava, como centro comercial e industrial, influenciou no seu crescimento demográfico acelerado.

De acordo com o censo de 1950, a população já se aproximava de 127 mil habitantes em todo seu território. Em razão deste processo de ampliação urbana e das atividades produtivas, novos problemas, advindos da concentração de pessoas e de meios de produção ocorriam em determinados pontos da cidade. Assim, foram necessárias mais medidas de planejamento urbano. A exemplo, do segundo plano de saneamento (1947) e do novo Código de Construções (1951), no intuito de adequar as necessidades econômicas das classes dominantes e de inaugurar uma nova fase de produção da cidade, ao abrir portas para atuação do capital promotor e propiciar uma ampla oferta de lotes e terrenos, apenas com uma infraestrutura mínima.

Entre os anos de 1951 e 1966 todos os parcelamentos realizados na cidade ampliaram o perímetro urbano de 2.844 hectares para 3.300 hectares. Nesse momento a Prefeitura Municipal iniciou seus estudos para a realização de seu novo Plano Diretor. Exclusivamente, entre 1951 e 1954, foram acrescidos 239 hectares ao tecido urbano, entre 1955 e 1958 foram mais 213 hectares, no entanto a produção diminuiu para 163 hectares, entre 1959 e 1962, chegando a apenas 55 hectares em 1963. Em uma conjuntura de profunda concorrência do mercado imobiliário os promotores e os proprietários de terra tiravam vantagem das infraestruturas desenvolvidas pela Prefeitura municipal. Ao realizar seus empreendimentos o mais próximo das redes de serviço público ou ainda deixando terrenos para a introdução de equipamentos sociais que poderiam valorizar as terras, enquanto industriais e comerciantes destinavam parcelas de seus capitais para o mercado do solo.

Tendo em vista, que a propriedade imobiliária possibilitava importantes ganhos, principalmente, em um contexto de crescimento econômico, como o que a cidade passava na década de 1950. Igualmente representava uma oportunidade para os empresários de garantir patrimônio em caso de crise econômica. As primeiras promoções imobiliárias foram desenvolvidas, em sua maioria, pelos próprios donos de terras ou por seus representantes, quando o mercado do solo encontrava-se pouco desenvolvido nos seus regramentos. Com o crescimento urbano e o desenvolvimento de uma economia capitalista, assentada na atividade urbano-industrial, se estabelecem sociedades imobiliárias especializadas em converter solo rústico em urbanizado para a comercialização. Desse modo seu predomínio, junto ao mercado imobiliário, inicia na década de 1960.

Entre as empresas mais atuantes do período estavam a Pelotas Urbanizadora e Comissária S/A, F.N. Carvalho, Imobiliária São Jorge, Citesul Construtora e Urbanizadora, Sociedade e Imobiliária do Litoral, entre outras. Por conseguinte, de acordo com Soares (2002), nas primeiras anos da década de 1950, houve poucos parcelamentos, o avanço das obras de saneamento permitiu uma mudança neste quadro até seu auge, entre os anos de 1953 e 1955. Nos anos posteriores, aconteceu um novo refreamento no cenário, que só melhorou no ano de 1958, atingindo um novo pico em 1961. Particularmente, após o anuncio das novas obras no Arroio Santa Bárbara, a partir de 1957, e das consequentes definições do Poder Público. Posteriormente, com a divulgação da Prefeitura municipal da elaboração de um novo Plano diretor, esta tendência torna a baixar no ano de 1966.

Os bairros com maior número de parcelamentos foram Fragata e Areal, concentrando aproximadamente 4.000 lotes cada um. Uma parcela altamente representativa dos mais de 15.000 lotes disponíveis no mercado de terra entre os anos de 1950 e 1966. Enquanto que as promoções realizadas na área central alcançavam pouco mais de 300 unidades para venda. De forma geral, a estratégia dos donos de terras e dos promotores foi seguir o ritmo das intervenções públicas no espaço urbano, assim, quanto mais obras do governo, mais parcelamentos eram realizados. Por outro lado, quando eram anunciadas mudanças nas regras de gestão da produção da cidade, os promotores aguardavam qual seria o novo modelo de cidade desejado. Ainda assim, atuavam de modo a tentar influenciar a legislação com seus interesses, logo as zonas que receberiam um maior volume de investimentos públicos, determinavam as áreas a serem adquiridas e realizadas as promoções mais rentáveis.

No princípio da década de 1950, as zonas dos arrabaldes das Três Vendas, Dunas, Fragata e vilas intermediárias cresciam de tamanho. Entre elas, as que mais se expandiam estavam na Três Vendas, onde se construíam casas e se abriam novas ruas; graças a facilidade na aquisição dos terrenos e ao desejo, por parte da população, de adquirir a casa própria. Se, entre os anos de 1940 e 1950, a população experimentou um crescimento de 15 mil pessoas, subindo de 64.648 para 79.774. Na década seguinte o incremento atingiu quase 47.000 pessoas com uma população urbana de 126.713 habitantes, nos anos de 1960. A maioria desses novos habitantes vinha das áreas rurais de outras cidades do sul do estado. De fato, surgia algo de diferente no horizonte da urbe. O crescimento demográfico, originado, em grande parte, das migrações, da industrialização, da nova conjuntura mundial e nacional, foram suficientes para introdução de novos atores sociais no cenário urbano. Portanto, a cidade aristocrática perde espaço para uma nova realidade, com distintos grupos sociais e diversos interesses e aspirações. Na transição da cidade comercial para uma cidade mais industrializada e suburbanizada, uma nova fase da produção da cidade se conjuga, em termos gerais, com uma época de mudanças políticas, sociais e econômicas, instauradas pelo golpe de Estado de março de 1964.

No município, seu resultado foi a concentração de capitais e a instituição de um “complexo agroindustrial”, configurado por grandes indústrias de conservas alimentícias, de processamento de arroz e soja e, também, dos grandes frigoríficos. A quantidade de trabalhadores fixos em 1960, empregados nas industrias da cidade, era de 6.540, chegando a 7.808 em 1970 e a 14.926 em 1980. A indústria pelotense

de alimentos concentrava o equivalente a 60% destes empregados e as fábricas com mais de cem trabalhadores detinham mais da terça parte da força de trabalho da cidade. Assim, Soares (2002), sistematiza o ciclo de desenvolvimento urbano por suas distintas fases: crescimento econômico, obras públicas, loteamentos periféricos, valorização, promoção na área central e a definição de novos mecanismos de planejamento urbano, encerrando este ciclo com o I Plano diretor de 1967 e, por conseguinte, inaugurando uma nova fase de produção do espaço.

4.2.1.3 Um modelo de modernização totalitário (1967-1980)

> *El período que analizaremos comprende, por tanto, aquel en que el capital imobiliário se nutrió de una gran cantidad de los fondos estatales y realizó la promoción de grandes conjuntos de vivienda destinado a las clases media*
>
> *Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)* (SOARES, 2002, p.363)

O período da ditadura de militar trouxe uma série de consequências e em diferentes esferas, repercutindo também para outros campos. De acordo com Martins (1994), durante o regime de 64, a grande representação das oligarquias no Congresso criou enormes obstáculos, em defesa das instituições autoritárias, contra o radicalismo urbano e operário; tanto que as lutas operárias, de enfrentamento do arrocho salarial, aconteceram, obrigatoriamente, a margem da arena dos partidos políticos.

Por sua vez, no âmbito da produção socioespacial das cidades, a política de centralização dos governos militares determinava o compromisso com a elaboração de planos diretores de desenvolvimento. Uma contrapartida, para o aporte de recursos governamentais, na melhoria da infraestrutura urbana. Algo que, para Soares (2002), descambou em uma concepção tecnicista e homogeneizadora da paisagem urbana das cidades. Geralmente reproduzindo um modelo, reiteradamente, de áreas centrais verticalizadas, divisão funcional do espaço, abertura de grandes vias e extensão das periferias.

No caso de Pelotas contratou-se a empresa ORPLAN – Organização e Planejamento, especializada neste tipo de elaboração e com sede em Porto Alegre. A administração municipal estava a cargo do Prefeito Edmar Fetter (cuja família era proprietária da Sociedade Imobiliária Praia do Laranjal) e do secretário de

planejamento e urbanismo, o engenheiro Pedro Monti Prietto (promotor imobiliário e projetista de loteamentos), além de uma equipe municipal, responsável por acompanhar estes trabalhos de desenvolvimento do plano, integrada pelo engenheiro Leopoldino Ratto Simoni (sócio de José Ripoll na Santa Tecla imobiliária) e os arquitetos Raymundo Tomkowski, Ivoni Ziebel e Gonzalo Figueroa.

Segundo Soares (2002), o I Plano diretor - idealizado e elaborado entre 1966 e 1967 - foi o pioneiro em desenvolver um programa completo de gestão urbana da cidade. Muito embora, em razão do próprio regime militar, acabou por excluir de qualquer participação a comunidade de suas discussões. O balanço econômico do período do governo militar foi que dos 1.705 estabelecimentos e 8.145 empregados em 1960, alcançou 2.990 estabelecimentos com 36.807 empregados no comércio, serviços e administração pública, na década de 1980. A população urbana igualmente cresceu, aumentando de 126 mil habitantes, do começo da década de 1960, para 154.827 em 1970, um incremento de 22% em dez anos.

Da análise elaborada para o Plano diretor determinaram-se as tendências de crescimento vertical do centro, granjeada pela valorização do solo, e um padrão de crescimento horizontal da periferia. Caso dos bairros Fragata, Três Vendas e Areal, sendo que, nos dois últimos, ainda conservavam grandes vazios urbanos. Portanto, se no centro predominava a estratégia dos promotores orientada às rendas diferencias do solo urbano, na periferia se mantinha o modelo de produção do solo, a partir da conversão de um grande estoque de solo rústico em terras livres para urbanização e ocupação. Com base nestas informações, o Plano diretor procurou controlar a expansão desordenada e orientar o crescimento, elevando a densidade demográfica da área urbana, em contrapartida de uma contenção da malha urbana, favorecendo a tendência que já existia, de verticalização da área central pelos agentes imobiliários.

Para o autor, no que tange aos primeiros loteamentos, após a promulgação do I Plano diretor, a imobiliária Pelotas Urbanizadora e Comissária (Imobiliária Pelotas) realizou no ano de 1968, no bairro Fragata, o Núcleo Residencial Major Francisco Villela (15,13 hectares e 269 parcelas), o Núcleo Residencial Cidade de Lisboa (2,15 hectares e 24 parcelas) e o Loteamento Bom Pastor no bairro Areal. A imobiliária Santa Tecla do engenheiro e promotor José Ripoll foi responsável pelos novos loteamentos nos bairros Fragata e Areal. O primeiro, ainda no ano de 1969, o Loteamento São Geraldo (14,54 hectares) e o segundo, o Jardim Iracema (6,91 hectares) em 1970. No ano de 1969 o engenheiro P. Monti Prietto (secretário

municipal de planejamento e urbanismo) promoveu o Jardim Pelotense, no bairro Fragata.

Este modelo de desenvolvimento de loteamentos periféricos, para o autor, atingiu um certo esgotamento, devido à grande quantidade de imóveis disponíveis no mercado imobiliário, somado a atuação do Estado na política de habitação popular subvencionada. Em contrapartida, a promoção de moradias com recursos públicos tornou-se uma nova alternativa atrativa e segura para o capital imobiliário, tendo em vista que os promotores imobiliários acessavam o aporte concomitantemente à construção. Dessa maneira, durante a década de 1970 até meados da década de 1980, os agentes imobiliários preferiram empregar recursos do SFH na construção e comercialização de habitações.

Com isto, de acordo com Soares (2002), esta nova forma de operação imobiliária, de construção de habitações em série, possibilitou à Imobiliária Real, de propriedade do Grupo Joaquim Oliveira, com capital investido (rede de supermercado, gados, produção de arroz e fertilizantes) e em sociedade com a Santa Tecla Imobiliária e Construtora, a promoção e a construção do Conjunto Residencial Dom Joaquim, com recursos da política nacional de habitação. Alguns outros exemplos deste modelo são: o Núcleo Residencial Waldemar Coufal, o Conjuntos Residenciais Padre Réus, Obelisco, Arco-íris, COHABPel, entre outros. No entanto, após o ano de 1967 o ritmo de construções na cidade se estabilizou.

Em 1976 o número de permissões de obras voltou a crescer, tendo seu auge no ano de 1980. Isto está relacionado com o crescimento populacional da década de 1970, período de consolidação da cidade com um polo, atraindo população de todo o sul do estado. Assim, em 1980 a população urbana atingiu 205.009 habitantes. No período entre os anos de 1981 e 1982 o número de aprovações apresentou um pequeno declínio, para, em seguida, cair vertiginosamente, nos dois anos seguintes. Foi um período de recessão econômica que abateu-se sobre o país nos anos de 1983 e 1984, aliada a consequente saturação do mercado, em consequência do grande número de obras executados nos anos anteriores. Vale mencionar que grande parte destes empreendimentos, a partir de 1970, passaram a ser realizados por empresas de capital pelotense que atuaram, na maioria das vezes, como promotoras e construtoras, dominando o mercado imobiliário da cidade.

4.2.1.4 O crescimento extensivo dos subúrbios

> *Na pequena zona rural que cerca a área urbana, existem pequenas propriedades onde se cria gado leiteiro e se cultiva hortigranjeiros. Em 1980, a área do 1º distrito foi ampliada, com a inclusão das zonas dos balneários do Laranjal. Alguns dos seus povoados rurais dispersos são as Terras Altas, a Sanga Funda, Dunas, Boa vista, Vila Princesa, Sítio Floresta, e Vila Jacob Brod.*
>
> Geografia de Pelotas (ROSA, 1985, p.58)

A perspectiva da redemocratização política no cenário nacional traz importantes alterações para o contexto da produção socioespacial municipal. A começar pelo novo Plano de Complementação Urbana da Cidade do Poder Público municipal (1978), lançado como estratégia global de planejamento e de integração das diferentes regiões da cidade, a fim de evitar ações pontuais sob determinadas áreas e prosseguiram no ano de 1980 com a promulgação do II Plano diretor.

Os recursos provinham do Programa Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (CURA), do governo federal e também do convênio “Cidades de Porte Médio”, realizado com o Banco Mundial. Menciona Soares (2002), que os recursos contemplaram os bairros Areal e Fragata, cada um recebendo um projeto específico, dividido em diferentes subprogramas e nomeados de projetos Baronesa e Fragata.

O Plano de renovação previa a construção de grandes vias de conexão, entre os bairros, segundo o autor, na área do Projeto Baronesa realizaram-se as avenidas Ferreira Viana (ligando o centro com os balneários do Laranjal), Juscelino Kubitscheck (marginal ao arroio Pepino, no sentido norte-sul) e São Francisco de Paula que conecta estas duas avenidas ao Canal São Gonçalo. Por sua vez, no Projeto Fragata as avenidas Imperador D. Pedro I (antiga avenida do Contorno), Interbairros (entre Três Vendas e Fragata) e o prolongamento da avenida Bento Gonçalves (local do novo terminal rodoviário da cidade).

Estas operações, realizadas pelo Poder Público, causaram impactos na estrutura da cidade, além da posterior construção massiva de habitações por parte dos promotores imobiliários. Somado a isso, no ano de 1980, deu-se um elevado crescimento demográfico, fazendo com que a área urbana contasse com 205.000 habitantes em um perímetro urbano de 3.415 hectares e 44.136 habitações, sendo 5.140 (11,65%) consideradas precárias. Foi a época da ampliação do distrito sede em

direção às regiões que até então eram tipicamente rurais, entendidas enquanto expressão das atividades agropecuárias dominantes, num período em que os ditames funcionalistas e tecnicistas, aplicados ao urbanismo, recebiam críticas de diversas correntes de pensamento dedicadas ao tema.

O setor agroindustrial experimentava uma estagnação na geração de novos postos de trabalho ao passo que as atividades terciárias continuavam em pleno crescimento, estes fatores impactaram no arranjo do II Plano diretor. A norma, desenvolvida por acadêmicos e técnicos locais, estipulou objetivos muitos diferentes do antecessor. Uma vez que o novo entendimento do planejamento urbano era crítico aos desenvolvidos na década de 1970. Reconheceu-se na rigidez e nas excessivas normatizações, as burocratizações que prejudicavam a tomada de decisões. Então, fez-se necessário conferir ao novo regramento uma ênfase maior na gestão em detrimento da regulação dos índices construtivos. Acreditava-se, que tal rigidez interessava aos grandes capitais com poder de burlá-los, diferentemente da população que somente deveria cumprir com suas determinações.

Salienta o autor que o II Plano diretor criticava incisivamente a especulação imobiliária. Entendida como a causa principal dos problemas urbanos, decorrente do cenário institucional e de um modelo de crescimento que permitia a apropriação do solo urbano pela minoria, conjuntamente à expulsão da população para os subúrbios. A grande quantidade de vazios urbanos constatados – grandes áreas não parceladas no interior da área urbana legal adjacentes as ocupadas – foi diagnosticado como um dos grandes problemas, sendo em torno de 30% (do total de 58.000) ainda desocupadas para fins especulativos. Cabia ao Plano regular a propriedade conciliando o direito privado de construir e o interesse público, enfrentando finalmente a especulação imobiliária.

Deveria o Poder municipal reconhecer as diferenças na cidade e agir em prol dos setores menos privilegiados, assim recomendava a indução do uso do solo, a tributação diferenciada e a criação de planos para a habitação popular. O desenvolvimento periférico era desordenado, resultando em um “crescimento extensivo” do subúrbio, em função dos loteamentos extemporâneos de baixo nível técnico. O espaço urbano na periferia da cidade encontrava-se “desestruturado”, com vazios urbanos e com baixas densidades, o que encarecia a instalação de infraestrutura. Em consequência o novo ordenamento deveria admitir o aumento do perímetro urbano, propiciando maior oferta de terra urbana a um preço moderado,

atendendo, assim, a demanda de habitações às populações de baixa renda. Nesse sentido, recomendou a constituição de novos loteamentos em áreas adicionadas ao distrito sede, nas quais as dimensões dos lotes e as exigências técnicas de construção eram menores, por fim, estratificou e segregou uma vez mais a população.

A ação do Poder Público nas áreas periféricas agiu primordialmente a partir de três frentes: o parcelamento, a regularização e a promoção. A primeira ação facilitou o acesso de lotes urbanizados para populações de baixa renda; a segunda, de caráter jurídico, atendeu áreas ocupadas por habitações precárias; já a terceira, que exigia maiores investimentos, foi executada em sua maioria pelos governos estadual e federal. Portanto, tratava-se de um estágio da produção da cidade mais complexo e diversificado, no qual os agentes privados estavam integrados aos circuitos financeiros de fundo Estatal para a provimento de habitações.

Ademais, conforme Soares (2002), o próprio Poder Público agia diretamente, fosse como proprietário de terra, ou como promotor imobiliário, construindo conjuntos habitacionais nos subúrbios. Ainda, deve-se mencionar a capacidade dos movimentos sociais, como os de base ligados à ala progressista da Igreja Católica e da União Pelotense de Associação de Vizinhos (UPACAB). Estes se encarregaram da produção da cidade informal, por seu valor de uso, seguindo as necessidades de reprodução da vida, contribuindo por uma distribuição mais equânime das infraestruturas e dos serviços urbanos, nestes assentamentos onde o direito à cidade nunca fora uma preocupação.

Para Soares (2002), o capital imobiliário e os crescimentos econômicos e demográficos definiram os ciclos de expansão do urbano. Nestes momentos os novos conflitos da cidade suscitavam a necessidade de intervenção por parte da administração municipal. Assim, os anos anteriores se caracterizavam pela expansão dos empreendimentos, pois os agentes imobiliários e os proprietários de terra se antecipavam à aprovação dos novos regramentos mais restritivos. Contudo, decorrido o período de resguardo da aprovação e sua colocação em prática, as operações imobiliárias retomavam seu crescimento. Tais situações transcorreram no primeiro e no segundo Planos de Saneamento, assim como nos dois primeiros Plano diretores. Nos casos em que a legislação contrariasse os interesses do mercado imobiliário, logo sofreria emendas por parte do poder legislativo.

Quanto a morfologia, a conformação socioespacial da cidade se desenvolveu, primariamente, na forma de um núcleo compacto e homogêneo. Gerido e controlado

pelo Poder Público, garantindo, no decorrer do século XIX e princípio do XX, o traçado urbanístico em xadrez que lhe é característico. Entretanto, na transição da sociedade agrária para a urbano industrial esta configuração se altera. Particularmente, pela emergência de um mercado imobiliário e pelo crescimento de núcleos periféricos. Manteve-se a racionalidade urbanística, compacta e homogênea na área central, configurando a fragmentação entre centro e periferia. O centro, economicamente e simbolicamente valorizado, recebia obras de melhoramentos, enquanto na periferia, lugar dos pobres e dos migrantes, agia a produção liberal do espaço dos proprietários de terras e dos promotores imobiliários. Num modelo que perdura, até o ano de 1967, quando o capital imobiliário promotor e construtor define a produção espacial da cidade, induzindo uma morfologia extensa e dispersa de tipo amorfo. A partir do final da década de 1980, percebe-se o aprofundamento da dispersão e um consequente aumento de sua complexidade. O centro urbano apresenta-se mais valorizado, verticalizado e congestionado e a periferia ocupada pelas distintas classes sociais.

Sendo assim, nota-se as uniões históricas entre Estado e produtores imobiliários, os dois principais agentes produtores do urbanismo, segundo Lefebvre. O Poder Público, reiteradamente, provendo a infraestrutura necessária em determinadas regiões e o mercado imobiliário aproveitando-se para capturar as rendas diferenciais do novo solo urbanizado. Desse modo, como aponta Lefebvre (2002), o urbanismo apresenta-se como uma forma de atender a estratégia do lucro, seja pela indústria, ou pelas trocas do mundo mercantil. Ainda, evidencia-se que a tendência dos Planos discursos não é recente, nem exclusividades dos Planos diretores, e sim processos históricos que solapam, desde os primeiros regramentos urbanísticos, qualquer forma de direito à cidade.

Até aqui, destramou-se a ação do tempo sobre o espaço e seus reflexos na produção socioespacial, oportunizando, nas diferentes épocas, novas configurações. Nota-se, como transformações de um modo de produção baseado, predominantemente, no trabalhador escravo e sua passagem para um novo modelo de trabalho assalariado, incidiu sobre a reconfiguração das forças produtivas e, consequentemente, na forma de organização do território municipal.

De um inicial núcleo rural agropastoril de uma cidade agraria, fundada na economia do charque e da estância, até sua conformação em cidade próspera, homogênea, de centralidade precisa, racionalmente projetada, valorizada nos âmbitos econômico e simbólico. E, posteriormente, à transformação em cidade suburbanizada

que pretendia modernizar-se por um projeto centralizado de industrialização, particularmente, do setor agroindustrial de alimentos. Até sua atual nova recombinação pós-fordista, heterogênea, desigualmente desenvolvida, periférica e dispersa. Isto posto, avista-se que a vontade de acumulação do capital, em seus respectivos momentos, agiu diuturnamente no sentido das transformações da cidade, incessantemente a reelaborando. Portanto, a ênfase histórica na leitura do espaço ajuda na sua interpretação, de que não se trata de uma única cidade, mas sim diferentes cidades contidas no presente, como alerta Pesavento (2007).

Logo em seguida, com o objetivo de compreender minunciosamente, como tais dinâmicas entre o rural e o urbano (centro-periferia) pelotense mutuamente se influenciam e como se dá sua produção socioespacial na contemporaneidade. Na próxima seção, volta-se o olhar à zona rururbana do município. Ali, investiga-se as raízes históricas do desenvolvimento desigual e que guardam diferentes temporalidades em sua formação, ao menos em parte, de terras originalmente comunais, pertencentes ao antigo Logradouro Público da Tablada.

4.3 A datação do rururbano municipal

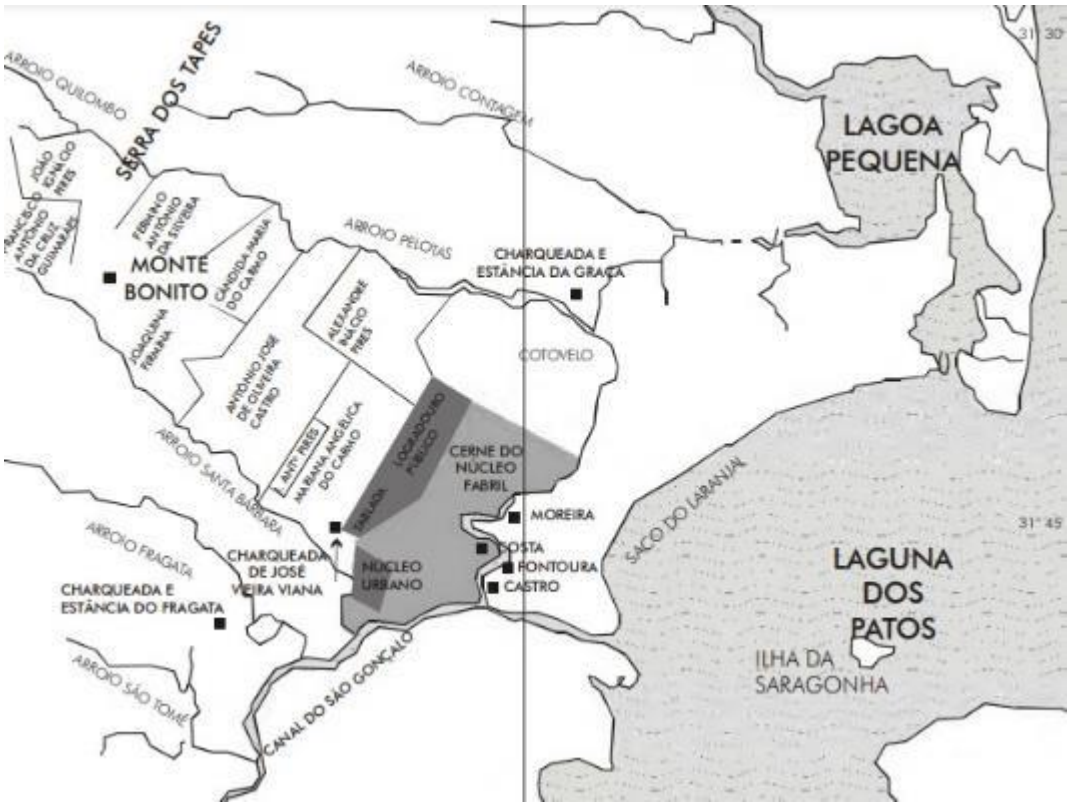
4.3.1 Tablada e a expansão do eixo norte (1825-1920)

> *Os rebanhos de gado existentes no entorno da Sesmaria do Monte Bonito; as vias de transporte navegáveis que atingiam o espaço meridional da América do Sul, alcançando a África e o Velho Mundo; a concentração das indústrias, em um polo charqueador; a Tablada e a cidade, formaram um todo complexo, mais amplo que o ato de salgar [...] Até hoje, no centro urbano, resiste um casco histórico, que representa a vida econômica, social e cultural dos senhores daqueles tempos.*
>
> Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense (GUTIERREZ, 2001, p.99-100).

O núcleo saladeiril pelotense beneficiou-se das vias terrestre, fluvial, lacustre e marítima, firmando-se nas datas de matos da serra dos Tapes, no arroio do “Quilombo”, nas charqueadas, no Passo dos Negros, na cidade e na Tablada. De acordo com Gutierrez (2001), o logradouro público da Tablada constitui-se no ano de 1825, como propriedade municipal nas “sobras” da Sesmaria de Monte Bonito. Em

terreno descampado no centro da planície que divide os arroios Santa Bárbara e o Pelotas. Configurou-se como uma significativa reserva de terras e lugar de comercialização do gado. Entre suas funções servia como uma forma de evitar os riscos desnecessários das viagens e de propiciar vantagens comerciais. Ao possibilitar a escolha e o regateio na compra dos animais.[92]

Figura 74 – Mapa com o Logradouro Público da Tablada, o núcleo urbano e o cerne da produção charqueadora na sesmaria do Monte Bonito



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p. 102.

A Tablada era um vasto terreno, medindo 1.428,8 ha ao norte da cidade, onde se agrupava o gado trazido da região da Campanha. A presença de um logradouro público era algo ordinário nas cidades portuguesas e brasileiras, se constituindo como um terreno comunal e de utilidade pública que fornecia pastagem e madeira para exploração. Uma vez que, de acordo com Soares (2002), a lei das índias ordenava que cada cidade dispusesse de área comum para prevenir as invasões de propriedades privadas. Na Tablada pelotense plantou-se eucalipto como uma fonte estratégica de madeira em terrenos próximos à cidade. Por sua vez, na feira da

[92] A Tablada era uma região descampada e quase lisa, que de dezembro a maio vendia as manadas que ali chegavam, lugar de remates muito concorridos entre vinte ou trinta charqueadores (MAGALHÃES, 1993).

Tablada, ao sul do terreno, perto do núcleo da cidade, se fomentaram as atividades de comércio e serviço. Tanto peões quanto proprietários procuravam a cidade, após concluir seus negócios, na procura de diversão ou de mercadorias. Mais tarde, os corredores das tropas, transformaram-se em vias importantes ao crescimento da cidade em direção ao eixo norte.

Desse modo, o gado comercializado seguia às fábricas de salga, um avanço do sistema produtivo da época. Gutierrez (2001), valida que o comércio fora fundamental ao desenvolvimento do núcleo urbano pelotense, pois a construção civil era alternativa de uso da mão de obra cativa nos períodos de entressafra, de retração do mercado consumidor ou de adversidades climáticas[93]. Fica evidente o progresso dos saladeiris nesta região, no ano de 1911, o escritor João Simões Lopes Neto, descendente dos proprietários da fazenda e charqueada da Graça, contabilizou 23 fábricas na margem direita do arroio Pelotas e oito na margem do Canal São Gonçalo:

> A descrição dessa área fabril, iniciou na serra dos Tapes e passou pelas datas de matos, alcançando o arroio "Quilombo" e a sesmaria propriamente dita. Desceu o Pelotas, em direção ao oriente, cruzou o Retiro e, acompanhando a dobra que fazem as águas do arroio, o Cotovelo. No mesmo sentido, atingiu o Cascalho, a Boa Vista, a Costa, o Areal e o Atoladouro, e, por fim, na Boca do Arroio, avançou pelo Canal São Gonçalo, tomando rumo do interior; chegou ao Passo dos Negros, à cidade e à Tablada. Ao longo da travessia, localizaram-se as charqueadas e os locais de apoio da produção. Especificaram-se os programas, os materiais e as técnicas de construção. Ao mesmo tempo, relataram-se fatos, acontecimentos e atos das pessoas que viviam, exploravam, produziam e organizavam esses lugares. Destacaram-se alguns proprietários e a população servil de cada estabelecimento. Possivelmente, esboçou-se o que tenha sido o palco da escravidão no Rio Grande (GUTIERREZ, 2001, p.101).

No entanto, o avanço das redes ferroviárias incidiu sobre os fluxos dos rebanhos de gado na cidade. Concomitantemente a isso, o desenvolvimento urbano não permitia o trânsito de centenas de animais por suas vias públicas. Este conjunto de transformações, de acordo com Soares (2002), impactaram na substituição dos antigos espaços das feiras de gado para os recintos especializados dos leilões. Ademais, vale mencionar que a estrada do Monte Bonito era um eixo de circulação no sentido norte da cidade que unia à feira da Tablada. A origem do bairro Três Vendas decorre da intensa atividade comercial ao longo deste caminho. Foi preponderante,

---

[93] Os negócios efetuados na Tablada contribuíram significativamente para as atividades rurais e urbanas. A utilização da força da mão de obra escrava das charqueadas para a produção de materiais de construção como tijolos e telhas, fora dos períodos de safra, refletiam no espaço urbano, pois forneciam à construção civil materiais de construção de baixo custo (SOARES, 2002).

para a densificação desta área, a inicial ocupação da Serra dos Tapes, através das colônias de imigrantes europeus, fundadas na pequena propriedade familiar (alemães, italianos, franceses, irlandeses, polacos, russos, etc.). No final do século XIX o trecho inicial da estrada passou a ser conhecido como Estrada do Retiro, ali se encontravam armazéns coloniais, ou seja, casas comerciais que vendiam os tradicionais produtos da “cidade” (utensílios domésticos, roupas, ferramentas, etc.) e do “campo” (cereais, carnes, manteiga, mel, etc.).

Os proprietários, normalmente imigrantes alemães, com algum capital ou agricultores bem-sucedidos, chegavam na cidade em razão das colônias do interior. Destacavam-se os armazéns coloniais de propriedade de João Schild, Jacob Brod e Gustavo Brauner, e os da família Peter e Tessmann. Boa parte deles reinvestiu no comércio, em pequenas indústrias de cereais, na produção de embutidos e na aquisição de terras nesta área da cidade. Então, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o parcelamento gradual das Três vendas, o principal bairro da zona norte da cidade.

Na década de 1920, com a extensão da linha de bondes, valorizaram-se as propriedades particulares daquela região. Assim, a Prefeitura municipal encarregou-se do parcelamento de parte do logradouro público da Tablada e promoveu a ocupação de uma ampla área na zona norte da cidade e das Três Vendas. O que ocorreu, a partir de 1929, através de sucessivos decretos municipais, do então prefeito João Py Crespo, cuja a família era proprietária de terras no local. Dessa maneira, realizou-se a divisão e a distribuição de parcelas da Tablada para entidades privadas e com fins institucionais. Entre elas, a Sociedade Agrícola Pelotense recebeu uma área de 40 hectares para a construção de um moderno espaço de exposições de gado e de produtos agrícolas.

Além disso, a Prefeitura municipal instalou um Campo Experimental de Cultivos, ocupando 120 hectares da fazenda. Esta operação se articulou com uma medida anterior do ano de 1923, que fundara o Patronato Agrícola Visconde da Graça, uma escola agrícola com 200 hectares para filhos de agricultores na extremidade norte do terreno da Tablada, tais políticas optaram por usos não urbanos, reforçando a condição de franja periférica.

Por seu turno, no ano de 1930, segundo o autor, a entidade privada do Jockey Club recebeu 40 hectares para o seu hipódromo, iniciado em 1932. No ano de 1933, implantou-se o Aeródromo Municipal também em parcela da Tablada. Ao final, todas

estas operações não contemplaram a construção de habitações populares, ficando a cargo do setor privado, juntamente com os trabalhos de nivelamento dos terrenos e de construção da infraestrutura.

Entretanto, o mais ambicioso projeto da municipalidade à zona norte foi o Parque Municipal, numa área de 150 hectares da Tablada. Situado entre as Estradas do Retiro e do Arrozal, conectando o centro da cidade com o Patronato Agrícola, e a Estrada do Contorno, antigo Corredor das Tropas. Limitado, ao sul, por uma nova avenida recém projetada, a Dom Joaquim. Mesma avenida na qual a Igreja católica recebeu um terreno de doação, para a construção do Seminário Diocesano, no ano de 1944.

O anúncio da construção do Parque Municipal ocorreu em 1931, pelo prefeito Py Crespo. O projeto se inspirava segundo a moda dos grandes centros urbanos, com influência das cidades jardins e dos parques municipais. Seus idealizadores eram dois importantes técnicos de Porto Alegre que haviam trabalhado no projeto de reforma e melhoramento do Parque Farroupilha na capital do estado. O engenheiro-arquiteto Max-Hermann Schlüpmann (nascido na Westfalia em 1902, e emigrado para o Rio Grande do Sul em 1922) e o arquiteto da Prefeitura de Porto Alegre, Gastão de Almeida Santos, com especialização na Alemanha e chefe dos serviços de jardinagem da capital.

As áreas doadas à Sociedade Agrícola Pelotense, ao Patronato agrícola, Associação Rural, ao aeródromo e ao *Jockey Club* consumiram uma significativa parcela do Logradouro da Tablada. Na mesma área, também se praticou uma política de arrendamento de terras particulares que permitiram a cessão de até cinco hectares por vinte cinco anos, desde que seu uso fosse agrícola. A Sociedade Rádio Cultura também recebeu a concessão de terrenos na área destinada à instalação de sua antena de transmissão e a Prefeitura pavimentou com cimento, vias das Três vendas ao Retiro. Ao final, o parque não se consumou, porém os loteamentos projetados e os terrenos periféricos se valorizaram, pela expectativa de criação desta benfeitoria, assim como pelos demais investimentos do Poder Público municipal em melhorias da zona norte da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, com as mudanças relativas à passagem para o modo de produção capitalista, as obras civis de melhorias urbanísticas, promovidas pela Prefeitura, determinariam a contratação e a constituição de empresas com volume de capital e de recursos técnicos, que, até aquele momento,

ainda, não se faziam necessários. De acordo com Soares (2002), entre 1912 e 1930, foram realizados 17 loteamentos em terrenos da cidade, resultando em mais de 2000 lotes para habitação. Dessa forma, o parcelamento de propriedades em áreas periurbanas, tornou-se meio para acumulação da mais-valia obtida da venda do solo, permitindo, finalmente, a conversão da cidade num elemento central da estrutura capitalista.

O exemplo mais relevante, da época, foi o do bairro Simões Lopes, conduzido por Augusto Simões Lopes e Jorge Campello Duarte. As promoções da Vila Bom Jesus e do Jardim América (1930-1931) também foram significativas. Ambas, se consolidariam como marcos das grandes sociedades imobiliárias na cidade. Assim como, as Companhia Comercial Buxton Guilayn, Comercial e Construtora América S.A., Sociedade Imobiliária Pelotense Ltda. e Empresa Territorial Riograndense Ltda., e o loteamento da Vila Santa Terezinha de Jesus (1929) em terras de 14,46 hectares de propriedade de Caruccio e Rheingantz, viabilizando a densificação da zona norte da cidade.

Consequentemente, se no centro predominava a homogeneidade, reflexo da construção de habitações por profissionais, em locais com infraestrutura e controle das normas edilícias. Nos subúrbios, estabeleceu-se a heterogeneidade, resultante da produção da habitação sem qualquer infraestrutura, por proprietários de terras, predominando a falta de regramento e de fiscalização das leis. Contudo, esta ação não estava circunscrita apenas ao perímetro urbano; de fato a possibilidade de obtenção de ganhos, com a transformação de solo agrícola em urbanizável, também chamou a atenção dos proprietários de terras rurais próximas.

Para compreender a formação do que hoje é a maior parcela do rururbano municipal é indispensável, como se viu, analisar o encadeamento sócio histórico da expansão do eixo norte da cidade. Um processo que data do início do século XX e que transformou, fundamentalmente, antigas terras agrícolas em urbanas, pelo nascente êxodo rural. Todavia, a ocupação de boa parte do rururbano transcorreu de maneira um pouco mais tardia, em meados do século passado. Continuando até os dias atuais; dela, originaram-se os núcleos populacionais dos loteamentos Vila Princesa, Sítio Floresta, Corredor do Pestano, Vila Getúlio Vargas, Arco-íris e da própria Sanga Funda, isso, é o que se verá a seguir.

4.3.2 Loteamento Vila Princesa (1953)

Como já dito, o processo de adensamento populacional da região das Três Vendas tomou impulso nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Victoria (1994), as terras da Vila Princesa, próximas à ponte do Retiro no Arroio Pelotas, foram loteadas pela Imobiliária Sulina Ltda. Com a assinatura, no ano de 1953, do termo de responsabilidade junto à Prefeitura, aprovando o loteamento dos terrenos. Situada numa área de 140,73 hectares, dividido em 1.726 lotes, da antiga Granja Schild e de propriedade desta família de comerciantes.

A intenção era atrair a população migrante da zona rural do município para esta região entre o campo e a cidade. Então, segundo Soares (2002), projetaram-se quatro avenidas e 31 ruas em terrenos sem qualquer infraestrutura urbana. Para suprir a ausência da rede de abastecimento de água a promotora anunciou a construção de um poço artesiano. Seus lotes foram adquiridos por agricultores, particularmente, de origem alemã e pomerana, vindos da região do Monte Bonito, Cerrito Alegre e Arroio do Padre interessados na vida urbana e na proximidade com o meio rural.

De acordo com Silva (2009), procuravam manter seus laços familiares com as respectivas regiões de origem. Eram na maioria descendentes de imigrantes assentados nas colônias da Serra dos Tapes de diferentes municípios do entorno de Pelotas. Consonante pesquisa de Victoria (1994), sobre o loteamento, identificou que a maioria de seus moradores nasceram em colônias, granjas, fazendas e somente uma parcela menor é oriunda de vilas próximas. Além do mais, constatou, no cotidiano daquela população, traços de uma sólida herança rural, expressa na arquitetura vernacular das autoconstruções, na criação de animais silvestres e no cultivo de hortas, jardins e pomares. Recentemente, no loteamento viviam 2.918 habitantes, distribuídos em 1,35 Km²; ali existem: EMEI, EMEFs, UBS e a indústria arrozeira Josapar.

4.3.3 Loteamento Vila Sítio Floresta (1960)

No ano de 1960, a promotora Escritório Imobiliário Lar Gaúcho - mesmo proprietário da F.N. Carvalho e da Cerâmica Pelotense - em área próxima da Vila Princesa, loteou terras de Nestor Brauner, em frente à BR-116, de acordo com Ramos (2013). A nova promoção com área total de 150,66 hectares, dividida em 35 quadras

e 372 lotes, do tipo “chácaras rurais”, cada um medindo 3.000 m². O descendente de portugueses F. N. Carvalho foi pioneiro nas diferentes etapas do processo de produção imobiliário (parcelamento, promoção, financiamento e construção). Tanto que, entre 1950 e 1960, exerceu considerável influência no desenho da malha urbana da cidade por sua extensiva atuação, enfatiza Soares (2002).

Demarca Centeno (2001), que nesta região, até a década de 1970, predominavam granjas de cultivo do arroz. Situação verificável no testemunho dos engenhos e das chaminés em funcionamento às margens da BR-116. Além do mais, se desenvolvem diferentes atividades econômicas que perpassam da olaria à salga de couro e os pequenos comércios. Contudo, para Centeno, (2001, p. 47) a pastagem está perdendo espaço para as construções e o lugar, em suas palavras, “forja-se entre o arado e o asfalto”.

Portanto, configura-se um conflito entre aqueles que retiram seu sustento do cultivo da terra e os empreendimentos imobiliários que fracionam o solo em parcelas menores. Atende-se a lógica do mercado formal, facilitando a comercialização dos lotes, enquanto potencializa-se as margens dos lucros. Muitos dos seus moradores são da colônia municipal; entre elas Bachini, Cascata, Santa Áurea, Santo Antônio e de cidades próximas como São Lourenço, Arroio do Padre, Camaquã, Canguçu e outras. O nível educacional formal não costuma ultrapassar o ensino fundamental e a renda mensal é modesta. Normalmente até três salários mínimos. Logo, as gerações seguintes procuram se instruir e não dão continuidade às profissões de seus pais. Já, em termos de equipamentos públicos, encontram-se uma EMEF e uma UBS.

4.3.4 Loteamento Corredor do Pestano e Vila Getúlio Vargas

Em situação completamente diversa, dos casos mencionados anteriormente, ergueram-se estes dois loteamentos. Posteriores à formação das vilas na zona norte, originado da distribuição de terrenos e chalés pela municipalidade às famílias de catadores ou de sem tetos, de áreas de risco afastadas e de regiões próximas à canais alagáveis, segundo Soares (1995). Populações que padeciam de diversos problemas, reassentadas onde não existia qualquer infraestrutura urbana, postos de saúde, escolas, nem água encanada, somente mato e terra vermelha, de acordo com Martins (2016). Mais especificamente, o loteamento Corredor do Pestano, serviu de abrigo aos flagelados da grande enchente de 1977 das regiões ribeirinhas dos canais São

Gonçalo e do Santa Bárbara. Assim, em severa precariedade, fundou-se o parcelamento do Núcleo Residencial Corredor do Pestano e Vila Getúlio Vargas, este último anexado no ano de 1989.

O loteamento Corredor do Pestano, de 1978, é tido como o primeiro conduzido pelo Poder Público municipal para a população de baixa renda. Posteriormente, se sucederam os loteamentos Navegantes, Getúlio Vargas e Dunas, de acordo com Soares (1995). Mais recentemente, nas primeiras décadas dos anos 2000, se seguiram, os casos, do Ceval (2006), Osório (2013), Anglo (2014)[94] e Novo Milênio (2015).[95] Até o ano de 1995, viviam no Corredor do Pestano, aproximadamente 1.222 famílias. Muitas delas migrantes de municípios vizinhos, a procura de emprego. Principalmente, Canguçu, São Lourenço, Arroio Grande, Camaquã, Capão do Leão e outros. Pessoas com alto índice de mobilidade intraurbana, morando em até quatro áreas diferentes do município, por não conseguirem arcar com as custas do aluguel do imóvel.

Expressivo foram os que venderam suas casas, pela elevação das taxas de água e do IPTU, em razão das melhorias na infraestrutura urbana e pelo consequente processo de valorização imobiliária das áreas. Em média, a renda familiar mensal, era equivalente a um ou dois salários mínimos; nas famílias de menores rendas as mulheres chefiavam os lares. Entre os homens as ocupações predominantes se voltavam a prestação de serviços autônomos, como serralheiros, mecânicos, carreteiros, entre outras. Por sua vez, as mulheres eram majoritariamente “donas de casas”, muitas nem alfabetizadas, ou com baixa escolarização, não ultrapassando a 5º série. Aquelas com alguma remuneração, trabalhavam em serviços domésticos ou de limpeza. O atraso e o abandono escolar de crianças, entre 7 e 10 anos, e de jovens, acima dos 15 anos, era considerável, reproduzindo a situação de baixa escolarização de seus pais. As habitações sempre modestas e de pouco conforto, autoconstruções executadas por cômodos, de tijolos revestidos e de habitabilidade precária.

---

[94] Os estudos de (MACHADO, 2014), (JANSEN, 2015) e (PARLATO; DOS SANTOS e MEDVEDOVSKI, 2022) coincidem quanto as características dos moradores dos loteamentos Osório e Ceval e Anglo, apontando a alta vulnerabilidade social e risco destas populações originalmente assentadas em áreas ribeirinhas da cidade.

[95] Ocupação localizada em terreno da antiga fábrica de conservas Agapê (SALES, 2019).

Por sua vez, no vizinho Getúlio Vargas encontram-se equipamentos públicos coletivos como EMEFs e UBS. Todavia, até o momento, não se resolveu a situação do esgoto doméstico, permanecendo em valetas. Lamentavelmente, perdura o estigma social sobre os moradores do bairro, por vezes, tidos como criminosos (MARTINS, 2016). Viviam 5.567 pessoas distribuídas em 0,917 Km² (LOPES, 2014). O processo histórico de expansão do eixo norte da cidade continuou com a construção do Bairro Arco-íris (1981) e, no ano seguinte, da Vila dos funcionários municipais na região da Tablada, segundo Ramos (2013). Na seção a seguir, apresenta-se os aspectos antecedentes, mais relevantes, verificados na formação da localidade da Sanga Funda.

4.3.5 Os antecedentes

Afim de explanar sobre as origens da Sanga Funda é necessário, primordialmente, pontuar alguns de seus elementos antecedentes. Subsídios considerados relevantes para a sua formação, diretamente atrelada à cultura do arroz. Assim, frisa-se que a partir da Primeira Guerra Mundial, com a elevação dos preços dos gêneros agrícolas, houve a expansão das plantações do arroz no estado.

De acordo com Pesavento (2014), desde o seu princípio, este cereal, constituiu-se como uma cultura específica, diferindo do restante da produção agrícola gaúcha. Pelas medidas protecionistas do governo federal que aumentavam as tarifas de importação deste produto. Nos anos de 1896, 1903 e 1906 com a suba do preço no mercado interno do arroz importado, as condições tornaram-se mais favoráveis aos produtores nacionais. No cenário gaúcho, como consequência imediata destas políticas tributárias, verificou-se a expansão do cultivo de arroz. Sobretudo, na região de Cachoeira, onde os grandes proprietários já haviam introduzido técnicas de irrigação e alguns dos implementos agrícolas mais modernos.

Via de regra, estas terras eram de pecuaristas latifundiários, fazendo do arrendamento uma prática muito comum no cultivo do cereal. Condição que implicou no encarecimento do preço da terra, repercutindo em toda a estrutura agropecuária. Lançaram-se nesta atividade desde comerciantes, banqueiros de origem alemã, pecuaristas – criadores e charqueadores – e alguns poucos elementos das camadas médias urbanas. Além do mais, o arroz gaúcho adentrou os mercados da Argentina e do Uruguai, já que as importações do produto italiano se encontravam paralisadas

durante a guerra. Por sua vez, o comércio deste produto para a área platina aumentou as vendas de trigo dos mesmos países para o Rio Grande, pelo aproveitamento dos fretes de retorno.

No ano de 1898, em Pelotas, Lucio Cincinato Soveral, utilizando de sementes providas pela Sociedade Agrícola e Pastoril, instalou o primeiro canteiro de arroz do município. Alguns anos depois, de acordo com Abuchaim (2013), em 1903 os irmãos Frederico Carlos e Ernesto Augusto Lang, se associaram ao agricultor Maximiliano Saenger, fundando a firma Saenger & Irmãos Lang, inaugurando a primeira lavoura de arroz irrigado e inundada por bombeamento mecânico do Brasil. Na lavoura, na costa do Arroio Pelotas, foram plantados 100 sacos de semente, numa área de 60 hectares, arrendada do Cel. Alberto Rosa.

No ano de 1907, Cel. Pedro Osório[96] faz sua primeira tentativa de cultivo de arroz, plantando 40 sacos de semente, em 30 hectares em suas terras no Cascalho, tendo como administrador Francisco Malaquias de Borba. A lavra da terra, feita por arados puxados por bois, e a irrigação pela elevação da água do arroio Pelotas, por um motor Lanz. Em 1908, Osório funda sua primeira sociedade, em parceria com João Schild, sob a razão social de Osório & Schild, plantando 200 hectares de arroz irrigado. Devido ao sucesso comercial se seguiram outras; a seguinte com Malaquias de Borba, Osório & Borba, nesta segunda seção, também no Cascalho, totalizou 350 hectares. A terceira foi com o Cel. João Simões Lopes, na qual Osório forneceria o capital e Lopes se encarregaria da produção, sendo que a plantação da Osório & Simões se deu em terras no Cotovelo adquiridas por Osório.

No ano de 1909, Osório desativa a Charqueada do Cascalho e transfere o equipamento para a Charqueada São Gonçalo, construindo no local o Engenho do Cascalho que funcionou até o ano de 1931, segundo Abuchaim (2013). Em 1912, nos arredores das charqueadas e lavouras, construiu casas e escolas para seus trabalhadores. Tinha como objetivo colher uma grande quantidade de arroz,

[96] Natural de Caçapava, região norte do Estado, nasceu no ano de 1854 e faleceu em 28 de fevereiro de 1931. Chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense, de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Iniciou a vida profissional aos 14 anos como tropeiro, transformando-se numa das figuras mais importantes de Pelotas e do sul do Estado. Tanto que, um ano após sua morte, o logradouro público mais relevante da cidade recebeu seu nome e, no centenário de seu nascimento, ergueu-se um monumento feito por Antônio Caringi em sua homenagem na praça que leva seu nome (ABUCHAIM, 2013).

atendendo um pedido do governo federal e contribuindo para emancipação do Brasil da importação do arroz italiano.

Obteve sucesso e transformou-se no maior produtor de arroz do mundo, não somente pela extensão de suas culturas, mas também pelo conjunto de seu aparelhamento, recebendo o título de *Rei do Arroz*. Em pouco tempo, converteu em cultura extensiva, aplicando orientação técnica e capital de setores do comércio e da pecuária, estendo o seu cultivo no litoral da Lagoa dos Patos e, posteriormente, nos municípios da zona central do Rio Grande do Sul.

O surto arrozeiro, desencadeado desde a Primeira Guerra, ganhara novo fôlego, no ano de 1920, atingindo o terceiro lugar nas exportações, o que denotava que a economia estadual começava a se diversificar, a partir de alguns novos setores em expansão. Para Pesavento (2014), a conjuntura favorável ao cultivo de arroz durou até 1924, em virtude da concorrência com produtos paulistas e italianos que chegavam ao mercado do Prata em melhores condições. A grande safra de 1926 veio a agravar a crise, ao provocar a queda do preço no mercado.

Quanto a pecuária, o panorama depressivo do pós-guerra se abateu, mas não em toda economia gaúcha, tratou-se de um período propício ao avanço do imperialismo estrangeiro sobre a pecuária gaúcha. De acordo com Pesavento (1980), à medida que se configurava a crise econômico-financeira os representantes da classe dominante pecuarista movimentavam-se na tentativa de solucioná-la. Para estes, as causas se deviam às deficiências do estado, relativas à fatores de crédito, transportes e mercado, o que incluía as nocivas atitudes dos frigoríficos estrangeiros[97]. Ao final deste processo as críticas e os ataques se voltaram contra o poder instituído, que se mostrou incapaz de reverter a crise. No entanto, o problema era resultante da forma de inserção dependente de uma economia como a brasileira em um capitalismo mundial. No caso da pecuária gaúcha, com o domínio dos frigoríficos estrangeiros, está condição ficara mais grave, já que seu produto de

[97] Manifestava-se aqui a intensa luta travada pelos dois grandes blocos de frigoríficos mundiais: ligados ao Grupo de Chicago e o concorrente londrino, não menos importante, dos *Vestey Brothers*. Quanto aos The Big Four, de Chicago, haviam se transformado em três poderosos grupos, pois a *Morris* fora absorvida pela *Armour*. Com o domínio do mercado mundial da carne, a competição entre os frigoríficos, denominada no Prata de *Guerra da Carne,* bem demonstrava o processo de declínio do imperialismo britânico e a ascensão das companhias norte-americanas (PESAVENTO, 1980).

exportação encontrava-se mais suscetível as flutuações e às crises do mercado internacional[98].

Os reflexos sociais desta situação resultaram em insatisfações para os trabalhadores dos setores agrícolas e da pecuária, em razão da baixa remuneração percebida. Para Pesavento (2014), nas fazendas de criação apenas parte do salário dos peões era pago em dinheiro, o restante era concedido pelo direito à moradia e no uso de pequenas extensões de terra à produção de alimentos para própria subsistência. Por sua vez, com o completo cercamento dos campos e a introdução de alguma tecnologia nos métodos criatórios, diminuiu-se a necessidade de mão de obra, acentuando o êxodo rural, que se manifestava desde os anos de 1930. Combinadamente, o nível de industrialização do estado não absorvia a mão de obra disponível, sem qualquer especialização, em suas fábricas. Com isso, se formaram vilas marginais, na periferia das cidades, abrigando todo um novo contingente populacional, egresso do campo, que sobreviveria em nível de subemprego.

No que tocava à lavoura colonial a situação também não fora nada favorável em razão do baixo nível destes minifúndios, um fator limitante para produtividade; assim como pela política de baixos preços imposta pelo capital industrial e/ou comercial para os produtos agrícolas. As máquinas eram inacessíveis aos pequenos produtores, sem o crédito necessário para adquiri-las e as terras encontravam-se concentradas. À vista disso, as possibilidades de expansão da policultura se encontravam inviabilizadas, de tal sorte que o Rio Grande, nos anos de 1950, fora o estado com maior número de emigrações para outras regiões do país. Enquanto isso, outra parte dessa massa rural migrava para as cidades, nas vilas populares da periferia urbana, misturando-se aos que já haviam largado o latifúndio pastoril ou agrícola.

Quanto as indústrias, segundo Pesavento (2014), predominavam as de transformação simples de produtos agropecuários, sendo as mais comuns na área de alimentação. Se concentrando no arroz descascado, moagem de trigo, vinho, banha, conservas de frutas e doces. A exceção era a sofisticada linha dos produtos frigoríficos

[98]Na realidade, estavam operando muitos frigoríficos mundialmente, ao lado do Prata e do Brasil, como Nova Zelândia e Austrália que solicitavam sua preferência econômica no mercado britânico. A superprodução levou à queda do valor dos artigos frigorificados e, para transferirem suas perdas para os criadores, as empresas restringiram o abate. Especialmente no Prata os estancieiros foram obrigados a pagar grande parte do custo da guerra da carne (PESAVENTO, 1980).

monopolizadas por empresas estrangeiras. O estado ainda tinha destaque no ramo têxtil, calçadista, fumageiro, químico simples, com uma expressiva produção metalúrgica da Eberle. Diante desse pano de fundo socioeconômico se fomentaram as condições necessárias para a densificação populacional do atual rururbano municipal e da própria Sanga Funda, como se verá a seguir.

4.3.5.1 A Sanga Funda (1940)

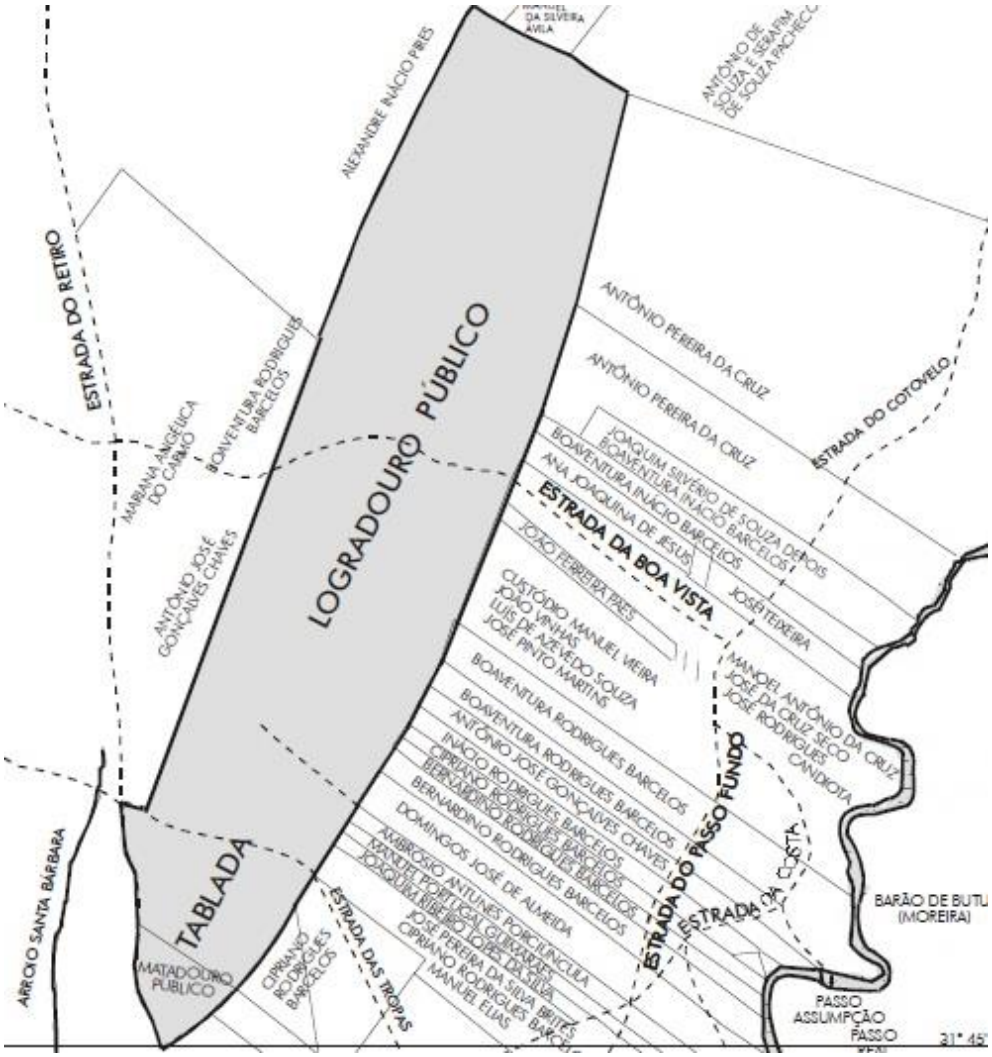
Como já mencionado, a região da Tablada desempenhou um papel imprescindível para o surgimento de Pelotas. Nela, os rebanhos eram comercializados por tropeiros aos donos das charqueadas, servindo de abastecimento de matéria prima para a produção saladeiril. Isto, propiciou-se o acúmulo de capital que impulsionou as mudanças econômicas e sociais que fariam o município se destacar como um importante centro econômico. A região da Sanga Funda, como se pode visualizar na figura 75, ocupa parte do que foi o Logradouro Público da Tablada, estando circunscrita por propriedades charqueadoras e estâncias. Entre elas, a charqueada do Cascalho[99], e a estância da Graça de João Simões Lopes, entre outras.

Assim, superado o auge do ciclo charqueador o cenário econômico tornou-se favorável ao cultivo do arroz, fazendo com que no ano de 1909, a Prefeitura municipal construísse a Estrada do Arrozal, conectando a Tablada com a localidade da Sanga Funda. De acordo com Soares (2002), a nova estrada ligava a cidade com a região das plantações de arroz e seu trecho inicial se estendia por 1.015 metros. Por sua vez, a Sanga Funda ocupava uma área de 253,65 hectares divididos em 12 quadras e 116 lotes, em terras ao norte do antigo Logradouro Público da Tablada. A dimensão das parcelas tinha com intuito manter os usos rurais. Por tratar-se de uma região de solo argiloso, instalaram-se diversas olarias que abastecem o mercado da construção civil e o processo de crescimento urbano.

---

[99] A primeira proprietária da charqueada do Cascalho foi Joana Maria Bernardina, filha de Manoel Domingues, charqueador e proprietário de estabelecimento lindeiro, localizado no Cotovelo. Adquirida em 1886 por Cel. Pedro Osório, local onde depois construiria o seu Engenho do Cascalho (ABUCHAIM, 2013).

Figura 75 – Planta da Tablada e do logradouro público em parte do que é atualmente a Sanga Funda



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.174.

Para escrutinar em detalhes a ocupação da Sanga Funda, recorre-se às entrevistas realizadas com os habitantes. De acordo com as informações obtidas, entre as décadas de 1940 e 1960, a região era fracamente povoada, constituída de poucos habitantes distribuídos em casas esparsas. Conforme relato da moradora mais antiga, que confirmou essa situação, o que se pode aventar é que até a década de 1940 eram raros os que viviam naquelas terras. Somente anos mais tarde, e de forma paulatina, inicia-se um processo de doação de terras, por parte da Prefeitura municipal, aos interessados:

> Eu sou a moradora mais antiga da Sanga Funda. Eu casei e fiquei aqui cuidando e morando com minha mãe e meus dois filhos. Nós pagamos imposto, nós temos direito, porque as terras eram dos nossos avós. Eu conheci isso aqui, era tudo campo aberto, sem nenhuma casa. Meus pais diziam que as terras para lá eram de duas senhoras, mas não sei se vivem, se doaram para a Prefeitura, ai cada um começou a pegar um pedaço e foram fechando. Iam na Prefeitura, mediam tantos metros para ficar tomando conta,

> usando, fazendo a casinha. O povo que mora lá para baixo eu não conheço, nem sei quem é (Sra. M).

Ainda de acordo com seu depoimento, naquela época e ao longo de sua juventude, o cotidiano era semelhante ao modo de vida rural. Quanto ao tamanho das famílias, apesar de serem em número reduzido, eram extensas e suas rendas derivavam de atividades relacionadas ao cultivo da terra e da leitaria[100]. Em virtude desta situação não contavam com direitos previdenciários[101]. Tais direitos só foram conquistados décadas mais tarde pelos trabalhadores rurais:

> A minha vida foi sempre trabalhando, com lavoura, leitaria, os meus pais não tinham recurso. Naquela época, não é como hoje, que todo mundo tem né. Não se tinha aposentadoria, nem direito a nada, tudo era a baixo do dinheiro, era difícil a vida. Foi muito difícil pros meus pais nos criarem, eram uns quantos filhos. Mas, aqui pra viver na Sanga Funda era muito bom, era bem melhor do que agora. Naquela época era pouca vizinhança e todo mundo se dava bem. Meus pais tiveram dezesseis filhos aqui, alguns ela perdeu, nos criamos em doze, eu era a mais moça da família (Sra. M).

Ela explicou que os produtos da plantação familiar eram transportados de carroça até o Mercado Central, único destino para o comércio de hortaliças da cidade. Também evidencia a autossuficiência em gêneros alimentícios e de vestimentas, pois os artigos eram produzidos pelas próprias famílias:

> O que a gente plantava, meu pai levava de manhã cedo, de carroça de colônia, puxada por dois cavalos, para vender no Mercado Central, atacado não existia, porque a cidade era pequena. Não se comprava nada, era tudo colhido em casa. Minha mãe tinha máquina de costura e fazia as nossas roupas (Sra. M).

Pelo seu relato, é possível se ter uma ideia de como o ambiente era propriamente rural, as ruas nem haviam sido abertas e os minguados ranchos feitos com técnicas tradicionais, erguidos com torrões extraídos diretamente do solo. Sua

---

[100] Sobre a produção de leite foram certamente os imigrantes portugueses os primeiros criadores de gado. Embora o gado de corte tenha sido a base de sua economia, as vacas de leite serviam para o consumo próprio da família e de seus agregados. Com a vinda dos imigrantes alemães a criação leiteira aumenta, uma vez que o gado de leite, era condição primordial para fabricação da manteiga, coalhada, nata, sendo artigos necessários para sua própria alimentação e o excedente comercializado. (HAMMES, 2010c).

[101] A inclusão efetiva do trabalhador rural no campo da legislação previdenciária veio somente a se concretizar no ano de 1963, da aprovação da Lei 4.214, de 2 de março, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, que criava, entre outras medidas, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). Posteriormente, este Estatuto sofreu reformulações pelo Decreto-Lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, assim como pelo Decreto-Lei 564, de 10 de maio de 1969 entre outros que se seguiram nas próximas décadas (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

fala seguinte evidencia a ausência de estabelecimentos comercias e de ensino próximos, devido ao isolamento da região, repercutindo na manutenção de costumes, que perpassavam pela construção das casas, do consumo e do acesso à determinados alimentos e do grau de educação formal dos filhos. Uma vez que, naquela período, se enfrentavam restrições no acesso de diversos bens e serviços:

> Naquela época não tinha ruas, nem colégio, para estudarmos tínhamos que ir a pé até perto do CAVG, era o único que tinha. Meu pai fez a nossa casa de torrão, e de telha, era de chão batido, não tinha piso. Ele cortava ai na frente, aqueles torrão grande assim, foi a casa em que nós nos criamos. Nem existia tijolo pra vender aqui perto, nem ferragem nem olaria. Depois para comprar alguma alimentação era lá na Boa Vista, perto do cemitério (Sra. M).

Ainda relatou que seu marido trabalhou por mais de duas décadas em uma granja próxima, este registro expressa que além dos que trabalhavam por conta própria, havia os empregados dos granjeiros. Assim, afere-se que a troca era um costume rotineiro, configurando uma espécie de escambo entre vizinhos, em que aquisição de determinados artigos ocorria por intercâmbio. O que pode ter correspondência com a necessidade de se estabelecer uma boa relação entre os raros moradores das imediações:

> O meu marido trabalhou 25 anos em granja era da Galatéia, quando casamos ele veio morar aqui. Para levar meus filhos ao médico só de carroça. No tempo do meu pai, os vizinhos eram muito unidos, amigos e se visitavam. Se um não tinha o outro oferecia o que era seu. Caminhonete eu só vi aqui na Sanga Funda, quando eu já tinha meus filhos criados. Aqui ninguém comprava nada os vizinhos se trocavam tinha em fartura (Sra. M).

Por fim, revela que a única água, própria ao consumo, provinha de poços artesianos e que para lavar roupas e dar de beber aos animais, utilizava água da sanga, que naquela época era livre de contaminações. A chegada da rede elétrica, de água e do transporte coletivo ocorreu só posteriormente:

> O ônibus foi muitos anos depois, não tinha luz, nem água encanada, só água de poço que eu tenho até hoje e consumo a água dele, porque é bem clarinha sem perigo de ter problema. Quando não tínhamos o poço, carregávamos de aqui próximo, de um tio que morava ali passando os eucaliptos, mas hoje não existe ninguém mais dos antigos é tudo gente nova. A água da sanga a gente trazia só para os animais e para lavar as roupas, mas era uma água limpinha, não tinha esgoto nem essas coisas das olarias (Sra. M).

De acordo com os relatos, de outra residente, acredita-se que até a década de 1960 a situação não sofrera grandes transformações. Segundo o seu depoimento, permaneciam raras as residências, todas sem banheiro, predominando a criação do gado solto no campo. Até aquele momento, mantinha-se um isolamento, sem linhas de transporte coletivo, nem água encanada nem rede elétrica, nem de telefone, que só chegariam no ano de 1975:

> Por volta do ano de 1963, não tinha quase nada de casa aqui, umas duas ou três. Carro, só nós que tínhamos e um outro vizinho. Quando eu vim pra cá o gado era criado solto. No começo, o fim da linha do ônibus era lá no supermercado Krolow, cansei de vir a pé de lá. Naquela época não existia nem o bairro Arco-Íris, era um retão só e sem asfalto. Ônibus só em dois horários, um pela manhã e outro à tarde. Era uma dificuldade quando se tinha que sair da vila, quando alguém adoecia, nos chamavam para levar, porque, era o único carro que tinha. Aqui havia, somente um ranchinho de torrão na época, seguindo reto, uma casa de material, abaixo da nossa, um outro rancho e algumas poucas olarias. A água só tinha de poço, o primeiro telefone foi o nosso. Não tinha banheiro na casa, era patente, banho era numa bacia enorme de zinco. Quando eu casei, em 1970, eu ganhei de presente dois lampiões, porque luz não tinha. Em 1975, veio a luz elétrica. (Sra. C).

A mesma entrevistada relatou que seus pais abriram uma venda e, logo após, administraram um salão de baile na Sanga Funda. Na década de 1970, juntamente com seu sogro, passou a abater a carne de rês, que comprava de vizinhos criadores, comercializando-a ainda fresca. Foi somente em 1975, com a chegada da energia elétrica, que foi possível instalar uma serra elétrica e uma câmara fria. Logo a produção aumentou, consideravelmente, e o que fora inicialmente um açougue converteu-se num frigorífico:

> Meus pais abriram uma venda e depois um salão de baile. Eu casei, no ano de 1970, meu sogro vendia carne e depois acabou ficando para o meu marido. Depois virou o frigorífico e estou com ele até hoje. No começo, a gente vendia carne só aqui, não distribuía pro centro. Comprávamos uma rês aqui dos vizinhos e abatíamos. Depois foi aumentando, o pessoal do centro começou a vir buscar de carro, a carne ia fresquinha, pingando sangue, porque nem tinha câmara fria. Começamos a vender muito no açougue, como não tinha luz, cortávamos tudo na serra de mão. Até me rendeu um nervo da mão de tanto serrar. Em 1975, quando veio a luz, conseguimos comprar uma serra elétrica, colocar uma câmara fria e aí vendíamos umas vintes reses durante a semana, vinha muito servidor público, parecia uma festa na sexta e no sábado de tanta fila que fazia. Isso durou por muitos anos, vendíamos muito capão, depois o pessoal passou a buscar carne, então tivemos que aumentar o frigorífico. Então, compramos um caminhão Mercedes 608 e passamos a distribuir a carne no centro. Eu e um funcionário, fazíamos as entregas no centro, meu guri tinha 9 anos na época. Eu dirigia o caminhão porque tinha carteira, quando meu filho fez 13 anos, ele fazia entrega junto com o outro irmão. Em 1980 a gente já vendia carne pro supermercado. Hoje atendemos em torno de cem clientes entre açougues e supermercados (Sra. C).

O depoimento de outro cidadão confirmou que até o fim da década de 1960 a situação mantinha-se quase inalterada, permaneciam os ranchos de torrão e se vivia da agricultura e da leitaria, em pequenas propriedades rurais. O deslocamento era predominantemente feito por charrete ou carroça e até aquele momento só existiam duas olarias. Os sobrenomes das famílias indicam as origens luso e teuto brasileiras:

> Por volta do ano de 1968, cinquenta anos atrás eram poucas casas, no começo tinha muito agricultor e leitaria. Cada propriedade tinha cerca de no máximo três hectares. A maioria das casas era feita de torrão, cobertas com palha, ou ainda os chalés, as de material eram poucas. As famílias que

> moravam aqui era os Rodrigues, os Fonseca, os Haerter, os Grimm, os Seus e outras. Olaria, era só a do Márcio que o Guido comprou dele. O ônibus só tinha em três horários, nem tinha carro era tudo charrete e carroça. Energia elétrica não tinha, era na base do liquinho, quem colocou foi o prefeito Ary Alcântara, no ano de 1975. Naquele tempo haviam boas estradas, a Prefeitura tinha uma turma, aqui da Sanga Funda mesmo, que limpava as valetas tudo com enxada. Caminhão naquela época tu não via circulando nas estradas da Sanga Funda, só via na BR-116 (Sr. F).

Por sua vez, segundo um outro morador, a partir da década de 1970, mudanças resultaram no aumento significativo da população, passando de um local com alguns ranchos esparsos para um povoamento de aproximadamente quinhentas casas, já com algumas ruas e outras olarias:

> Quando eu vim pra cá, em 1972, não tinha quinhentas casas aqui. A rua 7 era só um trilho de bicicleta, o ônibus para pegar tinha que ser lá no colégio e aqui enchia de água. Nem tinha muitas das ruas era só um trilho de charrete e carroça. Na época de olaria eram umas duas ou três, tinha o Guido e o Oli, eram poucas. Tinha que cavar na barreira de picão e um borquete no trator para levar até o galpão, não tinha nem caçamba (Sr. E).

Assim, em meados década de 1970, com o provimento da rede de energia elétrica e de telefonia, concomitantemente ao começo do parcelamento de antigas propriedades rurais, intensificou-se o processo de adensamento populacional, pelo estabelecimento de novos habitantes, em sua maioria de cidades próximas. Iniciando, alguns anos mais tarde, a ocupação do que viria a se tornar o loteamento Arco-íris:

> Então, começaram a vender lotes e vinha gente de Canguçu, Piratini, do interior de São Lourenço e virou o que é hoje aqui. Alguns ficaram com propriedades de meio a um hectare e seguem como hortifrutigranjeiros. Ali, onde é o SEST/SENAT, o Arco-íris, o Arco baleno e o Liberdade era tudo leitaria. Arco-íris é de 1979, depois que o proprietário faleceu os filhos venderam (Sr. F).

Outro entrevistado indica que o abastecimento da rede de água provocou um novo surto de migrações para a localidade:

> Desde que eu vim para cá, triplicou de gente. Quando vim para cá não tinha nem água encanada aqui, demorou uns três ou quatro anos foi no tempo do "governaço" que botou essa água, era só por cacimba, e o telefone foi logo depois, umas quantas pessoas ainda tem cacimba na Sanga Funda. (Sr. B).

Perante os dados apurados através de entrevistas e por diferentes fontes bibliográficas, constata-se que a ocupação da Sanga Funda coaduna com fatores relativos aos ciclos de crise e de prosperidade da economia agropastoril gaúcha, conjuntamente com algumas transformações político-econômico do país. Inicialmente com a matriz agropastoril e charqueadora, que se consolidou como a principal atividade nos grandes latifúndios, dos senhores que representavam à elite sesmeira. Posteriormente, com o declínio desta tradicional fonte econômica, e pela substituição

pela orizicultura. Décadas mais tarde, nos anos de 1970, pela expansão da indústria de alimentos pelotense.

No princípio do século XX, Cel. Pedro Osório, importante pecuarista, empresário e líder político do período, amplia a área de cultivo deste cereal em suas propriedades na região, participando do surto arrozeiro que acometeu o estado e o país. Em 1909, para facilitar o escoamento da produção, a municipalidade constrói a Estrada do Arrozal, atestando a hegemonia desta cultura no contexto local. Provavelmente muitos dos primeiros moradores da Sanga Funda trabalharam nestas granjas, no Cascalho, no Cotovelo e arredores, vivendo em pequenas propriedades rurais, em casas de torrão, sem perder o costume do cultivo da terra e da prática da leitaria.

Entre as décadas de 1920 e 1930, com a doação e o parcelamento de terras de grande parte do antigo Logradouro Público da Tablada, principia a urbanização da zona norte da cidade. A inauguração do Patronato Agrícola Visconde Graça, em 1923, destinado ao ensino de técnicas modernizantes da agricultura para filhos de agricultores, aparentemente sugere uma possível presença de famílias vivendo nas cercanias[102]. No primeiro momento da expansão da zona norte, a Sanga Funda ficara de fora deste processo, mantendo-se sem alterações significativas até princípio dos anos de 1970, conforme verificado nas entrevistas.

Em meados desta mesma década com a crise econômica, que encerra o período do milagre econômico brasileiro, inaugura-se um novo ciclo de periferização municipal, trazendo consigo novos habitantes, em sua maioria jovens do meio rural de municípios próximos à procura de melhores oportunidades. O que é confirmado pelas entrevistas e através da pesquisa de campo, na qual observou-se um expressivo número de famílias que ainda vivem da produção de hortifrútis. Em grande medida, estes migrantes rumaram para áreas ociosas remanescentes da antiga Tablada. Neste processo detinham apenas contratos de compra e venda dos imóveis, obrigando-os a regularizar junto à Prefeitura municipal.

---

[102] Pesquisa de Vicente (2010), sobre os primeiros anos do Patronato Agrícola Visconde da Graça, conclui não ser possível afirmar se os alunos da Instituição eram provenientes da zona rural. Ainda aponta que muitos sequer concluíam à formação rural profissionalizante, tendo que abandonar os estudos para contribuir no sustento familiar. Apesar da pouca idade, boa parte era órfã de pai ou de mãe, isso quando não de ambos, segundo o referido estudo.

Conforme os relatos, em primeiro lugar, pesou na escolha a disponibilidade de terras e a presença de parentes que já moravam no lugar. A densificação se dá, a partir do ano de 1975, com a implementação paulatina da rede elétrica, de telefonia, do transporte coletivo e de água tratada no decorrer das décadas seguintes. Com isso, desencadeia-se o parcelamento informal de terras agricultáveis, em lotes menores, orientados à comercialização com fins residenciais e que ainda vigora. Na década de 1980, com um incremento no número de olarias no local, um novo contingente de pessoas encaminha-se para a localidade, por subsistência. Encerradas as considerações sobre os elementos fundamentais referentes ao desenvolvimento da relação campo-cidade municipal, desde suas origens até os seus desdobramentos na realidade da Sanga Funda, o próximo capítulo volta-se à última etapa do método dialético lefebvriano.

5 A condição do homem simples na Sanga Funda

5.1 O momento histórico progressivo

Encerrados os momentos precedentes desta investigação, referentes às complexidades horizontal e vertical, respectivamente, direcionados ao caráter descritivo do objeto, seguido do reconhecimento de fatores determinantes às particularidades da formação econômico-social e suas implicações espaço temporais, finalmente, alcança-se seu desfecho. Nessa etapa, seguindo as pistas do desenvolvimento desigual é que se confere sentido às manifestações de ruralidades persistentes nos entremeios do tecido urbano municipal.

Para tal, o capítulo se desenvolve pelos seguintes tópicos; no primeiro, intitulado ***As ruralidades desveladas***, procura-se apresentar as relações entre a questão da renda da terra e da concentração fundiária e seus liames com o campo e a cidade, pelo arranjo territorial municipal. Verifica-se como as transformações no modo de produção mantém certa disparidade entre técnica e modos de vida, resultando em dessincronização do tempo social.

Pela análise dialética identifica-se que as mudanças nas margens socioespaciais devem ser lidas pela compreensão de como o desenvolvimento desigual age para o ordenamento de novas ruralidades na contemporaneidade. Já a continuidade deste processo é abordada, sob a ótica da Sanga Funda, em ***A permanência do rural nas cidades industrial e de serviços***, demonstrando suas especificidades para a conformação socioespacial daquele local.

No último tópico, denominado ***Expropriação, apropriação e as ruralidades na Sanga Funda***, evidencia-se que as inequidades sociais oriundas da expropriação no campo e na cidade atuaram na localidade, fazendo da vida cotidiana destes sujeitos manifestações culturais intrínsecas das ruralidades, ao incorporar formas de resistência e de (re)apropriação dos pobres do campo frente aos dominantes, de acordo com suas possibilidades e contingências historicamente impostas.

5.1.1 As ruralidades desveladas

> *-Vi a colmeia e o curral; vi o pomar e o rebanho, vi a seara e as manufaturas; vi a serra , os rios, a campina e as cidades; e dos rostos e das auroras, de pássaros e de crianças, dos sulcos do arado, das águas e de tudo, estes olhos, pobres olhos condenados à morte, ao desaparecimento, guardarão na retina até o último milésimo da luz, a impressão da visão sublimada e consoladora: e o coração, quando faltar ao ritmo, arfará num último esto para que a raça que está se formando, aquilate, ame o glorifique os lugares e os homens dos nossos tempos heroicos, pela integração da Pátria comum, agora abençoada na paz.*
>
> Contos gauchescos & Lendas do Sul (LOPES NETO, 2009, p.15-16).

De certa forma o propósito da pesquisa tem relação com esta passagem da obra *Contos gauchescos & Lendas do sul (1949)* do autor pelotense e escritor regionalista João Simões Lopes Neto. Nela, o autor aparentemente empresta ao seu principal personagem Blau Nunes, o vaqueano, a essência do gaúcho, suas impressões sobre uma época de transição deste território rio-grandense. De uma sociedade de outrora, encarnada no seu personagem, o velho paisano; à formação de uma nova raça, conformada na integração da Pátria e na modernização das primeiras décadas do século XX.

Sob esse aspecto, é possível extrair da leitura simoniana que passado e presente se entrelaçam, sendo necessário interpretar o atual pelo entendimento das estruturas sociais que formam uma determinada sociedade. Nessa matriz o sociólogo José de Souza Martins, propõe a compreensão da sociedade brasileira contemporânea por seus elementos germinais, relativos à concentração da propriedade fundiária e que datam do período colonial. Em que a forma de distribuição da terra e a renda fundiária são questões centrais no entendimento das particularidades de nossa formação econômico-social.

Assim, constata que as suas marcas estão vivas, ao examinar nossa história lenta e aponta na posse da terra a condição fundamental de ascensão política e econômica. Conformada por relações clientelistas pela distribuição de terras da Coroa à sesmeiros em troca de serviços prestados, criando uma sociedade estamental latifundiária e com consequências que se desdobram na atualidade. Desse maneira,

alerta que a propriedade agrária sempre esteve no centro histórico do que representou as possibilidades e os entraves dos diferentes países para adentrar à sociedade moderna, desde o século XIX. A ascensão da burguesia e a reforma do direito de propriedade, acompanhada de sua democratização, criaram um quadro indispensável à abolição de privilégios e ao desenvolvimento da economia capitalista o que, segundo o autor, por aqui não aconteceu. Assim, trouxe ao lume alguns precedentes que viabilizaram as condições de ocupação deste município, com seus desdobramentos nas diferentes fases em que se desenrolaram sua produção socioespacial.

Se Lefebvre (2002) constatou que as cidades, em geral, transmutaram das seguintes fases: cidade política, cidade comercial, cidade industrial, para uma possível zona crítica, que se desdobraria numa condição de potencial totalidade do fenômeno urbano, o exame sob a ótica da concentração fundiária, encaminhou a uma outra conclusão. A análise sócio histórica, aplicada por este estudo ao município, indicou ser factível uma interpretação diversa do direcionamento seguido pelo autor francês. Então, propõem-se, de maneira esquemática, que os ciclos necessários ao desenvolvimento capitalista local sucederam da cidade agrária (do século XVIII até os anos 30 do século XX), à cidade industrial (dos anos 30 do século XX até suas últimas décadas) e, na contemporaneidade, para uma, preponderantemente, comercial e de serviços.

Nas próximas seções escrutina-se, resumidamente, cada um dos ciclos que se subdividem e abrangem a passagem da hegemonia da atividade charqueadora, da transição à industrialização, da formação de uma sociedade urbano industrial, de sua crise econômica acompanhada de uma crescente periferização. Por fim, da etapa vigente de produção socioespacial aos moldes de um neoliberalismo brasileiro, financeirizado e rentista, que reedita na modernidade a escravidão pelo endividamento das famílias e do Estado. Condição inaugurada pela Lei de Terras de 1850, num país agrícola, generalizando-se para o domínio das cidades através da renda fundiária urbana, fazendo da terra e da habitação direitos ainda não democratizados no âmbito das ocupações.

Desta feita, ressalta-se que os solos rural e urbano progressivamente são incorporados pelo sistema de expropriação global, exacerbadamente financeirizado e excludente. O que viabiliza a acumulação e ampliação do capital a níveis, até então, inimagináveis às *Citys* nacionais e internacionais, nos centros do capitalismo financeiro mundial. Permitindo o enriquecimento sem a proporcional produção,

simplesmente pela espoliação dos ativos dos mais pobres, agregando a propriedade fundiária ao processo. Por conseguinte, a colonização espacial do capitalismo induz o conflito entre o mercado formal da terra, tendo como aliado o Estado; e os territórios informais - segundo este mesmo Estado - no qual os homens e mulheres comuns buscam maneiras de subsistir e, nesse sentido, a Sanga Funda não difere.

Assim, a pesquisa verificou que trata-se de uma região inicialmente identificada com um meio rural tradicional e que, desde meados dos anos de 1970, vem crescendo demograficamente. Graças às ocupações dos desenraizados do campo, estruturando reelaborações do rural e das ruralidades em uma nova conformação socioespacial em meio a um processo de desenvolvimento de urbanização do tipo precária. Pelo estudo de caso, averígua-se que campo e cidade são mutuamente interdependentes, atravessados pelo capitalismo e influenciados pelos efeitos das transformações deste modo de produção.

A seguir, dando continuidade ao exame da produção socioespacial municipal, discorre-se sobre a incipiente cidade agrária - inspirada na classificação de Weber (1973) - tipificada como aquela de cidadãos lavradores, sede de intercâmbios entre mercado e indústria, na qual grande parte das terras pertencem à autoridades poderosas; trasladado para o contexto municipal, das famílias da aristocracia oligárquica latifundiária, constituída pelo binômio produtor estância/ charqueadas, como se verá a seguir.

5.1.1.1 A cidade agrária

5.1.1.1.1 A opulência da cidade charqueadora

Antes de progredir é necessário fazer uma ressalva sobre os povos originários destas terras. Uma vez que a bibliografia consultada pouco se ocupou dos seus nativos, mesmo que suas origens remontem à um período de 12 mil anos A.C. Eram grupos étnicos diversos com culturas distintas e de características nômades ou seminômades, subsistindo da caça e da pesca em um regime de comunismo primitivo, ao menos até o contato com o europeu. No Rio Grande do Sul predominavam as nações tupis-guaranis, gês e guaicurus, conforme Gutierrez (2001). Tal lacuna historiográfica pode ser considerada mais uma entre tantas que, por si só, reforçam a tese de que a História é narrada sob a ótica dos vencedores, numa perspectiva

eurocêntrica que legitima a dominação, como indica Quijano (2005). No caso, dos conquistadores portugueses motivados pelo ciclo mercantilista das grandes navegações expropriando, escravizando e aniquilando milhares, pondo em prática a odiosa acumulação primitiva neste continente, como anunciou Marx (1996), ainda no século XIX.

Decorrido este período histórico, admite-se como o princípio da cidade agrária no contexto local, diferentemente de outras regiões do país, o fato de que as posteriores ocupações se deram em razão da atividade pastoril e não como desdobramento de ações de caráter eminentemente militar para consolidação de fronteiras, conforme argumenta Anjos (1996). Por consequência, segundo Rosa (1985), o município não desenvolveu uma população numerosamente capaz de impulsionar um mercado consumidor pujante, sob sua área de influência, o que derivou numa insuficiente indústria moderna e em uma população muitas vezes pobre e jovem oriunda do campo. Ainda para o autor, em virtude dessa dinâmica, o êxodo rural agravou-se, particularmente por dois motivos; devido à modernização das atividades agropecuárias nas grandes lavouras e pela inviabilidade econômica dos minifúndios, onde na paisagem "serrana" elevada e ondulada desenvolveu-se a policultura mini fundiária[103] de colonização predominantemente alemã, enquanto na planície se estabeleceu a pecuária e a orizicultura, em uma combinação étnica variada.[104]

Acrescentasse aos fatos narrados por Rosa (1985), relativos ao insucesso de viabilizar-se um parque industrial moderno e competitivo neste município outro fator histórico complementar. A tradicional inserção subsidiária da economia gaúcha e pelotense, direcionada à conservação dos ciclos centrais de exportação do país. Primeiramente no Brasil colônia, no enfrentamento com os países do Prata, seguida dos estados produtores nos grandes centros do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, no qual a costumeira condição de economia secundária, orientou à níveis

[103] A grande diversidade de culturas e seu elevado número representa uma estratégia que visa maior segurança ao setor agrícola devido às oscilações no mercado dos preços destes produtos. Predominam as culturas perenes como arroz, soja, batata-inglesa, milho, pêssego e cebola, normalmente as propriedades são exploradas pelos próprios proprietários (ROSA, 1985).

[104] Culturas como da soja e do arroz assumem características mais empresariais. Está última representa uma riqueza tradicional, desenvolvido em grandes propriedades, sendo a principal cultura em quantidade e em valor (ROSA, 1985).

inferiores de acumulação de riqueza, quando comparado aos seus principais concorrentes supracitados, como indica, por exemplo, Pesavento.

Tendo como ponto de partida do estudo sócio histórico o século XVI, período em que o continente europeu emergia do feudalismo para o mercantilismo. Por aqui, nem sequer participava-se do ciclo de acumulação do antigo sistema colonial, baseado na cultura da cana de açúcar nordestina. Somente no século XVII, com a substituição pelas minas da região das Gerais, que o rebanho de gado do sul alcançou relativa importância junto à nova matriz colonial de exportação. Por sua vez, no século XVIII, da ambição portuguesa em conservar sua Colônia de Sacramento, para dali assentar o domínio luso sobre o Prata, é que o reino distribuiu sesmarias aos antigos tropeiros, preadores lagunistas, paulistas sedentarizados e militares açorianos afazendados, como retribuição por serviços prestados, estabelecendo o “feliz período patriarcal”, baseado na criação de gado e na agricultura.

Assim sendo, criou-se a conjuntura necessária à estruturação de uma formação econômico-social fundamentada em trabalho cativo, patrimonialismo e latifúndios monocultores de produtos destinados às metrópoles. Logo, entre os séculos XV e XVIII, o Brasil inseria-se como colônia de produtos primários para as economias centrais que disputavam a hegemonia na primeira fase capitalista. Ainda merece se destacar, na ocupação deste território por parte da Coroa portuguesa, de que aqui se estabeleceu, no então caminho da praia, próximo ao oceano Atlântico na rota entre Colônia do Sacramento e Laguna, o presídio Jesus-Maria-José, construído em 1737, tendo entre suas principais funções, proteger Colônia do Sacramento, fiscalizar e cobrar impostos dos produtos e fixar colonos portugueses.

Em decorrência de sua progressiva relevância que a região, no ano de 1760, atingiu a condição de Capitania de Rio Grande de São Pedro, com sede em Rio Grande, não mais vinculada a Santa Catarina, entre os anos de 1780 e 1801. Assim, sob o governo de Veiga Cabral, muitos imigrantes açorianos expropriados, cederam lugar aos pecuaristas e à riqueza oriunda do ciclo econômico do charque, inserindo em larga escala o trabalhador africano escravizado. Ao final do século XVIII, devido à decadência das Minas e ao fim das invasões castelhanas, reduz-se a necessidade de animais de corte e de transporte; logo, o trigo e o charque se consolidam como produtos primordiais na economia sulina.

Diante do sucesso econômico das charqueadas, entre 1780 até as primeiras décadas do século XX, desenvolve-se, em terras pertencentes a Rio Grande, o

próspero município de Pelotas, que viria a ser o detentor da maior renda *per capita* entre todos os municípios gaúchos no ano de 1872. O que corrobora a tese de Magalhães (1993) sobre seu apogeu econômico e cultural, durante o Brasil Império, concentrar-se nos últimos trinta anos do século XIX, no conhecido *Fin-de siècle*, antecipando, *mutatis mutandis*, nossa *Belle Époque*, para o autor.

A formação municipal está circunscrita ao território das sete fazendas, na qual o estancieiro-militar, brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, no cargo de Comandante da Fronteira do Rio Grande, informava sobre os processos de concessões de terras. Naquele momento predominavam as estâncias e as charqueadas entre as principais atividades econômicas, dedicadas à criação extensiva de gado, às estruturas destinadas ao abate dos animais e à produção do charque.

A fundação da freguesia de São Francisco de Paula, no ano de 1812, está vinculada aos anos de 1811 e 1816, ápice da exportação do charque, e a uma crescente necessidade de se firmar como centro de comércio e de serviços para produção e para sua população - que vivia na sede ou nos arredores - condição que garantiu um processo de urbanização nascente. Em 1813, o rico proprietário de terras Antônio dos Anjos, ordena a construção de uma capela em suas terras, com a intenção de comercializar terrenos próximos, fundando o primeiro loteamento, traçando os primeiros arruamentos e fixando as inaugurais normas de convívio desta freguesia. Por sua vez, o ano de 1829 assinala a primeira ampliação em propriedades de Dona Mariana Eufrasia da Silveira, recebidas por concessão do governador da província em 1813, destinando 314,7 ha à servidão do povo, conformando o segundo loteamento da freguesia.

A manutenção de uma conjuntura positiva, à expansão charqueadora, possibilitou que a maior parte dos lucros fossem reaplicados diretamente na economia local nos setores de comércio e nas próprias charqueadas. Por conseguinte, em 1832, elevada à condição de vila de São Francisco de Paula, a planta do segundo loteamento é aprovada na Câmara Municipal pelos denominados “homens bons”, os oligarcas (ricos, poderosos e livres) que exerciam seu poder sobre questões de ordem urbanística, logo o crescimento urbano decorrente do comércio, dos serviços e da administração política migrava para a vila. Por seu turno, os Códigos de Posturas também exerceram sua influência no cerceamento dos costumes rurais, abrindo espaço ao almejado desenvolvimento urbano.

5.1.1.2 A cidade industrial

5.1.1.2.1 A industrialização e a nascente suburbanização

No contexto histórico brasileiro as políticas da propriedade da terra começam com a abolição do regime de sesmarias, poucos meses antes da Independência e, em seguida, com a extinção dos morgadios que reconheciam o direito à herança somente aos filhos primogênitos. Assim, para Martins (1994), a Lei de Terras de 1850, longe de garantir o acesso à propriedade aos trabalhadores, impediu o acesso da mão-de-obra europeia, recém migrada e em sua maioria descapitalizada, convertendo-os, compulsoriamente, em força de trabalho substituta dos escravos das grandes fazendas. Com isso, no final do século XIX, em decorrência da abolição da escravatura e da proclamação da República, fez-se premente organizar novas dinâmicas à atividade econômica municipal, pela transição à industrialização, fundando o mercado em si, o mercado do solo e o da força de trabalho, em razão da necessidade de modernização de uma economia periférica. Adaptando-se um aparato político ideológico autoritário, progressista e conservador.

Se no continente europeu, o positivismo ditou a ordem burguesa em ascensão, no cenário local o que estava em foco, antes de mais nada, era a superação de entraves para implementar o capitalismo industrial, ao menos com um século de atraso, frente aos países centrais. Mesmo em contextos de cidades como Pelotas e Rio Grande, cerne da pecuária tradicional, instaurou-se um complexo colonial migrante, apto a acumular capital suficiente à renovação capitalista rio-grandense, garantindo a formação de uma organização urbano-industrial, já que, para Pesavento (2019) não houve uma atividade agrária de conotação capitalista.

Sendo assim, constituíram-se as novas classes sociais, desde a burguesia industrial, o proletariado, os antigos escravos libertos, os imigrantes comerciantes e os trabalhadores provindos do meio rural. Por conseguinte, a cidade deixa sua condição pregressa para tornar-se produto do capitalismo, onde a renda fundiária estava em disputa pelos diferentes atores. Até o ano de 1890, os limites urbanos correspondiam aos dois primeiros loteamentos da cidade e a incorporação dos bairros da Luz e da Várzea só aconteceu em 1893. Todavia, foi na virada para o século XX que a pressão dos proprietários de terras próximas da zona rural da cidade se intensificou. Ao ponto que, em 1910, o Poder Público, através do Ato municipal nº 514,

ampliou o perímetro urbano, incentivando o parcelamento do solo de uma grande área de terras ao redor do núcleo urbano.

A constituição do capital, indispensável para construção da cidade, sobreveio do crescimento econômico, favorecendo a acumulação das primeiras décadas do século XX. No qual está elite aristocrática, rentista e escravista imobilizou parte de seus excedentes agrários, direcionando-os ao projeto de monumentalidade do núcleo urbano. Com a mudança para o modo de produção capitalista, uma série de melhorias urbanísticas, desenvolvidas pela municipalidade, redundaram na contratação de empresas com recursos técnicos e capital suficientes para tais finalidades. Logo em seguida, as áreas periurbanas são incorporadas ao processo, assumindo um papel significativo para a manutenção do ciclo de acumulação capitalista, através da ampliação do mercado imobiliário para estas regiões, onde existiam amplas glebas de antigas famílias proprietárias de terra. Assim, surgem as chamadas vilas populares, ou seja, assentamentos sem infraestrutura que desconsideravam as legislações construtivas e corriqueiramente ocupados por trabalhadores urbanos migrados de áreas rurais próximas.

Dessa maneira, se insere a segregação socioespacial na cidade, configurada por um núcleo central planejado e por uma periferia carente de serviços urbanos. Uma série de problemas, por esta forma de expansão desregrada, provocou no ano de 1914, a aprovação do Código de edificações e reedificações, assim como, o Código de construções e reconstruções no ano seguinte. Contudo, as normas não foram hábeis em melhorar as condições de higiene das habitações suburbanas e nem de barrar os promotores imobiliários de construir nestas regiões.

A dependência da economia brasileira, ao contexto capitalista mundial, deixava seus produtos de exportação mais sensíveis às flutuações e às crises do mercado internacional. No caso gaúcho, isto impactou sobremaneira na pecuária e na atividade saladeiril o que, a partir de 1920, implicou na decadência deste modelo pela inserção de técnicas modernas e pelo estabelecimento dos primeiros grandes frigoríficos de capital internacional, fazendo com que a ampla parcela da força de trabalho das estâncias migrasse à procura de novas ocupações nas cidades da região, especialmente Pelotas. Conjugado a isso, a situação nas colônias não era confortável em decorrência da reduzida produtividade e da política imposta pelos setores industriais e comerciais que pagavam pouco pelos produtos agrícolas. Estes fatores contribuíram ao abandono do campo por parte destes trabalhadores; logo em 1920

enquanto a população municipal rural alcançava 37.000 habitantes a urbana já se encontrava com 45.000, o equivalente a 54% do total de moradores. O crescimento da periferia urbana, com a chegada de muitos egressos do latifúndio pastoril ou agrícola, entre os anos de 1926 e 1927, propiciou a elaboração do segundo plano da cidade, pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito. O regramento concentrava esforços no sentido de sanar os efeitos negativos da suburbanização, decorrentes da inobservância com as questões relativas à higiene e com a insuficiência de espaços públicos e de parques de lazer, ocupando-se em regular a desordem de uma economia liberal e dirimir os emergentes conflitos sociais.

5.1.1.2.2 A formação de uma sociedade urbano industrial

Alicerçado no nacional desenvolvimentismo da Era Vargas uma série de medidas incentivaram a industrialização do país, implicando em crescimento urbano e econômico da cidade. Muito embora mesmo durante o período do Estado Novo, instituído no país em 1937, a estrutura produtiva rural gaúcha ainda se mantivesse apoiada no modelo agropecuarista de abastecimento do mercado nacional. Ainda que naquele momento, enfrenta-se uma crise em decorrência da inserção de novas técnicas orientadas à modernização da produção.

No contexto municipal, em 1939, de acordo com Tejada & Baggio (2013), a participação setorial do PIB pelotense distribuía-se da seguinte maneira, 21,59% no setor agrícola, 17,52% no industrial e os serviços representavam 60,89%, o que demonstrava um certo equilíbrio nos níveis econômicos dos dois primeiros setores e uma elevada participação dos serviços no PIB. No ano de 1940, devido ao importante desenvolvimento do setor de indústrias de produtos alimentares, o município assumi a posição de terceira maior cidade em população da Região Sul do país, perdendo apenas para as duas capitais estaduais, Porto Alegre e Curitiba. Condição que segundo Rosa (1985) perdurou até a década de 1970, ao ser superada por Londrina, no estado do Paraná e nos anos de 1980, ultrapassada pelas cidades de Joinville (SC), Canoas (RS) e Caxias do Sul (RS).

Pela ótica da produção imobiliária, ressalta-se a relevância de empresas porto alegrenses encarregadas do parcelamento de terras municipais, sobretudo no bairro Três Vendas. Naquela época núcleos periféricos antigos incorporavam-se pela conexão por estradas com áreas suburbanas ou rurais próximas. As alterações das

legislações urbanísticas, servem como demonstração das disputas pela mercantilização do solo que pressionavam o Poder Público para atender os interesses de promotores imobiliários, construtores, comerciantes, industriais, entre outros.

Assim, o urbano se expandia, logo em 1940, a população distribuía-se da seguinte maneira, 36,6% dos habitantes viviam no meio rural e 63,4% na zona urbana. O dinamismo econômico municipal com seu centro comercial e industrial, fez necessárias novas medidas de planejamento, culminando na aprovação do segundo plano de saneamento de 1947 e no novo Código de Construções de 1951, oportunizando centenas de lotes e terrenos de baixa infraestrutura nos bairros Três Vendas, Areal e Fragata. Do ponto de vista de participação dos setores produtivos no PIB, para Tejada & Baggio (2013) no ano de 1949, nota-se um aumento significativo do setor industrial que já contribuía com 29,36%, a agricultura apresentou uma pequena queda, atingindo 19,31%, e o setor de serviço com 51,34%, teve o maior decréscimo, se comparado com os patamares do ano de 1939.

Entre 1951 e 1966, o perímetro urbano pelotense aumentou de 2.844 para 3.300 hectares (ofertando mais de 15 mil lotes), vigorando uma ampla concorrência no mercado imobiliário. Assim, promotores e proprietários de terra empreendiam onde o Poder Público realizava as infraestruturas com intuito de maximizar seus ganhos. No ano de 1950 viviam no urbano 64,13% e 35,87% no rural e a antiga cidade aristocrática transformava-se num espaço heterogêneo mais industrializado e suburbanizado; as primeiras promoções imobiliárias foram realizadas pelos próprios donos das terras ou através de seus representantes. Em 1959 a situação dos três setores no PIB era a seguinte, a agricultura diminuíra vertiginosamente sua participação, representando 9,88%, a indústria se manteve nos mesmos patamares com 29,81% e os serviços 60,31%, recuperando os percentuais de 1939, segundo Tejada & Baggio (2013).

Passados cem anos, nos anos cinquenta e sessenta do século XX, diferentemente de outros países, novamente a questão agrária não foi encaminhada no sentido da promoção da modernização social e econômica, ao não favorecer alianças de ordem progressistas e liberalizantes no país. Para Martins (1994), durante o regime militar de 1964, firmaram-se leis ambíguas a ponto de dividir os proprietários de terras e, ao mesmo tempo, garantir a propriedade ao grande capital internacional, visto que a previsão flexível da categoria de empresa rural, excluía estas propriedades passíveis de desapropriação.

Situação que, em princípio, permitiu uma reforma agrária ao estabelecer a modernização econômica pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, logo o governo militar intentou modernizar a economia brasileira, mantendo as elites oligárquicas proprietárias de terra, afastando qualquer chance de reforma agrária radical. Assim, prossegue o autor, retirou-se de cena a viabilidade de expropriação destas classes latifundiárias e sua substituição por pequenos proprietários ou por agricultores familiares, divergindo do modelo capitalista de outras sociedades. Portanto, conservar estruturas da propriedade da terra no país representava questão de segurança nacional, pois a reforma agrária no Brasil pressupunha ser instrumento de países considerados inimigo externos, caso dos regimes comunistas.

Não coincidentemente o projeto desenvolvimentista da ditadura, direcionado ao grande capital internacional, tendo como aliado os latifundiários, resultou em crescimento populacional das cidades e na megalopolização de grandes centros econômicos do país. Mantendo-se nas décadas seguintes, pelo vigoroso uso da tecnologia no período técnico-cientifico informacional. O saldo da modernização conservadora do campo, pela introdução da tecnificação dos processos produtivos, foi uma dispersão de grande parte da força de trabalho para as cidades, acarretando um fenômeno inicial de urbanização do tipo periférica e, mais recentemente, de tipo dispersa ou difusa, generalizando-se em larga medida nas cidades brasileiras.

Esta matriz de desenvolvimento dos governos militares propiciou “vantagens competitivas” para o processo de industrialização de um projeto de capitalismo tardio, caracterizado pela severa exploração. Ao generalizar a espoliação urbana dos trabalhadores, concretizando profundas inequidades - como o déficit habitacional - diante da vertiginosa urbanização. Traço que respalda os argumentos de Martins (2018) sobre as peculiaridades de nosso capitalismo que ao se reproduzir não necessariamente baseia-se em relações capitalistas. Mas, contraditoriamente, explora relações não propriamente identificadas com as tradicionais definições deste sistema político e econômico em razão de seu desenvolvimento desigual.

A partir de 1960 surgem as sociedades imobiliárias especializadas na conversão de solo rústico em urbanizado, naquela década a população municipal aumentara de 81 mil para 121 mil, representando o maior crescimento de até então, no qual 68,68% morava na zona urbana, contra 31,32% na zona rural. Em 1967, sob égide do regime militar, aprova-se o I Plano diretor de Pelotas, sendo considerada uma “capital regional” pela relevância como centro urbano e de seus setores de

comércio e serviços. Entre as décadas de 1960 e 1970 a população urbana cresceu de 126 mil para pouco mais de 154 mil habitantes, aumentando a diferença de distribuição da população no território, com 74,48% morando no urbano e 25,52% no rural.

Segundo Tejada & Baggio (2013) em 1970 o PIB municipal do setor agrícola correspondia a 9,56%, o da indústria 31,30% e dos serviços 59,14%, indicando uma estabilidade nos patamares. Quanto ao crescimento da cidade naquele período vicejou a estratégia dos promotores imobiliários que obtinham no centro as rendas diferenciais do solo urbanizado e nas periferias a conversão do solo rústico em terras livres à urbanização, era a renda fundiária urbana agindo. Em última instância, o I Plano diretor reforçou a propensão de verticalização da área central, ao pretender regrar a expansão desordenada da malha urbana. Contudo, a grande oferta de imóveis disponíveis, criou um tipo de esgotamento deste modelo de loteamentos periféricos e, em plena vigência do milagre econômico brasileiro, o crescimento populacional seguiu sua tendência. Carreando populações de todo sul do estado, tendo seu pico no ano de 1980.

Naquele momento, segundo Sacco dos Anjos, Caldas e Serres (2020), a população urbana era de 205 mil habitantes, o equivalente a 78,78% do total municipal, e Pelotas detinha um dos maiores parques industriais de processamento de produtos de origem vegetal do Brasil. Por sua vez, no ano de 1980, a distribuição do PIB entre os setores encontrava-se da seguinte forma: a agricultura responsável por 6,43%, a indústria com 44,79% e os serviços com 48,78%, de acordo com Tejada & Baggio (2013). Dois anos antes, no ano de 1978, neste contexto de expansão urbana, o executivo põem em prática o Plano de Complementação Urbana da Cidade de Pelotas, através de recursos do governo federal e do Banco Mundial. As intervenções concentraram-se nos bairros Areal e Fragata, além da abertura de grandes vias de conexão interbairros, estimulando a imensa construção de novas habitações por parte do capital privado.

5.1.1.2.3 O pós-fordismo e a crescente periferização municipal

No quadro nacional a questão da propriedade da terra, sob o novo regime do governo brasileiro de 1985, firmou uma diretriz reservada com objetivo de evitar a assinatura de decretos de desapropriação de terras de modo que muitas propriedades

escaparam da política de reforma agrária. Assim, para Martins (1994), a Constituição de 1988 praticamente aniquilou os precários avanços do Estatuto da Terra, provocando uma onda de despejos de ocupantes de terras, na maioria dos casos ligados ao Movimento dos Sem Terra, por meio de magistrados com concepções radicalmente conservadoras de propriedade da terra.

Desse modo, a ação dos movimentos camponeses foi obstruída, por uma aliança entre capital e terra do período militar, sem receber qualquer apoio digno de fazer frente no Congresso Nacional ou nos setores formadores da opinião pública. Mesmo durante a República não se extinguiram as tendências absolutistas e centralizadoras assumidas predominantemente pelo Exército, fazendo com que, de acordo com Martins (1994), a política brasileira assuma um caráter pendular, ora com períodos de centralização política e ditadura ou hegemonia militar, ora em períodos de abertura política e de relativa democracia, em que o discurso liberal, fundamenta-se ainda em bases sociais agrárias, latifundiárias e oligárquicas.

Encerrado o período do milagre econômico do governo militar, o modelo de industrialização pelotense, baseado nos agros alimentos, indicava seus limites, como reflexos da chamada década perdida da América Latina. Assim, no ano de 1980, de acordo com Tejada & Baggio (2013), a agricultura representava 6,43%, a indústria 44,79% e os serviços 48,78% de participação no PIB municipal. Já o ano de 1983 demarca a recessão econômica no país, repercutindo em drástica diminuição nas aprovações de novas construções em Pelotas. Nesse cenário, o II Plano diretor (1980) fazia severas críticas à especulação imobiliária, denunciando um modelo de crescimento desigual e concentrador de solo urbanizado; sendo que, ao final, permitiram-se novos loteamentos com lotes de dimensões menores e construções com menos exigências técnicas, segregando ainda mais a cidade. É desse período a ampliação do distrito sede no sentido de regiões rurais próximas, como a Sanga Funda, o Sítio Floresta e a Vila Princesa.

Quanto a economia, segundo Tejada & Baggio (2013), no ano de 1985 o PIB municipal distribuía-se com 5,92% na agricultura, 43,36% na indústria e 51,35% nos serviços. Ao final da década de 1980 o município e a região amargaram um processo profundo de decadência econômica e social, ressalta Rosa (1985), neste mesmo período uma importante expansão demográfica da cidade, a colocando em sexto lugar

no número de imigrantes no estado. Com origem predominante da zona rural do município vizinho de Canguçu.[105]

Por seu turno, o setor terciário permanecia em crescimento, numa reconfiguração produtiva correspondente à crise do modelo fordista e em sua subsequente reelaboração pós-fordista, de refreamento do setor industrial como principal indutor de empregos, no modelo neoliberal que adentrará na década seguinte. Nas franjas da cidade o Poder Público optou por três estratégias, o parcelamento, a regularização e a promoção. Dessa forma, a produção socioespacial era mais complexa e diversificada, visto que os agentes privados providenciavam habitações de forma integrada com os recursos financeiros de fundos estatais. Ainda participavam desse processo de produção da cidade, o Poder Público e poucas entidades de base social como a UPACAB. Do ponto de vista de sua economia, em meados da década seguinte, a distribuição do PIB municipal correspondia a 4,59% na agricultura, 24,75% na indústria e 70,66% nos serviços, demonstrando uma queda brutal do setor industrial pelotense, segundo Tejada & Baggio (2013).

5.1.1.3 A cidade comercial e de serviços

5.1.1.3.1 A vigente produção neoliberal

Nos últimos quarenta anos o crescimento espantoso da financeirização da economia assumiu tal proporção que enquanto papéis, derivativos e outros aplicações financeiras cresceram 16,2 vezes, o PIB mundial aumentou em torno de cinco vezes, no mesmo período. Por decorrência de um sistema que draga os setores produtivos, de acordo com Rolnik (2015) desindustrializando o país, ao mesmo tempo em que expropria pelo endividamento o Estado e as famílias pela expansão do financiamento de diferentes *commodities,* o que inclui produtos imobiliários no mercado global e compelindo uma grande parcela da população à moradia precária.

Inevitável observar este quadro e não retomar as observações de Marx (1996), quando denuncia o endividamento dos Estados-Nações, junto ao mercado financeiro,

---

[105] O percentual dos migrantes de Pelotas eram os seguintes: Canguçu (47,50%), Piratini (18,75%), Rio Grande (10%), São Lourenço e Herval (6,25%), Pedro Osório (5%), Santa Vitória do Palmar (3,75%) e Jaguarão (2,50%) (ROSA, 1985).

e sua tendência de supertributação da população no regime fiscal moderno ainda no século XIX. Passado um século e meio, as políticas neoliberais, progressivamente, reorientam recursos dos serviços públicos para o pagamento da dívida governamental com as mais altas taxas de juros praticadas no planeta. No município, isto se reflete na queda da participação do setor industrial no PIB que, em 2009, representava apenas 18% (patamar similar ao de 1939). Enquanto a agricultura 3,62% e os serviços 69,97%, de acordo com Tejada & Baggio (2013). Portanto, nota-se uma tendência histórica de manutenção de uma cidade prestadora de serviços por um processo de forte desindustrialização, ao longo das quatro últimas décadas.

Como se viu, as políticas neoliberais solapam a capacidade de maiores investimento em políticas sociais, no caso as direcionadas à habitação popular, ao cortar recursos às faixas das famílias de menores rendas e facultar crédito às camadas médias. Nesse sentido, admite-se uma dinâmica econômica que transforma em ativo financeiro habitações destinadas não somente às classes altas e médias, mas ao setor médio-baixo, incluídas nos programas de habitação do governo federal, como nos casos do PAR, do PMCMV e do Casa Verde e Amarela.

Nesse processo de exclusão, acentuado pelo neoliberalismo, nega-se a aquisição da casa própria, fazendo crescer o contingente dos movimentos de moradia pelo país. No século XXI, no período mais recente da vigência do atual Plano diretor, a hegemonia do consenso neoliberal encaminhou para um recrudescimento de suas políticas, por parte do Estado brasileiro. Nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, em última instância, houve um notável alargamento dos níveis de desigualdade social. A persistente recessão econômica, enfrentada nos últimos anos, exasperada pelas políticas desastrosas dos governos, nos contextos pandêmico e pós-pandêmico, tem abalado os setores produtivos. Mecanismos como da dívida do Estado e das famílias acentuam a privação na contemporaneidade, aprofundando dramaticamente a pauperização de uma parcela crescente da população e as crises socioambientais, que configuram a realidade da precarização urbanística nas periferias.

O resultado da hegemonia desta política econômica nacional concentradora de renda, nos últimos anos, acarretou no agravamento da extensão do nível da segregação na produção socioespacial municipal. Induzindo o conflito entre as potenciais áreas periféricas para construção de HIS e as frentes de expansão imobiliária, sobre regiões menos valorizadas do mercado imobiliário, ao atribuir a exclusividade de atuação para estes setores. Justamente por sua ineficiência em

oferecer habitação subsidiada aos mais pobres, o que demonstra a falência da lógica da cidade mercadoria. Logo, o que se evidencia é um cenário crescentemente dividido entre a produção formal, direcionada aos produtos para os setores médio e altos, e a vagarosa regularização fundiária. Estratégia mais empregada, voltada às classes populares, mas que, no entanto, engendra antigas relações clientelistas entre população e Poder Público, na cidade informal.

A produção socioespacial orientada aos empreendimentos imobiliários de alto padrão segue a tendência, desde a década de 1980, de enclaves, antecipada pelos Loteamentos *Las acácias*, Marina ilha verde, Vila Assumpção, Recanto de Portugal, Colina do sol e, mais recentemente, nos condomínios Lagos de São Gonçalo, Residencial Amarílis, Veredas, *Alphaville* e nos loteamentos de novos bairros, como o *Quartier* e o Parque Una I e II. Dados recentes apontavam uma severa redução de empreendimentos direcionados às rendas mais baixas, enquanto no ano de 2021 a construção de habitações do governo federal representava 87% dos produtos na cidade, no ano seguinte, não ultrapassava 55% do mercado local, explicitando a política do governo Jair Bolsonaro de exclusão destas classes, além de uma queda no consumo de produtos imobiliários pelos mais pobres no mercado formal.

Contribuindo para este inquietante cenário municipal, menciona-se que em 2020 o déficit habitacional municipal alcançara aproximadamente 10% das famílias e pelo menos 30% dos pelotenses estavam em áreas de urbanização precária, em loteamentos irregulares, clandestinos, favelas ou vilas. Segundo informações da SHRF no ano de 2018, existiam 19.992 lotes irregulares, espalhados em 220 loteamentos, em 8,22 km² da área urbana municipal. Em um contexto de injustiça social e ambiental, em ruas sem pavimentação e saneamento, assinalando o evidente descompasso entre o social e questões técnicas relativas às soluções urbanísticas já consolidadas, ao longo de décadas, em outras regiões da cidade.

As constantes inobservâncias à gestão democrática e participativa, ao direito à cidade sustentáveis e aos princípios das funções sociais da propriedade e da cidade, previstos na CF de 88, no EC e no III Plano diretor, privilegiam o setor da construção civil no embate por fatias da cidade, inclusive em regiões ambientalmente e socialmente fragilizadas. Como no caso mais recente das últimas alterações do III Plano diretor, no âmbito do legislativo municipal, flexibilizando a permissão da construção em AEIAN. A norma ainda ampliou o perímetro urbano para 192,67 km²,

com isso a população, dita urbana, atualmente corresponde a 306 mil habitantes, um percentual de 93,2 % do total daqueles que vivem no município.

Desenvolvido esse preâmbulo sobre o que representa a questão da propriedade fundiária no país e seus reflexos na produção socioespacial municipal no campo e na cidade, desenvolve-se os principais pontos relativos ao estudo sócio histórico da Sanga Funda coincidentes com elementos discorridos nesta seção. Desse modo, traça-se, comparativamente, como se conjugaram e finalmente se desdobraram nas suas atuais condições. Destaca-se, que apesar da aparência de que as mudanças socioespaciais, relativas à aspectos relacionados com a transição do modo de produção e suas implicações sociais são um processo bem definido e estanque, não se trata disso. Por isso, é essencial um esforço do exame do objeto sob a ótica do desenvolvimento desigual e pela via da totalidade, que encerra esta cidade no espaço e no tempo, na compreensão das novas expressões de ruralidades que habitam a Sanga Funda.

5.1.2 A permanência do rural nas cidades industrial e de serviços

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia.”
(TOLSTÓI, Leon)

As constatações de Henri Lefebvre e de José de Souza Martins sobre as implicações das transformações sociais e produtivas não são fechadas nem estanques. Na leitura dialética destes autores sobre os manuscritos de Marx denominado de *Grundisse* (1858), um preparatório para crítica da economia política desenvolvida nos três tomos de *O Capital,* os modos de produção não se extinguem, nem suas relações sociais, mesmo sob o domínio do capitalismo hegemônico. Então, ao menos em parte, persistem, assumindo diferentes reconfigurações pelo desenvolvimento desigual. Logo o modelo capitalista que viabilizou a transformação da cidade agrária para industrial e a um modo de vida mais urbano, mesmo em lugares que predominavam a produção rural, não eliminou traços culturais, entendidos como novas expressões das ruralidades, o que demonstra uma capacidade de renovação face à modernidade.

Recuperando aspectos da ocupação da região da atual Sanga Funda reconhecem-se atributos relativos à uma sociedade até então agrária. A história deste lugar testemunha o princípio da ocupação municipal pela proximidade com o núcleo

das charqueadas e com o Logradouro Público da Tablada. Originalmente, sua importância advinha da sua condição de terreno comunal, destinado à pastagem do gado e à exploração de madeira, prevenindo possíveis invasões de propriedades particulares. Foi também uma ampla reserva de terras, na qual se agrupava o gado trazido da região da campanha gaúcha por tropeiros e que se realizava a comercialização das manadas, disputadas entre os coronéis charqueadores.

Ao sul destes campos, mais próximo do núcleo urbano, se instalaram comércios e serviços, no que ficou conhecido como seu Logradouro Público. Dos corredores das tropas se desenvolveram uma série de vias importantes para o crescimento da cidade no sentido norte. Naquela região, até o ano de 1911, funcionavam 23 charqueadas na margem direita do arroio Pelotas e oito na margem do Canal São Gonçalo, além de plantações de arroz. Importante frisar que a Sanga Funda encontra-se na região da antiga Estrada do Arrozal, em terras ao norte do Logradouro Público da Tablada.

Contudo, com as inovações tecnológicas, introduzidas na pecuária na década de 1920, a exemplo da frigorificação da carne e do avanço da rede ferroviária, sua organização socioespacial fora reconfigurada, pois a antiga Tablada perdera sua utilidade original. Por uma série de decretos, promovidos pela Prefeitura Municipal, deu-se a divisão de seus lotes, em grande parte à entidades privadas, assim como seu uso institucional. Revelador que a família do então prefeito Py Crespo era proprietária de terras na zona norte e que a extensão da linha de bonde, concomitantemente com estas medidas, propiciou sua ocupação planejada, acompanhada da valorização do bairro Três Vendas.

Reconhece-se nessa nova configuração a inflexão da sociedade agrária à sociedade urbano industrial, logo atividades produtivas da indústria começavam a se equiparar ao nível da importância da tradicional matriz econômica agropecuarista. Enquanto a organização produtiva das charqueadas não impediu o processo de acumulação do capital, ao não se opor ao modo de produção capitalista global, ergueu-se a centralidade urbanística financiada pela classe oligárquica latifundiária. De uma cidade socioespacialmente representada no emblemático centro histórico, com monumentos e obras, sede dos casarões das famílias aristocráticas da elite política e econômica, decantada em prosa e verso como merecedora de ser celebrada por seu pretenso refinamento dos costumes, adquiridos da extração da riqueza de mãos cativas.

No entanto, diferenças essenciais na produção socioespacial precisam ser explicitadas entre a centralidade e a periferia em formação naquele momento. Se o capital acumulado era reinvestido em obras de saneamento, principalmente para urbanizar a cidade e impulsionar a modernidade desejada pela classe dominante. Regiões periurbanas avançavam a margem dos regramentos urbanísticos. Foi pela ação de promotores imobiliários, nas chamadas vilas populares, que se inseriu a segregação socioespacial na cidade industrial. Conformando o núcleo central planejado em contraponto à periferia carente, povoada por modos de viver e de sociabilidades representativas de um universo rural.

Sabe-se que na Sanga Funda, até a década de 1960, eram poucos os moradores e a vida era muito semelhante a um núcleo rural. Suas famílias habitavam ranchos, se deslocavam em charretes e subsistiam da agricultura e da leitaria. As técnicas construtivas das casas e de plantio eram rudimentares e poucas eram as olarias na região. Num primeiro momento, estas terras não participaram do processo, no qual sociedades imobiliárias de capital pelotense, convertiam o solo rústico em urbanizado. Mesmo que a cidade experimentasse um importante crescimento demográfico, corroborando o esgotamento do modelo de loteamento periférico municipal da época.

Somente na década de 1970 esta situação começa a mudar com a instalação de novas olarias e a chegada de mais habitantes Em 1975, com o abastecimento elétrico das casas e o parcelamento de propriedades com fins rurais, o adensamento se intensifica, se asseverando com os posteriores serviços de transporte coletivo e de água tratada. A densificação respeitou a tendência de crescimento populacional das décadas seguintes, conforme o I Plano Diretor. O município era considerado como importante polo regional que atraía a população de todo o sul do estado, atingindo seu auge no ano de 1980. O declínio veio em 1983, em decorrência da crise econômica nacional e dos limites da industrialização, baseada em agro alimentos no âmbito local, pela decadência instaurada ao final do milagre econômico brasileiro.

A necessidade de expansão do mercado formal de terras urbanizáveis conduziu a nova ampliação do perímetro urbano. O II Plano diretor agregou antigas áreas ainda consideradas rurais e permitiu a implantação de novos loteamentos com condições técnicas inferiores. O avanço da especulação imobiliária agravou a segregação socioespacial ao concentrar o solo urbanizado, o que conferiu condições ao crescimento desmedido das periferias de forma desordenada. Sobre as políticas

do Poder Público, com relação as áreas informais, até a década de 1980, nenhuma atitude havia sido tomada para melhorar as condições de urbanização dos moradores da Sanga Funda.

No ano de 2008, com a promulgação do III Plano diretor, ocorre a ampliação do perímetro do distrito sede e a criação da zona rururbana, englobando diversas localidades, incluindo a própria Sanga Funda. Assim, o Poder Público reconheceu o uso de atividades extrativistas e agropecuárias em um contexto de ocupações informais e de precariedade urbanística, em razão das AEIS propostas pela norma. Todavia, até agora, ultrapassados quinze anos, as questões relativas à função social da propriedade e da cidade, o compromisso com a gestão democrática e a efetivação de dispositivos que viabilizem a desapropriação e o enfretamento da especulação imobiliária permanecem como um plano discurso, denunciando o descompasso entre as partes expositivas e dispositivas deste regramento territorial.

Tal inação dos governos demonstra um descompromisso com a agenda política de promoção do direito de todos os cidadãos a uma cidade sustentável, conforme reconhecido pelo EC, há mais de duas décadas. Medidas direcionadas ao combate da especulação imobiliária e à diminuição do déficit habitacional municipal através da construção de HIS em AEIS, combinadamente com a urbanização, não se concretizam e o que se verifica é justo o seu contrário. Vê-se a expansão da cidade mercadoria, financiada com investimentos públicos na centralidade, onde já existe infraestrutura, ou nos vazios urbanos que os setores privados cobiçam. Logo, altera-se o Plano diretor e se reproduz situações pregressas, vistas ao longo da história deste município.

Os resultados dessa desmobilização, das diferentes esferas do Poder Público, contribuíram na conformação de assentamentos informais, na ocupação desregrada sem infraestrutura urbana mínima e no agravamento da população acometidas por problemas de ordem socioambiental, como se verifica na observação do crescimento da ocupação na Sanga Funda, nos últimos setenta anos. Onde os atuais níveis de adensamento demográfico não são muito inferiores aos encontrados em áreas consideradas urbanas. Ali, vem se consolidando um núcleo populacional adensando em situação de precariedade urbanística, ao redor das avenidas Alfredo Theodoro Born e Eng. Ildefonso Simões Lopes, resultado do parcelamento de antigas propriedades rurais e da ocupação informal em áreas da Tablada. Neste lugar se encontram moradias, equipamentos coletivos públicos, pequenos comércios e

serviços, além de agricultores familiares, cercados por granjas e outras propriedades com finalidades rurais.

Averígua-se que o insucesso em destramar o nó da concentração da propriedade da terra permanece sendo um fator primordial do problema da desigualdade deste país e para instauração de uma democracia de fato. O escrutínio sócio histórico evidenciou as dificuldades de alcançar maiores avanços sociais, quer seja no campo ou na cidade, pela análise que desnuda nossa forma de modernidade incompleta. Aponta-se, que a história da Sanga Funda é construída pelos que vivem o cotidiano daquele espaço, como os deserdados da terra. Mas, simultaneamente, simboliza o testemunho vivo de expressões de resistência e de (re)apropriação dos camponeses, frente ao poder político e econômico, de acordo com suas possibilidades e contingenciamentos, conforme se verá na próxima seção.

5.1.3 Expropriação, apropriação e as ruralidades na Sanga Funda

> *[...] "e igual exploração a força de trabalho é o primeiro direito humano do capital"*
>
> O capital. Crítica da economia política. Livro primeiro (MARX, 1996, p.405)

O espaço humano não é atemporal nem sincrônico e a Sanga Funda não foge à regra. Sua leitura socioespacial revelou se tratar da síntese de múltiplas determinações. Um microcosmo dos principais condicionantes deste município e do país, sob efeito de um capitalismo crescentemente global, corroborando as observações de Martins sobre o potencial sociológico do exame dos conflitos e contradições sociais que afligem esta nação pelos olhos das margens.

Com o propósito de trazer luz à questões relativas a esta nossa condição, enquanto formação econômico-social, convém resgatar as origens como colônia portuguesa. Fonte de matérias primas, entre os séculos XVI ao XIX, até a inserção na nova ordem mundial, da década de 1990, sob a hegemonia do neoliberalismo, como pais exportador de *commodities* agrícolas. Aparentemente, pouco se alterou, num período de quinhentos anos. Ao ponto de indagar, se o neocolonialismo realmente restringiu-se aos continentes africano e asiático no século XIX?

Na teoria do sistema-mundo o país pertence à semiperiferia do capitalismo, o que de certo modo, ao menos em parte, significa que estamos à margem deste processo histórico. Estendendo-se o raciocínio para o objeto deste estudo, nota-se

que embora a Sanga Funda integre está fronteira, contraditoriamente, seus habitantes integram a maioria da população, a parcela dos expropriados do campo.

Por isso, é importante recuperar o que diz Quijano (2005), sobre tal contradição, ao indicar que a modernidade também foi colonial desde seu ponto de partida. Posto isto, a colonialidade representa uma herança profunda em nossa sociedade nas relações de dominação e de exploração e a América passa a ser também parte deste centro de expansão; dessa forma compreende-se que o capitalismo é um elemento excludente e segregador, ao mesmo tempo que inclui pela exclusão, descartando determinados grupos sociais, enquanto pretende-se universal e democrático, ao menos nos países do continente Europeu e dos Estados Unidos da América.

Ao reconstruir o caminho histórico dos moradores da Sanga Funda compreendeu-se suas origens como campesinos expropriados do campo que fundaram parte dos subúrbios e das periferias das cidades brasileiras. A história da mão de obra empregada no Brasil demonstra que no período colonial foram feitos cativos os povos nativos, logo em seguida os africanos e, posteriormente, na condição de homens livres, os imigrantes europeus. Estes desembarcaram no país, em maioria pobres, com a esperança de terem suas terras para trabalhar nas colônias.

Havia aqueles imigrantes sem qualquer posse que se sujeitariam ao sistema de parceria. Sobre essa forma de organização e exploração da força de trabalho no meio rural, sabe-se que foi introduzida também em São Paulo, num contexto de expansão da cultura do café, no momento em que haviam restrições ao tráfico negreiro. Entre as décadas de 1840 e 1870, do Brasil Império, segundo Calógeras (1998), este regime configurou-se com uma alternativa de expansão da renda fundiária ao proprietário da terra, trazendo insegurança e instabilidade ao camponês.

Não sem razão, Cândido (1987) na década de 1960, denunciou a urgência do da necessidade da reforma agrária no país, ao constatar que a parceria era uma forma de precarização do trabalhador do campo, que expõe a face da miséria dos que não tem terra própria para lavrar. Logo sua previsão legal, ainda na atualidade, pode ser considerada um resíduo histórico, permanecendo como fonte de instabilidade e precariedade de direitos trabalhistas, como o acesso ao FGTS e a aposentadoria de trabalhadores rurais sem terra.

Sendo assim, propõe-se que é possível traçar um paralelo entre o sistema de parceria e a tese de Martins (2008) sobre o regime de colonato na lavouras cafeeiras paulistas. Na qual o autor identifica no sistema capitalista brasileiro a necessidade de

se reproduzir, a partir de relações não propriamente específicas deste modo de produção, o que denomina *de produção capitalista de relações não-capitalistas*. Tendo em vista que tanto no colonato, quanto na parceria e na agricultura familiar a remuneração e a divisão do trabalho não seguem a lógica do assalariamento nem do trabalhador individual. O que segundo Martins (2008) impossibilita classificar tais relações como genuinamente capitalistas, consequentemente a figura do camponês constitui-se como uma importante forma de mediação para se compreender nosso capitalismo que reproduz relações não capitalistas pelo hiato entre sociedade e meios de produção.

Passado este período, apontam-se os resultados das diferentes formas de expropriação sobre o campesinato, seja colono ou trabalhador em parceria, combinadamente com a introdução da força modernizadora no campo e nas cidades, o que de fato acarretou no expurgo destas populações e no início das periferias na década de 1920. Com isso, tornaram-se duplamente despojados, constituindo-se como mão de obra barata, inicialmente no campo, e posteriormente no nascente processo de industrialização, que perdurou até a década de 1990. Evidencia-se que o desenvolvimento industrial experimentado pelo país não foi suficientemente bem-sucedido, a ponto de absorver os excedentes da população egressa do campo em razão da modernização e da inviabilização do acesso democrático à terra em decorrência da concentração fundiária, ampliando a segregação socioespacial.

A pesquisa de campo observou os múltiplos efeitos da precarização, em diferentes níveis, e a reorganização do modo de vida dos campesinos que migraram frente às novas condições com que se depararam na Sanga Funda. Todavia, enquanto a bibliografia relata formas históricas de espoliação, o estudo do vivido possibilitou identificar uma outra situação simultânea. As manifestações de (re)apropriação, por parte destes sujeitos resilientes. Para isso é preciso compreender, conforme Carneiro (2012), que as ruralidades contemporâneas são um processo dinâmico e em reestruturação, face os elementos da modernidade e que implicam na reapropriação da cultura local. Ao estabelecer uma nova síntese ou uma combinação de universos distintos que perpassam por noções de espaço e tempo diferentes entre si. Esse rearranjo cultural dos campesinos se orienta pela prática de novas estratégicas, diante às dificuldades em cada fase da História do desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma como Lefebvre identificou, em seu

estudo sobre a comunidade rural de Campan, suas transmutações mediante o processo econômico e social de um capitalismo global.

Portanto, averiguou-se nas observações do campo que as restrições materiais oriundas da vida dura de muito trabalho e escassez no meio rural desencadearam as inaugurais migrações à Sanga Funda. Predominantemente, relacionadas ao problema da falta de acesso à terra.

Concomitantemente, o crescimento da cidade e a consequente valorização do solo urbanizado, que o mercado imobiliário experimentava, ainda não havia chegado à localidade. Muito provavelmente estes fatores colaboraram em sua ocupação pelos pobres do campo. Nesse processo, à medida que os primeiros migrantes se estabeleciam novos chegavam, muitos deles com laços parentais ou de amizade com os que lá estavam, reconstruindo relações comunitárias, desde a origem, seja por vínculos familiares, amizade e/ou de vizinhança.

No entanto, um perene processo adensamento demográfico, dos anos de 1970, encaminhou para uma maior diversificação populacional, fazendo com que a comunidade continue em transformação. Dessa maneira, esta mudança de perfil dos moradores exige repensar as ruralidades, não exclusivamente pelo viés da produção agrícola, mas a partir de características socioculturais mais amplas. Por essa perspectiva, conforme relatos dos moradores, a outrora condição de trabalhadores nativos do meio rural perpassa pela construção de novas identidades, na qual se reconhecem como “pessoas trabalhadoras” que moram na “vila”, (núcleo adensado em processo de urbanização precária).

Quanto aos aspectos étnicos estes já não podem ser considerados condicionantes tão fortes dos traços culturais, pelo fato de pertencerem a segunda ou terceira geração de descendentes. Assim como, pela diversidade étnica, demonstrando certa assimilação pela figura do brasileiro. Todavia, os moradores ainda procuram seus lugares de origem, visitando parentes e frequentando festas típicas, como os bailes germânicos na colônia ou na cidade.

Os escambos e as trocas, entre vizinhos, de carne de animais abatidos, como porcos, não são mais tão comuns, até porque as criações foram muito reduzidas. Ainda assim, não é raro a criação de galinhas, de pequenas hortas no pátio das casas para o autoconsumo e para pastagem dos cavalo. Por sua vez os espaços de sociabilidade, apesar de não serem numerosos, se mantêm e podem ser verificados, através do Sanga Funda Futebol Clube (fundado em 1965), dos botecos, do CTG

Unidos da querência (onde acontecem as festas), dos espaços de rodeios e das dezenas de Igrejas cristãs, na maioria evangélicas pentecostais.

A pesquisa revelou uma desagrarização que inicia com a extinção das leitarias e que se estende com a substituição da produção dos agricultores familiares de hortifrútis, como a principal forma de ocupação produtiva dos moradores. Sendo finalmente ultrapassada na década de 1980, pelos empregados nas olarias e no frigorífico Famile. Observou-se, mais recentemente, uma parcela considerável que trabalha em pequenos comércios e serviços locais e os ocupados em outras atividades fora da localidade.

Os motivos à desagrarização são múltiplos, como o crescimento da cidade e a consequente urbanização, que implica no fracionamento de lotes maiores para a comercialização dos recém migrados, o conflito entre as normas de vigilância sanitária, que proíbem a criação e o abate de alguns animais de pequeno porte (sem que sejam atendidas determinadas condições), a proibição de “queimadas” para limpeza do campo, em razão da proximidade das residências, a concorrência dos feirantes com os supermercados, a descontinuidade laboral entre gerações de agricultores familiares e a insuficiência de políticas direcionadas à permanência dos produtores rurais e locais em suas atividades.

De acordo com o que foi apresentado é notável que a desagrarização dos agricultores familiares, acompanhada da contínua vinda de moradores do meio rural, tenha contribuído ao aumento dos problemas socioambientais. As olarias que precisariam reconstituir a paisagem das áreas das jazidas não têm o feito, pela inobservância da legislação ambiental e da fiscalização. Por sua vez, em virtude do adensamento populacional e do aumento das áreas de cultivo de arroz os corpos d’água tem sofrido os maiores impactos pelo despejo do esgoto sem tratamento e de agrotóxicos. A qualidade do ar recebeu as maiores críticas por parte dos moradores entrevistados, especialmente pela poeira proveniente do intenso tráfego de caminhões das olarias e das granjas, já os agricultores familiares denunciaram a pulverização de pesticidas, por aviões das lavouras de soja dos granjeiros, prejudicando o crescimento de suas hortaliças, além de problemas de saúde de pessoas e de animais.

Nota-se que o avanço da mancha urbana e das frentes imobiliárias só tende a agravar o problema da mobilidade urbana no contexto da localidade. Haja vista, nos últimos anos, o caso da aprovação de grandes condomínios residenciais e de

loteamentos na av. Eng. Ildefonso Simões Lopes, sem observar a capacidade da via, sobretudo, nos horários de maior fluxo de veículos. O mercado imobiliário, principal interessado em manter a cidade mercadoria, pressiona o Poder Público na gestão das áreas a receber investimentos, privilegiando determinadas regiões em detrimento de outras, tendo em vista a extração das maiores rendas fundiárias. Mesmo que seja necessária novas alterações na legislação, prejudicando o interesse da maioria dos cidadãos.

O estudo constatou que a carência de alternativas de moradia e renda tem resultado numa maior precarização do núcleo adensado, reforçando o poder político e econômico de determinados grupos e empresas de dentro e de fora da localidade. Assim as olarias, o frigorífico e as granjas, por deterem maior poder econômico, conseguem um relaxamento da fiscalização. Por outro lado, como a maioria dos moradores dependem economicamente, em maior ou menor medida, como fonte de sustento, resta pouca margem para criticá-las. Essa série de fatores conspiram para a desagregação do rururbano, como um local economicamente direcionado à manutenção do meio ambiente natural e à produção de alimentos por agricultores familiares voltados à centralidade urbana, como já fora no passado.

As transformações socioespaciais exprimem a deficiência de políticas sociais que construam alternativas econômicas e sociais que conciliem fontes de renda e práticas socioambientais, mais em acordo com os princípios da sustentabilidade e da multifuncionalidade na agricultura. Independentemente das mudanças os moradores entrevistados se identificam como pertencentes a uma comunidade - a “vila” - lugar de pessoas trabalhadoras e honestas, que valorizam a tranquilidade e a segurança e que a despeito da precariedade urbanística, vem melhorando lentamente. Assim, depositam sua fé no progresso, compreendido como o crescimento e a urbanização que estão por vir, talvez como forma de alienação.

Apesar da maioria dos entrevistados se considerarem urbanos, expressarm não trocar a vida da Sanga Funda pela do centro da cidade, uma contradição que parece revelar e esconder as diferentes temporalidades que preservam, concomitantemente, as cidades agrária, industrial e de serviços vivas no cerne destes seres sociais. Ao final, reforça-se que a carência no acesso democrático a terra favoreceu setores sociais dominantes e proprietários de terras, representantes de estruturas sociais oligárquicas que desenvolveram um modelo de capitalismo que

obstaculizou qualquer projeto de modernidade que propicie o anúncio da igualdade e da justiça social, tanto no campo quanto na cidade.

Considerações finais

Sob o exame da Sociologia da vida cotidiana constatou-se que a produção socioespacial deste município seguiu por caminhos nos quais suas determinações fizeram florescer uma cidade eminentemente agrária. Direcionada ao fornecimento de bens das estâncias e das charqueadas de baixo valor econômico em um capitalismo global. Logo, as transformações modernizadoras do processo produtivos dos países centrais, aliadas às resistências desta sociedade, fundada em latifúndios e trabalho escravo, produziram as contradições que afluíram na decadência econômica deste seu primeiro ciclo socioeconômico.

O esforço em modernizar-se, pela implementação da industrialização e da mão de obra livre, na virada dos séculos XIX para o XX, representou, em suas primeiras décadas, a disposição para um rearranjo do que se viria a ser esta nova cidade e sua consequente conformação numa sociedade urbano industrial nascente. Então, a apropriação da cidade como mercadoria, acirrou a segregação socioespacial, ao urbanizar a centralidade como o espaço das elites e as periferias e os subúrbios como o das classes subalternas, provenientes do meio rural.

A derrocada do projeto desenvolvimentista a fez retomar, gradualmente, sua inclinação de cidade comercial e de serviços que apresentava desde sua gênese. Do fim da década de 1980, até a contemporaneidade, observa-se, tendencialmente, a consolidação deste modelo de organização político-econômico. Na qual a baixa capacidade de produzir e distribuir riqueza gera uma sociedade crescentemente desigual, em que a precariedade urbanística conflita com a formação de enclaves direcionados aos diferentes segmentos sociais, dos grandes bairros planejados das elites até os condomínios das classes média e média baixa.

Em tempos de desindustrialização, os capitais especulativos - local e global – fogem da queda tendencial do lucro médio, aplicando seus excedentes na mais-valia extraída do setor da construção e da especulação imobiliária. Com isso, ocorre um aquecimento do mercado pelo lançamento de diversos produtos, especialmente, daqueles direcionados ao consumo conspícuo, vendendo um estilo de vida luxuoso, exclusivo e seguro.

Assim, ratifica-se a percepção da concretização, na contemporaneidade, de diversas cidades historicamente construídas, em que o futuro é erguido sobre o passado, na dimensão do vivido dos expropriados, atendendo o planejamento do que foi concebido pela ordem estatista nos planos municipais, nacionais e globais; seja

por urbanistas humanistas, pelos produtores imobiliários ou pelo Estado e seus tecnocratas, usufruindo do urbanismo, como uma ferramenta estratégica de reprodução do capital, segundo leis e políticas públicas que visam a dominação, pela generalização da alienação nas diferentes esferas do cotidiano.

Para desvendar a totalidade da produção socioespacial foi imprescindível analisar a dimensão do percebido, parte da tríade que integra a fértil dialética espacial lefebvriana. Sua apreensão instiga os olhares a se manterem vigilantes, permitindo revelar, aos observadores atentos do cotidiano, os indícios da intermediação entre o vivido e o concebido, ou seja, entre as ordens próxima e distante, que se apresentam aos sentidos na paisagem, distinguindo relações sociais de alienação ou de apropriação. Por conseguinte, estudar a cotidianidade por suas sendas é uma estratégia metodológica que intenta verificar o percebido pelas margens, onde as contradições e conflitos sociais estão mais evidentes, ao contrastar com outras racionalidades que não foram homogeneizadas pela via hegemônica de uma vida constrangida pela lógica da produção.

O estudo sócio histórico da Sanga Funda detectou o gradual estreitamento de suas relações com o sistema econômico, a vida nacional, a vida urbana e a tecnologia moderna, o que corresponde as transformações socioespaciais, em acordo com os estudos de Lefebvre (1978) sobre comunidades camponesas. A observação da práxis destes sujeitos revelou, dialeticamente, como migrantes do meio rural reelaboram estratégias de reprodução da vida, perante tais determinações, construindo identidades que se combinam em reconfigurações reconhecidas como novas formas de ruralidades na contemporaneidade.

Assim, relações com a natureza e com o habitar, consagram a permanência do rural, mesmo nos espaços em que o urbano se avizinha, admitindo como evidenciais a vivência em pequenas chácaras ou sítios, o cultivo de hortas e a criação de animais para o autoconsumo ou para o trabalho, o extrativismo mineral que viabiliza as olarias, a combinação de técnicas modernas e tradicionais dos agricultores familiares de hortifrutigranjeiros e a vida pacata dos que ali vivem. Por isso, assim como Lefebvre (1978), se verifica que suas estratégias perpassam, fundamentalmente, pela resistência face a lógica da individualização da sociedade moderna, pois, na localidade da Sanga Funda, constatou-se a preservação de vínculos de sociabilidade, constituindo estratégias de reprodução da vida rural como parte da luta cotidiana, da práxis revolucionária, no enfrentamento da expropriação do capital e de sua alienação.

O embate pela apropriação dos direitos à uma vida plena, que lhes é negada diariamente, transcorre da continuidade de seus laços de sociabilidade com a comunidade (ampla e/ou familiar). Logo estes sujeitos sociais, reproduzem suas existências em uma parcela desta cidade agrária, ora se refugiando, na procura consciente, ou não, de um ato revolucionário de liberdade; ora se encaixando na modernidade, ao se alienar.

Importante recuperar a noção lefebvriana do capitalismo como uma totalidade inacabada, à procura da mais-valia global, engendrando o espaço inteiro como um produto de compra e venda subordinado aos centros de informação e de decisão; este é o argumento central que guiará está análise. Partindo deste princípio, não coincidentemente, o Brasil e toda a América Latina tiveram como marca indelével, sua condição colonial, no alvorecer deste regime.

Em aproximadamente trezentos anos, integraram esta totalidade provendo riquezas para exploração através de latifúndios monocultores e do trabalho escravo de nativos e africanos. Consecutivamente nos ciclos exportadores do pau-brasil, do açúcar e do ouro. Por sua longevidade, trata-se de um estágio central da criação de nossa formação econômico-social, enquanto nação, correspondente a maior parte dessa relação de privação. Se considerada do momento da ocupação dos portugueses neste território no século XVI. Apesar da independência e da posterior proclamação da República, tais eventos demonstraram-se insuficientes para reverter as bases de uma economia primordialmente agrária. Somente nos anos 1930 o projeto desenvolvimentista toma impulso, todavia a industrialização, que perdurou no regime militar, perdeu tração no neoliberalismo dos anos de 1990.

As transformações para um modelo pós-fordista, carrearam a migração do capital para a esfera da financeirização, direcionando a transferência da expropriação em escala mundial, assim campo e cidade constituem-se como espaços de reprodução dos conflitos e das contradições de ordem socioambiental. No rearranjo deste sistema-mundo moderno-colonial, a atual divisão internacional do trabalho reitera a organização do espaço, muito similar à uma relação neocolonial. Na qual a periferia permanece primarizada, fornecedora de *commodities* agrícolas e/ou minérios, perpetuando antigas relações de dominação.[106]

---

[106] Em 2023 os dez primeiros produtos de exportação do Brasil, segundo levantamento da ComexStat foram: minério de ferro (US$ 42,2 bi), soja (37,3 bi), óleos brutos de petróleo (27,4 bi), açúcares e melaços (8,5 bi), carne bovina (7,4 bi), farelo de soja (7,2 bi), óleos combustíveis de petróleo (6,6 bi),

Portanto, a ordem estatista do concebido tende a arranjar em nível global o espaço vivido, procurando sua homogeneização, a restrição e a subordinação do urbano e do habitar. Ao manter as relações entre as forças produtivas nos padrões estabelecidos entre as ordens distante e próxima deste novo sistema-mundo. Condição calcada no consenso de modernidade e de progresso, como sinônimos de crescimento econômico e de avanços tecnológicos. Da reprodução destas relações é possível extrair que o progresso é um mito, uma ideologia das economias centrais, que visa perpetrar o ciclo de acumulação ampliada do capital, pelo domínio econômico, reelaborando conexões de dependência[107], superexploração do trabalho[108] e desigualdade na América Latina, África e Ásia.

Não por acaso o discurso hegemônico central remete à agenda neoliberal da austeridade fiscal, da desregulamentação do regime do trabalho e de uma maior flexibilização de leis ambientais, alavancando a expropriação pelo crescente acúmulo do capital fictício. Com a promessa de que se os periféricos agirem corretamente alcançarão níveis de desenvolvimento similares aos dos avançados. Todavia, a observação do empírico evidencia a dissociação entre a narrativa hegemônica e a experiência vivenciada no contexto das cidades da latino América. Em vista que o crescimento econômico dos países centrais conduz, rigorosamente, à exploração das periferias e semiperiferias do sistema.

Lefebvre diagnosticou o problema da cotidianidade pelo surgimento da sociedade burocrática de consumo dirigido, assim como sua solução, ao indicar a necessidade de organização na defesa das comunidades, seus modos de vida e de suas representações sociais; envolvendo as disputas cotidianas na polis contra as pressões e perigos exercidos por um elemento exterior e em nome de um Estado superior a ela. Acredita-se que a transformação social envolve a dimensão do conflito, e só acontecerá quando os que constituem a maioria - os expropriados –

---

demais produtos da industria de transformação (6,4 bi), carnes de aves (6,3 bi) e celulose (6,1 bi). Disponível em: https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/

[107] A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências do mercado procedente dos países avançados (MARINI, 2017, p.340).

[108] Segundo Marini (2017) configuram um modo de produção fundado, exclusivamente, na maior exploração do trabalhador: a intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

conscientizarem-se da necessidade de superação das misérias pela adoção de estratégias contra hegemônicas das próprias comunidades.

Nesse sentido é primordial a participação popular na vida política, nas arenas dos conselhos municipais, assim como medidas que efetivamente realizem a desapropriação de imóveis com fins especulativos e não letra “morta” nos Planos diretores. É fundamental que o Poder Público inclua os pobres nas políticas de enfrentamento do déficit habitacional e da precarização urbanística nas franjas da cidade que periferiza os subúrbios. Necessário atentar-se à política de HIS, à regularização fundiária sustentável, à implementação de práticas orientadas à multifuncionalidade da agricultura, combinando justiça social, saúde e conservação da natureza; mirando a viabilidade socioeconômica das famílias, afastando-se de uma mentalidade de planejamento, excessivamente, “urbano centrada”.

Por fim, é fundamental subverter o domínio do império do valor de troca que escraviza o humano, assim a apropriação por assentamentos informais, indica que o vivido, virtualmente, apresenta soluções para transformação da cotidianidade, convergindo para a reapropriação dos espaços de maneira espontânea, ao fazer valer a verdadeira gestão democrática da cidade e as funções sociais da cidade e da propriedade. O confronto deve ocorrer pela participação direta, essa é a abertura para uma revolução no sentido do projeto possível-impossível de um autêntico humanismo, ao desvelar a ilusão que impede que percebamos a cidade não como um elemento neutro, mas eivado de uma dimensão política e ideológica, sendo necessário construir espaços que propiciem a radicalização da via democrática e não de uma quimera artificialmente liberal.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702, Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000.

ABUCHAIM, Maria Rheingantz. **Plano diretor e sustentabilidade urbana**: o III Plano diretor de Pelotas, Lei 5.502/2008**.** 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

ABUCHAIM, Vera Rheingantz. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda.,2013.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADOMILI, Gianpaolo Knoller; KARPINSKI, Lila Fátima. Educação ambiental: bairro da Balsa e os conflitos socioambientais na criação do Campus Porto da UFPel/RS. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 29, p. 1-18, jul./dez. 2012.

ADUFPel. Entrevista: a política ambiental de Pelotas e do Brasil em xeque. **ADUFPel**, Pelotas, 16 de out. de 2020. Disponível em: http://www.adufpel.org.br/site/noticias/entrevista-a-poltica-ambiental-de-pelotas-e-do-brasil-em-xeque. Acesso em: 21 out. 2022.

ALBUQUERQUE, Patrícia Cavalcanti; ALBUQUERQUE, Marcos Prado. A ocupação da zona rural com fins urbanos, o ordenamento territorial pelo município e a cidade sustentável. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Brasília, v. 3, p. 36-57, jan./jun. 2017.

ALVES, Geraldo Magela *et al***. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH**. Belo Horizonte, v.9, n. 2, v.9, 01 jul. – 31 dez. 2013.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização:** a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. 1996. 127f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas:** gênese e desenvolvimento urbano. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BARROS, Ana Maria Furbino Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. O Estatuto da cidade comentado. **In**: CARVALHO, C.S.; ROSSBACH, A. (Org.). **O Estatuto da cidade:** comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010. p. 91-118.

BELTRÃO, K.I; OLIVEIRA, F.E; PINHEIRO, S.S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. **Instituto de**

pesquisa econômica aplicada, 2000. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0759.pdf. Acesso em: set. 2022.

BIENENSTEIN, Regina *et al*. Regularização fundiária sustentável: alguns desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 37, jul./dez. 2011. p.154-184, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/243. Acesso em: 10 mar. 2022.

BLANK, Kauã. Pelotas receberá mais de R$ 6 milhões para o turismo. **Diário Popular**, Pelotas, 21 de jan. de 2022. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/politica/pelotas-recebera-mais-de-r-6-milhoes-para-o-turismo-167980/. Acesso em: 12 mar. 2022

BRITTO, Natália Daniela Soares. Reestruturação imobiliária no Brasil "não metropolita": um estudo de caso sobre a produção residencial em Pelotas-RS. **Anais** do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Espírito Santo, 2019.

BORBA, Zani Furtado. **Os cemitérios e a primeira epidemia de cólera (1855-1859) em Pelotas:** um estudo sobre seu impacto na população escravizada**.** 2021. 92f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura Plena em História Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2021.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia literária, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo:** capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da Família Rheingantz. 2017. 249f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BRAZ, Rafael; VERGARA, Alexandre S. O Estatuto da cidade e o direito à cidade sustentável: um estudo de caso sobre a segregação espacial e a injustiça socioambiental no espaço urbano do município de Pelotas/RS. **Anais do XX Congresso Brasileiro de Sociologia.** 2020. Disponível em: https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MjoiMzAiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNTgyZTlhZmE1NTdlMzIxMDUzYzc2ZDRhMzhjODYxYWQiO30%3D&ID_ATIVIDADE=30. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRUNO, Larissa. Município integra programação da Virada da Habitação. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 06 de ago. de 2022. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/noticia/municipio-integra-programacao-da-virada-da-habitacao. Acesso em: 08 set. 2022.

CANAL AGRO. **ITR ou IPTU:** qual imposto um imóvel rural em zona urbana deve pagar? 29 de jan. de 2021. Disponível em: https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/itr-ou-iptu-qual-imposto-um-imovel-rural-em-zona-urbana-deve-

pagar/#:~:text=Mesmo%20localizada%20em%20%C3%A1rea%20urbana,ITR%2C%20e%20n%C3%A3o%20o%20IPTU. Acesso em: 12 mai. 2022.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do império**. **–** Vol. 2. Brasília: Senado Federal, Coleção biblioteca básica brasileira,1998.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique*.* **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional:** o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. *In*: Núria Benach *et al*. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.

CARNEIRO, Maria José*.* **Ruralidades contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

CARRASCO, André de Oliveira T. O processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. *In*: ***Óculum*** **ensaios,** vol.14, nº 3 PUC – Campinas, 2017. p. 595-611.Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3517/351754586010/html/. Acesso em: 05 mai. 2022

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação On-line**, nº 18, v. 2, jul./dez. 2011, p. 39-62.

CENTENO, Velci. **Sítio Floresta:** entre o rural e o urbano**.** 2003. 61f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura Plena em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2001.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais** do IV Seminário internacional em memória e patrimônio. Pelotas, 2010. Disponível em: https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. **Habitação social em Pelotas (1987-2010):** influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais. 2014. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Com avanços, Câmara aprova projeto do governo que retoma o programa minha casa minha vida. **CAU**, 7 de jun. de 2023. Disponível em: https://caubr.gov.br/camara-aprova-projeto-que-retoma-o-programa-minha-casa-minha-vida/. Acesso em: 8 jun. 2023

DIÁRIO POPULAR. **Pelotas firma parceria para qualificar moradias de baixa renda**, Pelotas, 04 de ago. de 2021. Disponível em:

https://www.diariopopular.com.br/geral/pelotas-firma-parceria-para-qualificar-moradias-de-baixa-renda-163226/. Acesso em: 04 nov. 2022.

DIREITO AGRÁRIO. **Imóvel agrário, mesmo localizado em área urbana, é devedor de ITR e não de IPTU,** 6 de jun. de 2016. Disponível em: https://direitoagrario.com/imovel-agrario-mesmo-localizado-em-area-urbana-e-devedor-de-itr-e-nao-de-iptu/. Acesso em: 12 mai. 2022.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia literária, 2017.

FERRARETTO, Maria Karina. **Fábrica Rheingantz:** a empresa, o empresário e os acionistas**.** Um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do século XIX (1873-1895). 2012. 65f. Monografia (Departamento de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

FERREIRA, Michele. O fique em casa evidencia as desigualdades. **Diário Popular**, Pelotas, 11 de mai. de 2020. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/geral/o-fique-em-casa-evidencia-as-desigualdades-151054/. Acesso em: 07 abr. 2022.

FERREIRA, Sebastião; MACIEL, Márcio Alves. A família trabalhadora em sistema de parceria agrícola: outorgado agrícola capixaba. **Anais da Jornada de estudos agrários.** 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/ferreira_sebastiao_maciel_marcio_a.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

FONSECA, Victoria. Regularização fundiária poderá beneficiar mais de dez mil famílias. **Diário Popular**, Pelotas, 09 de mai. de 2022. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/geral/regularizacao-fundiaria-podera-beneficiar-mais-de-dez-mil-familias-170484/. Acesso em: 15 set. 2022

FONTES, Mariana Levy Piza. **Planos diretores no Brasil**: um estudo de caso**.** 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Direito do Estado, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2010.

FREHSE, Fraya. Tempos no corpo: Contribuições do Método Lefebvriano para a pesquisa urbana (Latino-americana). **Estudos de Sociologia**, Recife, 2015, v. 1, n. 21. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235596. Acesso em: 15 ago. 2019.

FREHSE, Fraya. A sociologia da vítima como sociologia do espaço. *In*: *FREHSE*, F. (Org.). **A sociologia enraizada de José de Souza Martins**. São Paulo: Com-Arte, 2018. p. 99-124.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. 4º ed. Campinas: Papirus, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOLDWASSER, M.J. “Estudos de comunidade”: teoria e/ou método? **Revista Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 1974. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

GONÇALVES, Juliano. **A atividade oleira na localidade da Sanga Funda, Pelotas/RS.** 2003. 71f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura Plena em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2003.

GUERRA, Helena Duarte da Silva. **Projeto e discurso**: uma análise sobre os novos produtos do setor imobiliário**.** 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, charqueadas e olarias:** um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2001.

GZH. Câmara de vereadores de Pelotas aprova alterações no Plano diretor. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 11 de jul. de 2018. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/07/camara-de-vereadores-de-pelotas-aprova-alteracoes-no-plano-diretor-cjjh6w6id0qh601qopvbtgy9v.html. Acesso em: 06 set. 2022.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul:** radiografia de um município – das origens aos anos 2000; v.1.São Leopoldo: Studio Zeus, 2010 a.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul:** radiografia de um município – das origens aos anos 2000; v.2.São Leopoldo: Studio Zeus, 2010 b.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul:** radiografia de um município – das origens aos anos 2000; v.3.São Leopoldo: Studio Zeus, 2010 c.

HIDALGO, R.; BORSDORF, A.; SÁNCHEZ, R. Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nos metrópoles latino-americanas – o caso de Santiago de Chile. *In*: LIMA DA SILVEIRA, R. L.; XAVIER PEREIRA, P.C.; UEDA, V. (Org.). **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 64-91. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1480. Acesso em: 08 ago. 2021.

HORTON, Paul B.; HUNT, CHESTER L. **Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Mc Graw-Hill do Brasil, 1980.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenco:** uma desconstrução de um mito e à reconstrução de uma história. 2008. 280f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

JANSEN, Gilciane Soares. **O desenvolvimento sócio-espacial no Loteamento Ceval**, **Pelotas/RS.** 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015.

JUNG, Ana. MP anuncia R$ 1,1 mil para realocação de famílias na Estrada do Engenho. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 31 de ago. de 2018. Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/mp-anuncia-r-11-mi-para-realocacao-de-familias-na-estrada-do-engenho. Acesso em: 09 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática,1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Peninsula,1978.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006. (Do original: La production de l´espace. 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, Henri. **O vale de Campan:** estudo de sociologia rural. São Paulo: Ed. Edusp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo:** uma breve introdução. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2019.

LOPES, Ândrea L. de Oliveira. **Dinâmica de cobertura e uso da terra e as intervenções na rede de drenagem da bacia do Arroio Sanga Funda, Pelotas (RS)**. 2014. 228f. TCC (Curso de Bacharelado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchesco & lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LULHIER, Kerolin. Dez mil famílias podem ser beneficiadas com regularização fundiária em Pelotas. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 28 de jun. de 2021. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/noticia/dez-mil-familias-podem-ser-beneficiadas-com-regularizacao-fundiaria-em-pelotas. Acesso em: 02 set. 2022.

MACHADO, Carlos R. S. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, vol. 13, p. 83-95. 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/. Acesso em: 02 out. 2021.

MACHADO, Maribel dos Santos. **Estudos de aplicação de políticas públicas habitacionais:** o caso das famílias removidas para o loteamento Osório, Pelotas/RS**.** 2014. 50 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Bacharelado em

Geografia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPel/ Co-edição Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Tânia. Dia do Colono: Prefeitura avalia conquistas e planeja ações para a zona rural. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 25 de jul. de 2019. Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dia-do-colono-prefeitura-avalia-conquistas-e-planeja-acoes-para-a-zona-rural. Acesso em: 10 ago. 2022.

MAGALHÃES, Tânia. Política de agroindústria gera renda e inibe êxodo rural. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 10 de jul. de 2019. Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/politica-de-agroindustria-gera-renda-e-inibe-exodo-rural. Acesso em: 10 ago. 2022.

MAGALHÃES, Tânia. Obra da ciclovia/ciclofaixa da Ildefonso está em andamento. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 20 de mai. de 2021. Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/obra-da-cicloviaciclofaixa-da-ildefonso-esta-em-andamento. Acesso em: 07 abr. 2022.

MAGALHÃES, Tânia. Assinado o contrato para requalificar a Estrada do Engenho. ***Site*** **da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 06 de set. de 2022. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/noticia/assinado-o-contrato-para-requalificar-estrada-do-engenho. Acesso em: 10 out. 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador vol. 9, n. 3 p. 325-356. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323440310_Dialetica_da_Dependencia/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 02 dez. 2023.

MARQUES, Maria da Graça. Construção tem saldo positivo de 18% em 2021. **Diário Popular**, Pelotas, 11 de mar. de 2022. Disponível em: <https://www.diariopopular.com.br/economia/construcao-tem-saldo-positivo-de-18-em-2021-169186/#:~:text=Seguindo%20os%20resultados%20positivos%20alcan%C3%A7ados,da%20pandemia%20da%20Covid%2D19.>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MALTZAHN, Gislaine Maria. Memórias míticas: uma proposta de análise sobre as narrativas orais dos descendentes pomeranos da Serra dos Tapes/RS. **Anais** do IV Seminário internacional em memória e patrimônio. Pelotas, 2010. Disponível em:

https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 1-29, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v5n1-2/0103-2070-ts-05-02-0001.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p.31-36, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004. Acesso em: 16 mar. 2021.

MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo:** São Caetano do fim do império ao fim da república velha. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. Ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2017a.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2017b.

MARTINS, Nádia Regina Barcelos. **Quando dois mais dois são mais que quatro:** sucesso de alunos de escola de periferia hoje acadêmicos da licenciatura em matemática da UFPEL**.** 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.

MARTINS, S.F; SODRÉ, M.T. A relação entre rural e urbano na ótica de Henri Lefebvre: um estudo sobre o papel das tríades lefebvrianas na configuração espacial contemporânea. **Revista Nórus**, v. 4, n. 6, jul-dez 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/8883. Acesso em: 08 jan. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica a economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Tomo 2. Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Nova cultural, 1996.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, R.M.V; LINDNER M. (Org.). **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios. NEAG 10 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B03f5_x-4RZfcFExMHFBSV9WWFU/view. Acesso em: 25 mar. 2021.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer *et al*. Áreas Especiais de Interesse Social: a universidade como parceria na definição das políticas municipais de habitação social. Pelotas. UFPel. Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, 2006. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/naurb/files/2015/09/ULACAV_2006_Final.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer *et al*. Urbanização de assentamentos precários: entre a insuficiência da ação local e a pouca aderência aos incentivos federais. *In*: SILVA, M.N.; CARDOSO, A.L.; DENALDI, R. (Org.). **Urbanização de favelas no Brasil**: trajetórias de políticas municipais. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2022. p. 339-370.

MEIRELLES, Alessandra. Prefeita sanciona regularização de áreas verdes. ***Site* da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 21 de jan. de 2020. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeita-sanciona-regularizacao-de-areas-verdes. Acesso em: 02 set. 2022.

MUKAI, Sylvio Toshiro. **Regularização fundiária sustentável urbana e seus instrumentos.** 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Nemuel; MAIO, Marcos. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, nº 3, p. 521-550, set./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/Fz9C56KR7598NZMDrJLv7jM/?lang=pt Acesso em: 15/08/2022.

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul** (1886-1945). 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

OXFAM BRASIL. **Lucrando com a dor**: sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em nível global. **OXFAM**, 23 de mai. de 2022. Disponível em: https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Oxfam-Lucrando-com-a-dor.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

PARLATO, P; DOS SANTOS, L.; MEDVEDOVSKI, N. Implementação da assistência social para melhorias habitacionais no Loteamento Anglo (Pelotas/RS). **Anais do VI Encontro da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo**. UNB, Brasília, 2020. Disponível em: https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21570.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

PELOTAS. **Lei Municipal N° 5.502, de 11 de setembro de 2008**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

PEREIMA NETO, João Basilio. XXI: o século das cidades no Brasil. *In*: MONTORO, Guilherme Castanho Franco *et al*. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sul. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 270-309. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3681. Acesso em: 06 mai. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha:** charqueadores, frigorífico, criadores. Porto Alegre: Movimento/ IEL editora, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Pecuária e indústria:** formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha:** dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república:** elite e povo na virada do século. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **In**: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: vol.8, nº 16, 1995b. p. 279-290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins livreiro editora, 2014.

PIEGAS, Cíntia. Percentual de famílias com dívidas a vencer atinge recorde de 78%. **Diário Popular**, Pelotas, 08 de ago. de 2022. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/economia/percentual-de-familias-com-dividas-a-vencer-atinge-recorde-de-78-172612/. Acesso em: 09 set. 2022

PINTO, Carlos Vinícius da Silva. **As interfaces entre o rural e o urbano:** possibilidades e restrições para a permanência da agricultura familiar no espaço rururbano de Pelotas/RS. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2016.

PINTO, C.V.; SALAMONI, G. Urbanização e ruralidade: concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. **Anais** do XXI Encontro nacional de geografia agrária. Uberlândia, 2012. Disponível em:http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1306_1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e américa latina. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 2 dez. 2023.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Ed. Gradiva, 2005.

RAMOS, Shana Monteiro Pereira. **Estrutura urbana histórica:** a importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS**.** 2013. 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande. Rio Grande, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed. UFPel, 1985.

ROSA, Rafaela. Vereadores derrubam veto que proíbe a flexibilização das AEIANs. **Diário Popular**, Pelotas, 20 de out. de 2022. Disponível em: https://www.diariopopular.com.br/politica/vereadores-derrubam-veto-que-proibe-a-flexibilizacao-das-aeians-174294/?fbclid=IwAR2CXDyupHyHJ1BFt-DBE46FR-GT6u-cYvAdJ8-xqJlwEMjDcp4AhyOv1Sk. Acesso em: 21 out. 2022.

RUSSO, João Paulo Rezende. **Função social da propriedade urbana no III Plano Diretor de Pelotas.** 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2019.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. **O rural brasileiro**: velhas e novas questões em debate. 2008. p. 49-66.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; SERRES, J. P. O gosto amargo do esquecimento: Origens rurais da indústria do pêssego em Pelotas-RS, Brasil. **Desenvolvimento socioeconômico em debate**, v. 6, p. 144-157, 2020.

SALES, Pâmela da Costa Lopes. **Dilemas da regularização fundiária:** vida cotidiana e sociabilidade no Loteamento Novo Milênio em Pelotas/RS**.** 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção:** Identificação e caracterização de inciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Belo Horizonte, jun. de 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica.6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Rafael José dos. O olhar antropológico. In**: Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2005.

SILVA, Marcelo Dutra. Considerações sobre as AEIAN na revisão do Plano Diretor de Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 17 de fev. de 2018. Disponível em:

https://www.diariopopular.com.br/opiniao/consideracoes-sobre-as-aeian-na-revisao-do-plano-diretor-de-pelotas-130596/?. Acesso em: 03 mar. 2022

SILVA, Karen Melo da. **Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial na Colônia de Pelotas-RS**. 2009. 228f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.

SILVA, Karina da. A questão da regularização fundiária no bairro da Sanga Funda, Pelotas-RS. **Anais** do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, 2014.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais** do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2019. Disponível em: http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2420. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVEIRA, Elenice Costa da. **A agricultura urbana em Pelotas-RS**. 2017. 26f. TCC (Graduação em Bacharelado em Desenvolvimento Rurar) – PLADEGER Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Lourenço, 2017.

SOARES, Maria da Graça de Oliveira. **Loteamento público Corredor do Pestano:** uma alternativa de moradia para os trabalhadores de baixa renda em Pelotas/RS**.** 1995. 66 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1995.

SOARES, Cesar. Habitação popular é entregue com apoio do Banco de Materiais. ***Site* da Prefeitura municipal de Pelotas**, Pelotas, 02 de jun. de 2022. Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/habitacao-popular-e-entregue-com-apoio-do-banco-de-materiais. Acesso em: 08 set. 2022.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio:** morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). 2002. 507 f. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado Pensamiento Geográfico y Organización del Território, Facultad de Geografía y Historia, Universidad de Barcelona, 2002.

SOARES, Paulo R. R; UEDA, Vanda. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. *In*: SPOSITO, Maria E.B. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo. Expressão popular, 2007. p. 379-441.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C., C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. *In*: Martins, José Souza, (Org.), **Introdução crítica à sociologia rural**, São Paulo: Hucitec, p.198-224, 1986.

SOTO, Wiliam Héctor Gómez. A sociologia do “mundo rural” de José de Souza Martins. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 175-198, 2003. Disponível em: https: //revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/. Acesso em: 25 mar. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação; CHATEL, Catherine. Crescimento territorial e demográfico: dispersão urbana e redefinição das práticas espaciais associadas ao consumo da cidade de porte médio. *In*: REIS, Nestor Goulart *et al*. (Org.). Sobre dispersão urbana: novos estudos diálogos e desafios. **Anais** XVII ENAPUR. São Paulo. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%203.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.

SUL 21. “Estamos sob pressão daqueles que podem”: em Pelotas, comunidade sofre ameaça de remoção. **SUL 21**, Porto Alegre, 12 de set. de 2017. Disponível em: https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2017/09/estamos-sob-pressao-daqueles-que-podem-em-pelotas-comunidade-sofre-ameaca-de-remocao/. Acesso em: 09 set. 2022.

TEJADA, César Augusto Oviedo; Baggio, Giovani. O desempenho econômico de Pelotas desde 1939: uma análise comparativa com os principais municípios do interior. **In**: **Revista teoria e evidência econômica**. Passo Fundo: ano 19, nº 41, jul./dez. 2013 p. 118-149. Disponível em: https: https://www.researchgate.net/publication/287451625_O_desempenho_economico_de_Pelotas_desde_1939_uma_analise_comparativa_com_os_principais_municipios_do_interior_do_RS. Acesso em: 04 nov. 2023.

TOKARNIA, Mariana. Ipea: Brasil tem 1,5 milhão de motoristas e entregadores de entregadores de produto. **Site Agência Brasil**, 10 de mai. de 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/ipea-brasil-tem-15-milhao-de-motoristas-e-entregadores-de-produtos. Acesso em: 03 jul. 2022.

VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. **Ciência e cultura**. v. 56, n. 2, 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016. Acesso em: 08 abr. 2021.

VERGARA, Alexandre Silveira. **A (re)produção da vida ou da metrópole pela perspectiva da justiça socioambiental.** 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

VERGARA, Alexandre S.; BRAZ, Rafael S. A injustiça socioambiental: um estudo de caso no município de Pelotas. *In*: BRAZ, R. S.; GUIMARÃES, K. B. C; AMARAL F.B. (Org.). **Agricultura e meio ambiente**: teoria social contemporânea e debates na América Latina. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 127-144.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato agrícola Visconde da Graça em Pelotas /RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

VICTORIA, Noemia Fonseca. **Construindo a casa, construindo a vida!** Vila Princesa: Pelotas/RS**.** 1994. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Curso de Mestrado em Economia Doméstica, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1994.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada**. O planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. *In*: MIRANDA, Carlos e Silva, Heithel (org.) **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF. Acesso em:10 jan. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. *In*: XXI Encontro anual da ANPOCS, 1997, Caxambu. **Anais eletrônicos**. p.10-17. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/21-encontro-anual-da-anpocs/st-3/st01-2/5213-mariawanderley-o-lugar-dos/file. Acesso em: 20 fev. 2021.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 68-89.

WILLENS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil:** estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia editora nacional, 1940.

YAMAGUTI, Rosana; DENALDI, Rosana. As zonas especiais de interesse social de imóveis vazios ou subutilizados. *In*: **Oculum ensaios**: revista de arquitetura e urbanismo. Campinas: PUC-Campinas, 2020. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4813/3061. Acesso em: 10 jan. 2022.